



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros  
alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do  
século XX**

**PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE  
QUEIROZ**

**FORTALEZA/CE  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX**

**PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do **Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.**

**FORTALEZA/CE  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros  
alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do  
século XX**

**PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia 30 de setembro de 2011, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves /UFC (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sylvia Costa Couceiro/FUNDAJ

---

Prof. Dr. Antonio Gilberto Nogueira Ramos /UFC

---

Q46t Queiroz, Priscilla Régis Cunha de  
Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros  
Alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do XX. –  
Fortaleza, 2011.  
200f.  
Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,  
Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011.

1. Produção de Alimentos 2. Comércio 3. Política econômica I.  
Título

CDD 338. 981

---

*“A incompreensão do presente  
nasce da ignorância do passado.”*

Marc Bloch

Dedico este trabalho a minha família, a Ricardo Oliveira e aos meus amigos. Obrigada por tornarem esta jornada mais leve.

## AGRADECIMENTOS

Neste momento, em que me dedico a agradecer por escrito às pessoas que me apoiaram e me incentivaram, me sinto muito abençoada. Tantas vezes, fiquei preocupada, até pessimista, mas, em nenhum momento, fiquei desamparada. Por isso, agradeço a Deus por ter me dado uma família tão presente, um amor tão raro e amigos tão fieis.

Em casa, sempre tive um apoio incondicional da minha mãe Vilma, ela foi a primeira pessoa, no mundo, que admirei, lembro bem de olhá-la e desejar ser parecida com ela, obrigada por tudo! Com meu pai, Carlos Ronaldo, divido o gosto pela música e pelos livros, a ele agradeço por sempre acreditar em mim e apoiar minhas escolhas. A minha mais que amada irmã, Patrícia, agradeço por ser tão amável e cuidadosa. Eu não poderia ter chegado tão longe sem vocês. Ao meu irmão Carlos Átilla e a minha cunhada Ariane, obrigada pelo carinho de sempre e pela ajuda com algumas das imagens da dissertação. Aproveito também, para mencionar a minha tia Vera Lúcia ou, simplesmente, tia Verinha. Não sei como agradecer pela atenção e ajuda que sempre esteve pronta a dar para minha família.

A Ricardo Oliveira, agradeço a leitura cuidadosa do texto, a dedicação, o apoio e o amor. Obrigada por me fazer feliz há tanto tempo e por me deixar sempre confiante em um futuro ainda melhor. Amo você.

A Dona Aparecida, Sr. Clenio, Rodrigo, Leonardo e Cleine Oliveira, agradeço pelo carinho de sempre.

Gostaria de agradecer o apoio da minha amiga Rosângela Moura que sempre me mostrou que o tempo traz mudanças, mas que uma amizade, verdadeira, persiste.

Ao meu querido amigo Cristiê Moreira, reafirmo o carinho e agradeço por confiar em mim, por me ajudar tantas vezes, com tantas coisas: trabalhos, com a dissertação e mesmo com as inscrições de congressos e por cada uma das tantas vezes que você me telefonou, perguntando como eu estava.

A Juliana Linhares, eu devo tantas leituras, indicações, caronas, risadas, divisão de conta de restaurante. Em você, encontrei apoio e amizade, em Campinas, em Fortaleza ou em qualquer lugar, sei que posso contar com você.

Ao querido amigo Paulo Cesar ou Cesinha, muito obrigada por me incentivar, por me ensinar tanto e por me levar com você nas aventuras de Clio. Não posso medir o orgulho que tenho em ser sua amiga.

A querida Marise Magalhães, um enorme abraço. Tão atenciosa e carinhosa será uma amiga muito querida sempre.

Ao meu amigo Dhenis Maciel, obrigada pelas conversas sempre animadas e pelo companheirismo desde a graduação e durante o mestrado.

Aos queridos Ruben Maciel, Ítalo Bezerra e Alexandre Isídio, agradeço as indicações de fontes e, principalmente, a amizade sincera.

Durante o período em que estive em Campinas, como aluna especial do mestrado em História da UNICAMP, convivi com pessoas maravilhosas, entre elas, destaco meus queridos amigos Rodrigues Junior e Ivana Cesar. Vocês ajudaram a fazer desse período, um momento mais que feliz. Obrigada por tudo!

Entre os companheiros e amigos de mestrado quero mencionar: Sandra Nancy, Ana Carmen, Bruno Cordeiro e Ney Ferreira. A todos, agradeço pelas conversas, pelo apoio e por partilharem comigo este momento tão importante.

Ainda, na graduação, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis que espero sempre ter ao meu lado. Entre elas, as queridas Jana Rafaela, Valderiza Menezes e Camila Moreira, um abraço enorme! Ainda, nesse período, conheci os amigos Gildemberg Lima, Gleilson Andrade, Rafaela Parga, Gil Sousa, companheira de trabalho no Projeto Novo Vestibular que cuidadosamente tratou da correção do texto, a querida Patrícia Xavier, Kleiton Santiago que indicou leituras e cedeu fontes e meu amigo Mário Martins, a ele, meu muito obrigado. Seu apoio e orientação foram fundamentais no momento da seleção para o mestrado, espero tê-lo sempre por perto.

No percurso acadêmico, contei ainda com o apoio fundamental do Prof. Frederico de Castro Neves, com sua palavra tranquilizadora e seus conselhos certos, trilhei um caminho mais produtivo. Agradeço seu apoio e confiança, espero, um dia, ser tão boa professora e historiadora como ele. Agradeço ainda, aos professores Eurípedes Funes e Gilberto Ramos por terem composto a banca de qualificação e por terem sido membros da banca de defesa deste trabalho. Aos dois e ao corpo docente do Departamento de História da UFC, que tanto me ensinaram durante o curso de graduação e mestrado, meu muito obrigada. A Professora Sylvia Couceiro, agradeço pela disponibilidade e atenção prestada no momento da defesa.

Finalmente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que através dos anos de bolsa, viabilizou, materialmente, a conclusão deste trabalho.



## **RESUMO**

Neste trabalho, procuramos compreender o comércio e a produção de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX, enfocando como trabalhadores e moradores da cidade relacionavam-se por meio dessas duas vias da vida urbana. Assim, tentamos mostrar algumas das variadas formas em que se desenhou o comércio de alimentos na capital e como os trabalhadores inseriram-se nesse circuito que engendrava diferentes sujeitos, promovendo, por um lado, aproximações e relações de solidariedade, mas, por outro, conflitos e contradições. Para tal empresa, utilizamos uma gama variada de documentos, tais como: livros de registros de firmas, informes publicitários, almanaques, processos crimes, jornais, códigos legislativos e crônicas.

Palavras-chave: Produção de gêneros alimentícios, Comércio, Trabalhadores

## **RÉSUMÉ**

Le sujet de ce travail c'est le commerce et la production des denrées alimentaires à la ville de Fortaleza entre la fin du XIXe siècle et le début du XXe. L'objectif principal de l'abordage c'est apercevoir les rapports établies entre les travailleurs et les habitants de la ville dans les marchés des provisions alimentaires, comme la production et commercialisation de ces genres. Parmi d'autres questions, on essaye de comprendre comment a été organisé le commerce des denrées alimentaires à la ville de Fortaleza et comment s'organisaient les travailleurs de ce secteur, ainsi que les relations de solidarité établies entre eux, et même les conflits et contradictions dans les relations entre ces sujets. Pour le développement de la recherche, on a utilisé des sortes variées de documents, telles que: livres d'enregistrement de firmes, communiqués publicitaires, almanachs, procès criminel, journaux, code législatifs et chroniques.

Mots-clés: Production des denrées alimentaires, Commerce, Travailleur

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	12
<b>CAPÍTULO I - <i>Trabalho, Comércio e Cidade</i></b>	29
1.1 Indústria e Comércio de alimentos em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX	29
1.2 Trabalhadores do comércio de Fortaleza na Primeira República	52
<b>CAPÍTULO II - <i>Sociabilidades feitas em casa e na rua: produção e consumo de alimentos</i></b>	75
2.1 Abastecimento e produção de gêneros alimentícios na cidade	75
2.2 Sociabilidades e consumo: da casa ao restaurante	100
<b>CAPÍTULO III – <i>O lugar do comércio e os lugares de comércio: os Mercados, as Bodegas e a Rua</i></b>	125
3.1- Vendas e sociabilidades: Mercados Públicos em Fortaleza	125
3.2 A venda em casa e na rua: bodegueiros e ambulantes	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	183
<b>FONTES</b>	188
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	194

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b>	Prédio do Tribunal da Relação, primeira sede da JUCEC	32
<b>Figura 02</b>	Primeira marca registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 1910	36
<b>Figura 03</b>	Cartão-Postal de 1905	118
<b>Figura 04</b>	Detalhe da Planta de Fortaleza de 1875 produzida por Adolfo Herbster.	128
<b>Figura 05</b>	Planta da cidade de Fortaleza de 1875.	130
<b>Figura 06</b>	Planta da cidade de Fortaleza de 1934	133
<b>Figura 07</b>	Destaque da Planta de Fortaleza de 1934	133
<b>Figura 08</b>	Mercado Público de Fortaleza (1897)	135
<b>Figura 09</b>	Diagrama do piso do Mercado de Ferro	140
<b>Figura 10</b>	Corte esquemático da edificação do Mercado de Ferro	141
<b>Figura 11</b>	Fachada do Mercado de Ferro em Fortaleza, 1913.	144

## ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

<b>Tabela 01</b>	Movimento do Porto de Fortaleza (1850-1870)	30
<b>Tabela 02</b>	Estabelecimentos Comerciais Matriculados na JUCEC (1891 a 1902)	34
<b>Tabela 03</b>	Armazéns e Escritórios em Fortaleza (1904 a 1907)	41
<b>Tabela 04</b>	Imposto cobrado por atividade em Fortaleza (1892-1896)	43
<b>Tabela 05</b>	Estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios em Fortaleza (1904 a 1907)	49
<b>Tabela 06</b>	Número de comerciante matriculados na Associação Comercial do Ceará	63
<b>Tabela 07</b>	Importação e Exportação Gêneros Alimentícios no Brasil	77
<b>Tabela 08</b>	Gado abatido para o consumo da população de Fortaleza (1891-1894)	87
<b>Quadro 01</b>	Preço dos gêneros básicos	87

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O caminho que me levou à problemática da venda de gêneros alimentícios, em Fortaleza, começou com as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Ceará. Entre os anos de 2005 e 2008, fui bolsista de Iniciação Científica, no desenvolvimento da Pesquisa: *A Seca e a Cidade: A Formação da Pobreza Urbana em Fortaleza (1887-1915)*, sob orientação do Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, tratando da documentação que consta do acervo do Arquivo Público do Ceará, especificamente, o Fundo da Câmara Municipal. Na análise dos dados dessa pesquisa, deparei-me com a recorrência de pedidos de auxílio de guardas-civis na fiscalização das ruas da cidade, como este:

Requisito-vos, trez guardas-civis, a fim de acompanharem diariamente os fiscais desta Prefeitura, para impedirem que as pessoas que entrarem com cargas nesta cidade, não vendam as mesmas no caminho, trazendo-as para o Mercado Público.<sup>1</sup>

Nesse ofício da Prefeitura de Fortaleza, endereçado à Secretaria da Justiça e Segurança Pública, é possível observar indicações sobre o comércio da cidade. O problema era a venda ilegal de gêneros alimentícios. Percebe-se, no documento, a necessidade da presença de guardas para acompanhar o trabalho dos fiscais, fato que aponta para o cotidiano conflituoso da venda de alimentos pelas ruas da Capital. A partir disso, algumas perguntas surgiram: Quem eram os sujeitos que se dedicavam a esse comércio, inclusive, por meio da venda ambulante? Quais os significados dessas práticas e procedimentos para a vida na cidade? Qual a motivação dessa ação fiscalizadora? O que o pedido de apoio das forças públicas de coerção significou no período? Quem reagia à fiscalização? O que significou instituir o Mercado Público como local oficial de venda?

A partir de questões como essas, um objeto de estudo foi tomando forma. Em um primeiro momento, me dediquei ao estudo do cotidiano dos trabalhadores ambulantes de carne que percorriam a cidade, mas, ao longo do percurso de pesquisa e das leituras, percebi que esses vendedores ambulantes

---

<sup>1</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará – (APEC). Ofício da Prefeitura de Fortaleza de 23 de março de 1915, endereçado à Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

faziam parte de um comércio maior que envolveu outros tantos trabalhadores e muitas outras faces da cidade.

No decorrer da pesquisa, no Arquivo Público e em outros locais de guarda de documentos, ao analisar fontes de naturezas diversas, percebi que, durante várias décadas, várias formas de produção e comércio de alimentos conviveram e influenciaram-se mutuamente na capital do Ceará, em um movimento, dificilmente, apreendido entre marcos temporais, rigidamente, estabelecidos – com dia ou ano específicos. E, para centrar a análise nas interações de ordens diversas, passei, então, a dedicar-me ao estudo da produção e do comércio de alimentos em uma perspectiva maior e mais fluida, estabelecendo o período na virada do século XIX para o XX.

Neste trabalho, portanto, tenho o objetivo de compreender o comércio e a produção de gêneros alimentícios em Fortaleza, enfocando, como os trabalhadores e os moradores da cidade relacionavam-se por meio dessas duas vias da vida urbana. Tento mostrar algumas das variadas formas em que se desenvolveu o comércio de alimentos na capital e como os trabalhadores inseriram-se neste circuito que engendrava diferentes sujeitos, promovendo, por um lado, aproximações e relações de solidariedade, mas, por outro, conflitos e contradições.

Concentrei a pesquisa documental, sobretudo, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Com base na análise de diversas fontes e embasada nas leituras e orientações, percebi que, neste período, havia um projeto de transformação de Fortaleza, implementado por determinados grupos de poder político e econômico, influenciando também no cotidiano do comércio e da produção de alimentos.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Com a chegada de comerciantes e investidores de países estrangeiros e de outros municípios do Estado, houve um significativo aumento no fluxo de comércio na cidade, propiciando a formação de uma nova classe social burguesa. Esse novo segmento, formado por comerciantes e profissionais liberais detentores de forte influência e poder econômico, formou uma nova elite que buscava mostrar-se distinta das classes sociais mais baixas. Segundo levantamento do Almanach do Estado para o ano de 1899, só na capital do Ceará, existia dezesseis escritórios de firmas exportadoras dispostas, principalmente, na Praça do Ferreira e nas ruas Major Facundo e Formosa, além de mais de cem importadores distribuídos nas mesmas ruas. Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará – (IHC). **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1889.** Sobre a influência de capitais e cultura estrangeiros na capital, durante o século XIX e XX cf: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930).** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993.

Para compreender esse processo, utilizei uma gama variada de documentos e organizei a análise em três capítulos. No primeiro capítulo, *Trabalho, Comércio e Cidade*, a partir de fontes como os almanaques da cidade e os livros de registros de firma da Junta Comercial de Fortaleza (JUCEC), é possível acompanhar a forma como o comércio, na cidade de Fortaleza, envolveu, na virada do século XIX para o XX, um considerável volume de atividades mercantis, em que convergiam produtores, intermediários e consumidores. Por meio da recuperação das propostas dos grupos dominantes locais para a organização do mercado de trabalho, foi possível evidenciar as reclamações e posições dos trabalhadores urbanos envolvidos no comércio de alimentos.

No segundo capítulo, intitulado: *Sociabilidades feitas em casa e na rua: produção e consumo de alimentos*, foram analisadas as possibilidades de produção de alimentos realizada em menor escala, dentro do perímetro urbano da capital cearense, demonstrando que parte desse abastecimento continuava sendo viabilizado pela permanência de culturas de legumes, verduras e frutas, e pelo trabalho de criação de animais de pequeno e médio porte, bem como pelas atividades de pescadores. Tais atividades contribuíram para o abastecimento de famílias e de um pequeno comércio, abrindo oportunidade de ocupação e trabalho para diversos sujeitos e, a um só tempo, conferiram feições específicas à cidade, fazendo dela um misto interessante de vivências rurais e urbanas.

No terceiro capítulo, *O lugar do comércio e os lugares de comércio: os Mercados, as Bodegas e a Rua*, foi possível adentrar o cotidiano de alguns dos espaços de venda de alimentos em Fortaleza, na virada do século XIX e início do XX: o Mercado de Ferro de Fortaleza, inaugurado no ano de 1897, o cotidiano nas bodegas e o dia-a-dia da venda nas ruas de Fortaleza, todos esses, pontos de convergência de mercadorias, pessoas e sociabilidades. Mesmo apresentando características diferentes, os vários locais de venda e produção de gêneros alimentícios foram verdadeiros pontos de referências para a vida na cidade, bem como elementos constituidores de memórias sobre o período e sobre a capital.

Desse modo, neste estudo, primei por estabelecer relações entre o dia-a-dia dos sujeitos envolvidos no comércio e na produção de alimentos e as

relações sociais que se construíam na cidade em um período marcado pelas relações de trabalho urbano estabelecidas depois da abolição da escravidão, bem como pelo início do regime Republicano no Brasil. Busquei ainda compreender como esses fatores, somados a um momento de transformação e regulação das condutas e dos espaços na cidade, influíam na vida e no trabalho dos envolvidos na venda e na produção de alimentos e, dessa forma, compreender a experiência desses sujeitos e a vida na cidade.

Ao pretender falar do comércio e da produção de alimentos que envolveram os trabalhadores urbanos em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX, foi imprescindível a utilização de alguns conceitos que tornaram possível a apreensão dos elementos do passado. Assim, acreditamos ser preciso deixar evidente a tensão que o uso de conceitos levanta, afinal, eles são, a rigor, uma construção social.

No que diz respeito ao termo “cidade”, Marcel Roncayolo, na Enciclopédia Einaudi, trata o conceito em linhas gerais, em uma perspectiva de longa duração, demonstrando como o termo pode englobar diversas realidades sociais. Ao longo da sua explanação, o autor levanta formas de tratar esse problema fundamental, partindo de critérios relacionados à atividade e às funções urbanas como, por exemplo, critérios quantitativos, sobretudo, os demográficos, em que residem as possibilidades de delimitação de uma cidade por meio de um número mínimo ou máximo de habitantes, critério, largamente, utilizado pelos interessados em delimitar as cidades.<sup>3</sup>

Diante das possibilidades apontadas, no texto de Roncayolo, persistem as dificuldades em definir a cidade. As cidades mostram-se, cada vez mais, como estruturas dotadas de peculiaridades, fazendo da originalidade um dos pontos constantes entre as mais diferentes realidades urbanas. Diante disso, compreende-se a propagação de estudos relacionados às questões urbanas, envolvendo as mais diversas áreas, como, por exemplo, a geografia, a arquitetura e o urbanismo (área derivada dessa preocupação crescente), além da história urbana.

Cada vez mais difundida, a história urbana tem sido, muitas vezes, vista como campo específico da história, no entanto, a atenção de seus estudos

---

<sup>3</sup> RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imp. Nacional, 1986.

recai, sobretudo, na urbanização vista como processo social. Em um atual quadro de valorização das discussões sobre as cidades e sobre o fenômeno da urbanização, a história que se dedica a esse tema tem passado por uma revisão que abarca a natureza de seus estudos e de seus objetos.

Segundo Stella Brescianni,<sup>4</sup> nos dois últimos séculos, imagens e representações sobre as cidades foram elaboradas, conduzindo a avaliações positivas e negativas. Alguns estudiosos e observadores identificaram, nas cidades em crescimento, no século XIX, a criação e a ampliação das desigualdades sociais, pensamento reiterado durante a virada do século XIX para o XX. Diante das estruturas urbanas, vertiginosamente, ampliadas e organizadas, a cidade é entendida como *habitat* natural da civilidade e da produção, mas também palco da pobreza urbana e das posturas individualizadas, favorecendo as imagens da cidade em contraste com as representações difundidas sobre a vida rural idealizada.<sup>5</sup>

A autora comenta ainda a existência de uma “estreita relação entre a representação intelectualizada da vida urbana e a percepção da cidade pelas pessoas cultas”.<sup>6</sup> Essas explicações teriam, então, um importante papel na elaboração das interpretações harmoniosas que, desenvolvidas em termos racionalistas, traduziriam a vida nas cidades. São obras que tratam da vida urbana ou têm a cidade como pano de fundo, acumulando diversas avaliações sobre a condição de vida nas cidades e oferecendo material considerável para as análises dos efeitos do processo de crescimento urbano na vida das populações de tempos e locais diferentes.

A análise das crônicas, por exemplo, nos permite compreender como as memórias sobre a cidade constituíam-se no final do século XIX e quais os seus significados. Nas obras selecionadas para esta pesquisa, temos elementos importantes para a compreensão do comércio e da produção de alimentos na cidade, bem como a respeito do cotidiano dos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais e do Mercado Público, dos aspectos físicos da cidade, bem como da construção de representações elaboradas sobre eles.

---

<sup>4</sup> BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e Historiografia das cidades, um percurso*. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>5</sup> Sobre o tema cf: WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>6</sup> Cf. BRESCIANNI. *Ibidem*, P. 240.



Acerca da figura dos bodegueiros e das relações estabelecidas com seus clientes, por exemplo, muito ficou registrado nas páginas de livros de reminiscências, registros individuais que contêm traços de uma memória que é coletiva. A partir da noção de “memória coletiva”, proposta por Halbwachs, entendemos que a memória é uma construção coletiva do passado elaborada a partir de condições sociais do presente, em que o a recordação faz-se na medida em que ela informa a um grupo social seu presente, de modo que ambos (passado e presente), através de informações que projetam um sobre o outro, constroem-se e são compreendidos.<sup>7</sup>

Em uma das obras analisadas, *Descrição da Cidade de Fortaleza*, é possível perceber a construção da memória de diversos locais da cidade. Nosso foco principal é a descrição da construção do Matadouro Público e do primeiro Mercado da cidade. Esses espaços estão, amplamente, relacionados com o trabalho e a vida de nossos sujeitos históricos além de serem entendidos como espaços fundamentais para o abastecimento da cidade e como constituidores da vida urbana.<sup>8</sup>

Assim, ainda como base de apoio ao nosso estudo, ressaltamos algumas contribuições importantes às análises da vida urbana, como os estudos realizados por Michel Foucault, em trabalhos que reformularam o modo de pensar as cidades. Sua principal contribuição refere-se à introdução da dimensão do campo do poder e dos “equipamentos do poder” nas cidades.<sup>9</sup>

Outro marco dos estudos da urbanidade e da modernidade são os trabalhos de Walter Benjamin que ofereceu uma perspectiva de estudo preocupada em historicizar as cidades, dando atenção aos ritmos e temprrópios da vida urbana.<sup>10</sup>

Por fim, elencamos os trabalhos de Raymond Williams que priorizaram a aproximação entre literatura e história, atentando leitores e estudiosos para o contexto sociopolítico e cultural no qual as obras que versam sobre cidade ou campo foram produzidas, além de valorizar a posição política e social dos

---

<sup>7</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>8</sup> MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da cidade de Fortaleza*. In: *Revista do Instituto do Ceará* Nº 3 - 4 trimestres, 1895.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985b.

<sup>10</sup> BENJAMIN, Walter. **A Modernidade e os Modernos**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

autores responsáveis pela criação das várias representações acerca da vida urbana e rural.<sup>11</sup>

Partindo do aporte teórico produzido pelos autores elencados acima, observamos as complexas e variadas possibilidades de abordar a questão urbana, sendo difícil estabelecer o que poderia ser excluído desse tema. Ulpiano Bezerra de Menezes, por sua vez, aponta reflexões e propostas interessantes para o problema, no texto *Morfologia das Cidades Brasileiras. Introdução aos Estudos Históricos da Iconografia Brasileira*. Ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de historicizar a cidade como ser social.<sup>12</sup>

A preocupação do autor relaciona-se às frequentes aplicações de termos que revestem a cidade de um caráter generalizante e abstrato, capaz de abarcar diferentes situações históricas. Assim como Raymond Williams,<sup>13</sup> percebemos que a palavra cidade tem sua própria historicidade, tendo sido, usualmente, utilizada na explicação de realidades históricas, marcadamente, distintas, o que faz dessa uma expressão de difícil definição. Na arriscada tarefa de conceituar a cidade, critérios socioculturais e funcionais alternam-se e mesclam-se, no entanto, dão sempre margem para novas discussões.

Historicizar a cidade significa defini-la e explorá-la, considerando suas práticas e, evidentemente, as representações que foram instituídas pela própria sociedade, transformando-a invariavelmente. Partindo desse pressuposto, é possível problematizar a cidade e combater sua fetichização, que, em muitos casos, fomenta a predefinição da cidade, diminuindo a importância das suas complexidades e peculiaridades, historicamente, produzidas.

---

<sup>11</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>12</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. São Paulo: Revista USP. junho/agosto 1996. p 147

<sup>13</sup> “A cidade como ordem de assentamento realmente característica, sugerindo um modo de vida totalmente diferente, não se estabelece de forma completa, com suas conotações modernas, até o início do século XIX, embora a ideia tenha uma história muito longa, desde o pensamento renascentista e até mesmo clássico. A ênfase moderna pode ser rastreada na palavra, na crescente abstração de cidade como um termo relativo a lugares ou formas administrativas específicas, e na crescente generalização das descrições da vida urbana moderna em grande escala.” WILLIAMS, Raymond. **Palavras - chaves: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. P. 77.

Segundo Marcel Roncayolo (1986), a cidade não pode reduzir-se a um conjunto de objetos urbanos ou a uma combinação de funções, pois a mesma agrupa pessoas sob a forma de comunidade, sendo, portanto, essencialmente, política; por outro lado, não pode ser entendida unicamente no interior de seus limites, ela está relacionada com o espaço que a circunda.

Na sua explanação sobre as formas da cidade, Roncayolo faz uma afirmação interessante com relação a possibilidade do fim da cidade em uma perspectiva teórica, por meio da substituição do termo por uma reflexão geral sobre as formas espaciais. Nota-se, com isso, a importância da dimensão espacial para a compreensão da cidade.<sup>14</sup>

Sobre as discussões envolvendo as relações entre os homens e o espaço e, portanto, sobre a forma da cidade, o geógrafo Milton Santos, no livro *A Natureza do Espaço*, trata o problema apontando o espaço como expressão da cristalização da experiência passada da sociedade e também do indivíduo, corporificada em formas sociais.<sup>15</sup> Tal postulado baseia-se e supera a expressão cunhada por Sartre, o “prático-inerte”, que ressalta a relação dessa experiência dos homens com a paisagem. Milton Santos, porém, aponta as formas geográficas materiais do espaço como “expressão mais acabada do prático-inerte”. Os homens exercem-se no espaço, e este se dá como “um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”.<sup>16</sup> Tratando da morfologia urbana, Ulpiano Bezerra de Menezes esclarece ser essa uma questão que pressupõe aspectos materiais, apreensíveis por meio dos sentidos.<sup>17</sup>

Entretanto, esses aspectos não podem ser encarados como realidade auto-explicativa. “Assim, quer se trate de padrões gerais de organização do espaço, quer de elementos pontuais que o mobilizam, é preciso ir além do puro nível empírico, visual”.<sup>18</sup> As delimitações espaciais estabelecidas pelo poder público através de plantas cartográficas, por exemplo, aparentemente, parecem dotadas da capacidade de remeter ao todo da cidade, no entanto, é preciso desnaturalizar esses elementos formais problematizando-os de forma a expor

<sup>14</sup> RONCAYOLO, Marcel. Op. Cit. p. 397.

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

<sup>16</sup> Cf. SANTOS. Ibidem, p. 254.

<sup>17</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Op. Cit. p 147.

<sup>18</sup> Cf. MENESES. Ibidem, p. 148.

sua construção histórica, deixando evidente que tais elementos não são emanações diretas e verdadeiras da realidade.<sup>19</sup>

Para fugir dessa armadilha de análise relacionada à naturalização da cidade, o autor aponta dimensões imbricadas. Trataremos da cidade “artefato”, perspectiva apontada pelo autor como sendo a percepção da cidade de um ângulo complexo e constituído historicamente, em que estruturas, espaços, arranjos e equipamentos, formas produzidas por forças políticas, econômicas, especulativas e culturais, precisam ser consideradas pela análise. O artefato consta, então, como fruto desses campos de força.<sup>20</sup>

A cidade não se limita a suas referências materiais, ela é também representação. As práticas sociais que forjam os artefatos (e são reproduzidas por eles), realizam-se por meio das representações sociais. O conceito de representação aqui utilizado engloba as complexidades do imaginário, da imagem, esquemas de inteligibilidade, valores e ideologias, entre outros. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes, muitas vezes, a imagem é considerada como cenário dotado de predicados inerentes, simples decorrência da visualidade, merecendo posição privilegiada nos estudos da vida urbana.

O poder público planeja e divide o complexo espaço urbano, estabelecendo traçados, nomenclaturas e numerações, produzindo registros de seus feitos, dando a conhecer o território imaginado e idealizado. O quadro de profissionais ligados à essa formulação da cidade, no século XIX, é marcado, sobretudo, pela presença de engenheiros, administradores, arquitetos e médicos sanitaristas. Esses profissionais (re)criam a cidade, primeiro, no papel, depois, em ações de transformação física. A cidade não se estrutura somente por meio de sua materialidade e do trato que intervém no espaço. Existe um processo paralelo de construção urbana forjada pelas pessoas que por ela passam ou que nela residem.

Fortaleza, segundo o censo de 1872, possuía mais de 20.000 habitantes e, após a seca que durou de 1877 a 1879, atingiu, segundo os dados censitários de dezembro de 1878, 48.369 habitantes, resultando em um

---

<sup>19</sup> Cf. Ulpiano Bezerra de Menezes para analisar o conceito de “reificação”, em outras palavras, “o processo de transferência que impede o reconhecimento do lugar de geração das formas, dos valores e sentidos que elas implicam e das funções que elas desempenham e efeitos que provocam”. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Op. Cit. P. 148.

<sup>20</sup> Op. Cit., p. 149.

crescimento populacional de 141%, em um intervalo de apenas seis anos.<sup>21</sup> A capital era alvo de atração por todo o sertão cearense que se encontrava no processo de esplendor econômico, recebendo grandes investimentos industriais e comerciais. Diante de um clima de crise, na agricultura, de secas periódicas, ampliou-se a migração rural-urbana de uma população que vinha com a expectativa de fuga dos problemas deixados no sertão, buscando melhorias de vida e trabalho.<sup>22</sup>

O acréscimo de espaço dedicado à ocupação urbana e à implementação de mais equipamentos urbanos, em Fortaleza, dá o tom das mudanças na estrutura da cidade, o que influenciou, naturalmente, no transporte de pessoas, de mercadorias e nas atividades comerciais e, de forma geral, na apreensão da cidade por parte de seus habitantes. A implantação de serviços, como a construção de uma doca no porto (1862), o transporte realizado por bondes à tração animal, a iluminação a gás carbono, em 1848, o serviço telefônico, entre outras aparelhagens e edificações, fornecem indícios sobre a consolidação de novos modos de vida e comércio na cidade, cada vez mais marcados pela urbanidade.

Este momento marca o início do processo de expansão urbana efetiva, provocada, essencialmente, pelo crescimento econômico e demográfico. Mesmo assim, não existiam muitos empregos nem infra-estrutura urbana necessária para atender o enorme contingente que se deslocava para a capital, situação que favoreceu o surgimento de moradias precárias em terrenos públicos desocupados.

No final do século XIX, portanto, a cidade modifica-se, recebendo contornos mais complexos na medida em que se torna, progressivamente, um sistema de representações. Isso pode ser visto, por exemplo, na imagem panorâmica da cidade produzida por meio das plantas cartográficas, como a Planta da Cidade, por Adolpho Hebbster, de 1875. Tal imagem permite um ângulo renovado de aproximação com o todo urbano, gradualmente, perdido diante da ampliação do perímetro central da cidade, contribuindo para a

---

<sup>21</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. SOUSA, José Weyne de Freitas. *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX*. In: **Trajetos**. Revista do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: nº 7, 2007.

<sup>22</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

elaboração e a difusão da categoria “cidade”, amplamente, relacionada com as formas idealizadas com base em pressupostos técnicos e modernizantes. As feições da urbe transformam-se ao longo das décadas, conservando, porém, a despeito dos planejamentos, seu caráter complexo, fluido e conflituoso.

A cidade como panorama é, pois, característica da cidade moderna. As apreensões da urbe por parte de seus habitantes, estrangeiros, futuras gerações e estudiosos dão-se a partir de experiências diversas, produzidas pelas práticas sociais e por toda a atuação de um complexo campo de forças no tempo.<sup>23</sup> Cabe compreender essa nova sensibilidade de apreensão do urbano com base no cotidiano de seus habitantes, grande parte ocupando-se dos trabalhos na cidade.

Dessa forma, tomamos como importantes referências para a presente pesquisa o estudo sobre as especificidades do cotidiano de trabalho e pobreza urbana, desenvolvido pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias. No livro *Quotidiano e Poder*, a autora nos oferece importantes considerações teórico-metodológicas quando aborda a realidade de vida e de trabalho de mulheres pobres, escravas e livres, na cidade de São Paulo, durante o século XIX. Dias propõe, no livro já citado e no ensaio *A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*, uma análise dialética das relações entre as minúcias significativas e os processos globais. Dessa maneira, poderemos apreender papéis informais enquanto experiências vividas pelos sujeitos históricos, entre a norma e a ação, desvendando uma margem possível de resistência e conferindo ao estudo do cotidiano um caráter político. Em seus escritos, observamos ainda a indicação de considerar o caráter plural de práticas que participam da construção da realidade social por meio de uma resistência cotidiana, difícil de ser alcançada nas fontes, geralmente, indiretas e fragmentadas.<sup>24</sup>

Diante da tentativa de dar contornos claros a indivíduos, historicamente, silenciados, é necessário manter-se sempre alerta, de olhos bem abertos, para possíveis vestígios que nos dêem informações sobre os vendedores e negociantes de Fortaleza no período que corresponde ao final do século XIX e

---

<sup>23</sup> MENESES. Upiano. Op. Cit., p. 148.

<sup>24</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*. **Projeto História**, São Paulo: Educ, nº 17, 1998.

início do século XX e, assim, problematizar vários aspectos da sociedade do período.

Esse esforço aparece, como uma via legítima de luta contra os estereótipos que desqualificam os trabalhadores e, assim, como lembra a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias: “novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microsocial do cotidiano”.<sup>25</sup> Essa história é comprometida com o exame de conflitos no interior das dinâmicas sociais e com a problematização dos sujeitos silenciados no conjunto das relações de poder. Dessa forma, esmiúça mediações sociais, abordando o contexto mais amplo da sociedade em que viveram esses sujeitos históricos.<sup>26</sup>

Tal preocupação, em tratar do cotidiano dos trabalhadores urbanos ligados à venda de alimentos, busca tornar visível a heterogeneidade da sociedade do período. No artigo *Os trabalhadores urbanos na fala do outro*, Maria Célia Paoli aponta alguns caminhos para a abordagem das diversas “experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas”:

Se reconhecer que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo, diferenciada e se projetando no tempo, há uma redescoberta do cultural como central ao entendimento da dominação.<sup>27</sup>

Nas últimas décadas, a história social e a história cultural, recorrentemente, produziram pesquisas que tratam de temas diversos, suscitando um cenário de debate em torno da história dos trabalhadores urbanos, no qual as discussões envolveram, de um modo geral, os limites do uso da palavra cultura. Essa efervescência de discussões confirma e fomenta a existência de modos diversos de formular problemas e de abordar a documentação em História.

---

<sup>25</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. P. 14.

<sup>26</sup> Cf. DIAS. Op. Cit., P. 232.

<sup>27</sup> PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira*. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) **Cultura e Identidade Operária. Aspectos da Cultura de Classe Trabalhadora**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987, p. 57-58.

No artigo intitulado *História Cultural e História Social*,<sup>28</sup> a historiadora Sílvia Hunold Lara afirma que o uso de conceitos polarizados que separam economia e cultura ou cultura e sociedade é um dos principais problemas que atravancam a aproximação entre a história social e a história cultural. Nesse sentido, observamos que, em história social, podemos, por meio de análises que aproximam aspectos diversos da experiência humana, explicar relações mais amplas. Acreditamos que privilegiar a análise de conflitos que se cruzam e expressam-se nas tramas sociais possibilita uma proximidade entre os debates da História Social e da História Cultural:

Homens e mulheres experimentam identidades e diferenças ao longo de suas vidas. Compartilham interesses e ou lutam contra inimigos comuns, pensam sobre isso e consideram suas estratégias a partir de certos valores, herdados ou construídos. A experiência não pertence a história social ou à História cultural, mas interliga necessariamente as duas abordagens.<sup>29</sup>

Um dos responsáveis pela consolidação das análises sociais preocupadas com o aspecto cultural é Edward Palmer Thompson (1924-1993). De formação e militância marxista, Thompson reformulou métodos e problemáticas do materialismo histórico por meio da crítica severa à ortodoxia marxista de cunho economicista. O historiador inglês teve sua produção marcada pela emergência das múltiplas experiências dos sujeitos que, trazidos à baila, são percebidos como artífices das transformações sociais. Em seus textos, homens e mulheres recuperam sua historicidade e surgem como construtores de sua própria história.

Em estudos sobre a formação da classe trabalhadora e sobre a plebe inglesa no século XVIII, o historiador privilegiou o uso da noção de cultura entendida como definidora do meio – material e simbólico – em que os sujeitos vivem, agem e refletem. A partir disso, os sujeitos, mesmo diante das pressões que sofrem, fazem suas escolhas e transformam a realidade.

Segundo balanço oferecido por Thompson, no capítulo *O termo ausente: experiência em A miséria da teoria*, a historiografia atual fomentou uma

---

<sup>28</sup> LARA, Sílvia Hunold. *História Cultural e História Social*. In: **Revista Diálogos**. Revista do Departamento de História, da Universidade Estadual de Maringá, n. 1, Vol. 1, 1997.

<sup>29</sup> LARA, Sílvia Hunold. Op. Cit. P. 27.



tradição condizente com essa perspectiva, desenvolvendo os métodos e o discurso da disciplina em direção a uma compreensão mais abrangente do processo histórico.<sup>30</sup>

Quanto à ligação entre cultura e experiência, Thompson deixa claro que as pessoas sentem as suas experiências e tratam desse sentimento na cultura em forma de normas e valores, “essa metade da cultura pode ser conhecida como consciência afetiva e moral”, bem como propõe uma visão materialista da moral, que seria gerada no viver e, mesmo sendo influenciada, cotidianamente, pela estrutura, não é determinada por ela. O autor salienta que, com “experiência” e “cultura”, estamos em um ponto de junção de outro tipo.

Thompson introduziu o mote da cultura como fenômeno importante do materialismo histórico. Ela é vista, em suas teses e argumentos, como um processo que abarca luta e invenção. Dessa maneira, o historiador contribuiu com importantes elementos para a renovação teórica marxista, vinculando a concepção de “cultura” ao conceito de “experiência”, incorporando assim múltiplas evidências da vida de homens e mulheres que, no plano da consciência, tratam dos aspectos culturais para em seguida agirem sobre situações determinadas.

Percebemos que, a partir do uso do termo “cultura” – intimamente relacionado ao desenvolvimento do conceito de “experiência” – e de uma abordagem bastante aproximada da antropologia cultural, é possível recuperar os elementos fundamentais para a reconstituição dos confrontos sociais, conferindo dinâmica à vida dos sujeitos históricos, inseridos em um conjunto de normas, obrigações e expectativas existentes em cada grupo social. Nesse ensejo, o conceito de “experiência” em Thompson contribui para compreender melhor a perspectiva cultural na feitura da História social, dando base ao estudo do cotidiano e do trabalho dos sujeitos dedicados a produção e ao comércio de alimentos em Fortaleza.

Com base nesta vertente de análise, buscamos sinalizar para a existência de uma cultura ativa e dinâmica que permeia os conflitos e as relações estabelecidas pelos sujeitos históricos. Partindo das demonstrações realizadas até aqui, afirmamos que a abordagem atual de temas como o

---

<sup>30</sup> THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 189.

trabalho, a cidade ou a cultura popular são desdobramentos da aproximação entre o estudo da cultura e a História social e é com base nesse postulado que abordamos o cotidiano, o trabalho e a experiência dos sujeitos que se dedicavam à venda de gêneros alimentícios. Suas incursões davam-se em um espaço específico, a cidade, e, nela, os projetos antagônicos, dificilmente, coincidem com as experiências concretas da população explorada. Dessa forma, nossa abordagem trata do impasse entre a concretude das experiências, no tempo, desses sujeitos históricos e o formalismo do discurso e das ações normativas. A partir disso, buscamos uma leitura das fontes que propiciem a problematização de uma multiplicidade de sujeitos.

Perseguindo vestígios sobre o comércio e a produção de gêneros em Fortaleza, trataremos dos trabalhadores envolvidos nesses ramos, e, para isso, analisamos ainda um conjunto de fontes formado por documentos, em sua maioria, oficiais, ou seja, produzidos pelas instituições governamentais do período. Trata-se, principalmente, dos Ofícios de Correspondência da Intendência e da Câmara Municipal e dos Códigos de Postura do Município.

Através da análise dos ofícios, chegamos a indícios preciosos sobre a conduta fiscalizadora do poder público. As informações presentes na documentação nos instigam a questionar mais sobre os interesses ordenadores e higienistas das elites do período, bem como sobre a defesa dos interesses econômicos de um segmento interessado no monopólio da venda da carne. Dessa forma, abordaremos os conflitos existentes entre os interesses de uma elite política e comercial e a ação fragmentada, porém, atuante, dos vendedores ambulantes e bodegueiros. Deixamos claro que a análise da documentação não se limitará à busca de informações sobre as estratégias do poder para ordenar a cidade, pois o nosso foco de análise está no trabalho dos sujeitos envolvidos na venda e na rede de conflitos que os cercam.

As informações sobre o processo de configuração do comércio e da produção de gêneros na capital, bem como dos sujeitos históricos envolvidos neles, são fragmentadas e dispersas. No entanto, as dificuldades não devem minar a tentativa de reconstruir papéis sociais, historicamente, marginalizados, como é o caso dos indivíduos que se dedicavam ao trabalho no comércio de alimentos. Mesmo diante das dificuldades, a pesquisa é viável, sobretudo, diante do acesso real a fontes escritas e oficiais, pois, como argumenta a

historiadora Laura de Melo e Souza, em pesquisa sobre trabalhadores pobres em Minas Gerais do século XVIII:

[...] o historiador só pode trabalhar com documentos que existem: não pode inventá-los, mas pode re-inventá-los, lê-los com novos olhos. Um documento oficial pode conter dados sobre as camadas sociais que não entravam na cogitação das pessoas que, durante séculos, procuram nele informações sobre administração ou política.<sup>31</sup>

No que diz respeito à análise de processos-crimes, as possibilidades do acervo são inúmeras, principalmente, quando observamos os processos que tratam de conflitos entre os trabalhadores do Mercado Público. Essa documentação trouxe a possibilidade de expandir nossa percepção sobre os embates dentro do comércio de gêneros alimentícios, no período em análise, e outras questões, desde que atentemos para seu caráter polifônico: através deles, teremos acesso a diferentes pontos de vista e interesses que formam uma multiplicidade de informações e que inspiram cuidados e possibilidades de perspectivas.

Além da documentação mencionada, há ainda fontes impressas diversificadas, como por exemplo, as obras de memorialistas. O texto memorialístico é visto aqui como elemento que faz parte de uma tentativa de construção de um passado específico, uma tentativa de organizá-lo. Dessa forma, é necessário, sobretudo, problematizar o lugar social do autor com o objetivo de fazer um uso responsável das obras como fontes históricas. No acervo do Instituto Histórico do Ceará temos acesso, ainda, à coleção de Almanques que trazem dados imprescindíveis para a compreensão do comércio e do consumo de gêneros alimentícios no período abordado pelo presente estudo.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> MELO E SOUSA, Laura de. **Desqualificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 28.

<sup>32</sup> Para Maria Luiza Martins, os textos memorialísticos em Fortaleza “tinham como características centrais a escrita linear, aos moldes positivistas, além de trazerem idéias abolicionistas e republicanas” e escritores como Eduardo Campos e Raimundo Girão, filiados ao Instituto Histórico do Ceará teriam “a pretensão e cuidado de ‘capturar’ e ‘cristalizar’ manifestações populares rurais e urbanas” MARTINS, Ana Luiza Rios. **Práticas Urbanas na escrita memorialista do fim do século XIX e início do XX na cidade de Fortaleza – CE**. HISTORIEN - REVISTA DE HISTÓRIA [3]; Petrolina, abr./set. 2010, p. 168. Ver ainda: CERTEAU, Michael de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papiros, 1995.

Dentro da cidade de Fortaleza, reta em suas ruas e sinuosa em suas relações, focalizamos um ângulo preciso de análise: o comércio e a produção de gêneros na capital e o cotidiano de sujeitos que circulavam na cidade como vendedores ou consumidores, entre o final do século XIX e início do XX. Sua existência está enredada em tramas complexas e abrangentes, afinal, para entender os significados presentes, no comércio e na produção de alimentos na cidade, é preciso espriar olhares em prol da inteligibilidade das redes de relações estabelecidas em maior escala, dando conta, portanto, da complexidade da urbe.

O ritmo da cidade dará o tom de nosso estudo. Diante das pistas, compor-lhe a figura é exercício irresistível e válido na medida em que o mínimo contorno e cheiro humano é o que aguça os sentidos do historiador. Busco uma análise do comércio e produção de alimentos em Fortaleza, no final do XIX e início do XX. Nesta introdução, sua silhueta é um registro ainda tímido, sendo também um convite para, com base no trato das fontes e em pressupostos teóricos, seguirmos a leitura e pensarmos a problematização do cotidiano e trabalho na capital e, dessa forma, construir conhecimento histórico.

## CAPÍTULO I - *Trabalho, Comércio e Cidade*

### 1.1 Indústria e Comércio de alimentos em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX

As atividades ligadas à produção agrícola e pastoril foram o ponto alto na economia cearense no início do século XIX. A negociação dessa produção e o papel político-administrativo podem ser considerados como pontos importantes para a consolidação de Fortaleza como centro hegemônico na Província. Assim, a entrada de capitais, na cidade, determinou, a partir da segunda metade do século XIX, um maior relevo no crescimento urbano.<sup>33</sup>

Durante o século XVIII, a exportação de algodão cultivado, sobretudo, na Serra de Uruburetama, expandiu-se e Fortaleza, como ponto mais próximo para o embarque do produto, passa a atender as demandas geradas com o avanço da indústria têxtil mundial no período em que o principal exportador, os Estados Unidos da América, não dá conta do abastecimento do mercado têxtil devido aos desdobramentos do conflito civil interno, a guerra de Secessão (1861-1865).<sup>34</sup>

Com a construção do sistema ferroviário que interligava os polos produtores à capital e a melhoria do porto nas proximidades da Prainha, a circulação de mercadorias e de capital, na cidade, tornou-se mais vultosa, o que pode ser observado através do levantamento das atividades do Porto da cidade de Fortaleza, que, naquele momento, era o principal escoadouro da produção do Estado do Ceará, fazendo com que a capital se inserisse nas principais rotas comerciais do mundo. Além disso, o porto, por seu papel de espaço de troca de mercadorias, favorecia a ocupação dos agentes que tinham ligações diretas com o ambiente portuário: estivadores, prostitutas, bares e estabelecimentos de jogos de azar para os catraieiros, sociabilidades que

---

<sup>33</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade: Conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. Em seu trabalho, a autora acompanha o processo de consolidação da hegemonia de Fortaleza enquanto centro do sistema socioeconômico do estado do Ceará, em um período em que a cidade assume a dianteira das atividades comerciais, coordenando o fluxo de circulação de capital e mercadoria.

<sup>34</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 2ª edição. P. 120.

constituíam a vivência urbana da capital que se incluía, cada vez mais, na divisão internacional do trabalho.

**Tabela 1 - Movimento do Porto de Fortaleza (1850-1870)**

ANOS DE EXERCÍCIOS	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Estrangeira	Nacional	Estrangeira	Nacional
1850-55	2216	894	1533	340
1855-60	4804	2620	5281	1168
1860-65	6021	2620	10752	1679
1865-70	13173	4359	21651	585

**Fonte:** LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: Conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. P. 114.

Na segunda metade do século XIX, a cidade passou a ser um importante centro coletor da produção pastoril e agrícola do interior do estado, tendo sido, antes, sede inexpressiva frente à Aquiraz, verdadeiro reduto econômico do século XVIII. O algodão e a pecuária seriam, então, os impulsionadores de um crescimento econômico que se expressava na vitalidade do comércio e no surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais da cidade. Em decorrência da diversificação de atividades, exigiu-se uma maior concentração de capitais que se manifestou na atuação de bancos, como, por exemplo, o Banco do Ceará, instalado em 1º de março de 1898, movimentando um capital de 1.000:000\$000. Seus escritórios estavam no centro das transações da cidade à Praça José de Alencar e Rua Senador Alencar.

No porto do Mucuripe, chegavam os navios que transportariam o algodão para a Europa. O maior número deles vinha da Inglaterra, país que, ainda no começo do século XIX, foi responsável pela criação do primeiro estabelecimento de exportação sediado na capital. Em meados do século XIX, verifica-se forte influência inglesa no desenvolvimento socioeconômico e cultural de Fortaleza por meio das crescentes investidas no ramo de exportação e importação, e no comércio de artigos de moda e de utensílios domésticos, em lojas como a Casa Manchester e a Casa Reeckell.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 2ª edição. P. 120.

A configuração urbana da capital foi marcada por essas atividades comerciais empreendidas por diversos sujeitos, muitos deles vindos de outros estados brasileiros e de países distantes. Eram portugueses, italianos, ingleses e libaneses que, entre tantos outros imigrantes, se estabeleceram em Fortaleza, principalmente, no começo do século XIX em diante. Entre familiares e compatriotas, havia grande circulação de valores, saberes, capitais e informações acerca das oportunidades econômicas no Ceará. Boa parte delas estava ligada ao comércio e à pequena indústria.<sup>36</sup>

Como parte constituída e dinamizadora do comércio em Fortaleza, temos a presença desses sujeitos e, também, de duas importantes instituições comerciais na cidade: a Junta Comercial do Ceará e a Associação Comercial do Ceará. Entendemos que a existência das sedes dessas associações, na capital, neste momento específico, segunda metade do século XIX, confirma a importância estratégica de Fortaleza enquanto centro comercial.

A Associação Comercial do Ceará criada pelo governo imperial, por meio do decreto 4.059, de 28 de dezembro de 1867, teve como seu primeiro presidente Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu, importante político cearense. Participou ativamente do jornal Cearense, ligado ao Partido Liberal, do qual era membro, foi senador do Império em 1864 e chefe do partido no estado até a sua morte. A influência do então presidente dá ideia da força e importância da associação que permaneceu, durante a virada do século XIX, com um grande número de filiados, sobretudo, na capital do Estado.<sup>37</sup>

A Junta Comercial do Ceará (JUCEC) foi criada, em 30 de novembro de 1876, pelo Decreto nº 6.384 e instalada no ano seguinte, suas atividades foram iniciadas no prédio do Tribunal da Relação, sua segunda sede foi no Palácio

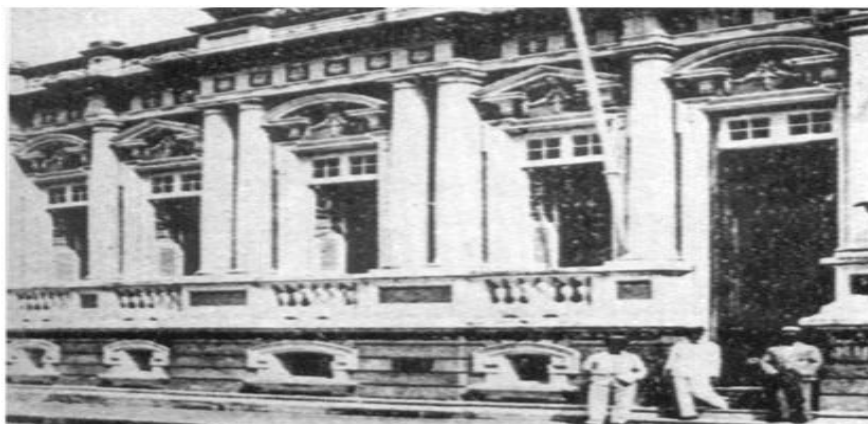
---

<sup>36</sup> Segundo Ruben Maciel, “Os “galegos” [...] encontravam no mundo dos negócios uma “janela” pela qual se inseriam em novas relações sociais. No caso dos imigrantes, isso poderia ser ainda mais decisivo. O que estava em discussão era a própria sobrevivência individual e/ou familiar que, atrelada ao desejo de melhores dias, acendia a necessidade de melhor locomoverem-se por dentre as redes locais de negócios. Não era de todo incomum que estrangeiros residentes em Fortaleza circulassem por ruas comerciais e/ou se cruzassem em transações mercantis.” In. FRANKLIN, Ruben Maciel. **“Gallegos”, “Gombadres” e negócios: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza – CE (1890 – 1930).** Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2010. P. 103. Ainda sobre o tema ver: LEITÃO, Cláudia Sousa. **Memória do Comércio Cearense.** Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2001, pp. 123 - 130.

<sup>37</sup> NOBRE, Geraldo da Silva. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará 1866-1991.** (Edição Comemorativa do CXXV aniversário de Fundação) Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

Guarani, localizado, à época, no cruzamento das Ruas Barão do Rio Branco e Senador Alencar.

**FIGURA 1** - Prédio do Tribunal da Relação, primeira sede da JUCEC



**Fonte:** <<http://www.jucec.com.br/categoria1/historico>> Acesso em: 13 out. 2010.

O Decreto nº 6.384, de 30 de novembro de 1876, organizava as Juntas e Inspetorias Comerciais por todo o Império, regulando o exercício e as respectivas funções, havendo, por meio dele, Juntas Comerciais no Rio de Janeiro e nas cidades de Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, S. Salvador e Porto Alegre.<sup>38</sup> Os distritos da jurisdição da Junta Comercial da capital do Império compreendiam o Município Neutro e as Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goyaz e Mato Grosso, e o de Fortaleza encampava as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte.<sup>39</sup>

A instituição era composta de um Presidente, um Secretário letrado, quatro Deputados comerciantes e dois Suplentes comerciantes. O primeiro presidente foi Joaquim da Cunha Freire - o Barão de Ibiapina, que assumiu o cargo por 47 anos, de 1877 a 1924.

A fundação da Junta Comercial do Ceará e da Associação Comercial do Ceará demonstra como, na segunda metade do século XIX, o comércio na Capital tornou-se mais vultoso, exigindo uma crescente organização por parte

<sup>38</sup> <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103834/decreto-6384-76>. Acesso em 14 de outubro de 2010

<sup>39</sup> <http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/historico>. Acesso em 14 de outubro de 2010



do poder público e de instituições privadas, ocasionando uma burocratização ascendente do setor do comércio no Estado do Ceará.

Por meio dos Almanques do Estado do Ceará, a Associação Comercial disponibilizava as listagens dos seus comerciantes matriculados e a Junta Comercial do Ceará organizou séries de dados acerca dos registros de firma em seus livros. Tais documentos concorrem para o conhecimento e problematização das atividades comerciais do Estado e da Capital, pois, os registros destas instituições dão a ver o movimento comercial da cidade na virada do século, apontando não só o comércio de grande trato, mas também a existência de diversos comércios menores que negociavam gêneros alimentícios, empresa que era a fonte de renda de parte da população de Fortaleza no período.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Os Almanques são tratados aqui como fontes importantes, principalmente, diante da multiplicidade de informações contidas nele. A publicação dos livros foi levada adiante, tendo como nome de destaque João Câmara, sendo realizada desde o século XIX. Os inscritos contam com um vultoso número de dado de caráter econômico, variedade de serviços, produtos e indústrias, mas também abordam informações ao nível cotidiano como, por exemplo, as linhas e horários dos bondes que cruzavam a cidade. Nossa atenção sobre o *corpus* documental se centra nos informes de cunho comercial, em que intentamos situar o comércio de alimentos em Fortaleza. Em estudo sobre os Almanques, entre os anos de 1870 e 1908, no Ceará, Débora Dias conecta a dupla dimensão dos almanques, fonte e objeto de pesquisa, estabelecendo relação entre eles e a história do livro e da leitura no Brasil. Para a autora, os almanques contribuíram para a difusão do impresso e formação de círculos de leituras e de leitores. Enquanto espaço de experimentação de caráter editorial, os Almanques incorporaram inovações técnicas, novos conteúdos e formatos. In. MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do Tempo: Os Almanques no Ceará (1870-1908)**. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2009.

**Tabela 2 - Estabelecimentos Comerciais Matriculados na Junta Comercial para o Estado do Ceará (1891 a 1902)**

Firma	Número de estabelecimentos	Firma	Número de estabelecimentos
Armazém de Ferragens	6	Loja de molhados	1
Armazém de estivas	7	Mercearia	1
Armazém de fazendas	1	Artigos de Mercearia	2
Ferragens nacionais e estrangeiras	2	Secos e molhados	1
Casa de Louças, Vidros e Miudezas	2	Armazém de secos e Molhados	1
Mercadorias e miudezas nacionais e estrangeiras	1	Sêccos e Molhados	1
Chapéu	4	Grosso e retalho de vinhos	1
Fazendas Nacionais e estrangeiras	4	Armazém de estivas e fazendas	1
Fazendas e molhados	5	Indústria de papelaria	1
Fazendas e estivas	11	Livros, Papéis e outros Graphics	1
Fazendas a Retalho	3	Artigo de couro	1
Tecidos e estivas	1	Casa de Jóias	3
Estivas	8	Sapataria e artigos para calçados	2
Estivas e molhados	1	Perfumaria e outros	2
Estivas (Miudezas) a retalho	7	Modas	2
Estivas, Cereais e gêneros	2	Malas e Artigos Para Viagem	1
Estivas, Ferragens e Miudezas	1	Compra e venda de móveis nacionais e estrangeiras	1
Fazendas e miudezas	12	Casa de Móveis	1
Fazendas e Cereais	1	Compra e venda de Gado vacum grosso e retalho	2
Fazendas, estivas e artigos do Paiz	3	Compra e venda de gêneros alimentícios nacionais e estrangeiros	1
Fazendas e miudezas nacional e estrangeiras	4	Café e Botequim	1
Fazendas	3	Fábrica de bebidas	2
Fazendas e estivas nacionais e estrangeiras	8	Cigarros e outros generous	1
Fábricas de Tecidos e Fiação	1	Pharmacia	3
Compra e venda de nacionais e estrangeiros e negócios lícitos	2	Drogas e especialidades farmacêuticas	2
Escritório de operações comerciais	1	Fábrica de sabão	1
Importação e Exportação	5	Fábrica de doces	1
Mercadorias Nacionais e Estrangeiras (compra e venda)	104	Refinaria de açúcar	1
Compra e venda de gêneros nacionais	5	Padaria e armazém de estivas	1
Compra e venda de mercadoria em grosso	1	Panificação	1
Mercadoria estrangeira	1	Padaria e gelo	1
Mercadoria	4	Termo ilegível	6
Total de Estabelecimentos 269			

**Fonte:** JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará. Setor: Livros Raros. Série: **Livro de Registro de Firms 1891 a 1902 n.º 1 ao 308.**

A tabela apresentada acima foi construída tomando como base dados contidos nos livros de registro de firmas da Junta Comercial do Ceará - JUCEC. Podemos supor, a partir dela, que esses lugares de comércio tinham uma estrutura e funcionamento estáveis para poderem arcar com o registro. Seus dados, porém, não abrangem todo o universo comercial da cidade que contava com muitos outros estabelecimentos não registrados, fato que pode ser atribuído às taxações e a fiscalização mais sistematizada. Interessante observar que os estabelecimentos tratam com mercadorias diversas, muitos dos que negociavam estivas, por exemplo, também se dedicavam a venda de ferragens e tecidos.<sup>41</sup>

A natureza do comércio na virada do século XIX é bastante diversificada. No entanto, as nomenclaturas expostas nos registros denotam um maior interesse no comércio de fazendas e estivas que envolviam a compra e a venda de mercadorias nacionais e estrangeiras. A maioria dos estabelecimentos de importação e exportação estava localizada em Fortaleza, tornando-a um importante elo na cadeia de distribuição de mercadorias e na circulação de capital no Estado. Nela, constituiu-se um emaranhado crescente de redes comerciais que transformariam, ao longo das últimas décadas do século XIX, e por todo o século XX, a dinâmica urbana da capital, diferenciando-a das demais cidades do Ceará. O grande número de estabelecimentos, em Fortaleza, denota a ampliação da sua posição enquanto centro de circulação comercial de matérias-primas para o mercado interno e externo e, junto a isso, observa-se a crescente ação em torno de outras funções intrínsecas a esse processo; produtora de manufatura, produtos industrializados e de serviços.<sup>42</sup>

Segundo registro de Geraldo Nobre, o primeiro estabelecimento industrial da cidade foi inaugurado em 1884, tratava-se da Fábrica de Tecidos

---

<sup>41</sup> Os Livros de Registros de Firms organizados pela Junta Comercial estão disponíveis para pesquisa no setor de obras raras da Junta e contém informações sobre a abertura de firmas no Estado. Neles, aparece o(s) nome(s) do(s) proprietário(s), naturalidade, natureza do estabelecimento comercial, local do empreendimento e existência de filiais. A data limite dos livros disponibilizados para essa pesquisa foi de 1891 a 1922. O levantamento realizado oferece um bom panorama da rede comercial da cidade, e chamamos atenção para a recorrência de diversas caracterizações de venda.

<sup>42</sup> A partir de outra série de dados, foi possível constatar que, em 1902, o total de estabelecimentos inscritos na Junta Comercial do Ceará (JUCEC) é de 269, passando a 336 firmas registradas em 1916, sendo que 303 delas instaladas na capital. JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: **Livro de Registro de Firms 1902 a 1916 nº 309 a 645.**

Progresso, de Tomas Pompeu de Souza Brasil e Antônio Pinto Nogueira Acioly, uma das pioneiras na utilização de máquinas de tecer, expandindo, assim, o uso de instrumentos mecânicos na cidade que contava, até então, somente com o maquinário das tipografias.<sup>43</sup>

A partir de 1891, foram criadas a Cia. Cearense de Curtume, primeira no trato industrial de couros e peles, a Fabril de Meias e a Companhia Industrial do Ceará, responsável pela exploração de pedreiras por todo o Estado. Sua produção supria o ramo de fabricação de artigos como tijolos e telhas, atendendo a demanda crescente por esses artigos para a construção de novas casas e estabelecimentos comerciais.

Com a modernidade e a influência estrangeira, a produção de artigos finos aumentou, transformando o comportamento e os hábitos de parte da população da capital. O consumo de artigos diferenciados de alimentação e de vestuário, largamente apoiado na importação, passou a contar com uma produção local que, mesmo tímida, já servia os compradores de sua praça de chapéus, cigarros e bebidas.

**FIGURA 2** - Primeira marca registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 1910.



Fonte: <<http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/historico>> Acesso em 15 de outubro de 2010.

<sup>43</sup> NOBRE, Geraldo. **O processo histórico da industrialização do Ceará**. Fortaleza: Fiec, 2001.

Segundo o Almanaque de 1899, eram seis estabelecimentos de destilação, sete de cigarros, dois de chapéus de sol, um de calçados, uma fábrica de gelo, três estabelecimentos de torrefação de café e uma fábrica de vinho de caju, todas no entorno da Praça do Ferreira e da rua Senador Pompeu. De acordo com esse registro, todas estavam sob responsabilidade de homens.

O crescimento do número de firmas registradas na Junta Comercial do Estado do Ceará, entre o final do século XIX e início do XX, demonstra bem o processo de consolidação da praça comercial de Fortaleza. Teremos, entre 1891 e 1902, um total de 269 estabelecimentos, já em 1922, o número cresce para 544 estabelecimentos inscritos.<sup>44</sup>

Nesse panorama, a indústria de beneficiamento de gêneros alimentícios contava entre os anos de 1899 a 1902, segundo dados da JUCEC, com uma refinaria de açúcar, uma fábrica de doces, uma panificadora e uma padaria, onde funcionava um armazém. Já em 1922, a indústria de beneficiamento de alimentos, na capital, passa a contar, por exemplo, com uma fábrica de beneficiamento de arroz, uma indústria de sal e uma de farinha de trigo. A listagem de estabelecimentos filiados à Associação Comercial do Ceará, presentes no Almanaque de 1899, mostra que as atividades fabris concentravam-se nas áreas centrais da cidade, sobretudo, nas ruas Formosa, Senna Madureira, Barão do Rio Branco, Major Facundo, Boulevard do Imperador e Travessa da Alfândega, resumindo-se ao beneficiamento de matérias-primas produzidas no Estado.

Dentro do ramo da produção de alimentos, a panificação e a fabricação de massas têm atuação importante na produção local e regional desse período. A partir dos textos dos Almanaques, é possível conhecer um pouco mais sobre o funcionamento de algumas dessas indústrias, seu maquinário, sua produção e a quantidade de trabalhadores empregados.

Em 1903, o almanaque registra que a Fábrica de Massas Alimentícias, Santo Antonio, de propriedade do senhor Antonio Russo, italiano, situado à rua Dr. Pedro Borges era movida por motor a gás, sistema Otto, com força nominal de três cavalos. O estabelecimento dispunha ainda de máquinas de outros

---

<sup>44</sup> JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: **Livro de Registro de Firms 1902 a 1916** n° 943 a 1509.

sistemas não especificados, todas empregadas na preparação das massas e produtos congêneres. O capital movimentado pela empresa era alto, cerca de 80:000\$000 (oitenta contos de reis).<sup>45</sup>

A produção mensal da fábrica é significativa, cerca de 20.000 bolachas, 60.000 pães, 1.500 kg de massas diversas, uma produção calculada no valor oficial de 10:000\$000 (dez contos de reis). O uso de maquinários diversos possibilitava tal produção mensal com o emprego de apenas doze funcionários, sendo destes, somente uma mulher. Nesse momento, infelizmente, o almanaque não versa com maior cuidado sobre os trabalhadores, afinal, o foco está nos estabelecimentos e proprietários.<sup>46</sup>

Ainda no ramo da produção de alimentos, observamos a estrutura da Padaria a vapor Santo Antonio de Emilio Sá com capital de 85:000\$000 (oitenta e cinco contos de reis) e da Padaria Americana, de propriedade do senhor João Octavio Vieira, situada à rua General Sampaio, n. 68A, com 80:000\$000 (oitenta contos de reis) de capital investido, que contava com um motor de força de três cavalos e a capacidade de produzir pão esponja, sovado, bolachas, biscoitos diversos de farinha de trigo e de milho. A Padaria Americana tinha a capacidade de desmanchar, por dia, de 4 a 5 barricas de farinha, cerca de 20 a 30 arrobas, sua movimentação diária era de 300\$000 (trezentos mil reis), empregando dezoito pessoas.

A Padaria Santo Antonio tinha maior estrutura e capital investido. Dispondo de 1 motor a gás que desenvolvia a força de 10 cavalos; 1 masseira com capacidade para amassar 60 barricas de farinha em 12 horas; 3 cilindros, sendo um automático; 1 cortadeira automática com capacidade para cortar, marcar e arrumar 216 mil bolachas em 12 horas e 3 fornos. Sobre a existência de máquinas a vapor, acreditamos não serem tão raras. Em 1886, são encontradas máquinas a vapor em funcionamento em Aracati, onde pagavam 5\$000 réis de impostos; assim como em Maranguape, em que eram comprados à razão de 10\$000 réis por “machina ou engenho”, do mesmo

---

<sup>45</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1903, p. 21.

<sup>46</sup> A título de esclarecimento, a unidade monetária básica, na Primeira República, é o 1\$000 (mil réis), sendo mudada somente em 1942. Um conto de réis corresponde a mil mil-réis. Na primeira república, os dois pontos separavam as centenas de milhares de réis, em alguns casos, a separação era feita por um único ponto, exemplo, 40\$000(quarenta mil-réis) ou na forma 40\$.

modo acionado. A Câmara de Imperatriz taxava em 5\$000 réis a “maquina movida a vapor”; e igual taxa era cobrada pela Câmara de Mecejana, enquanto Soure a taxaera de apenas 200 réis.<sup>47</sup>

A preocupação em esclarecer detalhadamente a capacidade de produção é notória. As implicações dessa “modernização” da produção são evidenciadas no informe, sobretudo, no que diz respeito ao tempo e as potencialidades da linha de produção. Ganho de tempo e de dinheiro, afinal, o texto também deixa claro que o valor oficial da produção diária era de 1:100\$000 (um conto e cem mil reis), podendo ser ampliado já que “Desmancha de 18 a 22 barricadas de farinha por dia, podendo elevar a 50”.<sup>48</sup>

A partir dessas considerações acerca do funcionamento da padaria, podemos imaginar o cotidiano dos trabalhadores a serviço do proprietário. Com certeza, um dia-a-dia marcado pelas exigências de saberes modernos de trato com o maquinário, bem como de enquadramento da jornada de trabalho às metas de produção a serem alcançadas diariamente.

Segundo Maria Auxiliadora Decca, na primeira República, a indústria era conduzida no interior de pequenas e médias empresas de vários segmentos industriais, mas o setor têxtil e de alimentos eram os ramos mais desenvolvidos, empregando o maior número de trabalhadores. Nesse período, os processos de beneficiamento e manufatura contaram com a mediação de máquinas, resultando no desenvolvimento de novas relações sociais capitalistas que ampliaram a dominação do capital sobre o trabalho. O trabalhador, que em outros espaços detinha o controle sobre o processo de produção e das condições de trabalho, perdeu, com a mecanização da produção, no sistema de fábrica, esse controle.<sup>49</sup>

No caso da Padaria Santo Antonio, encontramos a importante discriminação das funções e cargos dentro da fábrica. Consta, no Almanaque, que a Padaria empregava 1 guarda-livros, 2 gerentes, 5 caixeiros, 1 maquinista, 3 forneiros, 1 mestre de masseira, 10 operários auxiliares e 20 distribuidores de pães e bolachas, este último segmento transitando nas vias

<sup>47</sup> CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 48.

<sup>48</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1903, p. 125.

<sup>49</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991. 7ª edição.

da cidade, fazendo entregas, o que, à primeira vista, poderia significar estar fora das obrigações cronometradas do cotidiano extremamente regrado pelos gerentes no interior da fábrica. Suas horas de trabalho, porém, estavam inseridas nas metas de produção e venda dos gêneros alimentícios e configuravam-se como preocupação, sobretudo, dos guarda-livros, caixeiros e do proprietário; sujeitos encarregados de administrar as finanças diariamente. A função destes demonstra um alto grau de organização e burocratização do estabelecimento, aparelhamento necessário para gerir o negócio que envolvia tantas pessoas e capital na produção dos pães e bolachas que abasteceriam o mercado local e, provavelmente, regional.

Em Fortaleza, funcionava ainda uma Fábrica de Gelo de propriedade do senhor Antonio Dias Pinheiro, localizada na Rua Formosa, que possuía um motor de força de 14 cavalos, com produção diária de 800 kg de gelo para abastecer casas, estabelecimentos comerciais e, inclusive, hotéis e restaurantes.<sup>50</sup> Outro gênero produzido na capital era as bebidas alcoólicas também chamadas “espirituosas”. A produção local deste gênero, nesse período, era realizada na Fábrica de Destilação do Dr. Pedro de Queiroz, localizada na travessa d’Alfandega, números 2 e 4. Com capital de 10:000\$000 (dez contos de reis), a fábrica tinha um alambique “systema Deroy” e produzia bebidas alcoólicas, vinhos, aguardentes de diversas frutas silvestres.<sup>51</sup>

É interessante perceber que, somente a partir de 1903, o detalhamento dos estabelecimentos fabris passa a ser inserido nas listagens dos almanaques. Anteriormente, as informações versavam somente sobre o nome do proprietário e o local do estabelecimento. O trabalho de coletar os dados, com certeza, contava com o apoio dos próprios negociantes, envolvendo muitos interesses, visto que a discriminação de alguns estabelecimentos e fábricas é mais detalhada que o de outros.

As informações acerca dos números da produção, das máquinas utilizadas e do contingente de trabalhadores empregados podem indicar uma

---

<sup>50</sup> Sobre o consumo de álcool na capital e seus desdobramentos, ver: COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões Sociais no Consumo de Bebidas Alcoólicas Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2009.

<sup>51</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1903, p. 125. - 126.



crescente preocupação em tornar público o crescimento e a modernização das fábricas, reforçando sua capacidade de suprir o mercado. Afinal, a propaganda era bem direcionada aos consumidores e empresários de Fortaleza e do estado, grupos que viam e também se mostravam nas páginas da publicação.

Para além de registro de fatos e elementos do cotidiano da cidade, a publicação dos almanaques, iniciada em 1865, pode ser entendida como importante veículo de publicização do crescimento material do Estado e, em especial, da capital. Assim, os Almanques podem ser pensados como elemento dinamizador das redes comerciais, conferindo *status* a proprietários e firmas que figuravam em suas listas e descrições.

Estando mais próxima das áreas produtoras, Fortaleza concentrava um volume mais expressivo de bens para o mercado externo e interno, centralizando a exportação de artigos e produtos manufaturados que circulavam entre as várias cidades do Estado. Para isso, diversos armazéns concentrados nas áreas do porto, na Praça do Ferreira e nas ruas Major Facundo, Barão do Rio Branco e Imperador tinham a função de armazenar e repassar produtos manufaturados, matérias-primas, gêneros alimentícios e artigos de natureza diversa para os consumidores, atravessadores e comerciantes.

Segundo dados fornecidos pela Intendência Municipal, publicados no Almanque de 1909, o movimento de Armazéns e Escritórios no Município de Fortaleza, no início do século XX, era o seguinte:

**Tabela 3– Armazéns e Escritórios em Fortaleza (1904 a 1907)**

ATIVIDADE	1904	1905	1906	1907
Armazéns de depósitos	56	50	52	45
Armazéns de estivas	16	22	23	18
Armazéns de fazendas	16	25	32	34
Escritórios commercias	19	25	28	22
Agencias	8	11	14	18

**Fonte:** BPMP: Setor de Obras Raras. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará**, 1909. P. 19.

Além dos armazéns de depósito, fazenda e estivas, farinha e couro no atacado, havia também os chamados armazéns de gêneros da terra e de

ferragens. Esses estabelecimentos abasteciam lojas, mercearias, quitandas, bodegas e negócios de venda de secos e molhados, onde se concentrava a venda de alimentos.

Há de se perceber que os dados apontam para o não crescimento no número de armazéns, tal fenômeno, no entanto, pode ser entendido como característica de um momento de consolidação da praça comercial da cidade, que passou por um crescimento real durante a segunda metade do século XIX. Durante o intervalo entre os anos de 1904 a 1907, os números pouco modificaram-se, não sendo perceptível nenhuma queda brusca na quantidade de Armazéns, Escritórios e Agências comerciais, estabelecimentos que compunham a rede de abastecimento e revenda de mercadorias na cidade. A pouca oscilação dos números significa, ao menos, alguma solidez dos estabelecimentos listados. É importante esclarecer que esse intervalo de tempo registrado na tabela acima está inserido em um período seguinte a Proclamação da República e abarca os anos em que a estrutura republicana consolidou-se no que tange a sua legislação e a cobrança de impostos, por exemplo.<sup>52</sup>

A esse respeito, a partir das Leis Provinciais do Ceará, acompanhamos as taxações sobre o comércio no Estado do Ceará, depois da Proclamação da República. O texto de 25 de outubro de 1892, assinado por José Freire Bezerril Fontenelle, Presidente do Estado, trata do imposto de indústria e profissões, taxa devida por todos os que, individualmente, ou em companhia ou sociedade anônima ou comercial, exerceram, no Estado, indústria ou profissão, arte ou ofício. Por meio deles é possível perceber o valor das taxas sobre a produção e os ganhos de negócios diversos.<sup>53</sup>

No final do século XIX, o imposto era arrecadado do seguinte modo:

---

<sup>52</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Omega Alfa, 1975. P. 81.

<sup>53</sup> APEC - Leis Provinciais do Ceará (1892-1896) pp. 92 - 94.

**Tabela 4 – Imposto cobrado por atividade em Fortaleza (1892-1896)**

Atividade	Valor do imposto	Atividade	Valor do Imposto
Açougue na capital	23\$000	Casa de pasto ou de refeição com hospedaria ou hotel na capital	200\$000
Açougue nas cidades	18\$000	Casa de pasto ou de refeição sem hospedaria na capital	100\$000
Açougue nas vilas	12\$000	Casa de hospedagem na capital	50\$000
Açougue nas povoações	6\$000	Kiosque ou armarinho na capital	50\$000
Armazém de depósito de qualquer mercadoria na capital	100\$000	Padaria	150\$000
Nos outros lugares	40\$000	Quitandas na capital	15\$000
Armazém de Algodão, pólvora na área da capital	400\$000	Tavernas ou vendas de seccos e molhados	40% do valor locativo do prédio
Café ou confeitaria na capital	50\$000	Vaca de leite dentro da área urbana, na capital	2\$000
Carroagem de uso particular, quatro rodas na capital	40\$000	Em outros logares	1\$000
Carroagem de aluguel, quatro rodas na capital	50\$000	Carroça de aluguel que transite na capital, tirada por bois	60\$000

**Fonte:** APEC - Leis Provinciais do Ceará (1892-1896).

O primeiro elemento que deve ser mencionado é a diferença entre as taxações estabelecidas para a capital e as demais cidades do estado. Evidentemente, a envergadura do comércio da capital já se diferenciava das demais praças, possibilitando uma taxaçoão mais alta. No entanto, a existência dessa diferença fazia com que a tentativa de viver do comércio, na cidade, fosse dificultada e, muitas vezes, inibida pelo alto custo da abertura de um negócio.

Na capital, as casas comerciais pagavam mais 2% como imposto de estatística sobre o valor oficial das mercadorias ou artigo de comércio produzido ou manufaturado fora do estado, destinado ao consumo interno, e 6% sobre o mesmo valor quando manufaturado em outro estado, o que pode ser considerado como uma medida de apoio a produção interna. Na falta ou deficiência de dados estatísticos e diante das tentativas de se eximir das taxas por parte dos comerciantes, as estações fiscais poderiam proceder por arbitramento à arrecadação do imposto, tendo em vista os preços correntes

das mercadorias na praça, onde estivessem os estabelecimentos para os quais elas se destinavam.<sup>54</sup>

Segundo Victor Nunes Leal, durante a Primeira República, especificamente, nas determinações federais de 1891, o poder tributário dos municípios dependia das rendas estaduais, sendo permitido ao Estado a extração de parte da receita municipal e, em relação aos municípios, insidiam as mesmas proibições constitucionais do fisco estadual. Ao contrário dos debates fervorosos sobre a divisão tributária entre a União e os Estados, os constituintes da Primeira República não se preocuparam com a receita municipal desvinculada das rendas estaduais.<sup>55</sup>

As fontes de receita dos municípios, delimitadas na primeira constituição republicana, eram: impostos sobre prédios urbanos; de indústria e profissões; sobre veículos terrestres e fluviais; sobre ambulantes; placas; anúncios; entre estes os chamados impostos de publicidade, empachamento etc.; taxa remuneratórias sobre funerais, de água, esgoto, iluminação, matadouros, mercados etc. Muitas delas, na maioria dos estados, arrecadadas por concessionários; rendas dos bens dominicais, incluídos os dos extintos aldeamentos de índios; multas por infração de posturas e regulamentos ou inobservância de contratos; indenizações; reposições, restituições, dívidas passivas prescritas, eventuais etc.<sup>56</sup>

Segundo o Presidente da Província do Ceará, em 1893, Henrique D'Avila, os comerciantes e os proprietários de casas de manufatura, no Ceará, sujeitos à arrecadação do imposto de indústria e profissão aceitaram, sem relutância, o imposto novo, pois, era “necessário para proteger os gêneros do paiz e do Estado contra os similares que vem de fora; imposto que há de corrigir forçozamente o abuso excessivo de importação que tanto faz baixar o cambio.”<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Considerava-se comércio “em grosso” os que importavam mercadorias ou gêneros de qualquer procedência para este estado, todos os que vendiam, sob envoltórios, usados para as primeiras entradas no comércio de objetos mercantis e todo aquele que vendesse fardo e peça. Por quitanda, deve-se entender somente aquelas casas em que, principalmente, vendiam verduras, frutas, carvão, lenha, ovos e quaisquer outras miudezas semelhantes.

<sup>55</sup> Leal. Vitor Nunes. Op.Cit. p.81

<sup>56</sup> Idem, pp. 145-146.

<sup>57</sup> Relatório do Presidente da Província do Ceará Henrique D'Avila, 1893. P. 17.

No entanto, a pouca relutância pode ser questionada quando se observa o modo como a arrecadação incidia sobre o comércio desenvolvido em Fortaleza, dificultando uma maior captação de recurso para melhorias nos estabelecimentos e, também, diminuindo as receitas municipais. Assim, as transformações urbanas almejadas pelas elites políticas e econômicas da cidade tiveram que contar, em diversos momentos, com a ajuda privada, fazendo com que a capital mantivesse uma infraestrutura insuficiente, sobretudo para a classe mais pobre, até pelo menos o começo do século XX.

Durante toda a vigência da constituição de 1891, as rendas municipais, de modo geral, foram mínimas, ocasionando certa dependência ao governo do estado, facilitando o domínio de grupos e pessoas que construía o corpo político e burocrático estatal. Apesar disso, a capital dinamizou seu comércio e seguiu atraindo novos habitantes e instituições.

Com a chegada de comerciantes e investidores de países estrangeiros e de outros municípios partes do Estado, observa-se um significativo aumento no fluxo de comércio na cidade, propiciando a formação de uma nova classe burguesa que, segundo levantamento do Almanaque para o ano de 1899, só na capital do Ceará, criou dezesseis escritórios de firmas exportadoras, localizadas, principalmente, na Praça do Ferreira e nas ruas Major Facundas e Formosa. Os números dão conta ainda de mais de cem importadores distribuídos nas mesmas ruas e arredores. As casas de importação formavam um ramo à parte, com funções comerciais e de serviços que, comercializando no atacado, contavam com filiais em outros estados, sendo a matriz, muitas vezes, localizada em países como Inglaterra e França.<sup>58</sup>

Ainda com base no Almanaque de 1899, acompanhamos um levantamento minucioso acerca dos comerciantes matriculados na Junta Comercial do Estado, ao todo 96. A listagem dos estabelecimentos começa com os negócios de maior movimentação financeira, em que observamos a existência de 16 casas exportadoras responsáveis por boa parte do aumento da circulação de dinheiro e um número bastante superior de casas importadoras na cidade, somando 110 estabelecimentos que figuraram como a

---

<sup>58</sup> CÂMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1899, P. 126.

principal atividade da praça de Fortaleza, do final do século XIX, ramo que concorreu para a maior capitalização de uma classe burguesa.<sup>59</sup>

Além dos comerciantes de maior poder econômico, encontramos duzentos e vinte e seis casas de retalho que negociavam em menor porte. No que diz respeito ao pequeno comércio da cidade, acompanhamos a listagem das casas retalhadoras responsáveis pela venda de artigos diversos, mas que se destacavam no comércio de gêneros alimentícios a varejo. Tais estabelecimentos atendiam a um público amplo, estando presentes em vários locais da cidade.

É importante salientar que tratamos, nesse momento, somente das casas registradas na Associação, portanto, figurando nas listas disponíveis no Almanaque. Temos certeza, porém, que vários outros estabelecimentos do mesmo tipo atendiam aos habitantes de Fortaleza, seu menor vulto de vendas e a natureza de seu comércio, no entanto, podem ter deixado seu registro ao largo dos informes oficiais e institucionais.

Entre listas de proprietários e estabelecimentos, encontramos, no Almanaque, para o ano de 1899, o seguinte anúncio:

MERCEARIA ARRUDA  
Casa fundada desde 1887

Este importante estabelecimento que conta onze anos de trabalho tem sabido manter-se n'altura de uma afamada mercearia sempre cheia de confiança!

A acreditada e popularíssima "Mercearia Arruda", tem um grande empório de molhados, miudezas e quinquilharias, cujos preços são sem competência e a qualidade excelente e sem rival, entre as demais do mercado.

O seu proprietário é o único que sabe agradar, vender quase de graça. E servir com entusiasmo, presteza, promptidão aceio, tudo quanto se procura, e, isto a tempo e hora, como um homem progresso, um comerciante zeloso e activo, verdadeiro negociante moderno!

Sua numerosa freguesia que reconhece-lhe uma longa pratica mercantil, faz-lhe justiça, procurando-o a todo instante para prover-se do necessário ao sustento e uso domestico, que é só onde encontra com verdadeira satisfação.

---

<sup>59</sup> Sobre a influência de capitais e cultura estrangeiros na capital, durante o século XIX e XX, ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993.

Vinde, pois, amáveis freguezes de todas as classes à mercearia arruda; enriquecei vossa dispensa de todos os gêneros de primeira necessidade.

Arruda Camara  
Telephone n. 32  
Rua formosa, 43 e Rua Senador Alencar n, 9.<sup>60</sup>

O anúncio trata de um estabelecimento bem firmado na cidade. O proprietário alardeia sua permanência no mercado por onze anos, demonstrando a estabilidade de seu negócio e outros elementos que apontam na mesma direção como, por exemplo, o fato de ter um informativo expresso em uma publicação tão importante como era o Almanaque, além, é claro, das indicações de duas filiais em ruas de importante circulação comercial, localizadas nas ruas Formosa e Senador Alencar e, sobretudo, a existência de um telefone para contatos, detalhe que se encaixa com a argumentação envolta na ideia associada ao progresso e a modernidade.

A “popularíssima” mercearia tratava, como a grande maioria dos estabelecimentos do período, da venda de produtos diversos; molhados, miudezas e quinquilharias, além é claro, da venda de gêneros de primeira necessidade “cujos preços são sem competência”. O cuidado dispensado aos clientes é destacado pela presteza, asseio e, principalmente, pela rapidez do serviço. Tudo condizente com o tempo acelerado do progresso e com um público consumidor cada vez mais exigente e diversificado. A partir do descrito, no anúncio, o público do estabelecimento era, ou o proprietário pretendia que fosse, fregueses de todas as classes. Assim, a Mercearia Arruda estendia a oportunidade de consumo até mesmo aos mais pobres, que em um contexto de expansão econômica, teriam por meio do trabalho, condições de adquirir ao menos “os gêneros de primeira necessidade”.

Nesse momento, essa população mais pobre desocupa parte das áreas mais centrais da cidade, abrindo espaço para as construções de tipo comercial. Os espaços desprezados pelos poderes públicos e pouco valorizados pelos

---

<sup>60</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1899.

grupos sociais mais abastados, passam a se configurar como territórios de pequeno comércio que atendiam aos mais pobres.

A característica principal desse ramo era a venda menor de artigos diversos, em especial, gêneros alimentícios. Na contagem desse segmento, encontramos 266 casas retalhadoras, a grande maioria descrita como sendo de responsabilidade de homens. No entanto, entre todos, sete pertenciam a mulheres, duas delas estabelecida no Arraial Moura Brazil. Entre os comerciantes João Teixeira de Souza e Pastor Nepomuceno de Castro, merceeiros no Arraial, figuravam as senhoras Maria Senhorinha da Gloria e Maria Rodrigues da Silva.<sup>61</sup>

O comércio, sempre apontado como parte do centro da cidade, estava também nesses bairros marginalizados ocupados pela população mais desprovida que ia se alojando em barracos nos terrenos próximos à ferrovia, às indústrias, à zona de praia e às margens dos rios, formando agrupamento de pessoas de origens diversas, muitas provenientes do interior do estado, foragidas da seca que passaram a viver em difíceis condições de vida na cidade, em barracos, sem serviço sanitário e água.<sup>62</sup>

Assim como nos dias atuais, as mulheres mais pobres moradoras da cidade de Fortaleza, na virada do século XIX, conviviam com problemas relacionados à violência, à carestia de vida e até mesmo incêndios que acometiam as precárias habitações. Na tentativa de superar as contradições da vida urbana, chefes de família como as senhoras Maria Senhora e Maria Rodrigues mencionadas acima, dedicavam-se à venda em pequenos estabelecimentos instalados na própria residência ou na venda itinerante de bolos, doces e carne-verde.<sup>63</sup>

Nas páginas do Almanaque da cidade para o ano de 1909, encontramos o seguinte levantamento realizado pela Câmara Municipal de Fortaleza que incluem estabelecimentos de venda de alimentos.

---

<sup>61</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1899.

<sup>62</sup> SAMARA, Eni de Mesquita e SOUSA, José Weyne de Freitas. Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX. In: **Trajeto – Revista de História da UFC**. Fortaleza, vol. 4, nº 7, 2006, p. 49.

<sup>63</sup> SAMARA, Eni de Mesquita e SOUSA, José Weyne de Freitas. Idem., 2006, p. 50.



**Tabela 5** – Estabelecimentos que negociavam gêneros alimentícios em Fortaleza (1904 a 1907)

Estabelecimento	1904	1905	1906	1907
Hotéis	3	3	4	2
Restaurantes	10	16	18	16
Açougues	10	12	20	21
Padarias	14	18	15	19
Lojas de molhados e a retalhos	129	294	284	268
Quitandas	170	86	98	87

**Fonte:** BPMP- Setor de Obras Raras. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará**, 1909. p. 19.

O número de açougues, padarias, quitandas e lojas de secos e molhados têm pouca variação nos anos expressos na tabela, mas se compararmos aos números referentes aos últimos anos da década de 1880 percebemos a elevação significativa dos números. Em 1889, segundo dados acerca das firmas abertas na Junta Comercial do Ceará, existiam apenas 4 negócios descritos nos registros como sendo padarias e, aproximadamente, 14 estabelecimentos de menor porte, negociando gêneros alimentícios como mercadoria principal. Sobre a venda de gêneros alimentícios, no século XIX, Eduardo Campos, no livro **Fortaleza provincial: rural e urbano**, explica:

No setor de “venda de diversos gêneros” prevista a comercialização do leite, de frutas, legumes, doces, ovos, fumo e capim, em lugares designados todos os anos pela Câmara, através de editais, repetidas aí as instruções sobre os cadeados exigidos para as vasilhas (boiões) dos leiteiros na venda do produto, como normas para negociação de farinha, rapadura, só toleradas no “quadro do mercado” e efetuada pelas próprias pessoas que trouxeram à venda.<sup>64</sup>

Suas considerações são baseadas nos códigos de posturas municipais editados no último quartel do século XIX. Neles, observam-se critérios de organização dos espaços da cidade e da conduta de seus habitantes, bem como, a crescente preocupação com a salubridade pública, envolvendo prescrições acerca do uso de riachos, açudes, vias públicas e, também, sobre formas de comercializar no perímetro urbano. Para o comércio de alimentos, as

<sup>64</sup> CAMPOS, Eduardo. **Fortaleza provincial: rural e urbano**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. P. 107-108.

prescrições são minuciosas, exigindo inclusive que a venda seja “efetuada pelas próprias pessoas que trouxeram à venda”, provavelmente, os mesmo responsáveis pelo cultivo dos gêneros.

Na tentativa de organizar a conduta dos pequenos agricultores e produtores na cidade, temos o título V das posturas de 1870, “proteção à agricultura, comércio e indústria”, que continha recomendações sobre o cultivo de roçados à margem das estradas e sobre as queimadas de roçados e outras atividades que pudesse impedir ou dificultar as passagens da cidade.<sup>65</sup>

É preciso lembrar que a pequena produção e a venda de alimentos na cidade devem ser consideradas dentro da dinâmica entre a vivência rural e urbana na cidade de Fortaleza, durante o final do século XIX e início do XX. Esses modos de vida não se antagonizaram. Em sua constituição, a cidade continuou experimentando a vivência dita rural, estabelecendo currais, produção de verduras e hortaliças e a pequena criação de animais, atividades que extrapolavam, muitas vezes, a esfera do consumo de subsistência, passando a suprir a venda local por meio de condutas desafiadoras da ordem pública.

Por mais que a cidade buscasse ser uniformizada, condizente com as leis e regulamentações que a apresentava e a representava, existiu sempre a *cidade real* que dava espaço a improvisações, em que sujeitos históricos resistiam às práticas disciplinarizadoras concebidas *a priori*, reforçando seus modos de vida.<sup>66</sup>

Assim, acreditamos que as atividades comerciais deram um tom específico à vida na cidade de Fortaleza, no período, e, sendo isso uma marca da urbanidade, não existiu sob uma única forma e não esteve num em um só lugar. O pequeno comércio de gêneros alimentícios figurou como ramo ativo que, solicitado por toda a população, estabeleceu-se por toda a cidade, muitas vezes, driblando regras impostas de cima para baixo.

Diante das modificações de saberes e técnicas, os mecanismos de produção artesanais passaram a dividir e disputar o mercado com a fabricação de alimentos mecanizada de maior escala. Assim, padarias e açougues, por

---

<sup>65</sup> Idem., 1988, p. 108.

<sup>66</sup> RAMA, Angel. A cidade letrada; A cidade escrituraria; A cidade modernizada. In: **A cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

exemplo, se apresentam em números crescentes, ampliando a venda dos gêneros básicos da alimentação, sob forma mais industrializada e organizada, de acordo com as normatizações do poder público, fazendo com que se desenvolvesse, na capital, um centro mais preparado e uma rede de comercialização e de produção de alimentos que envolvia negociações de diversos portes.

Nesse momento, o comércio de alimentos passa a contar também com novas modalidades de consumo. Hotéis e restaurantes se estabelecem na cidade em número crescente. O Almanaque de 1899 mostra que os restaurantes da cidade situavam-se nas praças do Ferreira e dos Mártires, e somavam três, número que pode ser considerado pequeno para uma cidade que já, nesse momento, alardeava seu cosmopolitismo, mas se associarmos tais números as nove casas de pastos na rua da Misericórdia e nas praças Senador Castro Correia e dos Mártires, teremos uma rede de serviços mais diversificada, pronta a abastecer transeuntes e trabalhadores da área central da cidade. Havia ainda duas hospedarias nas mesmas praças que aparecem, assim, como lugares por excelência de sociabilidade e de comércio. Os cafés também estavam localizados no perímetro central, situados nas praças do Ferreira, Passeio Público, dos Mártires, Caio Prado e na Praça dos Voluntários. Quiosques se distribuía por toda a cidade, desde as ruas Senna Madureira e praças Pelotas, Castro Correia até a Estrada do Soure. Todos esses estabelecimentos estavam registrados como sendo propriedade de homens, inclusive as cinco casas de bilhar enumeradas no almanaque.

Verificamos, portanto, que, nesse momento, a circulação de gêneros e de capital ampliavam-se, as antigas rotas ficam em segundo plano diante de vultuosidade das atividades do comércio organizado. Com forte poder econômico, o grupo de comerciantes de maior porte junto a profissionais liberais, categorias que, por diversas vezes, se confundiam, formavam uma nova elite que buscava mostrar uma imagem distinta do atraso que marcava o passado monárquico e, em associação com os poderes político-administrativos, procurou transformar ainda mais a Fortaleza do final do século XIX.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> PIMENTEL, José Ernesto. **Urbanidade e cultura política**. Fortaleza: Edição UFC, Casa José de Alencar, 1988. P. 26.

## 1.2 Trabalhadores do comércio de Fortaleza na Primeira República

Em Fortaleza, no início do século XX, o número de habitantes, de demandas de consumo e de transformações na infraestrutura urbana, passou por um aumento considerável. Nesse cenário, observa-se o crescimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, abarcando parte da mão de obra urbana, seja em estabelecimentos regulares ou no trabalho itinerante. Neste tópico, procuraremos evidenciar o modo como o ramo do comércio foi via de inserção de parte da mão de obra urbana de Fortaleza na virada do século XIX e início do XX, bem como apontar as condições, cobranças e reivindicações dos trabalhadores desse segmento de trabalho.

A desagregação da ordem escravocrata, ao longo da segunda metade do século XIX, foi o centro das inquietações das elites brasileiras. Durante o processo de consolidação do novo regime republicano, buscou-se ampliar os esforços em favor da consolidação de uma classe trabalhadora disponível para o projeto de ampliação das bases materiais, em nível nacional e também nas esferas municipais. Para tal, estabeleceu-se um aparato político-ideológico e administrativo que atendia a renovada ordem burguesa emergente em seus anseios por subordinar o trabalhador ao capital.

No Ceará, as últimas décadas do século XIX foram marcadas por transformações importantes na esfera econômica, mudanças que, como veremos, influíram na dinâmica das relações de trabalho do período. A expansão da agricultura algodoeira, o café e o açúcar despontando como artigos de exportação e, nas décadas que antecederam a Proclamação da República, o tráfico interprovincial, quando 16.480 escravos foram, oficialmente, embarcados do Ceará para diversos portos do Brasil, foram “transformações que colocaram na ordem do dia a necessidade de organizar as relações de trabalho na província tendo por base o homem livre/pobre nacional”.<sup>68</sup>

No que diz respeito ao ajustamento do mercado de trabalho livre, a classe dominante tentou fazer valer uma gama de instrumentos jurídicos e de

---

<sup>68</sup> PINHEIRO, Francisco José. **O Homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880)**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza. Vol. 20/21, 1989/1990 .P. 199.

formas variadas de coerção com o objetivo de forjar um trabalhador dócil, adequado à salvaguarda da ordem e do progresso. Esse processo resultou em ações de normatização de condutas e espaços, bem como nas intervenções e determinações legais que, evidentemente, não foram colocadas em prática de forma tranquila, não sem encontrar resistências e formas criativas de reação por parte dos subalternos.

Em 1904, verificamos, no Almanaque Estatístico do Ceará, argumentos que prezavam a ideologia do progresso vinculada à valoração do trabalho. Vejamos a nota publicada no fascículo.

O trabalho, ao passo que desenvolver as forças físicas, esclarecer as ideias, sendo também o mais valioso contingente para a prosperidade de um país. É digno de respeito e apreço todo aquele que, por meio do trabalho continuo procura os meios de subsistência, porque evita de humilhar-se a um amigo ou parente abastado. O trabalho transforma um simples lugarejo n'uma cidade formosa, e em poucos annos vemos surgirem, como por encanto, novos núcleos que formam outras tantas fontes de receita para a nação que serviu de berço áquelles que se interessam por tal progresso. Sim! Só o trabalho é capaz de impulsionar o homem à pratica de acções nobres.<sup>69</sup>

A vinculação do texto no exemplar do Almanaque é significativa. A publicação era divulgada em diversos lugares, cidades do Estado e do país, seu teor diversificado e, sobretudo, comercial, garantia um público cativo entre proprietários de comércio e pequenas indústrias, bem como da classe abastada e influente da cidade. O argumento, já presente em jornais e discursos, fluía, assim, por canais diversos.<sup>70</sup>

Segundo o autor, os trabalhadores teriam o potencial de transformar “um simples lugarejo n'uma cidade formosa”, mudança almejada para a cidade de Fortaleza que, em poucos anos, já alcançava mudanças visíveis em sua forma física e de sentimento. No argumento, o crescimento local é relacionado à

<sup>69</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1904, p. 178.

<sup>70</sup> Em “Trabalho, lar e botequim”, Chalhoub explana sobre como o trabalho ganhou uma valoração positiva relacionada à ordem e ao progresso. Em sua análise, o historiador demonstra que o novo conceito de trabalho acabava por marginalizar as pessoas fora do mercado. In. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

ampliação da receita da nação. O progresso deveria começar por aqui. Ainda segundo o texto do Almanaque:

Veríamos o incremento que desde logo tomava a agricultura tão atrophiada – especialmente no Brazil por falta de braços para o desenvolvimento; o comércio, esse colosso de onde dimanam os factores mais poderosos para o crescimento de um paiz, ampliar-se-ia; appareceriam industriais novas que iriam progredidos na razão directa do amparo que o governo lhes fosse proporcionando; e, finalmente, ao passo que se dispensassem esses bandos de desoccupados, tenderiam a diminuir as estatísticas de roubos e assassinatos, porque os promotores de taes crimes não mais soffreriam as agruras da fome que a tudo impelle o homem.<sup>71</sup>

O caminho narrado pelo autor, para o progresso das cidades e da nação como um todo, foi o trilhado pela cidade de Fortaleza que se destacou, nas décadas finais do século XIX e, sobretudo, no início do século XX, como peça-chave da exportação dos artigos produzidos pela agricultura do estado, bem como foi, cada vez mais, o centro de atração de novos estabelecimentos comerciais e industriais segundo a fonte.

Com base nos ideais de progresso e trabalho, o autor segue valorizando o potencial produtivo do Brasil e esclarece que as mudanças, em terra tão fértil, dependem das mãos dos que não negligenciam as dificuldades da nação. Aos dispostos a trabalhar em favor do enaltecimento do país, caberia a honra de tirar o Brasil do “julgo estrangeiro” e, completa; “se em 1888 o Brazil poude proclamar a abolição da escravatura que empanava o brilho de nossa Historia, hoje tambem pode proclamar-se liberto de DIVIDAS!!” Só o trabalho conseguiria a vitória de superar problemas e promover o Brasil e as suas cidades a um nível de reconhecimento mundial.

Os ideais de civilização e progresso estavam associados, de um lado, à nova república e, de outro, se encaixavam, perfeitamente, nos interesses do capital. A ocultação das desigualdades e da exploração foi realizada sob os auspícios da igualdade e solidariedade de classe em benefício de um bem maior, o país. Perante a lei, todos passaram a ser considerados iguais, todos brasileiros.

---

<sup>71</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1904, p. 178.

Como parte importante do processo e, até mesmo como decorrência dele, acabar-se-iam com “os bandos de desocupados”, e, com isso, a convivência civilizada, harmoniosa e pacífica reinaria. O número de crimes contra a vida e a propriedade diminuiria, pois, os trabalhadores não promoveriam a desordem, afinal, estariam inseridos na ordem burguesa e proveriam suas famílias com o sustento necessário para evitar as “agruras da fome que a tudo impelle o homem”.<sup>72</sup>

A Capital cearense não apresentava uma escassez na oferta de força de trabalho neste período, tendo, durante todo o século XIX e, a rigor, no decorrer do século XX, um aumento razoável de habitantes em idade ativa. Segundo dados do arrolamento da cidade de Fortaleza, de 1887, havia um total de 6728 indivíduos de 11 a 20 anos, 5.783 na faixa etária de 21 a 30 anos e 2.222 de 31 a 40 anos.<sup>73</sup> Muitos destes eram migrantes provenientes do interior do estado que se mantiveram na cidade depois dos períodos de seca.

Quando as contradições sociais bateram à porta associadas aos períodos de seca, ao esgotamento do solo, a pouca renovação de técnicas agrícolas e a redução do rendimento do minifúndio voltado para o pequeno comércio e para a economia de subsistência, famílias inteiras foram empurradas para a vida na capital em um processo lento, que se estendeu ao longo de várias décadas.<sup>74</sup> Mesmo que parte significativa tenha migrado para novas áreas rurais - expandindo a produção agrícola de alimentos no estado em áreas como a Serra de Baturité, a maioria do contingente seguiu para Fortaleza. Pelos caminhos das estradas de ferro, os retirantes chegavam com maior facilidade para tentar a sorte na capital.

A população crescia e suas necessidades de consumo também e, pelos mesmos caminhos, de trem, embarcavam a produção das serras de Maranguape, Baturité e Pacatuba, que superavam em qualidade e quantidade os produtos oriundos de Aquiraz, Cascavel e Pacajus.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1904, p. 178.

<sup>73</sup> Relatório de Presidente de Província, 21 de abril de 1888 – Presidente Araújo Torreão. P. 11.

<sup>74</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Estranhos na Belle Époque*: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915), séc. XIX. In. **Trajetos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. nº 6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.

<sup>75</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 2ª edição. P. 106.

Assim, homens e mulheres pobres, imigrantes ou os que assumiram a condição de libertos no pós-abolição, vindos de outras cidades, formavam uma gama de trabalhadores que permaneceu na cidade, na tentativa de sobreviver à carestia e inserir-se nas lógicas trabalhistas da urbe. Esses sujeitos passando a dedicar-se às atividades variadas, que iam desde trabalhos artesanais e biscates urbanos até a ocupação de papéis diversos na rede de comércio e serviços, que ganhava força na virada do século XIX para o XX.<sup>76</sup> Em duas das mais populosas ruas da cidade de Fortaleza, Rua da Praia e a Rua Formosa, os identificados como sendo sem profissão chagam ao número de 118 na primeira e 80 na Rua Formosa. Dentre as indicações de ocupações, destacamos o número de envolvidos no serviço doméstico: 12 na Rua da Praia e 56 criados na Rua Formosa, bem como o alto número de sapateiros e carpinteiros, 92 na Rua da Praia e 29 sujeitos na Rua Formosa.

Segundo Pesavento, com a República, o regime servil fora extinto, mas o estigma da escravidão acompanharia seus herdeiros:

“Rastrear” os egressos da senzala implicava agora acompanhar a designação “preto”, “pardo”, “negro”, “mulato”...Entretanto, a “classificação racial” aparece em situações nas quais se individualiza o autor de contravenções tais como distúrbios, processos criminais ou furtos... Outro tipo de preocupação generalizada trazida pela desescravização do fim dos anos 80 foi aquela com relação às crianças - os “ingênuos”, figura criada pela Lei do Ventre Livre de 1871, Nesta preocupação se conjugavam argumentos morais, humanitários e de preservação de uma mão-de-obra futura, através da criação de asilos e do fornecimento de uma instrução regular e, se possível, profissional. Embora não fosse colocado de forma explícita o sentido do processo educacional — a preparação para o trabalho — era claro o efeito esperado: moldar a criança para ser livre, para a cidadania e para o trabalho regular. Ou seja, havia uma associação em cadeia: liberdade-educação-cidadania-trabalho.<sup>77</sup>

<sup>76</sup> É sabido que com a extinção do tráfico negreiro, em 1850, ocorreu, de forma gradual, fortalecendo o tráfico interprovincial, o que ocasionou intenso contrabando de escravos dos estados do norte e do nordeste em direção as lavouras e as criações de gado no lado Sul do país. No entanto, é preciso considerar que escravos e libertos foram, socialmente, ativos na cidade de Fortaleza e no Ceará durante o processo de formação da mão-de-obra urbana de Fortaleza. Sobre o tema, ver FUNES, Eurípedes. *Negros no Ceará*. In. SOUSA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1998.

<sup>77</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Trabalho Livre e Ordem Burguesa: Rio Grande do Sul – 1870-1900**. In. Revista História, São Paulo. p. 135-151, jan/jul.1989. P. 120



Ao mesmo tempo em que cresciam os pagamentos em dinheiro por serviços prestados, permaneciam vigorando, na prática, formas de remuneração salariais pouco sistemáticas e não monetárias, como, por exemplo, o trabalho em troca de casa e comida. Tal como, no restante do Brasil, em Fortaleza, a questão basilar era a preservação da mão de obra, projeto levado a cabo por meio de garantias e regulamentos impostos aos trabalhadores.

Em nome do abrandamento das lembranças de séculos de escravidão, ofuscou-se a existência da permanência de relações de trabalho marcadas pelas garantias de dominação do trabalhador por parte de seu patrão. No lugar do livre assalariado, detentor de direitos legitimados pela lei, encontramos, muitas vezes, a figura do "contratado." Essa relação primava por tornar o trabalhador "contratado" um prestador de serviços a mercê dos desígnios do patrão contratante.

Atividades como condutores de carros, criados domésticos e até mesmo trabalhos de balcão podiam ser tomadas como trabalho regular, mesmo o empregado estando sob a tutela de um patrão. Sobre essas ocupações, o poder público buscou instituir seu controle por meio de cadernetas e registros. Nesse ensejo, o trabalho informal destaca-se como um campo aberto para indivíduos sem qualificação profissional, instrução que poderia ser adquirida por meio do estudo em instituições como a Escola de Aprendizes e Artífices criada em 1909, pelo decreto 7.649. Subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a escola é instituída em um momento de ampliação das atividades industriais, na tentativa de qualificar parte da mão de obra urbana de Fortaleza que, pouco preparada, era formada, na maioria dos casos, por analfabetos.<sup>78</sup>

Mesmo os considerados à margem do processo produtivo, como pedintes e mendigos, estavam sob a mira da fiscalização, bem como, comerciantes ambulantes, carregadores e biscateiros. Como parte dessa preocupação e regulação do trabalho e dos negócios da capital, temos o imposto de Indústria e Profissões, cobrado a todo aquele que exercia, no

---

<sup>78</sup> GONÇALVES, Adelaide. "Uma fábrica de homens utilizáveis": sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In. RIOS, Kênia de Sousa. FURTADO FILHO, João Ernani. (Orgs.). **Em Tempo: História, Memória e Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. P. 82.

Estado, profissão, arte ou ofício. A taxa era cobrada sobre oficinas, armazém, bancos, companhia ou empresa de fábrica, agenciador de pessoal para outros Estados ou para a capital Federal. O fator econômico ligado às taxações, de certo, influenciaria a geografia do trabalho no estado. Por meio da apreciação dos valores do imposto sobre indústria e profissões, é possível perceber que os trabalhadores da cidade de Fortaleza lidavam com uma maior carga tributária.

Por não dispor de meios suficientes para arcar com os tributos, muitos sujeitos inseriam-se nos mais diversos ramos do trabalho irregular, sobretudo, no centro urbano. Atividades de biscate e serviços eventuais que não demandavam qualificação e que propiciavam facilidades de driblar o fisco municipal e estadual como, por exemplo, a venda de água, mercador ambulante, serviços domésticos, de criadagem diversa, transportadores de carga, serviços nas docas, lavadeiras, condutores de veículos de tração animal. Seriam todas essas tarefas inerentes à vida urbana, mas, marginais ao mercado de trabalho regular. Ocupações que oscilavam cotidianamente. O mesmo sujeito que se dedicava ao serviço de transporte de cargas, em um dia, poderia, facilmente, se envolver no comércio ambulante de alimentos, em outro, formando um verdadeiro exército de reserva.

Ao vendedor ambulante de carne verde, residente na capital, por exemplo, era cobrado um valor mais alto, se comparado à taxaço dos procedentes de outras cidades do Estado, mas mesmo sofrendo com a taxaço mais alta, a venda de carne fresca porta à porta se mostra uma opção mais acessível aos trabalhadores com menos capital de investimento, afinal, o comércio de miúdos ambulante não envolvia o pagamento da décima urbana.

Transitando entre atividades mal remuneradas e que exigiam esforço físico considerável, esses sujeitos pouco acessavam os empregos estáveis e, enquanto subalternos, precisavam ter condutas condizentes com a ordem almejada por meio do trabalho. Todo um conjunto de práticas disciplinadoras que pretendiam modelar seu comportamento foi criado pelos poderes públicos, apoiados e incentivados pelas demandas das elites econômicas do período.

Em Fortaleza, ao longo das duas últimas décadas do século XIX e no decorrer das primeiras décadas do século XX, o processo de acomodação das relações de trabalho livre ocorreu associado às mudanças físicas e de ideias. Na cidade, os sujeitos fora do mercado de trabalho, rejeitados como mão de

obra por não terem qualificação ou mesmo os trabalhadores que preferiam ficar de fora do mercado formal, resistiam por meio de seus fazeres cotidianos. Mas todos aqueles que estivessem longe dos postos de produção eram associados à mendicância, ao roubo, a contravenção, a prostituição e ao alcoolismo, considerados indesejáveis, resistindo às complexidades da vida urbana, cultivando seus próprios modos de vida conflitantes com a reelaboração da ideologia do trabalho que, durante a primeira República, primou por construir uma nova ética que colocava o mundo do trabalho relacionado à ordem em franca oposição ao mundo da ociosidade, sempre acompanhada pelos estigmas do vício e do crime.

Em *A política trabalhista como proposta conciliadora dos conflitos entre trabalho e capital: (1930-1945)*, Adenilson Santos estabelece a proposta de verificar a política social trabalhista entre as décadas de 1930 a 1945, vistas por ele como alternativa de conciliação dos conflitos trabalho/capital. Em seu trabalho, o Estado assume o papel de conciliador entre duas classes com interesses antagônicos. O autor afirma que, na primeira República, o Estado ficou às margens dessas questões, não desenvolvendo políticas entorno de interesses trabalhistas.<sup>79</sup>

A matéria legislativa concernente ao trabalho poderia ser vistas como resultado das pressões por melhores condições por parte dos trabalhadores. No período, foram criadas leis relacionadas à previdência, às férias, aos códigos do menor e aos acidentes de trabalho que nem sempre foram colocadas em execução, mesmo por que não existia um órgão público voltado para a fiscalização dessa legislação. Santos cita o projeto de criação do Departamento Nacional do Trabalho que, mesmo tendo sido aprovado em 1918, nunca foi levado à diante.<sup>80</sup>

Na constituição de 1891, percebe-se a seguridade da liberdade de trabalho quando a pouca intervenção do estado mantém-se assegurando o caráter liberalista da nova República. Assim, seguindo a linha constitucional, o mercado de trabalho de Fortaleza, como em todo o Brasil, deveria auto-regular-

---

<sup>79</sup> SANTOS, Adenilson Mendes dos. **A política trabalhista como proposta conciliadora dos conflitos entre trabalho e capital: (1930-1945)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. 2009.

<sup>80</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 13.

se. As ações do Estado eram ínfimas em relação às leis trabalhistas, mas o mesmo não se dava quanto ao aparato da coerção em apoio com os capitalistas.

Segundo Ângela de Castro Gomes, o debate sistemático acerca da questão social “ocorre num contexto em que sindicatos de trabalhadores, legalmente organizados, podem demandar e pressionar por melhores condições de trabalho e salário”.<sup>81</sup> No entanto, o contexto do mercado de trabalho caracterizava-se pela quase inexistência das ações do Estado e a conquista de melhores condições de vida e trabalho foram alcançadas pela ação direta dos trabalhadores que proporcionou resultados locais que necessitaram de exercício intenso, as demandas, porém, envolviam questões bem mais amplas.<sup>82</sup>

Na Primeira República, não existiu uma política trabalhista que garantisse os direitos dos trabalhadores na íntegra, sendo esse, inclusive, um problema até hoje. Os decretos criados no período não iam à frente e eram notados apenas quando a situação se agravava. Os trabalhadores, ao longo do tempo, não se mantiveram inertes diante das dificuldades ou inoperâncias dos governos e, buscando manterem-se firmes diante das dificuldades e contradições sociais, sujeitos integrantes de grupos diversos, mobilizavam-se entorno de interesses comuns, em um momento de mudanças socioculturais.

No Ceará, os grupos dominantes locais apontavam a vadiagem, a instabilidade dos trabalhadores livres e o recrutamento dos trabalhadores como os principais problemas para organizar as relações de trabalho nos moldes que privilegiassem seus interesses.<sup>83</sup> Em contra partida, trabalhadores do Ceará e, por todo o país, passavam a organizar-se cada vez mais, muitos mobilizados entorno das Sociedades de Socorro Mútuo, instituições que cumpriram, no final do século XX, o papel de centros de apoio diante das dificuldades de vida e de trabalho, sendo, também, ambiente de sociabilidade para os seus associados. Sua característica fundamental era a seguridade do agremiado, os benefícios expressos de formas variadas, muitas vezes, estendiam-se à família do trabalhador.

---

<sup>81</sup> Idem. 1979, p.58.

<sup>82</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. P.23.

<sup>83</sup> PINHEIRO, Francisco José. Op. Cit. P. 210.

Durante a Primeira República, no Brasil, essas agremiações se destacaram como forma de resistência dos trabalhadores em um momento em que as condições de trabalho tornam-se mais complexas e a União, por meio de um discurso liberal que favorecia a burguesia, indispôs-se a legislar a favor da classe trabalhadora. Na segunda metade do século XIX, essas instituições podem ser consideradas como as primeiras formas de associação dos trabalhadores urbanos, reunindo, na maioria das vezes, sujeitos de ofícios específicos, participantes de grupos religiosos ou étnicos.

Em artigo que procura levantar questões em torno da construção da classe operária no século XIX, com atenção especial à cidade do Rio de Janeiro, Claudio Batalha dedica-se a perceber aspectos de continuidade e descontinuidade nas formas de organização operária e ressalta as várias maneiras de organização e atuação das sociedades de socorros mútuos:

O mutualismo não era uma exclusividade de trabalhadores; havia, por exemplo, sociedades de auxílio mútuo com base na origem nacional que não restringiam a adesão ao ramo dos sócios, ainda que, na maioria dos casos, reunissem, sobretudo, os comerciantes estrangeiros.<sup>84</sup>

As associações eram espaço de legalidade e de discussão entre pares, ou quase isso, pois, diante do caráter heterogêneo das associações, sua formação incluía também a possibilidade de se ter, sob a mesma associação, sujeitos de classes e ideologias diferentes, incluindo gerentes, diretores e subalternos nas mesmas mutuais. O fato de estarem associados na mesma organização, evidentemente, não excluía disputas oriundas da complexidade do cotidiano nos locais de trabalho e nas dependências da associação. No decorrer do século XIX, agremiações com membros cativos e libertos dividiam espaço com algumas sociedades de socorros mútuos. No Ceará, uma das Irmandades dos Homens Pretos mais atuantes foi a de Nossa Senhora do Rosário, presente em Fortaleza, Sobral, Quixeramobim, Aracati e Tauá. Nessa forma de agremiação, espalhada por diversos municípios cearenses, homens e mulheres, em maioria, pobres, faziam dessas organizações espaços de

---

<sup>84</sup> BATALHA, Cláudio H. M. **Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República**. In: BATALHA, Cláudio H. M., TEIXEIRA, Fernando, FORTES, Alexandre. (Orgs). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. P. 59.

reconhecimento social, em uma sociedade caracterizada pela escravidão. Problematizando a escravidão e a presença negra no Ceará, Eurípedes Funes comenta o papel das Irmandades como sendo:

Espaços de sociabilidades, em que se reuniam negros libertos e cativos, cuidava-se da vida além da morte, para que cada um dos irmãos tivesse enterros dignos e se mandassem rezar missa para encomendar a alma; mas era, também, onde se discutiam os problemas cotidianos e circulavam informações que davam conta da realidade social dos cativos.<sup>85</sup>

No Brasil, associações entre sujeitos com interesses comuns que congregavam cativos, libertos e livres, as irmandades e corporações de ofício, foram contemporâneas das primeiras Sociedades de Socorro Mútuo durante o século XIX, no entanto, havia diferenciação entre elas.<sup>86</sup>

Em Fortaleza, na virada do século XIX, verifica-se a existência de diversas organizações de trabalhadores sob forma de sociedades beneficentes, partidos, sindicatos, ligas de resistência e círculos operários:

Essas associações contemporâneas, durante longo período, demonstram a heterogeneidade do movimento operário na cidade. No entanto, até o início da década de 1920, as Sociedades de Socorros Mútuos foram maioria dentre as associações de trabalhadores de Fortaleza, sendo as constituídas em torno de categorias e ofícios as mais numerosas.<sup>87</sup>

Entre os trabalhadores urbanos que, no final do século XIX e início do século XX, organizaram-se sob a forma de sociedades beneficentes, estavam os trabalhadores do comércio. Segundo as listas de negócios filiados à Associação Comercial do Ceará disponíveis nos almanaques, é possível imaginar o número de sujeitos que se mantinham envolvidos com comércio no Estado e na capital ao longo da virada do século XIX para o XX.

---

<sup>85</sup> FUNES, Op. Cit. P. 122.

<sup>86</sup> Irmandades e Sociedade de Socorro Mútuo conviveram durante o século XIX. Suas assembleias, eleições, práticas de cotização e auxílio funerário tinham aspectos semelhantes. Por outro lado, as diferenças são vistas desde o campo institucional a elementos propriamente culturais, como o decréscimo da influência da Igreja e o nivelamento dos direitos dos sócios. BATALHA, Claudio. Op. Cit. P. 47.

<sup>87</sup> MOTA, Kleiton Nazareno. **Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro da Baturité de 1891 aos anos 1930**. Fortaleza. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação, em História Social, da Universidade Federal do Ceará, 2009. P.13.

**Tabela 6** - Número de comerciante matriculados na Associação Comercial do Ceará (1899-1906)

Ano	Comerciantes do Estado	Porcentagem de Comerciantes na Capital
1899	96	69%
1900	110	70,9%
1902	105	73,3%
1903	113	69%
1904	112	60,7%
1906	98	81,6%

**Fonte:** BPMP. Setor: Obras Raras. Série: **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará**. 1899 a 1906.<sup>88</sup>

Sobre os que se dedicavam ao comércio, as variações do pagamento entre os trabalhos realizados na capital e em outras localidades do Estado apontam para uma maior carga tributária cobrada aos profissionais da capital, demonstrando como era mais difícil manter-se no mercado de trabalho em Fortaleza, mas apontando também para as melhores possibilidades de ganho, diante de um público consumidor crescente.

Em Fortaleza, durante o período estudado por nós, 1889 a 1920 – momentos atravessado por mudanças políticas e econômicas - existiu um maior número de associações organizadas, sobretudo, por afinidades profissionais e por ofício. Segundo levantamento de Kleiton Mota, em dissertação defendida no Programa de Mestrado, em História Social, a organização União Artística, formada por sujeitos de diversos ramos de atividade, foi uma das primeiras organizações mutualistas de Fortaleza, tendo como lema “a união faz a força”, além desta havia ainda a Sociedade Artística Fraternidade e Trabalho, fundada em 1876. Outro grupo importante de trabalhadores urbanos também organizados sob forma de associação mutualista, eram os trabalhadores do comércio.<sup>89</sup>

Com a ampliação da circulação de mercadorias na capital, observa-se um crescimento do número de estabelecimentos comerciais de grande, médio e pequeno porte, eram casas de importação e exportação, armazéns, lojas,

<sup>88</sup> A tabela acima foi construída a partir das listas disponíveis nos Almanques correspondentes aos anos registrados, não foi possível acessar os dados do Almanaque de 1905, os dados, deste ano, constam como curto anexo no almanaque de 1906.

<sup>89</sup> MOTA, Kleiton Nazareno. Idem. P. 87.

mercearias e bodegas, cotidianamente, mantidos por trabalhadores e trabalhadoras. Por meio da análise mais cuidadosa dos registros do arrolamento da cidade de Fortaleza, de 1887, documento organizado pelo chefe de polícia Olympio Manuel Vital, é possível constatar que os locais de trabalho, na maioria das vezes, estavam localizados nas proximidades da casa do proprietário, até os cômodos da frente da casa serviam de loja e residência, fazendo com que os empregados dividissem o local de trabalho com o dono do negócio e seus familiares, o que facilitava o fortalecimento de laços paternos, o controle e a exploração dos trabalhadores<sup>90</sup>

Entre os negócios de venda em maior e menor escala, envolviam-se membros de uma mesma família, agregados e empregados que, senão estavam no balcão de vendas, ao menos conviviam com o trânsito de clientes e mercadorias nas proximidades de seus lugares de moradia, fazendo destes e de tantas ruas, e, da cidade, em fim, um verdadeiro espaço de negócios e sociabilidades.

No arrolamento da cidade de Fortaleza, então dividida em duas freguesias, a de São José e a de Nossa Senhora do Patrocínio, constam informações como o nome de ruas e praças, número das casas e de estabelecimentos, o nome dos moradores, além da sua condição civil e estrutura familiar. Há ainda informações referentes à idade, nacionalidade, instrução e profissão. Por meio dele, chegamos ao caso da brasileira Ana Corlet que aparece no registro número 4600 do arrolamento da cidade de Fortaleza, como proprietária, moradora do número 49, da Rua Formosa que dividia a casa com seu filho Guilherme de 19 anos, a idade da senhora não é especificada.

Consta que as residências próximas a sua, de números 45 a 47 eram ocupadas por suas agregadas Maria da Silva, Clara Sampaio de 18 e 15 anos, pelas criadas Philomena Balbino e Maria Firmino de idade não identificada, pelo português Martiniano Alves, por Lassila Sampaio de 41 anos e Hortência

---

<sup>90</sup> A documentação, referente ao final do século XIX, é de extrema importância para nossa problemática e, com certeza, para muitas outras que, mesmo com outros enfoques, tratam da cidade de Fortaleza no período. Com base nessa documentação, atentamos para elementos que permitem estudos quantitativos concernentes à utilização e à ocupação do espaço urbano, sobre a estruturação familiar e, principalmente, sobre a multiplicidade de ocupações e funções exercidas no âmbito citadino.



de Alcantara, sem especificação de idade. Os estabelecimentos de propriedade de Ana Corlet eram um Armazém que ocupava os números 41 e 42 e uma bodega localizada no número 43. A partir desse caso, é possível afirmar que havia múltiplos arranjos nos negócios de comércio de gêneros. Em uma mesma quadra, transformada em foco de distribuição e revenda de alimentos, as atividades comerciais davam o tom da vida de homens e mulheres que moravam na vizinhança.

Os meandros das relações estabelecidas entre a proprietária mencionada e os vários indivíduos que circundavam em sua casa e estabelecimentos são, dificilmente, apreendidos diante das poucas informações qualitativas do arrolamento, mas a situação desses diferentes sujeitos empregados no comércio pode ser visto por meio de outros registros.

O jovem caixeiro-vassoura Rodolfo Teófilo, nos conta alguns detalhes do seu cotidiano difícil de empregado do comércio. “Às cinco horas da manhã estava acordando-me aos gritos, aos puxões, para às 6 horas varrer a loja e também a rua”.<sup>91</sup>

Passava o dia na praia, exposto ao sol, no serviço do algodão. Ao escurecer, sentado à carteira a copiar o borrador! Voltava às 9 horas da noite das aulas e recolhia-me ao quarto, uma espelunca quente e com mais moriçocas do que as florestas do amazonas...quantas vezes depois de ferrar o sonno era despertado por alguém que me batia aos murros; era o patrão...acordava-me para sellar sua burra preta...podia estar livre deste incommodo se fosse chamado para esse serviço, como era de direito o moleque João, escravo, que dormia em um portão vizinho ao meu quarto; mas este aquela hora estaria na farra nos subúrbios da cidade.<sup>92</sup>

Mesmo ocupando estatutos sociais diferentes, o caixeiro livre e o criado escravo, que moravam e trabalhavam juntos, estavam sujeitos à exploração do patrão. Na narração de Theophilo, a diferença no tratamento se dava pelo medo do patrão em perder seu criado, avaliado em três contos de réis. Já o caixeiro, poderia ser substituído, facilmente, por outro empregado. Os trabalhadores do comércio enfrentavam difíceis condições de trabalho com extensa jornada diária, espaços insalubres, tarefas variadas, baixa

---

<sup>91</sup> RODOLPHO, Theophilo. **Reminiscências – edição fac-similar**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002. A primeira edição desta obra é de 1927. P. 26

<sup>92</sup> Idem, 2002, P. 26, 27 e 28.

remuneração, problemas enfrentados em prol da sobrevivência pessoal e familiar, tudo parte do percurso para chegar a patrão.

Em meio as péssimas condições de trabalho, a classe caixeiral tentava se distanciar da imagem de criado, forjando representações diferenciadas em torno do ramo do comércio. As preocupações passavam pela forma como se vestiam: “a classe caixeril ditava a moda, e de onde saía, depois que se foram os cadetes, La jeunesse dorée disputada pelas meninas casadoiras... grupo de jovens bem vestidos cada qual com sua bengalhinha domingueira.”<sup>93</sup> Porém, não se limitavam a esses cuidados, quase necessários àqueles que atendiam aos clientes no balcão das lojas e armazéns. A instrução era o principal meio de distinção social propagada pela classe.

Em Fortaleza, o ramo comercial aparece como via de acesso a melhores condições de vida na cidade que, diante da diversificação das atividades comerciais, despontou para uma atração de pessoas e capitais na segunda metade do século XIX, firmando-se como centro político-econômico do Estado.

Durante os períodos de estiagem que se sucedem na virada do século XIX, proletários, estrangeiros e membros de classe mais abastada dirigiram-se à Capital. As necessidades infraestruturais decorrentes desses novos moradores corroboraram para as transformações da cidade, produzindo experiências sociais diversas. Nesse contexto, teremos uma minoria abastada que traz consigo um capital oriundo de negócios estabelecidos no interior do estado, uma maioria numérica de migrantes vem para Fortaleza sem capital de investimento, em condição de pobreza absoluta, carregando apenas alguns pertences e os saberes oriundos da vida no campo e ainda uma parcela de imigrantes que, vindos de outros países, contavam em muitos casos com a ajuda de familiares e conterrâneos já estabelecidos na cidade.

Em “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, Thomas Pompeo apresentou um arrolamento dos estabelecimentos comerciais de Fortaleza para o ano de 1860, pelo qual se observa a presença dos estrangeiros na praça comercial de Fortaleza. De acordo com seus dados, existiam, em Fortaleza, cerca de 35.373 habitantes e 353 estabelecimentos comerciais, perfazendo uma média de uma casa para cada grupo de cem habitantes. Destes, 84 eram

---

<sup>93</sup> PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do Passado**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. P. 60.

de propriedade de estrangeiros.<sup>94</sup> Os imigrantes concorriam com os brasileiros, não somente na parca atividade industrial, mas, sobretudo, nas atividades comerciais.

No comércio de menor vulto, que tratava com gêneros secos e molhados, dava-se nas 93 quitandas registradas pelo autor, seis bodegas eram de estrangeiros e das 73 tabernas, 24 eram de propriedade de imigrados. Dos 15 armazéns de comércio a grosso, doze eram de estrangeiros e dos 17 açougues, contavam seis de posse de estrangeiros envolvidos no corte e venda da carne consumida na cidade, na segunda metade do século XIX. A Praça comercial da Capital cearense contava ainda com 12 escritórios de comércio, sendo sete estrangeiros, metade das 4, boticas, e uma das quatro fábricas de sabão também eram propriedade de imigrantes. O envolvimento deles no ramo de fazendas é considerável, quinze, das cinquenta e três, eram casas estrangeiras.

Ainda, a partir das memórias de Theophilo, observa-se como a vida no comércio era difícil, inclusive, para os imigrantes:

A casa commercial em que estava era uma excepção quanto ao tratamento que dava aos seus auxiliares. Não os pagava com generalidade, mas também não fazia como outras, as portuguezas, que tratavam os caixeiros a ponta-pés, faziam delles carreteiros de mercadorias e muito mal os pagavam! Estive seis annos no commercio...o primeiro anno foi de aprendizagem, tendo somente casa e comida, no segundo duzentos mil réis. Foi subindo até que no sexto me deram quinhentos mil réis... eu estava homem e o ordenado não dava para as minhas despesas...assim resolvi montar uma pequena fábrica de tintas para marcar sacas de algodão.<sup>95</sup>

Os chamados “moços do comércio”, os caixeiros eram os responsáveis pelo atendimento dos clientes no balcão, vendia, pesava e organizava as mercadorias, fazia as cobranças e entregas, também cabia a ele a feitura e organização dos livros de contas e letras, em que se registrava os movimentos de entrada e saída de produtos e dinheiro, além, é claro, de fazer a limpeza do estabelecimento. Desde o século XIX, a profissão de caixeiro incluía uma gama de funções, atendendo a uma escala hierárquica.

---

<sup>94</sup> BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa, **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, 1ª edição 1863, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>95</sup> RODOLPHO, Theophilo. Op. Cit. pp. 57-58.

Os estabelecimentos maiores costumavam contar com mais de um caixeiro que dividiam as tarefas e as responsabilidades entre si. O primeiro-caixeiro ou guarda-livros ocupava-se, principalmente, das finanças da casa, o caixeiro de balcão ou segundo-caixeiro atendia aos clientes, e o último empregado da hierarquia, conhecido como caixeiro-vassoura ou caixeiro de fora, era o responsável pelos serviços de limpeza, entrega e outras atividades consideradas menores.<sup>96</sup> Geralmente, o caixeiro começava com serviços menores, passando, ao longo de décadas, muitas vezes, de função em função até alcançar cargos de maior responsabilidade e de melhor rendimento.

A partir do Arrolamento da cidade, observamos que o armazém localizado na Rua Formosa, números 85 e 86, por exemplo, contava com dois caixeiros, o guarda-livros Manuel Pacheco Amora de 23 anos e o caixeiro Antonio Praxedes de 30 anos, registrado somente como caixeiro.<sup>97</sup> Nesse caso, é provável que o caixeiro mais velho não possuísse os saberes necessários para a administração de um estabelecimento de maior porte ou não desfrutasse da inteira confiança do patrão, importante laço criado e valorizado no dia-a-dia de trabalho e de convivência diária, visto que, muitas vezes, o patrão oferecia trabalho e morada ao empregado do comércio.

Acreditamos que a carestia de vida e as condições duras de trabalho contribuíssem para as iniciativas entorno das associações beneficentes e de socorros fundados no período. A Beneficente Caixeiral, por exemplo, já na década de 1876, tinha como seus objetivos o reconhecimento e a distinção social de seus membros, sob o lema “Trabalho e Educação” constituíram uma rede de auxílio bem organizada que contribuiu de formas diversas para a melhoria de vida de seus associados, conseguindo, inclusive, um patrimônio sólido que inclui prédios, onde funcionava a escola da caixeiral.<sup>98</sup>

As preocupações com a instrução, o engajamento nas lutas sociais do período e seus ideais de conduta e trabalho, sempre relacionados à modernidade e ao progresso da classe, eram propagados por meio de

---

<sup>96</sup> POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007. P. 35.

<sup>97</sup> Arrolamento da População de Fortaleza, 1887.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix (1891-1916)**. Fortaleza. Dissertação (Mestrado), 2005.

iniciativas como o Club Abolicionista Caixerai (1883) e seus jornais e revistas como *O Athleta* (1891), *Jornal Phenix Caixeiral* (1893).<sup>99</sup>

A Beneficente Caixerai foi uma das maiores associações do Ceará sendo, em 1918, reconhecida pelo governo federal como de utilidade pública pelo decreto nº 3.523. A associação expandiu os auxílios oferecidos, antes pecuniários e escolares, passando a ofertar assistência jurídica, principalmente, para questões trabalhistas, além de auxílio médico, mais tarde, expandido o atendimento para familiares dos associados, contando com um consultório dentário e um posto profilático que atendia aos sócios de outras regiões do Ceará, como Iguatu, Crato e Sobral, onde fundaram revistas, jornais e escolas. Os trabalhadores do comércio mostram-se, assim, como uma classe engajada no projeto de melhoria de vida por meio de práticas associativas.

Os comerciantes da carne foram outro segmento reunido sob a forma de associação que, em 8 de janeiro, de 1905, fundaram a Sociedade de Socorro Mútuo que reunia os trabalhadores empregados no Matadouro, Mercado e Açougues da capital. A associação agrupava pequenos comerciantes de carne verde, açougueiros, operários e mestres do Matadouro Público. Segundo seu estatuto, a Sociedade tinha por finalidade beneficiar os seus associados, em caso de doença, e com despesas para os funerais.

Os trabalhadores do comércio organizaram-se ainda em torno da Associação dos Merceeiros fundada em abril de 1914. Formada por pequenos comerciantes, proprietários de mercearias, bares e bodegas, a associação chegou a contar com o impressionante número de 2.000 associados, sua primeira sede estava localizada na Rua Floriano Peixoto. Com o lema “união e progresso”, a associação teve como primeiro grande objetivo oferecer ajuda pecuniária aos seus sócios. Com o tempo, ampliou o atendimento médico e jurídico, chegando a fundar o Banco dos Merceeiros, o que demonstra a solidez das finanças da instituição. O principal problema das associações e mutuais do período era manter a quantidade das matrículas e dos pagamentos de mensalidades por parte dos seus sócios. Acreditamos que, por se tratar de uma associação mantida pelos pequenos proprietários, não só empregados

---

<sup>99</sup> GONÇALVES, Adelaide; FUNES, Eurípedes. **No tempo em que Rhodolpho Theophilo era caixeiro**. In: RODOLPHO, Theophilo. *Reminiscências* – edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

com menor poder aquisitivo havia maior facilidade em manter o pagamento em dia. Como sinal desta solidez, temos a construção da sede social da Associação dos Merceeiros nas proximidades da Praça Gonçalves Ledo, próximo à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Nesse espaço, foram mantidas uma escola e um cinema, ambos abertos aos associados e suas famílias.

Ainda tratando das organizações de trabalhadores, em 29 de Junho de 1890, trabalhadores de diversos ofícios e ocupações fundaram a Sociedade União Operária que contou, em 1892, com a publicação própria intitulada *O Operário*, fundado por João Benevides e João Rocha, periódico que se propunha a ser o órgão da classe operária, discutindo problemas e necessidades dos trabalhadores, propagando ideias sobre a organização e a instrução como vias de emancipação da classe trabalhadora. A Sociedade Artística Beneficente, fundada em 09 de novembro de 1902; e o Centro Artístico Cearense, ainda no início do século XX, no dia 8 de Fevereiro de 1904, tratavam-se de uma agremiação abertas e formadas por trabalhadores de vários ramos.

Nos anos 1910, outras associações são criadas na cidade, como a Sociedade Deus e Mar, localizada, inicialmente, na Rua do Seminário, fundada em 1912, nas proximidades do porto, agregava trabalhadores marítimos, catraieiros, estivadores, pescadores, moradores do Arraial Moura Brasil e dos arrabaldes próximos à praia; o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José fundado em 14 de fevereiro de 1915, por iniciativa do arcebispo D. Manoel da Silva Gomes: “Definida como uma organização de princípios cristãos que abrigava pessoas de origem nacional ou estrangeira, sendo a religião católica o ponto de convergência dos associados”.<sup>100</sup>

Em 1917, com o lema “União, Paz e Progresso” surge a Sociedade Paz e União dos Comerciantes de Frutas que reunia comerciantes e outros seguimentos de trabalhadores da cidade. Como agregadora do segmento dos pequenos comerciantes de alimentos da cidade, nos deteremos sobre suas características principais, cientes que os elementos constituidores desta associação eram marcantes, em muitas outras, no mesmo período.

---

<sup>100</sup> MOTA. Kleiton. Op. Cit. p. 26.

Os fins da sociedade eram a proteção de seus associados e ações para “levantar a moral e prosperidade intelectual da classe”, para isso prestava defesa gratuita obrigatória em caso de prisão, perseguição injusta ou abuso de qualquer autoridade em assuntos relativos aos seus negócios, preocupação que aponta para o maior recrudescimento das relações entre pequeno, médios e grandes comerciantes, bem como entre estes e o poder público. Entretanto, prometia mobilizar todos os esforços para resolver amigavelmente os atritos entre os membros da classe, submetendo à decisão do conselho da sociedade.

101

Prometia ainda regular as condições de trabalho, tendo sempre em vista os interesses da sociedade, fornecer auxílio pecuniário aos associados enfermos e também para o funeral dos mesmos, desde que fossem dentro desta capital e estivessem de acordo com as condições financeiras da associação.

Corroborando com o lema de paz propagado pela associação, a intervenção diante de problemas envolvendo seus associados seria realizada pelos meios ao seu alcance e de acordo com a lei, em todas as questões que porventura surgissem, fossem por motivo de seus negócios, vantagens ou regalias de classe.

A admissão dos sócios era bastante abrangente, podendo ser admitido, como sócios, “todas as pessoas de bom comportamento que sejam ou não comerciantes de fructas, com habilitação precisa para tal e sem distinção de nacionalidade; assim como as senhoras dos mesmos sócios, ou outras pessoas de suas famílias”.<sup>102</sup> Segundo seu estatuto, a sociedade compunha-se de quatro classes de sócios, a saber: fundadores, efetivos, beneméritos e remidos, demonstrando certa hierarquia dentro da associação. Além das obrigações pecuniárias, o associado deveria cumprir obrigações morais, mantendo-se obediente às deliberações da Sociedade e nunca ser “falso” aos colegas associados.

Planejados para serem espaços de decisões democráticas e de defesa dos interesses de classe, as associações, em geral, primavam por estabelecer

---

<sup>101</sup> Estatuto da Sociedade Paz e União. Jornal Gazeta Oficial, 10 de janeiro de 1918.

<sup>102</sup> Estatuto da Sociedade Paz e União. Jornal Gazeta Oficial, 10 de janeiro de 1918.

previamente os direitos e deveres de seus associados, no caso da Sociedade Paz e União:

Art. 9 – São deveres dos sócios:

- b) Procurar a união coletiva e a harmonia geral no seio da classe, promover a mais activa propaganda em favor da sociedade;
- c) Respeitar e cumprir estritamente e reconhecer como sua lei soberana estes estatutos.
- d) Fazer o pagamento da jóia e mensalidades para poder gozar dos direitos e vantagens que lhes conferem estes estatutos, respeitando as deliberações do Conselho e das assembléias Geraes e ficando isento de contribuições, quando enfermos e impossibilitados de trabalhar.
- e) Comparecer às sessões, acceitando os cargos e commissões para que forem eleitos ou nomeados, dando cabal desempenho de suas fucções;
- f) Avisar à secretaria, por escripto, quando estiverem enfermos ou se ausentes para fora da capital.

Art. 10º - São direitos dos sócios:

- a) Propor outros sócios, votar e serem votados nas assembléias gerais;
- b) Discutir nas sessões todos os assumptos, apresentando livremente suas idéias e propostas, de accordo com o assumpto que se discutir;
- c) Acusar ou denunciar qualquer membro da Sociedade, fundamentando com documentos e provas a accusação ou a denúncia que fizer;
- d) Gozar das regalias, protecção e vantagens que lhes asseguram estes estatutos.
- e) Reclamar o apoio ou assistência de que trata a letra d, não estando envolvidos em processos por crimes infamantes que os tornem incompatíveis com a dignidade e fins sociais.<sup>103</sup>

Aqueles que não cumprissem tais determinações sofreriam perdas do direito e penalidades, sendo os sociais passíveis, pelos atos que praticassem, das seguintes penas: suspensão com perda dos direitos sociais pelo prazo de trinta e sessenta dias, eliminação e repreensão. Seriam suspensos os que incorrerem em qualquer falta prevista no estatuto, não pagares no prazo estipulado as dívidas que contraíssem para com os cofres sociais; desobedecerem “afrontosamente” as deliberações do conselho ou da assembléia geral, no intuito de promoverem o interesse pessoal ou de fazerem admitir sócios considerados indignos ou incapazes.

Estaria sujeito à eliminação dos quadros da associação, maior penalidade aplicável, os que não pagarem as mensalidades no prazo de três

<sup>103</sup> Estatuto da Sociedade Paz e União. Jornal Gazeta Oficial, 10 de janeiro de 1918.



meses, o que demonstra a importância da preocupação em manter os pagamentos mensais em dia, seriam expulsos ainda os que, em virtude do cargo assumido dentro da entidade, aproveitarem-se de qualquer quantia ou objeto da associação, os que difamarem ou rebaixarem a sociedade e os que “traírem” contra a Sociedade ou qualquer companheiro, seja em que ocasião for e qualquer que seja o meio empregue, neste ponto, acompanhamos mais uma vez a valorização de uma conduta moral específica relacionada aos interesses da classe e da associação em si.

Ainda, de acordo com sua proposta democrática e progressista, o estatuto prevê que as aplicações das penas competiam à Assembléia Geral, podendo o sócio apresentar sua defesa, dentro do prazo de quatro dias, dirigida à mesma Assembléia, justificando a sua não culpabilidade. O papel da assembléia, no entanto, é soberano, pois, tomando conhecimento do pedido de recurso, caberia à ela concedê-lo ou negá-lo sem mais recurso algum.

Conforme se apresenta no estatuto, é possível que a maioria desses comerciantes fossem, na realidade, pequenos comerciantes que trabalhavam nas feiras e no mercado da capital. Muitos desses sofriam perseguições das autoridades municipais, por conta da exigência de licença para comercializar em espaço público.

As ações em prol da organização, entorno das associações, devem ser entendida como decorrentes das experiências dos trabalhadores. Interesses e carestias compartilhadas na cidade de Fortaleza, entre as décadas finais do século XIX e os primeiros anos do século XX, fizeram surgir esses espaços específicos de sociabilidade e socorros mútuos que, mesmo contendo disputas e hierarquias internas, promoveram a disseminação de saberes e ações voltadas para a melhoria da vida dos trabalhadores urbanos do período. Associar-se a uma mutual, poderia significar, sobretudo, para os trabalhadores pobres, a obtenção da ajuda necessária para si e para sua família na hora da morte, na perda do emprego por causa injusta, via de empréstimos em dinheiro para abrir seu negócio próprio ou na compra de uma casa, auxílio diante de impossibilidade de trabalhar, facilitada jamais imaginada antes, além de espaço específico de valorização do seu ofício, de seu papel social, muitas vezes, a obtenção de um espaço real de exercício da cidadania na recém fundada e excludente república brasileira. As associações de caráter associativo e de

socorros mútuos foram um caminho para os trabalhadores superarem parte de suas dificuldades cotidianas, não sendo, evidentemente, sinais de uma possível “evolução” da classe trabalhadora, mas sim fruto das experiências dos trabalhadores que, em um momento de transformações sócio-culturais, promoveram ações de ajuda mútua, contribuindo para sua própria formação, nos dizeres de Thompson: “... A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”.<sup>104</sup>

Na década de 1910, a defesa da regulamentação de legislações sociais mais amplas ainda estava emperrada, continuando a ser tema recorrente por toda a década de 1920, período em que as discussões em torno da regulamentação das relações de trabalho lançaram-se ao âmbito legislativo com maior intensidade,<sup>105</sup> fazendo com que o perfil dessas entidades de socorros fosse transformando-se ao longo da Primeira República. No caso dos trabalhadores do comércio, o crescimento do setor produtivo criou, na virada do século, uma demanda maior de distribuição e circulação de mercadorias, impulsionando a ampliação de vagas no mercado de trabalho, no setor terciário. Até esse momento, a maior vantagem do trabalho, no comércio, era a possibilidade de ascensão socioeconômica através da acumulação de capital ou por meio de associações com comerciantes já estabelecidos, muitas vezes, com o próprio patrão. Essas possibilidades, porém, foram diminuindo ao longo dos anos e os empregados do comércio passaram a perceber que a aquisição de direitos trabalhistas, em comparação aos trabalhadores de indústrias e fábricas, vinculados ao movimento operário, era bem menor. Esse processo de proletarização vivido pelos trabalhadores do comércio foi “um momento de conscientização a respeito da sua própria situação como grupo social e de sua força como coletividade. A partir de então, esses trabalhadores começariam a organizar-se em entidades de classe,”<sup>106</sup> seus objetivos e ganhos se situaram no âmbito do trabalho e do cotidiano, mas foram vividos também como conquistas relacionados à uma postura política renovada.

---

<sup>104</sup> E. P. THOMPSON. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

<sup>105</sup> SOUSA, Samuel Fernando. *A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932)*. In. **Cadernos AEL, Dossiê Trabalhadores**, leis e direitos, vol. 14, nº 26, primeiro semestre de 2009, pp. 223-226.

<sup>106</sup> POPINIGIS, Fabiane. Op. Cit. P. 111.

## **CAPÍTULO II - A cidade fervilha no papel e na rua: práticas e sociabilidades**

### **2.1 Abastecimento e produção de gêneros alimentícios na cidade**

Como argumenta o historiador Carlos Fico, o abastecimento alimentar é uma das questões centrais para a vida nas cidades e para a própria sobrevivência dos trabalhadores, e, por isso, os problemas relacionados ao assunto constam como itens constantes das “pautas” de reivindicações, bem como deflagram reações dos diversos setores sociais.<sup>107</sup>

Preocupando-se com a análise das manifestações sociais, no Rio de Janeiro, relacionadas com o abastecimento da cidade nas últimas décadas do século XIX e início do XX, o historiador afirma que, no Brasil, o período entre 1890 a 1906 caracterizou-se pela ausência de intervenção sistemática do governo no abastecimento e, ainda, por um estágio incipiente do sistema em si. O autor também observou um segundo momento, 1890 a 1917, marcado pelo o início da intervenção estatal não regular, quando houve propostas mais complexas para o abastecimento urbano.<sup>108</sup>

Nesses períodos, foi possível perceber diversos problemas de carestia no país, atingindo mesmo as localidades de maior comércio. A ocorrência das crises de carestia era notória, segundo o historiador Artur Renda Vitorino, as razões das crises variaram de província para província. No Mato Grosso, a carestia se dava, não somente por conta da diminuição da produção agrícola, mas sim por conta do aumento populacional e redirecionamento da produção durante a virada do século XIX para o XX, quando, depois de ampliada a navegação do Rio Paraguai, muitos criadores de gado passaram a charquear

---

<sup>107</sup> FICO, Carlos. **Cidade Capital. Abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)**. Dissertação de Mestrado, em História, apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1989. P. 21. Os objetivos do autor passavam ainda pela “avaliação dos graus de consciência, organização e mobilização dos trabalhadores, através das manifestações sociais, utilizando a questão concreta do abastecimento como instrumento de aferição do nível de aprimoramento político dos movimentos sociais, sem considerar, precipuamente, os aspectos político-partidários e ideológicos, já estudados, à exaustão, por uma vasta bibliografia.”p. 22. Seu estudo enfoca um momento específico da historiografia brasileira, quando as análises concentravam-se em um aporte marxista, porém, de forma a executar estudos mais abertos e abrangentes da vida dos sujeitos históricos, em que se percebe a influência de historiadores como Edvard Palmer Thompson, entre outros.

<sup>108</sup> Idem, 1989, p.21.

as rezes e envia a carne salgada para suprir a Corte. Em Minas, os fatores apontados pelo pesquisador envolvem irregularidades das estações, desvio de braços da lavoura, principalmente, para obras públicas, alta do preço da carne de porco e de vaca, além do crescimento populacional. No que diz respeito às províncias do sul, o aumento no custo dos transportes era fator preponderante para a elevação dos preços, além da pouca cultura de subsistência, situação favorecida pelo interesse no cultivo do café.<sup>109</sup>

No século XIX, nas grandes cidades, de forma geral, a alimentação básica da população pobre consistia no consumo do pão, do toucinho, da carne-seca, do peixe, do feijão e da farinha de mandioca, artigos que, mesmo diante das variações regionais de dieta, permaneciam nos cardápios, país a fora. Nesse período, os gastos com alimentação absorviam uma parcela bem maior de renda dos trabalhadores do que os gastos com moradia. Apesar de a comida ser pouco variada e, frequentemente, estragada ou adulterada, o principal problema enfrentado era o preço.<sup>110</sup>

Durante a segunda metade do século XIX, os preços tenderam a subir mais rapidamente do que nas primeiras décadas do século XX e a variar mais amplamente em períodos curtos de tempo. É possível apontar a expansão da agricultura comercial como fator preponderante para a elevação no preço dos alimentos.<sup>111</sup>

As crises de carestia, nos primeiros anos da República recém proclamada, no Brasil, eram frequentes, e entre os anos de 1903 e 1913, verificou-se um período que “incorporou a propaganda oficial que espelhava o esforço para superar as crises de desvalorização das exportações e a necessidade de emissões para equilibrar as finanças do Estado”.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> VITORINO, José Renda. **Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na corte das décadas de 1850 a 1880**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002. P. 72-73.

<sup>110</sup> HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. P. 44.

<sup>111</sup> Cf. HAHNER, 1993. Ibidem, p. 44-45.

<sup>112</sup> Entre os anos de 1900 a 1920, a emissão do tesouro nacional saltou de 669.631 para 1.848.297 contos de réis, causando a desvalorização dos salários e a pressão na Câmara de Deputados relacionada à emissão e a carestia de alimentos. Outro fator apontado foi o aumento das exportações brasileiras, logo após o início da Grande Guerra e também a impossibilidade de exportar alguns gêneros. LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri. 1979. P. 26.

Diversos gêneros alimentícios constaram na lista de produtos exportados do Brasil, segundo os autores, demonstrando que a conjuntura permitiu o desvio de parte da produção, anteriormente dedicada somente ao consumo interno, o que resultou no aumento de preços e no desaparecimento da oferta de alguns produtos.<sup>113</sup>

**TABELA 7 – Importação e Exportação de Alguns Gêneros Alimentícios no Brasil – Médias Anuais em Toneladas (1901 – 1920)**

PRODUTOS	1901-1905		1906-1910	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Arroz	383.451	220	86.760	181
Feijão	34.301	144	38.165	282
Milho	38.696	9.748	46.798	21
Charque	260.778	338	169.969	2.060
Batata	107.913	-	103.885	3
Trigo	840.862	-	1.314.056	-

(Continuação)

PRODUTOS	1911-1915		1916-1920	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Arroz	48.019	144	758	236.655
Feijão	32.698	360	1.829	291.753
Milho	22.625	488	1.829	291.753
Charque	70.075	1.061	9.101	29.253
Batata	104.355	9	14.812	11.168
Trigo	1.905.898	-	1.506.626	-

**Fonte:** Ministério da Fazenda, Serviço de estatística Econômica e Financeira e Comércio Exterior do Brasil. In: YEDA, 1879, p. 31.

Diante dos dados estatísticos da exportação crescente de gêneros alimentícios, observa-se o aumento da produção e da comercialização de alimentos de primeira necessidade no início do século XX, sobretudo, de feijão,

<sup>113</sup> Idem, 1979 p. 30.

de arroz e de carne, atividade que, provavelmente, tornava-se ainda mais lucrativa durante o desenrolar do século e, cada vez mais, um elemento importante para a economia do país. Mesmo assim, havia graves problemas econômicos na nova república, particularmente, evidentes nas cidades, contribuindo para a insatisfação e a agitação dos trabalhadores. Um deles era a carestia dos alimentos.<sup>114</sup>

Nos anos de 1917 e 1918, na tentativa de diminuir o impacto da carestia de vida em um contexto de emissões, políticas de exportação, monopolização, precariedade dos transportes e manifestações populares, criou-se o Comissariado de Alimentação Pública, através desse órgão, o Estado visava um modo de ordenação do Abastecimento a nível nacional.

Mesmo possuindo um caráter provisório, sua criação provocou protestos por parte de comerciantes e produtores agrícolas preocupados com a intervenção do Estado no comércio dos alimentos. Sua atuação passava pela regulação de preços e estoques, além da confecção de tabelas de preços dos diversos gêneros de primeira necessidade.<sup>115</sup>

A criação do Comissariado é apontada por Yeda como intervenção *in extremis* que só foi colocada em ação diante das ameaças de crise generalizada e, como forma extrema de intervenção, causou conflitos e colidiu com os interesses de oligarquias. Este consta como um primeiro momento de intervenção do Estado ou organização do mercado interno no Brasil, suas características de órgão de coordenação econômica, em uma região tipicamente liberal, investido de poderes de intervenção e controle que escapavam até mesmo aos ministérios, torna sua experiência, extremamente, emblemática para o estudo da trajetória da organização do abastecimento no Brasil.<sup>116</sup>

Para além de sua intervenção, foram criadas ainda a Delegacia Executiva da Produção Nacional, de atuação próxima aos agricultores, bem como a Junta Nacional de Navegação incumbida de intervir nas rotas de navios de transportes de alimentos e intervir no rateio de praças por meio de fiscalização. A partir de 1920, com a transformação do Comissariado em

---

<sup>114</sup> Cf. HAHNER, 1993. *Ibidem*, p. 24.

<sup>115</sup> Cf. YEDA, 1979. *Ibidem*, p. 48-49.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 54

Superintendência do Abastecimento, formas mais sutis e diversificadas foram aplicadas, como intervenção do estado, nas questões relativas ao Abastecimento em nível nacional, ações como a compra de gêneros pela Superintendência e a isenção fiscal de artigos mais requisitados tornaram-se mais comuns, bem como a organização de cooperativas e a promoção de feiras-livres nas capitais<sup>117</sup>.

No Ceará e na sua capital, Fortaleza, é preciso considerar a dinâmica regional conectada aos períodos de seca, sempre apontados como momentos de dificuldade no abastecimento que atravancavam a vida e o trabalho nos agricultores, sobretudo, por conta da carência de suprimento alimentar.

Segundo o Relatório do Presidente da Província, Henrique D'Ávila, apresentado no dia 9 de setembro de 1889, as medidas tomadas pela Presidência, no final do século XIX para o XX, concentraram-se na expansão da rede de socorros públicos e na criação de um comissariado geral em cada uma das Comarcas. Para o governo, a questão estava, estritamente, relacionada às calamidades oriundas dos períodos de seca.<sup>118</sup> Foram instalados armazéns de gêneros alimentícios, a cargo de comissários nomeados, e outros estabelecidos em diversos pontos do Ceará, sendo a distribuição dos alimentos realizada por “terra e mar na tentativa de assegurar o repasse mensal dos gêneros”.<sup>119</sup>

Durante o século XIX, o Ceará destacava-se, no cenário nacional, como província criadora de gado, ativamente participativa no comércio interprovincial por meio, sobretudo, dos embarques e negociações efetivadas na Capital. Nas décadas de 1880 e 1890, no entanto, este comércio foi diminuído diante da pouca produção no período de seca, quando a exportação de carne cedeu lugar à importação desse gênero. Diante da solicitação de informações acerca dos valores da carne por parte do Presidente da Província do Pará, a Câmara Municipal de Fortaleza responde negativamente:

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>118</sup> Ainda com base no relato, o serviço realizado, antes do mandato de Ávila, funcionava de forma desorganizada, tendo a emigração do maior número possível de retirantes para fora da província como objetivo principal, o embarque e distribuição dos gêneros alimentícios em socorro aos atingidos pela seca estavam centralizados nos locais próximos e no litoral, deixando a grande maioria da província privada de auxílios. Tal situação empurrou aglomerados maiores para Quixadá, Baturité e Fortaleza. Relatório do Presidente de Província, 1889. P.4.

<sup>119</sup> Relatório do Presidente de Província Henrique D'Ávila para o ano de 1893. P. 2.

O comércio de gados entre esta e aquela província actualmente não pode oferecer as vantagens que se possa ter calculado, considerando o Ceará como província creadora. A seca, como se sabe, levou a devastação aos gados da província, reduzindo-a a condição de tributária do Piauí, é n'aquela província onde actualmente havemos o gado de que precisamos para o consumo.<sup>120</sup>

Perante o quadro de diminuição da produção, a possibilidade de comercializar carne com o Pará torna-se inviável e a Câmara aponta que a negociação deve ser efetuada entre Pará e o Piauí, de onde já vinha a carne que abastecia o Ceará. A falta de mercadorias produzidas, no Ceará, porém, não significou escassez geral de alimentos nas praças comerciais locais.

Para aviar o abastecimento nos momentos mais críticos, os comissários gerais, nomeados pelo governo, foram autorizados a mandar abater gado *vacum* para fornecer carne verde aos indigentes duas ou três vezes por semana; os agricultores atingidos pela seca receberiam os alimentos de mês em mês, nos armazéns de suas circunscrições, sendo indicado que mantivessem pequenos roçados com as sementes que poderiam ser previamente requisitadas aos comissários e fornecidas pela administração.

O consumo era viabilizado graças a produção oriunda de diversas áreas do Estado. Segundo Relatório do Presidente da Província, o fornecimento de gêneros alimentícios das áreas de produção até as regiões consumidoras acontecia por meio de difíceis horas de viagens marcadas por estradas ruins. O trabalho era realizado por atravessadores que elevavam o custo dos alimentos ao máximo, dificultando todo o abastecimento no Ceará, inclusive, os valores dos alimentos que seriam empregados nos socorros públicos. Diante desse quadro, o Estado tomou algumas providências para tornar o comércio de gêneros menos oneroso, chegando, inclusive, a assumir a função de transporte de parte da produção. Nas palavras do Presidente:

Fiz cessar de todo esse meio tão prejudicial de fornecimento de gêneros alimentícios, e em toda parte da Província o Governo é que fornece esses gêneros. Acabando com os intermediários nas compras de gêneros que tenho effectuado

---

<sup>120</sup> APEC- Ofício da Câmara Municipal de Fortaleza, 14 de março de 1881.



em relação aos preços das compras anteriores, realizar uma economia de mais de oitocentos contos de réis.<sup>121</sup>

Vê-se que a prioridade, nesse período, foi com os custos e remodelação do abastecimento de gêneros alimentícios para o maior número possível de localidades da Província. Nesse momento, a reformulação das ações dá aspecto novo ao modo de operar das comissões de socorros, modificando, evidentemente, o abastecimento no Ceará por meio da distribuição dos gêneros e pela reorganização dos recursos usados nos momentos de estiagem.

No único exemplar disponível para pesquisa do Jornal *A Pátria* publicado por Barboza Lima, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues e Ferreira Santiago, entre os anos de 1889-1890, observamos, na edição de número 92, de 8 de maio de 1890, uma discussão a respeito das compras de gêneros alimentícios feitas nos períodos de seca, diante de acusações feitas pelo Jornal *O Cearense* contra uma partida de gêneros comprada a Boris por João Cordeiro, quando governador em exercício.<sup>122</sup>

No exemplar, encontramos descrições da situação alimentícia no período de seca:

os preços dos gêneros alimentícios eram altos, Pernambuco estava fechado para exportação – no Rio vendia-se a saca 0\$ e 10\$; na Bahia a 10\$ e 12\$. Havia um sindicato cujo fim era vender ao governo a farinha de que precisassem, a preço mais elevado. Na concorrência que o governo abriu, elles ofereceram para diversos pontos cerca de 16 mil saccas a 100 réis o litro; propostas estas que foram acceitas com mais umas 70 mil sacas... o que faz sobre o total da compra uma diferença em favor do thesouro de 150 a 200 contos de reis.<sup>123</sup>

No entanto, alguns fatos notáveis e de alta importância se sobressaíam na seca de 1888-1889, segundo o jornal:

Os artigos de primeira necessidade, como a farinha e arroz, conservaram-se durante quase todo o período da secca, no ceará, a preços regulares, mais regulares, relativamente, do

<sup>121</sup> BPMP - Relatório do Presidente de Província Henrique D'Ávilla para o ano de 1893. P. 3.

<sup>122</sup> BPMP – Jornal *A Pátria* de 8 de maio de 1890. O primeiro número é de 28 de novembro de 1889. Cessou a publicação depois da eleição de 15 de setembro seguinte por terem de seguir para o congresso os redatores Barbosa Lima e Justiniano de Serpa.

<sup>123</sup> BPMP – Jornal *A Pátria* de 8 de maio de 1890.

que nas outras praças do Brazil. Não se viram em lugar nenhum da província ou do estado os preços exagerados, que aparecem quase sempre em tais circunstancias e que certos momentos até a extravagância (400 e 480 o litro de farinha).

Essa regularidade de preços é devida a diversas causas, que não devem ser esquecidas:

1ª o ilustre Dr. Caio Prado que soube compreender que o equilíbrio entre a importação e o consumo só podia ser feito aqui no Ceará, nesse sentido trabalhou e obteve o apoio do governo geral e da praça.

2ª os melhoramentos das comunicações por mar e por terra razão por que se deve continuar a construção das estradas de ferro.

3ª o estado dos caminhos do interior que conservam as margens um pouco de pastagem, permitindo os transportes em animais.

4ª o commercio importador do Ceará, que tendo a certeza de supprir as necessidades da secca, importou e fez deposito; e a casa Boris que não tinha se occupado de farinha em 1887-70, manteve durante a secca um grande deposito.

5ª os presidentes que sucederam Caio Prado, embora se afastassem do plano deste, não abandonaram de todo e continuaram, a seu exemplo, comprando na praça.

Os preços pagos por litro de farinha pelos diversos presidentes e governadores foram, conforme a nota que vimos, os seguintes:

Dr. Caio Prado 90 a 110

Dez. Américo 120 a 128

Dez. Américo a entregar o cargo 125 a 130

Cons.º Ávila 100 a 115

A entregar 110 a 115

Thomaz Pompeu 102 a 107

Moraes Jardim nada comprou

Conselheiro Ferraz 95 a 100

João Cordeiro vice-governados 80 a 90

As compras dos dois últimos foram postas aqui, no aracaty, mundaú, acarahú e camocim.<sup>124</sup>

De acordo com os dados apresentados, as compras feitas pelo governo, na praça do Ceará, em 1888-89, saíram de muito mais vantagem para o Governo Federal, que as centralizadas no Rio em 1877-79. As informações apontam um cenário diferenciado que deve ser considerado quando se trata da análise do abastecimento do Ceará nos períodos de seca. O jornal não entra na contenda a aplicação dos gêneros em favor dos socorros públicos, esclarecendo somente que “o melhor e mais vantajoso para comprar, está resolvido: nunca devem ser feitas compras pelo governo geral e sim no Ceará

<sup>124</sup> BPMP – Jornal *A Pátria* de 8 de maio de 1890.

e que “os pagamentos em dinheiro parecem terem dado melhores resultados que os em gêneros.”<sup>125</sup> Essa ação foi apontada pelo Presidente D’Ávila, no início do período republicano, no Ceará, como sendo a melhor opção para o governo.

Com o objetivo de diminuir as crescentes despesas do tesouro público com a seca e assegurar o crescimento da província, o governo optou pela diminuição do número das frentes de trabalho e o pagamento dos trabalhadores, nelas empregados, em dinheiro, não mais em gêneros. O capital dos socorros públicos passou a ser alocado na realização de empreendimentos maiores, considerados mais importantes, no caso, a construção da estrada de ferro agrícola que ligaria a capital a serra de Uruburetama, que, “só em algodão, o melhor do mundo, pode fazer a riqueza desta província, a qual depois de propta poupará ao Estado uma somma elevadíssima e uma das maiores despesas ocasionadas pela secca, a dos fretes dos gêneros para o interior da província.”<sup>126</sup>

O novo paradigma do governo baseou-se nos avanços tecnológicos, evidenciando a preocupação em aperfeiçoar os transportes de pessoas e cargas e a produção de matérias-primas, entre eles, os gêneros alimentícios para o abastecimento do Ceará. O novo ponto de interesse foi a edificação de empreendimentos maiores e mais duradouros como, por exemplo, a edificação de açudes. O apresamento de águas configuraria como mais uma resposta para os problemas de abastecimento no Ceará, viabilizando uma melhora no sistema de produção de alimentos, como afiança o Sr. Engenheiro J. Revy. Em suas considerações presentes no Relatório do Presidente de Província de 1893, esclarece:

o rio Itacolomy pode fornecer annualmente para um açude 3.939.760 metros cúbicos d’agua..que depois de cheio, após tres anos de seca...podendo irrigar 2.000 hectares...podendo plantar em larga escala, durante a estação secca, e pelos

---

<sup>125</sup> BPMP – Jornal *A Pátria* de 8 de maio de 1890.

<sup>126</sup> Relatório do Presidente de Província Henrique D’Ávila para o ano de 1893. P. 4. É interessante perceber que o crescimento das linhas férreas, no Brasil, intensificou o processo de concentração das atividades nas cidades de maior porte, favorecendo a dependência das exportações. Os lucros empregados, na melhoria dos serviços públicos e embelezamento das grandes cidades que fomentaram o progresso dos transportes e comunicações, tornavam as cidades, em desenvolvimento, extremamente atraentes aos trabalhadores rurais que viviam em dificuldades.

processos modernos, empregando o arado, as melhores qualidades de algodão, milho, arroz, feijão e cereais de outras espécies, bem como a forragem para a criação do gado, plantando-se a luzerna, o capim e etc.<sup>127</sup>

No final do século XIX, o interesse pela aplicação das tecnologias cresce, e, estabelecido o regime republicano, a atividade agrícola alcança novo desenvolvimento através de ações como a organização da ação governamental, por meio do Ministério da Agricultura (decreto 449 de 31.03.1890). Antenado com a importância dos reservatórios de água, o poder público trata do uso desse elemento vital para a produção através de atos como o do dia 4 de outubro de 1893, estimulando a construção de açudes e fundação de poços artesianos. Muitas exigências também indicavam que as águas, à disposição do público e do criatório, não fossem contaminadas, ao mesmo tempo em que se indicou a construção de pontos de suprimentos para saciar a sede de seus animais por todo o Estado.<sup>128</sup>

Na Capital, em 11 de outubro de 1897, sob inspiração da Sociedade Nacional de Agricultura, instala-se sua congênere cearense, com o propósito de distribuir sementes e instrumentos, repassar informações, criar (havendo fundos) “estações pecuárias e agrícolas” (campos de demonstração) etc. Em novembro de 1892, a figura do Intendente assumi a direção dos municípios, com competência de proteger as “artes, agricultura, comércio e indústrias, fazendo exposições, estabelecendo prêmios, importando modelos de máquinas, instrumento e aperfeiçoamentos de cultura, animais de qualidade

<sup>127</sup> BPMP - Relatório do Presidente de Província Henrique D'Ávilla para o ano de 1893. P. 14.

<sup>128</sup> CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 99-100. Além disso, é interessante perceber também que, em 1901, há todo um empenho para a construção do Açude de Quixadá (Cedro), concluído em 1906, quando criada a Superintendência dos serviços relativos ao combate às secas, repartição sediada em Fortaleza e, três anos adiante, convertida na inspetoria de obras contra as secas. Principiam a transcorrer então significativas iniciativas que apontam para o interesse científico na região. Em 1911, instala-se o Horto Florestal em Quixadá, em 1913, A Escola Prática de Agricultura, disseminando o conhecimento agrônômico no interior do Ceará. Na mesma cidade e período, inauguraram a imprensa especializada no tema, *O Lavrador Cearense*, além de instalado o Posto Zootécnico organizado pelo também recente Sindicato Agrícola de Quixadá. É preciso lembrar que a cidade vivia um certo clima de fluência de saber nesse campo, afinal, havia, no período, a presença de engenheiros e técnicos da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS (atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS), responsáveis também pelo 1º congresso agrícola do Ceará, de 30 a 31 de julho de 1916. Com ideias e propostas de progresso e desenvolvimento no que concerne à prática agrícola. In: CAMPOS, Eduardo. **A descoberta do sabor selvagem**. (A Culinária Brasileiro do “Cozinheiro Nacional”) Fortaleza: Casa José de Alencar Programa Editorial. Coleção Alagadiço Novo, 2000. P. 142.

superior para aperfeiçoar as raças e espécies vegetais úteis”.<sup>129</sup> Com essas decisões administrativas, e, certamente políticas, o abastecimento, no Ceará, transformou-se. Assim, na virada do século XIX para o XX, o governo passou a valorizar os saberes técnicos aplicados na produção de alimentos.

Com o objetivo de fomentar o interesse pela diversificação de práticas agrícolas, também circularam, no período, manuais agrícolas, como “O amigo Lavrador”, que, segundo Eduardo Campos, apontava métodos para a agricultura, aconselhando a cultura de variações específicas do algodão e a cultura do amendoim, do café, e destacava a qualidade do produto obtido no Ceará. No mesmo período, houve ainda as tentativas incipientes em favor do plantio do cacau, do chá, do fumo e importação de técnicos da Bahia.<sup>130</sup>

Acompanhamos também a iniciativa do estado em distribuir gêneros alimentícios e sementes na tentativa de atender a uma área maior do Ceará e diminuir os impactos da seca na vida dos trabalhadores, além da criação de frentes de trabalho; ações voltadas a sanar o problema do abastecimento de alimentos no Estado e minimizar o êxodo de trabalhadores nos períodos de seca. No entanto, essa abordagem dos problemas socioeconômicos, ampliados nos períodos de seca, não vingou sob o argumento do alto custo das ações.<sup>131</sup>

Porém, o sistema de abastecimento, aparentemente descentralizado e atuante, como descrito pelo Presidente D’Ávilla, não vigorou, efetivamente, motivando reclamações acerca da disponibilidade de gêneros e seu alto custo, sobretudo, em Fortaleza.

As despesas diárias dos moradores da cidade eram altas, os artigos básicos de sobrevivência e alimentação apresentavam-se no mercado a altos

---

<sup>129</sup> Também em Fortaleza, a Colônia Christina criada, inicialmente, para ser orfanato, e, a tanto, amparar as pequenas vítimas das secas, de acordo com comentário do jornal *Constituição* (9 de julho de 1892), depois de pretender explorar o campo, não convencera como “colônia rural, pois não havia gente válida e instrumentos” que a habilitassem. E, como andavam as autoridades à procura de alguma fórmula capaz de resgatar do abandono em que vive a agricultura interiorana, partem para converter a colônia em “fazenda exclusivamente destinada ao cultivo de fumo, seu preparo, fabricação de artigos diversos para o comércio”, (lei 308 de 22 de agosto de 1896). *Ibidem*. P. 134-135.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 134-136.

<sup>131</sup> O Presidente D’Ávilla contra argumentou a respeito das falhas e da não persistência do sistema de assistência; o ônus decorrente dos trabalhos de assistência tornou o sistema inviável. Segundo ele, os socorros rederam uma dívida passiva de aproximadamente cinco mil contos de réis, de janeiro a junho, de 1889, o que teria impedido que se prosseguisse com esses moldes na prestação do socorro.

preços, sendo, diversas vezes, motivos de reclamação na imprensa, sobretudo, da classe trabalhadora mais pobre. No jornal *O Operário* de 27 de março de 1892, acompanhamos os valores pagos pelos alimentos considerados gêneros de primeira necessidade e, a título de comparação, apontamos que o valor de um exemplar do Jornal Popular *O Charuto* custava apenas \$100; assim, vejamos o quadro grafado no jornal *O Operário*.

**Quadro 1 – Preço dos gêneros básicos**

<b>Gênero</b>	<b>Preço</b>
<b>Carne do sul</b>	<b>1\$000 kilo</b>
<b>Carne verde</b>	<b>\$800</b>
<b>Assucar</b>	<b>\$800</b>
<b>Café</b>	<b>1\$300</b>
<b>Sabão</b>	<b>\$640</b>
<b>Farinha</b>	<b>\$160 litro</b>
<b>Arroz</b>	<b>\$400</b>
<b>Feijão</b>	<b>\$320</b>
<b>Rapadura</b>	<b>\$080 uma</b>
<b>Lenha</b>	<b>\$020 uma acha</b>

**Fonte:** Jornal *O Operário*. Fortaleza, 27 de março de 1892.

Os gastos com alimentação e moradia eram um grave problema para as classes baixas, como anunciavam os primeiros jornais operários. Dieta, moradia e vestuários inadequados, bem como as longas jornadas de trabalho exaustivo, tornavam os trabalhadores urbanos mais suscetíveis do que os membros da elite à devastação das doenças no Brasil, do século XIX.<sup>132</sup> Até mesmo a Câmara Municipal de Fortaleza pediu, por meio de ofício, providências e alternativas à Presidência da Província acerca do “elevado preço da carne verde”, sobretudo, diante “dos reclames da imprensa”.<sup>133</sup>

A carne merece destaque como um dos mais importantes artigos da dieta dos cearenses, sendo, largamente, comercializada ao final do século XIX.

<sup>132</sup> HAHNER, June E. Ibidem, P. 45-46.

<sup>133</sup> APEC - Ofício da Câmara Municipal de Fortaleza, 6 de fevereiro de 1882.

A partir do Almanaque de 1899, temos acesso a alguns dados acerca do consumo da carne na Capital.

**Tabela 8 - Gado abatido para o consumo da população de Fortaleza (1891-1894)**

	<b>1891</b>	<b>1892</b>	<b>1893</b>	<b>1894</b>
<b>Gado <i>vaccum</i></b>	<b>17.947</b>	<b>15.935</b>	<b>13.564</b>	<b>15.787</b>
<b>Gado suíno</b>	<b>1.344</b>	<b>1.373</b>	<b>1.503</b>	<b>1.801</b>
<b>Gado ovino</b>	<b>344</b>	<b>495</b>	<b>432</b>	<b>380</b>

**Fonte:** Almanques Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do estado do Ceará para o ano de 1899.

Por meio dos dados, é possível observar o consumo de carne na Capital, sendo este um dos principais artigos da dieta dos fortalezenses ao lado do peixe, da farinha, do pão e do feijão. Nota-se, na tabela acima, que a maior parte da carne contabilizada era gado *vaccum*, chegando, somente, na capital do Ceará, a cifra de 17 mil reses abatidas.

Os problemas dos trabalhadores passavam pelas dificuldades em manter uma dieta diária suficiente para toda a família. Nesse sentido, um dos caminhos a seguir era a produção em escala de subsistência realizada nos próprios quintais para abastecer a casa de gêneros básicos como verduras, ovos e carne de frango e peixe.

No Ceará, segundo os dados expostos no Almanaque Administrativo para o ano de 1899, nos 62 municípios do estado, existiam 7.231 sítios de cana, 3.654 fazendas de café, 792 engenhos e o número de fogos elava-se a 120.919. Chama a atenção a quantidade de roçados, nomenclatura aplicada a porções pequenas de terra, em um total de 129, 478, número que pode apontar para a persistência das pequenas culturas voltadas para o consumo em pequena escala. Trabalhando nessas lavouras havia 111.577 agricultores, esses eram os principais produtores dos gêneros que abasteciam o Ceará.<sup>134</sup>

<sup>134</sup> BPMP - Almanques Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do estado do Ceará para o ano de 1899.

No que diz respeito à existência desse tipo de ocupação relacionada com a produção de alimentos em Fortaleza, baseamo-nos em dados presentes no Arrolamento da Cidade de Fortaleza, documento organizado pelo chefe de polícia Olympio Manuel Vital em 1887. Entre os mais diversos sujeitos descritos como moradores da cidade, encontramos, por exemplo, ferreiros, sapateiros, lavadeiras e empregados no serviço doméstico. Entre estas e muitas outras categorias profissionais, identificamos lavradores, agricultores, pescadores, vaqueiros e criador.

Esses trabalhadores, acreditamos, eram, entre tantos, possivelmente, deixados de fora pelo censo, responsáveis por uma contribuição relevante para o abastecimento da cidade, imprimindo um jeito próprio de lidar com as transformações urbanas, inserindo-se, através de práticas tidas como rurais, na vivência urbana da capital cearense.

Os indivíduos identificados como pescadores e jangadeiros tinham moradia situada, principalmente, na Rua da Praia e na Rua da Lagoinha. A faixa etária média era de 50 a 60 anos, somando, de acordo com o Arrolamento, um total de dez trabalhadores, todos casados, tendo que, a partir do seu trabalho, compor a renda doméstica. O principal alimento dessas famílias era, de certo, o peixe, artigo bastante apreciado no Estado do Ceará e também na Capital. Como afirma Eduardo Campos, lembrando seus tempos de menino na Fortaleza do início do século XX, o cardápio das famílias na capital ia de carne a peixe.<sup>135</sup>

O peixe era importante na dieta da cidade, não sendo somente obtido do mar, mas em rios e lagoas. Municípios, como Iguatu, eram fornecedores de peixe, abundando ali os currais de pescarias assentados no rio Jaguaribe. Os cursos d'água, na proximidade da capital, eram muitos. Segundo Eduardo Campo, no Cocó, por exemplo, predominava a piraima, espécie de tainha muito procurada. "As piabas eram fartas, crescidas de três polegadas. Tinha-se mais o jacundá, a traira...valendo mencionar-se o baiacu, peixe pequeno e de artes malignas".<sup>136</sup>

A venda do pescado acontecia por toda parte, no mercado, na beira da praia e na rua:

---

<sup>135</sup> CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 42.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 43.



...peixe comprado à porta e viscerado à beira da calçada, a vizinhança inteira sabendo que íamos comer cavala. Ao acompanhamento pirão bem temperado, sendo cioba, pois a cavala, fritada, tinha as postas grandes e bem guarnecidas de rodelas de tomate, mais a cebola esfiapada, cozinhada em azeite “Galo”, só para amolecer.<sup>137</sup>

Sobre a pescaria e a disponibilidade de peixes, escreveu José Pinheiro em artigo para o Instituto Histórico do Ceará. O autor relata que, no final do século XIX, 1895, o Rio Juá que passava por Soure: “alimentava enorme quantidade de peixes: a trahira, o cará, o cangaty, pescavam-se aos montes.” E, com pesar, o autor informa que a pretexto de ter o lago invadido alguns sítios, desfizeram-se do rio, uma “grande obra que a natureza expontaneamente oferecera à laboriosa população de Soure”.<sup>138</sup>

Desde então o local ocupado pelo reservatório tornou-se também o sitio da desolação e da tristeza: a passarada retirou-se e não mais troou o ar com seu trinar delicioso; o gado e os outros animaes procuraram outras pastagens; o caçador não saciou mais a fome dos seus filhos e nem o pescador conseguiu deitar as suas redes; acabaram-se as fructas, seccaram as platações e tudo ali agora é tristeza, é desolação.<sup>139</sup>

Também o lago do Cauhipe é indicado como de “uma fertilidade espantosa”, pois, em suas margens cultivavam-se alimentos diversos que “alimentava fartamente todos os habitantes do município de legumes, peixes e fructas que faziam também grande commercio de exportação”; trabalho de cultivo que alavancou uma produção de alimentos no seio da urbanidade, segundo o autor, sua produção “zombava, portanto, das secas”. José Pinheiro continua:

Era invencível a abundancia de peixes de varias espécies: saborosas curimatã (da família dos salmões), o piau, a trahira, o cará, o cangaty, etc.; como também as plantações de mandiocas e das cucarbitaceas; melões, abobaras, melancias. Suas margens podiam (no tempo das vasantes) ser

<sup>137</sup> CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição.** Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza. P. 32

<sup>138</sup> Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902. P.24.

<sup>139</sup> Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902, P. 85.

aproveitadas vantajosamente para diversas espécies de lavoura.<sup>140</sup>

O cultivo dessas lavouras, mencionadas por Pinheiro, era realizado em Fortaleza e em suas áreas circunvizinhas por um grupo de trabalhadores que somavam, segundo o Arrolamento, as Capital, noventa e três homens identificados como lavradores e agricultores, a maioria, 49 sujeitos, entre 20 e 40 anos. Suas residências situavam-se, em maior número, na Estrada do Cocó e no Arraial da Aldeota, localidades que rodeavam a área mais central da cidade. No entanto, também ocupavam habitações na Rua da Glória, Rua Senador Pompeu e Rua Formosa. Um desses lavradores era Manuel dos Santos, 42 anos, que dividia uma casa na Boulevard Visconde do Rio Branco com sua mulher, Josepha Carlos de Sampaio, 52 anos, e os filhos Tertuliano de 20 anos, João de 10 anos e Antonio de 11 anos; família numerosa, possivelmente, dividiam as responsabilidades da casa entre todos e, quem sabe, assim como no costume do campo, o núcleo familiar se revezava nas atividades da lavoura. Por meio do trabalho, eles e tantos outros viabilizaram uma produção local diariamente, seu excedente era empregado na venda local e no sustento das famílias.

No caso dos muitos migrantes, do interior do estado, estabelecidos na capital cearense, o uso dos saberes do trato adquiridos no trabalho nas fazendas e sítios era, decerto, remanejado para as condições urbanas, onde continuavam exercendo seu ofício na nova realidade vivida. Havia também aqueles que, há muitas gerações, exerciam essa função de produtores de alimentos na cidade, fazendo-a passar de pai para filho, como é possível imaginar a partir, por exemplo, da idade média dos pescadores moradores da cidade, como já mencionado, a maioria tinha entre 50 e 60 anos. Assim, os saberes necessários para a cultura dos gêneros circulavam ao longo do tempo, assumindo, evidentemente, novos contornos, sobretudo, diante de regulamentações da cidade.

Diante das novas regras estabelecidas, ao longo dos anos, o trabalhador não podia agir, livremente, na cidade, sendo necessário reinventar seus saberes e práticas, anteriormente, baseadas nos costumes, no espaço e as

---

<sup>140</sup> Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, de 1902, P. 85.

relações sociais comuns às experiências no campo. Agora, lavradores e agricultores que viviam e trabalhavam, na cidade, precisavam estabelecer negociações cotidianas com os agentes da fiscalização baseados nos parâmetros da legislação implementada pelos poderes públicos; a infração das leis e dos códigos de postura concorreria para a apreensão da produção e multa. Os novos saberes precisavam passar pela adequação da vida na cidade, influenciando, inclusive, em um nível domiciliar.

A vivência rural começa em casa, estando localizadas no perímetro central ou nos arrabaldes da cidade, as residências continham, em seus espaços, os traços da vida campestre. Eduardo Campos, ao comentar a vida em Fortaleza, no início do século XX, deixou claras as preocupações dos moradores relacionadas ao modo de vida que pretendiam ter na cidade. Quem iria alugar uma casa logo queria saber:

“Tem quintal grande?” Em geral havia, e com razoável espaço para o situamento de inevitável galinheiro. Dona de casa tinha de ser também “criadeira” de galinha – desse modo mencionado. Melhor dizer: de galinhas. Há de ser assim no plural, as todas penosas criadas sob mil cuidados e padreadas por imponente galo, capaz de dar conta de pelo menos vinte consortes. Da construção do galinheiro cuidava naturalmente o chefe de família. E se fosse qual o pai que me criou, o João, impunha regras especiais; a área do confinamento das aves deveria estar toda entelada, o portão de acesso com trava e cadeado, e não esquecido aí – e armado- o “pega-ladrão”, curioso e improvisado artefato ligado à noite, energizado naturalmente, pronto a disparar ruidosa sirene logo tocado por intruso. Não se queria galinha preta. Dava azar. Preferidas por então as carijós boas poedeiras, indicadas para melhorar a raça (e tinham?) da pé-duro. Por esses dias ainda se podia ver, vendidas pelas ruas, as aves atadas pelos pés e mantidas dependuradas, malvadeza corrigida depois por postura municipal. Daí por diante, quem vendesse galinha havia de carregá-la em “capoeiras”, armações improvisadas com varas de mameleiros e cipós entrançados – prisão e transporte a um só tempo.<sup>141</sup>

As memórias de Campos trazem muito da vivência da cidade, no início do século, referindo-se, diversas vezes, ao longo do livro, a insistência desses modos de vida que permeavam a cidade. No início do século XX, até a década de 1940, há permanência de práticas rurais no âmbito citadino que, por que

---

<sup>141</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*, 1998. Fortaleza. P. 61-62.

não argumentar, ainda hoje, início do século XXI, presenciamos como, por exemplo, as pequenas criações de fundo de quintal, algumas levadas a diante para consumo próprio, mas, muitas vezes, divididas entre os vizinhos.<sup>142</sup> Como nos conta Campos, a pequena produção doméstica corroborava para o abastecimento das famílias:

os ovos, apanhados pela manhã, davam sua contribuição indispensável ao fazimento de bolos, a ajudar bastante “completando” o jantar. Ninguém comprava ovos em outras casas. Fazer desse modo era demonstrar incapacidade, desleixo de gestão doméstica. No máximo podia tomar por empréstimo um ou até dois ovos à vizinha: “olhe, depois eu pago...” – “Deixe disso, mulher! É de graça...”<sup>143</sup>

Acreditamos que Fortaleza, em sua formação urbanística, tem sido mesmo cortejada pela sensibilidade rural, sempre rodeada pelo agrário. A pretensa urbanização da capital dividia espaço com as experiências de cidade pequena, em detrimento dos nomes das ruas valem os seus pontos de referência: mercado, mercearia, praça, quiosque, etc. Todos, locais por excelência de sociabilidade por meio da venda e do consumo de alimentos, como no caso da antiga rua dos mercadores e da chamada rua do mercado.

Ao longo dos anos, a cidade experimenta novas relações de vida e trabalho, e regulamentos são elaborados pelos detentores dos saberes e poderes oficiais com o objetivo de enquadrar hábitos e costumes, transformando o comportamento social. Observa-se, na legislação disciplinadora, a conduta geral desejada pelos grupos dominantes, cresce a busca de melhor caracterização urbanística para Fortaleza.

Nesta moldura, inserem-se as posturas municipais e providências do legislativo com vistas ao interesse direto de regular, fiscalizar e taxar as atividades cotidianas, e, assim como o abastecimento da cidade, as formas de

---

<sup>142</sup> OLÍMPIO, Marise Magalhães. **“De dia falta água, de noite falta luz”**: trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter (1970 -1982). In: VI Semana de Humanidades: Memória e devir, 2009, Fortaleza. Anais da VI Semana de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, 27 a 30 de abril de 2009. No artigo, a autora analisa como os moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter, criado em 1970, lidavam com as dificuldades da vida em Fortaleza, criando soluções, muitas vezes, calcadas na solidariedade entre vizinhos, em uma experiência urbana marcada por elementos rurais.

<sup>143</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*, 1998. P. 62.

produzir e comercializar os gêneros alimentícios foram, no final do século XIX e início do XX, preocupações de primeira ordem.

Por meio dessa legislação, podemos acessar o modo como os habitantes da cidade relacionavam-se, negociavam suas demandas de consumo de produtos e de espaços na cidade, desejos e necessidades perpassadas pelas imposições dos administradores que, dispendo dos códigos de posturas municipais, preparavam suas ações ordenadoras que pretendiam, por meio da sua oficialidade, ser cumpridas integralmente, porém, eram, antes, tomadas de modo parcial pela população em geral.

Como acompanhamos, no início do capítulo, durante a segunda metade do século XIX, o legislador principia a interessar-se pelas condições locais de abastecimento da povoação, visando a defesa e a ordenação da saúde da comunidade, não era tolerada, por exemplo, a estagnação das águas, como se vê pela resolução n.º 1162, de 3 de janeiro de 1865 (art. 59), que pretendia desobstruir o Pajeú: “Os moradores da rua do Mercado são obrigados a limpar o riacho que corre pelos quintais de suas casas, quando forem avisados pelo fiscal.”

A 20 de novembro de 1870, é aprovado novo código de posturas para a câmara municipal da Capital, com 87 artigos, em 8 capítulos, seguido de regulamento com 2 capítulos e 28 artigos, ato assinado pelo desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques, presidente da Província. Há um zelo mais acurado, diga-se a tempo, até mesmo pelo aspecto das casas, a começar do que vai expresso no art. 15: “No mez de junho de cada anno todos os proprietários mandarão cair as frentes de suas casas, ainda mesmo coloridas ou guarnecidas. Esta disposição se faz extensiva às casas já existentes, cujas frentes não estiverem de conformidade com as presentes posturas”.<sup>144</sup>

A respeito do comércio e circulação de vendedores ambulantes de gêneros alimentícios pelas ruas da cidade, sucedem-se taxações como a que incidia sobre as atividades nas praças do Ferreira e José de Alencar na Capital: “40 réis por cuia, bandeja, cesto, tabuleiro ou outro objeto que entrar nas ditas praças com gêneros de qualquer espécie e n’ellas for expostas à venda” além

---

<sup>144</sup> CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 45-46.

de 20 réis sobre cabeça de gado *vaccum*, cavalari ou muar, que nelas estacionam.

Na resolução n.º 1.162, de 3 de agosto de 1865, da Câmara Municipal de Fortaleza, art. 34: “é pohibido estender-se couros salgados nas ruas, e praças desta cidade, devendo ser estendidos somente na rua da praia. O infractor incorrerá na multa de 8\$000 réis, e o mesmo nas reincidências. Na secção II, dessa resolução (“Dos cortumes, salgadeiras, estabelecimentos de fábrica, depósitos, manufaturas, e tudo que possa alterar a salubridade pública, e encomodar a vizinhança.”), tem-se obstado no artigo 41: “Ninguém poderá estabelecer cortumes, salgadeiras, açougues e fábricas de qualquer natureza, sem previa licença da Câmara”. O art. 42 proíbe o funcionamento de cortumes e salgadeiras para derretê-lo, as quais poderão trabalhar nos quintais das casas de moço que não encomode a vizinhança.<sup>145</sup>

A saúde pública é, também, nesse momento, considerada pelas autoridades. Os comerciantes não podem mais manter “armazéns e depósitos de couros cortidos, carne e peixe salgado e outros gêneros que possam infeccionar a atmospherá, “pois estes” deverão ser arejados e conservados com limpeza.” A partir dos saberes médicos, já não se admite, por esses dias, o comprometimento do ar que se respira. O art. 47 é bastante explícito a respeito disso, pois: “armazéns e depósitos de couro cortidos, carne e peixe salgados, e outros gêneros, que possam infeccionar a athmosphera, deverão ser arejados e conservados com limpeza.” Esse artigo estava embasado em saberes técnicos que eram elaborados mundo a fora, nesse momento.

Em Fortaleza, tais postulados eram organizados e repassados através do Conselho de Saúde Pública; em uma das poucas transcrições de suas atas disponíveis no Arquivo Público do Ceará, acompanhamos os nomes e os respectivos cargos dos envolvidos nessa empreitada em nome da salubridade pública.

Aos 26 dias do mês de janeiro d 1916 no gabinete do emo. Sr. Secretário do interior, presentes os senhores doutores Aureliano de Lavor, secretario do interior, Carlos Ribeiro, inspector de hygiene, José Ribeiro da Frota medico da municipalidade, Manoclito Moreira da saúde do porto, Thomas

---

<sup>145</sup> APEC- Na resolução n.º 1.162, de 3 de agosto de 1865, da Câmara Municipal de Fortaleza.

Pompeu Filho inspetor veterinário, Eduardo Mamedes, Eliezer Studart da Fonseca e José Campos, sob a presidência do primeiro, teve lugar a reunião do conselho de saúde pública convocado de acordo com os arts 2º, 3º, e 4º do regulamento da lei n.º 7, de 11 de fevereiro de 1892.<sup>146</sup>

A reunião foi fruto de uma demanda existente desde a década de 1890, contava com nomes ilustres, todos dedicados a criar delimitações a serem postas em prática por meio das determinações das autoridades municipais. A pauta da reunião fora formada a partir de solicitações da “Inspeção de Higiene” do município, outro órgão importante na cadeia de envolvidos com a saúde da população de Fortaleza.

Nesse momento, a preocupação reinante era com as infecções intestinais, bem como com “sua natureza, etiologia e prophylaxia do mal”, ficando assentado que se deve requisitar a Prefeitura Municipal:

- a) Desinfecção diária, rigorosa quanto possível do matadouro público;
- b) A construção de um abrigo com cobertura e água pura para repouso do gado destinado a matança;
- c) Exame sistemático do gado em pé pelo médico veterinário, além do exame da carne e vísceras;
- d) Abatimento de gado destinado ao mercado às 6 horas da tarde;
- e) proibição da venda no mercado depois das 10 horas do dia;
- f) asseio rigoroso dos carros de transporte;
- g) Proibição do abatimento não só do gado *vaccum* como de porcos e carusiros fora do matadouro e das visitas do médico da municipalidade;
- h) Proibição expressa da venda de peixe no chão dos passeios e obrigação dos peixeiros ambulantes de conduzirem uma taboa limpa para o corte;
- e) Proibição da venda de doces, pães e artigos com gêneros em taboleiros ou cestas descobertas, proibição esta extensiva a todos os gêneros alimentícios nas bodegas, mercearias, etc, e que devem ser consumidos sem previa coação.<sup>147</sup>

A partir desses postulados, a ação seguinte seria conduzida pela “Inspeção de Higiene” que deveria retirar de dentro o perímetro urbano todos os estábulos e cocheiras ou cavalariças, “salvo se construídos com todo o rigor

<sup>146</sup> APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

<sup>147</sup> APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

hygienico”. Proceder a fiscalização ficava a cargo do próximo elo da cadeia, através da lida dos fiscais e da própria guarda municipal, incidiria-se o acompanhamento cotidiano sobre os gêneros e o pessoal que com eles lidava. Os sujeitos taxados, por sua vez, deveriam deixar o solo e paredes dos locais de produção e comercialização dos alimentos impermeáveis e lavá-los diariamente, removendo a sujeira e desinfetando-os com leite de cal, creoulina ou sulfato de ferro.

Essa fiscalização organizada pela Inspetoria que, por sua vez, havia sido instruída pelo Conselho, deveria ainda proibir a venda de água que não fosse de poço profundo e exigir dos cafés, hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres o uso exclusivo de água de poço profundo e o fornecimento de água filtrada à visa do público em filtros aprovados pela Inspetoria. Ainda, dentro das preocupações com a qualidade das águas utilizadas na cidade, previa-se que a fabricação de gelo deveria ser feita com água de poço profundo e todas as habitações coletivas como colégios, por exemplo, teriam que usar os filtros aprovados ou o uso exclusivo d’água fervida.

As multas eram, extremamente, usuais em um nível cotidiano, e parte das receitas do município advinha dessa atividade reguladora. As ações, no entanto, não se resumiam a cobrança financeira, também eram emitidos conselhos e delimitações prévias por meio da ação de agentes e da divulgação na imprensa local.

Todas essas iniciativas de fiscalização expostas até aqui, no entanto, não eram recebidas sem discussão ou, simplesmente, postas em prática exemplarmente. Na mesma Ata do Conselho analisada aqui, acompanhamos, por exemplo, uma das vias de negociação com as ordens estabelecidas. Trata-se de um recurso impetrado contra uma multa de 50\$000 que fora imposta pelo “Inspector de hygiene”. A infração referia-se ao aluguel de uma casa sem a devida visita sanitária.

O infrator fugiu a regra da inspeção prévia, sendo multado em seguida. O caminho de recusa escolhido por ele foi a petição oficial para a retirada da multa. Desta vez, no entanto, as vias legais não surtiram o efeito desejado. O recurso enviado ao conselho foi rejeitado por unanimidade. Se a multa foi paga, devidamente, não sabemos, porém, acreditamos que essa foi somente uma das muitas infrações cometidas na cidade, algumas por desacreditarem dos



saberes formulados por órgãos distantes da realidade cotidiana da cidade, como o Conselho formado por ilustres do Estado; muitas outras pela inviabilidade financeira de seguir as determinações dos chamados órgãos competentes.<sup>148</sup>

Como observamos, até agora, não faltaram, no seio urbano de Fortaleza, sujeitos ligados à lavoura e à criação, atividades que se desenvolveram junto ao movimento crescente de criação de códigos de posturas municipais surgidas desde o início do século XIX. Reutilizando artigos antigos ou modelando novos parâmetros, os códigos e seus elaboradores tentavam organizar não só o uso do solo e das águas, mas a comercialização desses gêneros pela cidade, delimitando a ação de seus vendedores.

A cidade que crescia e organizava seu núcleo urbano, vivia e desenvolvia-se também sob influência do mundo agrário, sentindo e experimentando todas as sensações de sua antiga paisagem campestre e do seu crescente perfil urbano.

Todos os meandros apresentados até aqui eram parte do cotidiano cidadão. O descontentamento geral e as pressões populares diante das dificuldades advindas dos problemas de abastecimento, as dificuldades da produção local de gêneros ou as taxações e determinações por parte das autoridades administrativas apontaram para a necessidade de criação de soluções e argumentos baseados na “técnica”, tanto para os problemas do abastecimento, quanto para a criação de delimitações de conduta e justificação de taxas.

A interrogação sobre as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina, busca tornar tratáveis as práticas cotidianas destes e colocá-las em contato direto e articulado com as atividades sociais e não só como seu pano de fundo. As questões tratadas referiram-se aos modos de operação ou esquemas de ação e, como aponta Certeau: “não diretamente ao sujeito, que é o seu autor ou seu veículo”.<sup>149</sup>

Tratando de uma pesquisa marcada pela análise de diversos fragmentos dispersos, nos parece bastante útil apresentar, como feito, até aqui, uma vista

---

<sup>148</sup> APEC- Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

<sup>149</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 38.

do conjunto. Por meio do conhecimento das representações e do comportamento da sociedade cearense acerca da produção e do abastecimento de alimentos no período tratado, temos podido demarcar alguns usos desses objetos pelos sujeitos intentamos conhecer o “como” (menos atingível) por meio do estudo dos “por quês” (mais situados na superfície, mais documentados – produzem vestígios mais tangíveis). Os “como” são os esquemas de ação, o modo, a forma como os indivíduos operam, o consumo que fazem.

Essas “maneiras de fazer”, tratadas aqui, constituem um conjunto variado de práticas pelas quais usuários se reapropriaram do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural, que para Certeau:

elas colocam questões análogas e contrárias as questões colocadas por Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre o “detalhe” do cotidiano; contrária, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática, dos grupos ou indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”.<sup>150</sup>

No quadro de intervenção do Estado, primamos por mostrar a existência de caminhos profícuos para comportamentos e organizações sociais diversas, diferentes das almejadas pelas elites, a população, em geral, não assiste passiva. Como veremos, a seguir, os usos criativos e conflituosos dos espaços oficiais e mesmo das ruas da cidade para o comércio de alimentos colaboram para isso.

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 41.

## 2.2 Sociabilidades e consumo: da casa ao restaurante

A alimentação refere-se, sobretudo, a um conjugado de substâncias que costumam ser consumidas pelas pessoas. Mas não se trata somente disso. Por meio da análise das redes de comércio e produção de alimentos, acabamos por apontar que a alimentação vai além do aspecto biológico, relacionando-se com aspectos sociais e culturais, envolvendo técnicas de produção e redes de comércio.

Segundo Maria Eunice Maciel, a alimentação humana guarda em si elementos da chamada “cultura material”, sugerindo representações e imaginários, envolvendo escolhas, classificações e organizações específicas que compõem diversas visões de mundo no tempo e no espaço. Partindo desses pressupostos, “é possível entender a alimentação humana como um ato cultural no qual estão presentes códigos sociais que operam no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza”.<sup>151</sup>

A autora argumenta ainda:

É a partir deste ponto de vista que torna-se possível apreender a construção das chamadas *cozinhas* como formas culturalmente estabelecidas, codificadas e reconhecidas de alimentar-se. Uma cozinha faz parte de um *sistema alimentar* – ou seja, de um conjunto de elementos, produtos, técnicas, hábitos e comportamentos relativos à alimentação –, o qual inclui a *culinária*, que refere-se às *maneiras de fazer* o alimento transformando-o em comida.<sup>152</sup>

Mais do que as técnicas, essas *maneiras de fazer* estão relacionadas aos significados atribuídos aos alimentos e ao *ato alimentar* que vem a ser um *ato culinário*, de transformação. Assim, a maneira de preparar a substância alimentar, de *fazer a comida*, a culinária, própria a uma dada cozinha, implica um determinado estilo de vida, produzindo uma mudança que não é só de estado, mas de sentido.

Uma dimensão importante dessa relação estabelecida com os alimentos é a esfera do consumo. Segundo Certeau, a palavra consumo pode sugerir, à

---

<sup>151</sup> MACIEL, Maria Eunice. **Uma cozinha à brasileira**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, 2004. P. 1.

<sup>152</sup> Idem. 2004, p. 2.

primeira vista, simplesmente o ato de compra, o dispêndio que tem uma necessidade a suprir.<sup>153</sup> Entretanto, há muito mais. Em suas colocações, os consumidores (agentes do consumo) não constituem uma massa passiva e manipulável. No momento do consumo, fabrica-se algo; um produto difícil de ser acessado, sobretudo, pelo fato de haver pouco espaço para que o consumidor explique o que faz com o produto. Tentando entender as possibilidades de fabricação, no ato de consumir alimentos, em Fortaleza, na virada do século XIX para o XX, discorreremos sobre alguns alimentos, sobre o que se falava sobre eles e sobre como os hábitos de consumo que, nesse período, transitavam entre a casa e a rua.

Em Fortaleza, pela manhã, nos séculos XIX e XX, ou antes disso, e mesmo nos dias de hoje, se come pão – elemento base da alimentação diária e consumido sob os mais diversos formatos e composições. O pão chegava, à mesa dos consumidores, conduzido em cestos de vime, rua por rua, nos ombros dos próprios padeiros, por entregadores contratados pela padaria ou mesmo por quem fazia o serviço por conta própria, repassando o alimento até as áreas mais afastadas e deixando-o à disposição dos consumidores nas pequenas mercearias existentes na cidade.

Para compor a primeira refeição do dia, fervia-se o leite, fazia-se o indispensável café, ambos associados aos muitos artigos comprados nas padarias instaladas na cidade ou mesmo produzidos pelas donas de casa, como o cuscuz feito de milho. Entre os artigos que compunham o café da manhã, o pão ocupava lugar de destaque. Por toda a cidade, era fácil encontrar o chamado “pão d’água”, conhecido também como pão francês no sul do país. Havia também biscoitos diversos: bolachinhas de coco, roscas, pães doces de formatos e tamanhos variados, além do preferido pão sovado que ganhou descrições peculiares. Como aponta Pedro Nava, dizia-se que o chamado pão sovado ou pão de Provença tinha um formato que lembrava “bundinhas e que se dividiam, arreganhando as duas nádegas”;<sup>154</sup> um chiste que aponta para a produção de imagens diversas difundidas acerca deste alimento na cidade, algumas descontraídas e outras preocupadas em enaltecê-lo.

---

<sup>153</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

<sup>154</sup> NAVA, Pedro. **Baú de ossos**. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, P.249.

Em capítulo dedicado exclusivamente a discutir o pão da cidade de Fortaleza, Edigar Alencar revela dados interessantes a respeito das preferências alimentares dos consumidores da cidade de Fortaleza no início do século XX.<sup>155</sup> O autor comenta que o pão da Capital era “tão bom quanto os melhores do Brasil”; no entanto, a decadência na qualidade do alimento foi notória no final do século XIX. O pão da cidade desceu do ostentado posto para não ser ao menos a “sombra do que foi”. Para ele, “não havia muita lógica. A água não era boa, entretanto, o pão de Fortaleza era gabado pelos gregos da terra e pelos troianos que apareciam... Mas isso já era. O pão de hoje da capital cearense não é nem sombra do que foi”.<sup>156</sup>

Pode-se dizer que a boa qualidade do alimento constituiu, na fala do autor, parte de uma imagem da cidade; o pão apontado como delicioso era o “pão da cidade de Fortaleza”. Como sabemos, o alimento está relacionado aos homens e à sociedade que dele costumam alimentar-se, fazendo com que o próprio alimento – mas também produtores e os vendedores – faça parte de uma identidade urbana, culinária. Mas o que terá acontecido com o pão da cidade? O paladar da clientela tornou-se mais exigente? A venda não supriu os custos da produção, exigindo maior “economia” na compra dos materiais?

A principal matéria-prima usada para a produção do pão é a farinha. A má qualidade desse produto poderia ser uma causa relevante para a “decadência” na qualidade do pão, no entanto, o mesmo Alencar afirma que os padeiros cearenses preferiam usar a farinha de boa qualidade na produção de pães e biscoitos.<sup>157</sup>

Segundo o seu relato, apoiado no que o povo disse-lhe, “por benemerência”, os padeiros cearenses não utilizavam a mistura mesmo com diminuição de lucros, “Entretanto o pão de Fortaleza de cerca de meio século para cá degenerou. Está longe de ser o que foi. Leve, saboroso e de bom aspecto”.<sup>158</sup>

Somente, no final do século XIX, houve instalação de moinhos mais próximos que atendessem aos padeiros da capital, instalados, portanto, no

---

<sup>155</sup> **ALENCAR**, Edigar de. **Fortaleza de Ontem e Anteontem**. Fortaleza, Edições UFC/PMF. 1980. P. 56 O autor narra suas memórias, na capital cearense, durante as primeiras décadas do século XX.

<sup>156</sup> *Idem*. 1980, p. 53.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>158</sup> *Idem*. 1980, p. 53.

período da decadência. Estaria então a má qualidade do pão relacionada a isso?

Até então, e mesmo depois, a farinha de trigo era comprada de atravessadores que a traziam de outros estados, encarecendo os custos da produção, motivando as já mencionadas misturas, realizadas para fazer a farinha render. A proximidade dos moinhos poderia resultar nas possibilidades de comprar a farinha por um melhor preço, mas, por outro lado, essa “facilidade” também diminuía a necessidade da fabricação mais artesanal do pão. Quem sabe o problema estaria na “modernização” do processo. Mas, mesmo não sendo como o de antigamente, o pão continuou sendo um elo entre as pessoas na cidade.

Referências acerca do pão, na cidade, também estão presentes em um importante movimento irreverente de um grupo de intelectuais cearenses que se ocupou da crítica à sociedade fortalezense no final do século XIX. Por meio do jornal *O Pão*, o grupo denominado “Padaria Espiritual” movimentou Fortaleza. Representando a emergência das camadas médias, o movimento lançou parte de seus integrantes na carreira política. O espírito dos “padeiros” esteve presente em importantes momentos de contestação política na cidade, como, por exemplo, na chamada “queda” da oligarquia Accioly, entre outros. No livro *Padaria Espiritual: Biscoito fino e travoso*, Gleudson Passos Cardoso apresenta um grupo que possuía propostas de mudança para a capital do Estado do Ceará com ares de irreverência e combatividade. Para compor a linguagem de suas críticas e de sua organização, o grupo usava termos como pão, fornalha e padeiro.<sup>159</sup>

Em Fortaleza, ir comprar o pão era parte do cotidiano dos habitantes da cidade, e, com o aumento do número de padarias, certamente, diminuiu a produção caseira do artigo. A ida à padaria era, inclusive, elemento dos preparativos de velórios, pois era de costume que os presentes em tais “ajuntamentos, por vezes bem alegres e bebidos irem buscar nas padarias mais próximas, à madrugada, os pães quentes para matar a fome dos que

---

<sup>159</sup> Cf. CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual. Biscoito fino e travoso**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2006.

faziam o quarto”. Nestas situações, os mais famosos eram os “sovados” da padaria de Emilio Sá.<sup>160</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, os padeiros de Fortaleza costumavam produzir pães doces especiais para diferentes épocas ou comemorações, como ainda se faz até hoje. A prática, naqueles tempos, porém, era de presentear os compradores. Na década de 1910, o português José da Silva Bottas, proprietário da Padaria Biju, na Rua 24 de Maio, por exemplo, costumava oferecer, às famílias freguesas, um bonito e enfeitado pão doce, especialmente, fabricado para o Natal, prática que revela uma relação de proximidade entre os sujeitos que se dedicavam a produção e venda de alimentos.

Em Porangaba, na Padaria Natalense, as atenções oscilam entre o alimento produzido e a figura do seu produtor, José Pedra. Descrito como “crioulo forte e simpático”, além do pão, fabricava, no período da tarde, umas rosquinhas consideradas parte importante da festa do Bom Jesus no mês de dezembro, “sem rival e de grande procura”. De acordo com a narração de Alencar, as rosquinhas tinham um formato caprichado e eram produzidas com a água da vizinha. O consumo das rosquinhas, tão alardeada e bem comentada, estava associado, diretamente, à figura do seu produtor e vendedor. Eram “as saborosas rosquinhas do Zé da Pedra”.

A “merenda” ou café da manhã, consumido a partir de pão, bolachas e café, está, intrinsecamente, relacionado a uma rede composta por diversos sujeitos que tinha, nessa produção, comércio e consumo, uma parte importante do seu fazer cotidiano, parte do seu reconhecimento social. Assim, analisar os costumes culinários e os hábitos alimentares da população da cidade remete às sociabilidades envolvidas no momento da venda e também das refeições.

O espaço doméstico é, por excelência, o lugar das refeições. Em seu território, repetem-se os gestos elementares das “artes de fazer”. E nas dependências da casa, nos sentimos bem. Segundo Michelle Perrot, já no século XVIII, a distinção entre o público e o privado ampliara-se, processo que se intensificou durante o século XIX:

---

<sup>160</sup> Cf. ALENCAR, ano, *Ibidem*, p. 55.

O público tinha se desprivatizado até um certo ponto, apresentando-se como a “coisa” do Estado. O privado, antes insignificante e negativo, havia se revalorizado a ponto de se converter em sinônimo de felicidade. Assumira um sentido familiar e espacial, que no entanto estava longe de esgotar a diversidade de suas formas e sociabilidades.<sup>161</sup>

Nós construímos o lugar que chamamos de lar com gestos, palavras, objetos e ações e, ao longo do tempo, tudo é disposto de forma a atender os gostos e as necessidades da família. O modo como os espaços da casa são organizados estão de acordo com suas diferentes funções: descanso, lazer, refeições. Neles, realizamos os cafés da manhã, almoços, jantares e, no processo, construímos laços e lembranças.

O escritor multifacetado Eduardo Campos, entre tantos objetos de observação, debruçou-se sobre hábitos alimentares de Fortaleza e revelou parte de suas memórias acerca do cotidiano familiar ao redor da mesa e dos preparativos culinários. No livro *O inquilino do passado. Memória urbana e artigos de afeição*, o autor nos dá indicações sobre um importante elemento no trabalho de preparação dos alimentos, o olfato:

...em meus verdes anos, os de casa exploravam o possível dom valioso: “veja aí , cheire... Está bom?” E iam dando-me a sentir ao nariz o leite guardado, o feijão da panela, vindo de dia anterior, a lata de manteiga na qual se percebia ter metido alguma colher com restos de manteiga com restos de colorau ou outro tempero, de modo reprovável. “Está azedo? Ardido? – “Anda, diz, que tem muito o que fazer...”

E ninguém, graças a Deus, percebia que meu dom de “sentir”, descobrir os odores, ia mais adiante.

Pois eu mesmo era capaz de identificar o cheiro de chão molhado, de neblina caindo na calçada esquentada de sol. Ou localizar o fartum de mofo, algo quase indefinido grudado em obscuro ponto do guarda-roupa...<sup>162</sup>

Como aponta o autor, o olfato, no espaço da cozinha, era essencial. No momento da escolha e compra sentir a consistência e mesmo os odores dos

<sup>161</sup> PERROT, Michelle. *Maneiras de morar*. In: Ariés, Philippe & Duby, Georges (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 4, parte 4, [1987] 2009. P. 17.

<sup>162</sup> CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza. P. 61



alimentos é fundamental. Nessa perspectiva, observamos que abordar a história das sensações, bem como das mentalidades e da vida cotidiana é abrir uma série de possibilidades de abordagem. Como aponta Alain Corbin, o olfato “permite uma nova leitura de grandes eventos da história contemporânea que são a ascensão do narcisismo, o recolhimento para dentro do espaço privado, a destruição do conforto selvagem, a intolerância para com a promiscuidade”.<sup>163</sup> Assim, tomamos a percepção do olfato, na cozinha, como primeiro passo em direção à porta do cotidiano.

Durante o preparo das refeições, ao sentir os cheiros, o cozinheiro aprende a regular a força da chama, encerrar o cozimento ou mesmo correr para a panela já em chamas. Na virada do século XIX e no início do século XX, as formas de armazenamento e acondicionamento dos alimentos ainda não estavam aliadas a refrigeração. As práticas eram costumeiras, baseavam-se no uso do sal, na preferência pelos gêneros e artigos mais frescos, bem como pelo acompanhamento das condições do alimento por meio da observação da sua aparência e dos seus cheiros, como bem indica o autor. O cheiro que o alimento exala e o modo como os odores convidam para a mesa posta alonga os desejos de cozinhar e de comer.

Vejamos os cheiros espalhados pela Fortaleza, da primeira metade do século XX:

Na ordem dos cheiros apetitosos da cozinha há de se mencionar os bons odores, por exemplo, do peixe em ato de fritura, daqueles bem entranhados em minhas lembranças, uns desprendidos da caçarola, quando nelas fritavam as postas de cavala, indivíduo do mar... Ah, o peixe frito... principalmente os mais miúdos, talvez uns piabuços, vendidos por então (sei que ainda existem) enfiados em longa embiricica, e daí desentranhados para o óleo e mais temperos na caçarola, e por depois “enxugado” a gordura em confiável papel de embrulho...<sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> Abordando a história dos séculos XVIII e XIX, Alain Corbin aborda a história dos séculos XVIII e XIX através da percepção olfativa, constatando que, durante esse período, os odores assumiram uma posição de importantíssima no imaginário coletivo. CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. P. 294.

<sup>164</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*. P. 61.

A partir dessa narrativa dos cheiros, sabe-se o que se preferia para o almoço e como o cardápio era conhecido antes mesmo de chegar ao prato. Pela narrativa do autor, sabemos que o cheiro da comida fica entranhado na memória, conduzindo o relato acerca do que se comia nas primeiras décadas do século XX, hábitos de consumo e práticas de venda que, como aponta o autor, persistem ao longo do tempo, por mais que a sociedade contemporânea torne-se cada vez mais intolerante com os barulhos e odores provenientes da rua e da cozinha.

As opções para o almoço eram variadas:

O cardápio ia de carne a peixe, esse comprado à porta e viscerado à beira da calçada, a vizinhança inteira sabendo que íamos comer cavala. Ao acompanhamento pirão bem temperado, sendo cioba, pois a cavala, fritada, tinha as postas grandes e bem guarnecidas de rodela de tomate, mas a cebola esfiapada, cozinhada em azeite “Galo”, só para amolecer.

O prato de macarrão, infalível; arroz, colorido pelo colorau e de cambulhada coentro e cebolinha, tempero que mais desgosta a meninos. À sobremesa, doce-cascão do “Coelho”, e, aos domingos, para variar, doce de banana em rodela, feito em casa, o caldo encorpado, bom de lamber... Não faltava o pratão de farofa, adubada com ovos; galinhas, uma vez por semana, a penosa apanhada ao fundo do quintal. Não de raro torresmo com farinha de sacudir ao feijão do dia-a-dia. Ai meu Deus, eu adorava a fritada de camarão, a mal-assada! E o tutano do corredor de boi? De pobre, mas que bom!<sup>165</sup>

A lista de opções para o almoço em casa era longa. A maioria dos alimentos chegava à mesa depois de ser abatido dentro do conhecido Matadouro, ou mesmo, no quintal de casa, além do pescado no mar ou nos rios próximos aos consumidores e vendidos, ambos, de porta em porta. Ainda na calçada, os alimentos eram tratados sob o olhar atento do comprador e dos vizinhos; por lá mesmo eram dispostos utensílios, facas e, evidentemente, odores e sobras; objetos e práticas que apontam para uma relação mais íntima com os alimentos. Tratamos de um período em que o consumidor final tinha sob seus olhos grande parte do processo de produção e venda dos alimentos. Diferente de hoje, que já “colhemos” os alimentos devidamente tratados, limpos

---

<sup>165</sup>Cf. CAMPOS. *Ibidem.*, p. 61.

e repousados sobre a higiênica bandejinha de isopor, devidamente, lacrada com plástico transparente que protege e certifica a “pureza” do alimento (de onde não se tem a menor ideia do caminho que o conduziu até a prateleira bem iluminada do supermercado).

Ao final da narrativa, o autor comenta que o cardápio era “de pobre, mas que bom!”, no entanto, os usos dos temperos, as opções diversas e a possibilidade evidente de diversos acompanhamentos na mesma refeição revelam que a situação da família não era tão ruim. O que encontrar nas panelas revela o que se come e o que se gosta de comer, mas aponta também para a prosperidade ou não da família.

No Ceará, as opções são variadas, mas alguns alimentos sustentam a mesa. Durante o século XIX e o XX, e mesmo antes deles, a carne e a farinha eram a base da alimentação do trabalhador cearense: “o prato invariável, no almoço, era o xerém de milho para dar melhor sabor à carne assada na grelha ou cozida na panela; no jantar, o feijão era obrigatório, com a farinha de mandioca”.<sup>166</sup>

Na virada do século, a ampliação das redes de distribuição e comércio, alavancadas pela melhoria na produção e no transporte das cargas, tornou mais simples e mais barato a aquisição de alimentos na cidade. Aliado a isso, a existência de uma produção de gêneros dentro da cidade e nos seus arredores, bem como uma continuidade da pequena produção no fundo dos quintais, foram fatores que ampliaram as chances do trabalhador fortalezense obter um cardápio variado e de melhor qualidade nutricional.

Historicamente, a mulher é responsável pela escolha, compra e gerenciamento do regime alimentar nos lares. O que não é o mesmo que dizer que o serviço doméstico faz parte da natureza feminina e que por isso sempre lhe coube a responsabilidade da cozinha.

No livro *A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar*, volume 2, Luce Giard comenta o seu pouco talento e interesse nas artes culinárias, mas também fala sobre essa pretensa natureza feminina para a culinária:

---

<sup>166</sup> CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo, 1996. P. 28.

O fato de na França continuarem as mulheres que em geral se encarregam do trabalho cotidiano de cozinha depende de uma situação social e cultural e da história das mentalidades; não vejo nisso qualquer manifestação de uma essência feminina...<sup>167</sup>

É preciso considerar que as mulheres e seus afazeres cotidianos foram e ainda são desprezadas pela sociedade. Em muitos casos, o caráter repetitivo e elementar das suas práticas, inclusive, culinárias, bastou para que elas fossem relegadas pelos estudiosos e que suas ocupações fossem consideradas subalternas diante da existência de tantas outras atividades no espaço público.

À primeira vista, os desdobramentos das ocupações, na cozinha, são secundários, no entanto, tais práticas ordinárias trazem consigo outras responsabilidades e promovem o desempenho de outros papéis e assim, como aponta Michelle Perrot: a “modesta administração financeira funda um certo “matriarcalismo orçamentário” que, ainda hoje, é muito prezado”.<sup>168</sup>

Hoje, historiadores e estudiosos de diversas áreas ocupam-se da vida e do trabalho das mulheres, dentro e fora de casa, como cozinheiras ou não, bem como analisam as práticas culinárias abordadas em sua multiplicidade e significação, sendo ou não atreladas à figura feminina.

Diferentes obras escritas descreveram hábitos e impressões sobre a vida em Fortaleza, no final do século XIX e primeiras décadas do XX e, nelas, o trabalho da cozinha é apontado como, prioritariamente, feminino. Eduardo Campos, por exemplo, revela que “a boa dona de casa devia dominar as artes da mesa, que, em decodificação mais exata, significa sua sempre louvada intimidade com os utensílios de forno e fogão”.<sup>169</sup>

O próprio interesse do autor pelo tema e pelas “artes da boa cozinha” foi fruto da admiração que nutria por uma exemplar dona de casa, a Sra. Honorinha Itamar de Melo Cortez, sua sogra, imediatamente, ligada pelo autor

<sup>167</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 132.

<sup>168</sup> PERROT, Michelle. “Maneiras de morar”. In: Ariés, Philippe & Duby, Georges (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 4, parte 4, [1987]2009. P. 146.

<sup>169</sup> CAMPOS, Eduardo. *Ibidem*. P. 14.

à figura do marido: “era casada exemplarmente com o Prof. Natanael Cortez, evangelizador, ambos já falecidos”.

Dona Nina, como era conhecida, não só dominava as prendas culinárias, mas cultivava inúmeros cadernos e livros de receitas, todos, devidamente, recuperados pelo autor e anexados ao livro *A gramática do paladar*. Neste texto, Campos aponta que os escritos de Dona Honorinha devem ser valorizados como registros de um período em que o trabalho doméstico era muito mais difícil; um tempo anterior às modernidades que já facilitavam a vida das donas de casa desde as décadas de 1950 e 1960: “seus ensinamentos culinários” vigoraram “quando não existia o liquidificador nem o multiprocessador de alimentos; tudo por então feito a muque e pela força e desenvoltura de criadas que já não existem mais”.<sup>170</sup> Eis aqui mais mulheres envolvidas no trabalho de alimentar as famílias, as criadas:

Sei de mim que não obstante minha mãe freqüentar amiúde a cozinha, era mais de dar ordens do que fazer, o verbo aí entendido em sua acepção mais laboral. Na verdade quando ela, muito vaidosa, instava a que as visitas se servissem de bolo, acrescentava: “eu mesma fiz o bolo...” Mas o trabalho caprichado, diante do fogão tocado à lenha, era da Raquel, a empregada que se incorporou à minha família, vinda e Guaiúba, ao longo de meio século de bons trabalhos prestados.<sup>171</sup>

Neste espaço privado se trabalha, há esforço desde o momento da ordem até o momento da prática. Deve-se escolher bem os elementos que irão compor a nutrição, bem como preocupar-se em promover o entretenimento e a convivialidade nas refeições, podendo tais tarefas serem executadas pela dona da casa ou dividida entre os empregados. Sabe-se, porém, que uma ajuda é sempre bem vinda. Nas famílias em melhor condição financeira, a figura da criada é comum, e o lugar ocupado por elas oscila entre o anonimato e a consideração familiar.

Segundo Antoine Prost, no começo do século XIX, existia uma grande diferença entre trabalhar na própria casa ou na casa de outra família. Se a

<sup>170</sup> Cf. CAMPOS. Eduardo. *Ibidem*. P. 14.

<sup>171</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*. P. 21-22.

ocupação fosse, extremamente, necessária, a melhor escolha era continuar na casa dos pais, realizando serviços como a costura por encomenda: “é somente nas camadas mais baixas da escala social que uma jovem vai trabalhar fora: na fábrica, na oficina ou na casa de um particular, como doméstica”.<sup>172</sup>

A Sra. Baby Paes Fontenelle, em *A seara de Boaz*, também destaca o trabalho das criadas na cozinha; segundo Campos, a autora alcançou momentos de “grande altitude descritiva” ao narrar como era o dia de preparar os bolos, tudo em “linguagem solidária” com os sentimentos culinários desse tempo:

Maria Bernardo abria a boca do forno e um bafo ardente, com o cheiro de todas as Áfricas e de todas as Bahias, se derramava malvado, num suplício de Tântalo, pela cozinha toda, onde a hoste faminta e gulosa dos esperançados aguardava a hora sagrada da multiplicação dos bolos.<sup>173</sup>

Assim, Eduardo Campos não se contém em revelar suas próprias memórias culinárias, mas elenca um tanto de outros autores que se ocuparam em enaltecer o trabalho de suas mães, tias, avós e criadas, enfim, das mulheres responsáveis pela boa mesa na capital do Ceará:

A avó materna de Ulysses Lins de Albuquerque, Siá Santa, andava pela casa “com um molho de chaves... dando ordens à boa preta Rita, sua cozinheira, e às auxiliares,” chamando a todos “para as refeições, nas quais, além da coalhada, nas épocas de inverno, ou da umbuzada...”<sup>174</sup>

É necessário que essas coisas sejam feitas e, se houver escolha, que sejam feitas pelos criados, designação que adianta o *status* e a função.<sup>175</sup>

---

<sup>172</sup> PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: Ariés, Philippe & Duby, Georges (org.). **História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 5, parte -, pp. 000-000, [1987] 2009.P. 21.

<sup>173</sup> FONTENELE, Baby Paes. *A seara de Boaz*, Imprensa Fortaleza, 1984, p. 53 In: CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996. P. 23.

<sup>174</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem.*, p. 28.

<sup>175</sup> Como argumenta Juliana Linhares, em Fortaleza, a mão de obra era composta de uma maioria livre e “para o controle dos trabalhadores uma das medidas tomadas é o projeto de posturas para o serviço doméstico de 1881, que diz respeito, especificamente, à regulamentação dos serviços da casa, em que podemos notar, em alguns artigos, a manutenção de certas relações de trabalho, normalmente, relacionadas aos escravos [...] Dessa forma, fica clara a manutenção das relações de trabalho entre ex-senhores e ex-escravos, como também de pessoas livres.”. LINHARES, Juliana Magalhães. **As Experiências dos Trabalhadores Escravos e Libertos em Fortaleza (1871-1888)**. In: XXV Simpósio

Coube, há muito tempo, aos indivíduos que se dedicam ao serviço doméstico um grau secundário de reconhecimento, uma vez que, em geral, não se dá qualquer atenção às suas ocupações cotidianas consideradas de menor relevância, fazendo com que esses sujeitos operassem em um nível de quase invisibilidade social. Porém, estes homens e mulheres estavam sempre inseridos no conflito para sobreviver no campo, nas cidades e nos vestígios da história.

Como esclarece a historiadora Maria Odila, estes trabalhadores, mesmo vivendo nas fímbrias do sistema, “se instalavam nas frestas sociais, à margem do trabalho significativo” e “esgueiravam-se com astúcia entre os blocos rígidos e repressivos”.<sup>176</sup> Terminavam por figurar nos relatos que, à primeira vista, pretendiam taxá-los e controlá-los e que, por meio de uma leitura a “contrapelo”, terminaram por indicar sua presença marcante na formação da cidade, como é o caso dos arrolamentos da cidade de Fortaleza de 1887.

Além de criadas e empregadas, entre os relatos da cozinha e das práticas culinárias, há, naturalmente, a figura das donas da casa em um papel de destaque, principalmente, das que, de fato, punham as “mãos na massa”. Estas aparecem como as principais responsáveis pelo trabalho de preparo dos alimentos e também envoltas em uma aura sacerdotal. Segundo Campos, o escritor Pedro Nava “demorou umas tantas carinhosas observações” sobre o desempenho de sua avó, Dona Nanoca, de Fortaleza:

Em sua maneira de dizer “essa sacerdotisa doméstica”, com maestria, ia para diante das mesmas onde se “acumulavam os vasos rituais: os potes, as jarras. Os alguidares, as panelas, as canadas, todo o vasilhame de barro, de pedra, de louça, de vidro, de ferro, os tabuleiros a baraúna, as bandejas de latão, os tachos de cobre onde ela, sacerdotisa, procedia às soluções, às filtragens, às cocções, aos descansos e aos assentamentos. Alquimia fabulosa e bromatologia sem par...<sup>177</sup>

---

Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 12 a 17 de julho de 2009.

<sup>176</sup> DIAS, Maria Odila Leite da. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. P. 8.

<sup>177</sup> Pedro Nava (1903-1984) inicia a redação de **Baú de ossos**, em 1968, a obra contém histórias da família Nava, com atenção a momentos passados na cidade de Fortaleza, abarcando um período de final do século XIX e início do XX. NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro. 1ª edição, 1972. P. 33. In: CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996. P. 22.

Quando as narrativas tratam das próprias donas de casa ocupando-se do serviço doméstico, sem o auxílio de empregados, seja por não os terem por perto, seja por, simplesmente, não figurarem na memória escrita, estas distintas e prendadas senhoras recebiam a melhor das descrições. O seu trabalho ganha visibilidade através da comparação com o sacerdócio, corroborando para a valorização de um certo tipo de mulher, as que devem ser mencionadas, as que possuem os dons necessários para o bom funcionamento doméstico. Enquanto mãe e esposa afeita aos deveres de casa são mencionadas com estima, seus atos domésticos, entretanto, são destituídos do valor do trabalho, afinal, as mulheres que ganham a vida com isso são chamadas de criadas, em geral, valorizadas por sua presteza e lealdade.<sup>178</sup>

Estas mulheres, principais responsáveis pelo trato com os alimentos, tinham, na geografia da casa, um espaço de trabalho, lazer e de domínio. Nele, destaca-se a existência de uma ordem reinante, aquela estabelecida pelos donos da casa, além dos bons modos à mesa. A cozinha e a sala de jantar são verdadeiros *locus* desses *modos de fazer*.

Como sabemos, o preparo e a degustação das refeições são momentos privilegiados das relações sociais e a sala de jantar é um espaço de sociabilidade disputado e regulado. O almoço, em particular, é uma refeição considerada familiar, mas não por isso sem regras específicas. Comentando as ressalvas enfrentadas, quando criança, para sentar-se à mesa, Eduardo Campos fornece elementos para conhecermos algumas práticas de conduta à mesa, na Fortaleza do início do século XX, entre as famílias abastadas:

Ninguém sentava à mesa, nu da cintura para cima. Pratos podiam arrumar-se emborcados, plebeus, mas o respeito tinha de estar “desvirado”, à vista de todos. Evitava-se falar em doença e não referir inconvenientes da linguagem, ficando à cabeceira o dono da casa, ou visita porventura convidada à

---

<sup>178</sup> Em sua dissertação de mestrado, Mário Martins evidencia as contradições inerentes às experiências femininas urbanas em Fortaleza. No Capítulo III, especificamente, o autor observa elementos paradoxais nas relações estabelecidas entre mulheres de diferentes estratos sociais e ocupações variadas, destacando os problemas gerados pelos relacionamentos entre mulheres proprietárias/negociantes e suas criadas/empregadas domésticas. MARTINS, Mário Viana Jr. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2009.



refeição. Minha mãe demorava do lado direito, e a ela cabia passar os pratos à indagar com voz de todas as mães interessadas em ver os filhos bem alimentados: “prove o macarrão...” – “bote mais um pedaço de carne”- “tem fritada, você nem comeu...”<sup>179</sup>

As exigências quanto às maneiras à mesa não se encaixam somente em um aumento progressivo da disseminação de maneiras e modelos *educados* e *civilizados*, de cima para baixo, mas também na necessidade de respeitar os costumes da casa e as indicações de seus proprietários e provedores. O respeito à ordenação dos pratos como o costume de casa, no entanto, devia ser mantido, bem como a reserva dos lugares de honra do pai, provedor, e da mãe dedicada ao bom funcionamento da refeição. Prosseguindo com sua narrativa, Campos detalha o hábito de deixar os pratos emborcados, ou seja, virados ao contrário. Esse costume não condizia com a boa etiqueta, por isso o comentário taxativo do próprio dono dos relatos: “plebeus”.

Por volta do século XIX, os padrões burgueses de comportamento à mesa são tidos como algo óbvio, até mesmo natural. Sobre os modos à mesa, o sociólogo alemão Norbert Elias detalha, por exemplo, que, a respeito do hábito de comer carne e do uso da faca à mesa, há, ao longo do tempo, uma redução nos pedaços da carne servidos e mesmo transformações na forma de trincar e apresentar o prato à mesa, cada vez mais abdicando da aparência do animal vivo. Elias menciona um avanço da sensibilidade e do horizonte da repugnância que regulam essas mudanças, que, durante o século XIX e ainda, com maior força, no século XX, serão confirmadas pela “obviedade” da higiene.<sup>180</sup>

Na Fortaleza do início do século XX, o que era considerado como má conduta tinha termos definidos:

O ato de alguém sentar-se à mesa, sem convite, e esgalamido sem a menor cerimônia logo a se servir de tudo que ali posto, era o que se entendia por “atolagem”, o termo a significar por certo “atolar” o mesmo que se excede alguém no uso de

<sup>179</sup> CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996. P. 63.

<sup>180</sup> Norbert Elias estrutura o enredo do seu livro **O Processo Civilizador**, traçando uma trajetória entre os conceitos de cultura e civilização, incluindo exemplos de como concebeu-se o que observamos na sociedade atual. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

alguma coisa. (...) “As areias”, quando mencionadas em frase, davam de pronto e na exata o situamento de área urbana desassistida, lugar de possíveis malfeitores, por onde, como comentado à boca pequena, os crédulos iam dizer em voz alta a Oração da Cabra Preta. “Das areias” fluíam em maior porção as ocorrências policiais da época, principalmente agressões a bengaladas...<sup>181</sup>

Para manter um bom ambiente para a refeição, as regras de conduta e comportamento deviam ser respeitadas e, em caso de erro, na etiqueta comum, ou de procedimento contrário às normas da casa, a crítica era feita no momento do ato. Interessante notar que a crítica deixa ver a dinâmica sócio-cultural da cidade que despreza os maus hábitos e os relaciona com uma parcela específica da população localizada em um lugar também determinado: “as areias”, ocupações irregulares formadas por casebres e barracos localizados nos subúrbios da cidade à beira mar.<sup>182</sup>

Por meio da crítica, busca-se corrigir o comportamento e, ao mesmo tempo, deixa-se evidente o que é considerado impróprio. Como no expresso nas palavras de Campos, a má conduta e o hábito ruim é relacionado à classe mais pobre, identificada como violenta e mal educada. A classe mais pobre - a cidade pobre - é a principal acusada de falar o que pensa em voz alta, por vezes, aos gritos, não respeitando as normas de conduta almejada para a cidade em expansão – mas não é para o subúrbio que se expande a cidade? Todos comem e todos cozinham, mas a necessidade biológica que nos liga é também elemento na construção de barreiras sociais e culturais.

Além da etiqueta, outro importante elemento compõe as práticas alimentares: o tempo dedicado às refeições. Em Fortaleza, essa preocupação tem maior rigor para o almoço. Em geral, prefere-se que os preparativos não se estendam para que a refeição não seja servida já pelo horário da tarde. Para evitar reclamações, tudo deve estar pronto logo cedo:

<sup>181</sup> CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição.** Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza. P. 75-76.

<sup>182</sup> Os jornais de maior circulação e alguns ligados à Igreja Católica, outros de pequeno porte e de vida bastante curta, ocupavam-se em propagar condutas declaradas como civilizadas e apropriadas, em geral, apontadas como hábitos das classes mais pobre, localizadas nos subúrbios da cidade. Interessante apontar a forma peculiar por parte dos pequenos *Pasquins* que, em alguns casos, apropriavam-se da linguagem popular, do uso de termos, anedotas e até piadas para apontar e reprimir as condutas consideradas impróprias e negativas. Sobre o tema ver: SILVA, Marco Aurélio Ferreira. **Humor, vergonha e decoro em Fortaleza (1850-1890).** Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

...logo pelas dez e meia, os pratos já se punham sobre a mesa, devidamente emborcados à espera da comida que a Raquel (cozinheira e mordomo, e até minha mãe às vezes...) preparava cantando “o teu cabelo não nega, mulata...”

<sup>183</sup>

No campo, almoça-se em casa e cedo, geralmente, há tempo para a “sesta” e só então se retorna à “lida”. Na cidade, cultivou-se o mesmo hábito do almoço cedo e em casa:

O hábito de sair de casa para fazer refeições em restaurantes, na cidade, pelo menos em Fortaleza, pertence a dias mais próximos do início do século [XX]. A regra, na capital... era a maioria dos habitantes almoçar e jantar em casa, ficando a frequência às casas de pastos, como se dizia, para oportunidades especiais, presença de visitante importante ou gentileza que se quisesse prestar a algum parente, pagando obséquio assemelhado.<sup>184</sup>

No entanto, ao final do século XIX e durante todo o século XX, o tempo do trabalho exige disciplina e rapidez. É preciso, portanto, contabilizar o tempo necessário para a jornada do trabalho e para o almoço em casa. A tradição de reunir a família para o almoço vai se perdendo aos poucos. Com a expansão urbana, os trabalhadores passam a morar cada vez mais distantes do trabalho, e nem sempre podem compartilhar a refeição com a família:

Movimento inelutável rumo à jornada continua com a refeição, se não no próprio local de trabalho, pelo menos fora da família. Em 1908, os *Usages du monde* [Costumes do mundo] recomendavam evitar os almoços, que interrompem a jornada.<sup>185</sup>

Não à toa, ao longo do século XIX e mais ainda no século XX, há aumento do número de restaurantes e casas de pastos localizadas nos centros urbanos e próximas a concentração de trabalhadores. É o momento da refeição fora de casa.

<sup>183</sup> CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996. P. 63.

<sup>184</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*, p. 63.

<sup>185</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: Ariés, Philippe & Duby, Georges (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 4, parte 4, pp. 000-000, [1987]2009. P. 204.

Em Fortaleza, o hábito de consumir produtos considerados refinados esteve associado ao elemento estrangeiro na cidade. Durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, o acréscimo da circulação de pessoas e mercadorias intensificou-se sob o fluxo do processo de desenvolvimento econômico e urbano, quando se engendrou um maior contato com o capitalismo moderno e com elementos estrangeiros diversos que compunham as elites intelectuais e sociais na cidade. Durante o processo de dinamização das relações capitalistas, é possível destacar o estabelecimento de firmas estrangeiras em Fortaleza que, já no início de 1870, encabeçavam 40% dos estabelecimentos comerciais da capital.<sup>186</sup>

No decorrer deste processo, transforma-se também a face das práticas de consumo na cidade. Antes mesmo de frequentar restaurantes, que se propunham a prestar um serviço requintado, o consumidor exigente e antenado aos sabores considerados sofisticados, recorria a lojas especializadas, mas também a mercearias mais sortidas. Ainda no século XIX, “as boas mercearias” dispunham de um estoque sortido desses produtos; em 1877, o “Novo Palhabote” comercializava “fresh salmon”, “frees lobsters”, “real findes hadocks”, assim como “todas as qualidades de peixes fabricados por Johan Giloon & Cia”:

Na cooperativa cearense – “grade casa de comestíveis de primeira ordem” na Floriano Peixoto, 136, vendidos “presuntos ingleses de 7, 8, 9 e 10 lbs; bacon, toucinho inglês, queijos Palmyra e Dinamarquês; passa Choix”, em caixinhas de 1 quilo, aspargos americanos e alemães; azeitonas espanholas, vinagre francês, “patêe de foie grâs”, “Amieux” e uma apreciável coleção de vinhos do Reno e da França, dentre esses o tradicional “Medoc”...<sup>187</sup>

Nem só de carne fresca, peixe, farinha e pães viviam os homens e mulheres de Fortaleza no final do século XIX. Evidentemente, esses não eram artigos largamente utilizados. O consumo esbarrava no valor dessas mercadorias e até mesmo na sua aplicação na feitura dos pratos. Aos apressados, impossibilitados de fazer as refeições em casa, ou aos curiosos e apreciadores da culinária estrangeira, havia a opção de ir até um dos

<sup>186</sup> PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993. P. 136.

<sup>187</sup> CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996. P. 65.

restaurantes instalados na Capital. Vejamos o seguinte anúncio do Jornal *A Pátria*, de maio de 1890:

Restaurante Julio Augusto

Desde a manhã acha-se aberta n'esta capital este novo e bem montado estabelecimento em um prédio vasto, elegante, commodo e hygienico.

No pavimento terreo grande salão de refeitório, salão de bilhares, botequim e etc.

No 1º andar excelentes quartos todos mobiliados com água e luz, espaçosos e arejados.

Serviço de cosinha e copa, a capricho, sem competência.

Os preços sempre módicos.

O proprietário do estabelecimento, é confiança de seus fregueses ...

Aptos a corresponder a mais exigente expectativa

Maio de 1890

Endereço Rua da Boa Vista , n.º 4 <sup>188</sup>

No anúncio, deixa-se evidente que logo cedo, “desde a manhã”, o restaurante já funcionava estando compatível, portanto, com o bom horário de almoço. Além disso, o estabelecimento atendia às exigências dos clientes mais difíceis de contentar. Era amplo, arejado e higiênico como deveria ser qualquer estabelecimento apto a servir refeições.

Os códigos de postura do município regulavam o modo como os locais de venda de alimentos funcionavam. As casas de venda de gêneros, botequins, tavernas e confeitarias tinham que estar em acordo com os artigos do código de posturas municipais como, por exemplo, o de número 63, que estabelecia que os armazéns de depósitos de carnes, peixes salgados e outros gêneros alimentícios deveriam ser arejados e conservados sempre com limpeza. O Artigo 64 proibia, no §1, conservar nos armazéns, tavernas, botequins e confeitarias ou casas de venda para o consumo de gêneros secos ou líquidos corrompidos, deteriorados ou falsificados. No §2, proibia a prática de pintar doces ou massas com ácidos ou metais, como cobre e chumbo. Os artigos regulavam também o uso dos utensílios da cozinha, apontando que o uso de panelas e outras vasilhas de cobre sem serem estanhadas ou

---

<sup>188</sup> BPMP- Microfilme: Jornal *A Pátria*, rolo 78.

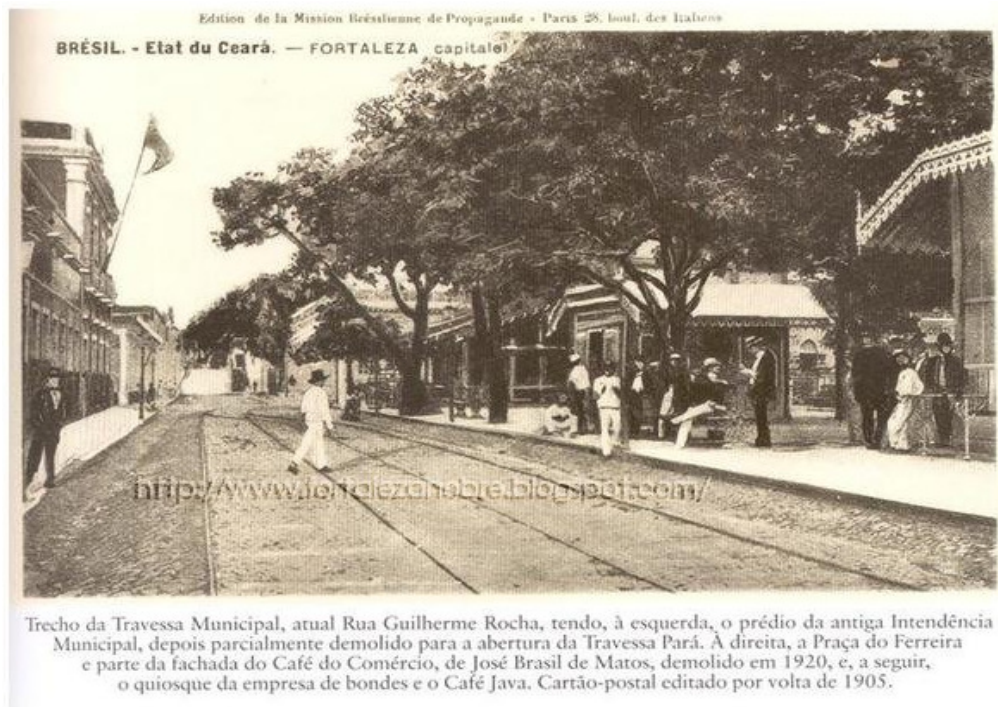
esmaltadas seriam, assim como as demais infrações mencionadas, reprimidos com multa de 10\$000 reis.

Portanto, sair do seio familiar para comer fora deveria ser seguro, do ponto de vista higiênico, e, evidentemente, prazeroso, podendo ainda conferir certa distinção para os fregueses que não estariam, simplesmente, sanando uma necessidade biológica ou economizando o tempo da viagem até sua casa, mas desfrutando de um ambiente limpo, confiável e, sobretudo, elegante.

Segundo relatos de Eduardo Campos, no final do século XIX, Fortaleza possuía apenas três restaurantes licenciados pela Prefeitura: o que funcionava à Praça dos Mártires (Passeio Público); o de Manuel Pereira dos Santos (Major Facundo, 67) e o “Restaurante do Norte”, de propriedade de Florentino & Quinderé, na Rua Floriano Peixoto, casa de número 4.

No início do século XX, existiam mais estabelecimentos que vendiam refeições. Os mais badalados foram os Cafés. O restaurante e café “Java”, de Ivídio Leopoldino da Silva, dispunha de pratos diversos, bebidas finas, geladas e, é claro, o café.

**FIGURA 3** – Cartão-Postal de 1905 - Praça do Ferreira, Fachada do Café do Comércio, em Fortaleza.



**Fonte:** <<http://www.fortalezanobre.blogspot.com/>> Acesso dia 13 de outubro de 2010

A história dos Cafés da cidade de Fortaleza esteve sempre relacionada aos costumes e hábitos da cidade. Neles, vários sujeitos expressavam suas opiniões políticas e expressões culturais e artísticas, sendo considerados por diversos autores e memorialistas como espaços de fermentação de ideias e de personalidades expressivas na capital. Entre os mais badalados estava o Café Riche.

Assim como os demais restaurantes e bares, o Café Riche era um ponto de encontro conhecido e bastante frequentado. Apesar disso, as constantes modificações da linha urbana contribuíram para o desaparecimento deste e de outros estabelecimentos bastante conhecidos, por estarem localizados em uma área de grande expressão da urbanidade fortalezense, a Praça do Ferreira.<sup>189</sup>

O Café foi inaugurado no ano de 1913, pertencente aos empresários Severiano Ribeiro e Alfredo Salgado, mais tarde, arrendado a terceiros. Junto ao Café havia um restaurante pertencente à firma Ramon & Jucá. Mesmo conhecido e frequentado por nomes conhecidos da cidade, o Café Riche teve vida curta, porém intensa. O estabelecimento ficava em plena Praça do Ferreira, na conhecida esquina da Rua Guilherme Rocha, anteriormente, chamada de Rua Municipal e 24 de janeiro. O prédio era um sobrado que antes fora ocupado pela sede da firma G. Gradwohl & Fils, de exportadores.

O restaurante do Riche tinha clientela fixa, sobretudo, para o almoço: “Tinha apreciável cozinha e no centro comercial era o preferido dos moços mais abonados do comércio e de comerciantes, embora os restaurantes de Fortaleza sempre sofressem a desvantagem da moradia própria”<sup>190</sup>. A maioria dos trabalhadores, do centro, principalmente, do comércio, residia nas ruas mais centrais, o que favorecia o costume de almoçar em casa. Os que moravam nos bairros um pouco mais afastados e não possuíam condições financeiras para comer na rua dispunham das linhas de bonde para ir até suas casas. Mas no que se refere aos Cafés da cidade, como o Riche, por exemplo, haviam outras possibilidades de usos e consumos.

---

<sup>189</sup> Os Cafés Java, Riche e do Comércio foram destruídos durante a reforma da Praça do Ferreira no ano de 1923.

<sup>190</sup> ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de Ontem e Anteontem**. Fortaleza, Edições UFC/PMF. 1980. P. 85.

O caso é que a parte do bar do *Riche* devia dar grande prejuízo. E os papos ruidosos e animados eram mantidos diariamente na meia hora ou hora inteira que sobrava do almoço. Aí o *Riche* se enchia de fregueses que ali iam pontualmente discutir assuntos de clubes, cinemas, diversões, política, mexericos e novidades. Era o fino da mocidade do comércio ou estudantes que ali se sentavam diante das mesas oitavadas, de mármore cinza. Os estudantes, literatos e doutores eram mais do horário da tarde.

No restaurante almoçavam os dirigentes esportistas e Raimundo Girão menciona o grupo tertúlia, capitaneado por Oscar Araripe, proprietário da livraria Araripe e espírito de muita capacidade...o garçom que tomava conta no salão de bar, amplo e raramente lotado, o Chico, já nem vinha ao encontro dos que se amezendavam. E se viesse era para ouvir, sem molestar:

- um copo d'água e um palito...<sup>191</sup>

Os frequentadores deste Café, e de certo modo de muitos outros espaços de comércio de alimentos e refeições, criavam outra coisa que não aquelas impostas pelas normas de conduta ou pelos códigos de consumo e comportamento. Os consumidores subvertiam essas normas, não as modificando diretamente, mas, por meio de uma maneira de usá-las, estabeleciam fins e funções próprias, diferentes daquelas apontadas pelas elites. Não podiam fugir totalmente do sistema imposto e por isso se mantinham frequentadores dos espaços tidos como elegantes, mas conservavam-se nele de uma forma inesperada.

O ato de pedir um único copo d'água em um restaurante chique representava as possibilidades de projetar, naquele espaço, as dimensões do uso deslocado pautado não na compra da refeição, mas na sociabilidade e mesmo de crítica à sociedade pretensamente ordenada e civilizada.

As normas de uso e consumo existentes nos restaurantes e casas de pastos foram e são, constantemente, alteradas pelo uso que os consumidores fazem de seus espaços e produtos, e assim foi na cidade de Fortaleza, no final do século XIX, como em diversos lugares do mundo. Os consumidores dos espaços de venda de alimentos, e mesmo os moradores que se serviam do peixe na rua e dele (re)formulava receitas a ponto de compor uma cozinha fortalezense, metamorfoseavam a ordem dominante que indicava o uso e o comportamento refinados. Esses sujeitos faziam a cidade funcionar em outro

---

<sup>191</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*. p. 86.



registro, modificavam-no sem deixá-lo; procedimentos de consumo que conservam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante.

O uso que os populares fazem da cultura, difundida pela elite produtora de linguagem, é sinuoso. O conhecimento das regras de comportamento e etiqueta impostos é objeto de manipulações pelos praticantes que não são seus fabricantes. A análise da produção e consumo de alimentos na rua, nas casas e mesmo em locais apontados como elitizados e civilizados aponta para um quadro de práticas teimosas, cotidianas: “aquilo que se chama de ‘vulgarização’ ou ‘degradação’ de uma cultura seria então um aspecto, caricaturado e parcial, da revanche que as táticas hostilizadoras tomam do poder dominador da produção”.<sup>192</sup>

Eduardo Campos revela que, em 1918, o Português Manuel Nunes Siqueira administrava o restaurante “Douro”, cuja cozinha era “uma das mais frequentadas” da capital, em uma propaganda que também invocava a qualidade de satisfazer “o mais exigente paladar”. No mesmo período, Manuel Nunes Siqueira fornecia “comida de primeira qualidade às famílias, na própria residência”, o que, segundo o autor, poderia parecer o precursor do comércio de marmitinhas de almoço. Como este, a “Pensão Bitu” também avisava que fornecia a chamada “pensão”, ou seja, refeições em domicílio – além deste ramo, a casa também aviava banquetes.<sup>193</sup>

A “Petisqueira” também era uma importante casa de pastos situada na Rua Barão do Rio Branco. Iniciou seus serviços em 4 de julho de 1915 e contava com um abrangente plano de propaganda. Antes mesmo de iniciar suas atividades, já possuía anúncio no jornal *Correio do Ceará* que era da capital:

Contrata-se desde já o fornecimento de mesada, não só para mesa redonda (mesa redonda querendo significar serviço completo por toda uma semana ou mês) na petisqueira, como também para as casas de família. Preços, não se publicam, tal qual a mocidade em vistas da carestia geral de tudo. Só não se admite o fiado, isto é, proibido expressamente...” (...) “Além de comidas quentes, temos, a toda hora do dia e da noite,

<sup>192</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 95.

<sup>193</sup> CAMPOS, Eduardo. **A gramática do paladar**. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo, 1996. P. 63.

comidas frias, bebidas de todas as qualidades, gelados, refrescos, garapas de cana. Sorvetes, presuntos, frangos, lingüiças, leites quente e frio, coalhada etc., etc.”<sup>194</sup>

Percebe-se que o estabelecimento era de maior porte. As possibilidades de suprir o cliente por encomenda antecipada, bem como o interesse em manter-se nas páginas de um jornal de circulação considerável, antes mesmo de abrir suas portas, revelam a tentativa de estabelecer clientela fixa. A propaganda deixa claro o sortimento da casa de pastos e a possibilidade de servir diferentes refeições “a qualquer hora do dia ou da noite”, dado que evidencia a circulação de pessoas – de consumidores – pelas ruas da cidade. Não só a área ocupada da cidade transformava-se, mas também seus hábitos. Nem a dependência da luz do sol, nem mesmo a necessidade de comer fora de casa, o que se colocava à disposição do fortalezense era a possibilidade de aproveitar a noite para degustar uma boa refeição. Trata-se de uma expansão das possibilidades de consumo de alimentos na cidade, em um momento em que se estabelecem novas configurações econômicas e sociais.

O hábito de ir ao restaurante como momento de lazer, na cidade, está relacionado com o aumento da circulação de mercadorias e pessoas, e, entre elas, muitos estrangeiros. Mas é interessante lembrar que, mesmo quando se amplia o contato com o elemento econômico e cultural estrangeiro, uma casa de pastos como a “Petisqueira” mantinha, em seu cardápio, a panelada, uma das principais atrações da culinária local. O prato era, devidamente, acompanhado da “cumbiana mofada” – como explica Campos (1996), trata-se de uma aguardente envelhecida. Ainda com base nas informações dos anúncios da “Petisqueira”, temos uma indicação a respeito do preço da refeição, que custava 600 réis. A título de comparação, apontamos que o valor de uma passagem de primeira classe de bonde da capital à Porangaba custava, em 1899, o mesmo preço da refeição (a segunda classe custava a metade, 300 réis).

Assim como na Casa “Petisqueira”, outros estabelecimentos preparavam refeições simples, mas também promoviam grandes almoços e banquetes. Um

---

<sup>194</sup> Transcrição da notícia do Jornal *Correio do Ceará*, de 17 de junho de 1915, feita por Eduardo Campos in: CAMPOS, Eduardo. *Ibidem*. P. 64.

desses estabelecimentos que se destacava na cidade de Fortaleza, no início do século XX, era o Hotel Central, que, no dia 9 de maio de 1914, promoveu um banquete para a elite política do Estado, principalmente, os amigos e correligionários do Dr. Floro Bartolomeu, proeminente político da região do Cariri, ligado, intimamente, ao Padre Cícero.

O *menu* do banquete foi publicado em alguns jornais da cidade. Constava na relação: *Peixe à mayonaise, Pastéis à follete, Peru à brasileira, Filet au petit-pois, Aspargos na manteiga* e, de sobremesa, bolos, compotas, vinhos diversos. Por meio da relação dos alimentos servidos, os promotores do evento tentavam demonstrar, a toda a população da cidade, a suntuosidade e refinamento da refeição, mas também a importância da ocasião e a distinção de seus participantes.<sup>195</sup>

Os artigos franceses marcam presença no banquete refinado e nas refeições oferecidas por restaurantes e casas de pastos, ou seja, principalmente, fora de casa. Mas quando adentramos, novamente, o seio doméstico, sobretudo, a casa dos mais pobres, à noite, na ceia, “observa-se o costume de servir a coalhada ou a umbuzada, dominava o mungunzá (de milho) e o xerém e o leite, ou o jerimum, também com leite”.<sup>196</sup>

Neste tópico, tentamos apontar que os hábitos alimentares dos fortalezenses passaram por um período peculiar durante o final do século XIX e início do XX, quando o trânsito de produção e consumo de alimentos intensificou-se entre o circuito que interligava casas, padarias, casas de pastos e restaurantes. As cozinhas fortalezenses, como as cearenses – entendemos que são várias, no plural!- foram criadas em um processo histórico que articulou muitas transformações, como as que foram apontadas por nós, mas também por tantas outras ocorridas no século XIX e mesmo antes disso, afinal, trata-se de um processo longo e coletivo que, por que não dizer? Ainda está em construção, em eterna

---

<sup>195</sup> BPMP - Jornal *Unitário*, 09.05.1914.

<sup>196</sup> Esclarecemos que o autor remete-se às primeiras décadas do século XX no Ceará. ALENCAR, Juarez de. **Sertões e caatingas**. Fortaleza: Editora Yrânia. 1ª edição de 1963. P. 32.

### **CAPÍTULO III – O lugar do comércio e os lugares de comércio: os Mercados, as Bodegas e a Rua**

#### **3.1- Vendas e sociabilidades: Mercados Públicos em Fortaleza**

O dia de feira livre é uma atividade importante para o circuito econômico e de abastecimento das cidades mundo afora. Quando os produtos novos chegam, a organização de barracas ou mesmo a venda improvisada em cestos ou no chão inicia-se e, diante do aumento progressivo de pessoas nas imediações, o espaço ocupado pelas feiras pode variar de acordo com a necessidade. Na Fortaleza do século XVIII, e mesmo no XIX, a Praça Carolina, hoje conhecida como Praça José de Alencar, era um dos principais pontos de comércio da cidade e recebeu o nome de Feira Nova. A movimentação ocorria durante alguns dias da semana, principalmente, aos sábados. Segundo Otacílio de Azevedo, a feira livre existente, na calçada da Assembléia Provincial, ocupava a praça que, ainda no início do XIX, era coberta de areia com castanheiras, xixazeiros e magumbeiras antigas, não muito diferente das outras ruas descritas.<sup>197</sup>

A feira estabeleceu-se, no início do século XIX, como local de comércio que guardava relações estreitas com a vida no campo, afinal, não havia um lugar delimitado, especificamente, para a venda de gêneros.<sup>198</sup> Ao longo dos anos, diante da implementação de novas lógicas comerciais, essa e outras feiras da capital passaram a ser, cada vez mais, fiscalizada pelo poder público. Em 1887, por exemplo, os rendimentos sobre a venda, na Praça Carolina, abarcavam não só o comércio grosso de gado, mas também o pequeno comércio ambulante, chegando a ser de até 40 réis por cuia, bandeja, cesto, tabuleiro ou outro suporte que entrasse nesse espaço carregado com gêneros de qualquer espécie.<sup>199</sup> Para o mesmo exercício, sob a Feira de Arroches,

---

<sup>197</sup> AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça: reminiscência**. Fortaleza: edições UFC, 1980. P. 129.

<sup>198</sup> Vale ressaltar que, neste momento, a cidade ainda não teria passado pelas mudanças advindas dos grandes períodos de seca (1877-78). Sobre o tema conferir: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

<sup>199</sup> A antiga “Feira Nova” foi mencionada com saudosismo por Raimundo de Menezes no final da década de 1930, era, segundo ele, marcada pela rusticidade, de uma “feiúra” singela, parte da Fortaleza atrasada e pequena dos “velhos tempos”. Em sua óptica ligada ao primitivismo, o

onde havia maior comércio de gado vivo, a Câmara estava autorizada a colher tributos de até 80 réis sobre rês comercializada nessa feira situada nas imediações de Fortaleza. Durante o século XIX, a capital continuou contando com diversas feiras livres que se espalhavam pelo seu espaço, mas outras possibilidades de venda surgiram. Ainda no referido século, o uso dos Mercados Públicos foi uma das mais relevantes possibilidades do comércio de gêneros.

Sobre o primeiro Mercado Público da cidade de Fortaleza, Antonio Bezerra comenta:

Na sessão de 13 de junho de 1809, a camara municipal acordou por determinação do governador Barba Alardo publicar e affixar editaes para se fazer um mercado publico em que se vendessem todos os generos de primeira necessidade... Na sessão de 2 de janeiro de 1810, a camara attendendo que não tinha mercado para nelle venderem os gêneros, e evitar-se o monopólio principalmente da farinha, resolve que se estabeleça um mercado dentro do pateo e estacada dos paços do conselho (casa n. 42 da Rua Senna Madureira) servindo de abrigo aos rigores das estações o telheiro, que já se achava feito dentro do mesmo pateo à esquerda da porta, que dava servenda a praça da Carolina (José de Alencar) ou o largo atrás da casa que servia de paços do Conselho, cuja a praça e o portão seriam francos ao público desde as 6 horas da manhã até as 6 da noite para as compras e vendas.<sup>200</sup>

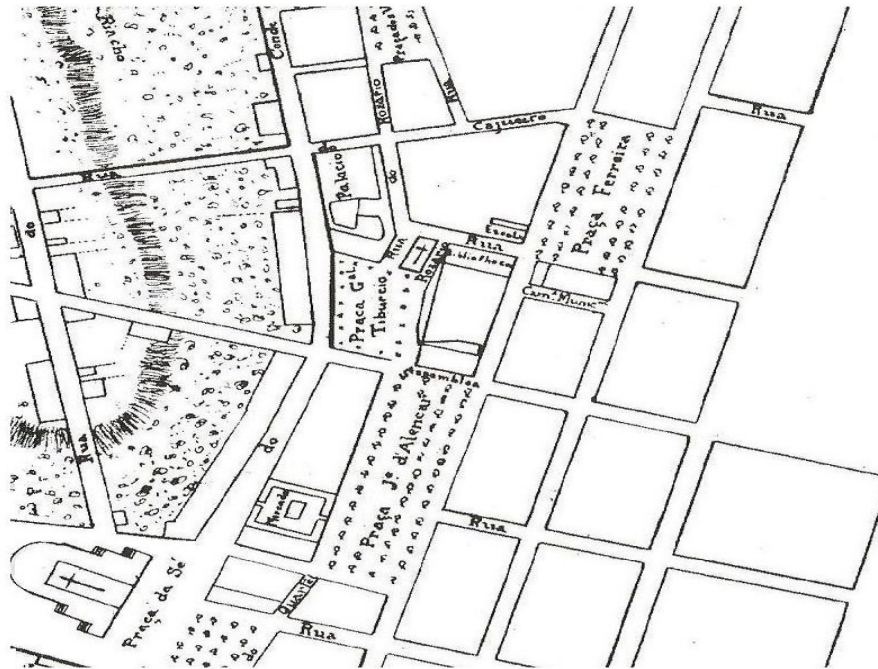
A estrutura física do Mercado Público foi criada a partir de uma adaptação de um prédio nas proximidades da antiga Praça Carolina (ver imagem abaixo). Nessa área da cidade, já estava centralizada uma parte importante do comércio de gêneros alimentícios e de gado da cidade. **FIGURA**

---

autor dá ideia de “evolução” pela qual passou Fortaleza. Por volta da década de 1820, o espaço pouco organizado da “Feira Nova” ganha outro nome e melhores contornos. Em 1859, deixa de ser Praça Dom Pedro II para ser Praça do Ferreira, em homenagem ao boticário Antonio Rodrigues Ferreira que, em seu estabelecimento, abrigou reuniões políticas e bate-papos, fazendo da praça, cada vez mais, um ponto de encontro. In: MENEZES, Raimundo. **Coisas que o tempo levou...** (Crônicas históricas da Fortaleza antiga). Fortaleza: Edésio Editor, 1938. 16p.

<sup>200</sup> BEZERRA, Antonio. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, nº 3, e 4 trimestres, 1895.P. 179.

**FIGURA 4** - Detalhe da Planta de Fortaleza de 1875 produzida por Adolfo Herbster.



**Fonte:** CAPELO FILHO, José & SARMIENTO, Lidia. **Mercado de ferro: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhões.** Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda, 2003. P. 23.

Nesse local, as tropas vindas de diversos lugares do Ceará e até de outros Estados, demoravam-se tempo suficiente para que os vaqueiros e tropeiros responsáveis pelos animais e gêneros efetuassem a venda de suas cargas e comprassem outras mercadorias. Neste ínterim, havia ocasião para que grandes negociantes da praça promovessem manobras especulativas com os gêneros, sobretudo, os de primeira necessidade. Nesses casos, comissários, a mando de casas comerciais de maior porte, tinham a oportunidade de fazer ofertas pelos carregamentos e adquirir a maior parte das mercadorias, podendo levá-las direto para os armazéns, repassando-as mais tarde por um preço alto. A essa agência, deu-se o nome de monopólio.

Diante disso, a população convivia com as dificuldades de obtenção de gêneros alimentícios, decorrentes desse método que promovia os ganhos dos donos do grande comércio local. Essa prática, típica dos atravessadores do período colônia imperava na Fortaleza do século XIX, prejudicando, principalmente, as camadas mais pobres da população.

O grande aumento no preço dos gêneros alimentícios foi, em diversos momentos, resultado dessa monopolização da produção ou da comercialização dos artigos para venda. Tal prática ocorreu não só no Ceará, mas em todo o território brasileiro, desde o período da colonização. No que se refere ao contexto nacional, tomando o Rio de Janeiro como referência, o comércio de carne era reconhecidamente dificultado pela existência de monopólios e da retenção dos gêneros para formação de verdadeiros estoques à espera das altas dos preços. Nesse monopólio, destacava-se a participação de açambarcadores e de setores importantes do aparelho político-administrativo do Rio de Janeiro.<sup>201</sup> No contexto cearense, a Câmara Municipal de Fortaleza apontou a criação do Mercado Público como forma de inibir a prática do monopólio, mas os aspectos positivos da obra ultrapassaram as expectativas. Em sessão de 19 de setembro do mesmo ano, a Câmara Municipal reconheceu a muita utilidade do mercado, incentivando as melhorias no prédio rústico:

[...] nelle poderia evitar-se monopólios, haveria mais facilidade nas compras e vendas e delas resultaria um quase patrimônio com que não só o mesmo mercado poderia ser pago, mas até chegaria a construir novas úteis obras.<sup>202</sup>

O tenente coronel Antonio José da Silva Paulet foi o responsável pela planta do Mercado que depois de aprovada foi posta em execução. Em seu trabalho, Paulet determinou que as janelas da casa que seria adaptada para receber as instalações do Mercado Público fossem tapadas, e novas e maiores entradas fossem abertas de forma que a construção original pudesse ser bastante aproveitada. A estrutura do primeiro Mercado era bastante modesta; segundo Antonio Bezerra:

Um pequeno quadro com saídas para a Rua Senna Madureira e Praça do conselheiro José de Alencar. Têm três ordens de quartos dos lados do sul, leste e norte com frentes para o pateo e uma, a do poete, para a Praça Alencar, a qual communica com o mesmo pateo, cujo centro é occupado por insignificante barracão para a venda de peixe [...] sendo indispensável fazer-se uma praça nova, applicando-se para esse fim os 4\$000 reis da imposição das aguardentes, e esta

<sup>201</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **O comércio de abastecimento de carne verde para a cidade do Rio de Janeiro, o caso da crise de 1818 - notas de pesquisa.** In: Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. P. 6.

<sup>202</sup> Trecho de documento da Câmara Municipal de Fortaleza citado por BEZERRA, A. Ibidem, p. 181.

rendendo quando muito anualmente 300\$000 réis, de modo que só no fim de quatro annos se poderia fazer a praça.<sup>203</sup>

Diante das dificuldades financeiras da Câmara em viabilizar a melhoria do prédio do Mercado, alguns comerciantes tomaram a iniciativa de emprestar quantias altas para agilizar a obra, ação que sinalizava para o reconhecimento das obras do Mercado como via para a ampliação dos ganhos com o comércio de gêneros:

Acceitou a camara... os offercimentos dos capitães-mores Lourenço da Costa Dourado negociante da Villa, de adiantar dinheiro até a quantia de 1:200\$000 réis para dita obra, e Antonio José da Silva Castro para aprontar todos os materiaes necessários, celebrando-se contracto entre elles e a camara no mesmo dia.

A existência de um Mercado Público era de interesse evidente para os comerciantes da cidade, bem como várias parcelas da sociedade, pois as possibilidades de dinamização do comércio, na cidade, ampliariam-se com a existência de um Mercado que centralizaria grande parte das atividades comerciais.

A Câmara da cidade, por sua vez, lucrava duas vezes. Primeiro com o retorno das multas provenientes das ações de fiscalização do Mercado, depois com o arrendamento dos quartos do Mercado, prática que começou com a autorização do procurador Bernardo José Teixeira. Em 25 de janeiro de 1815, o primeiro arrendamento beneficiou os senhores Vicente de Barros, Manuel Francisco da Costa, Manoel Lopes, Manoel Joaquim de Almeida Neiva, Manoel Pereira e a senhora Felisarda Maria da Costa, todos pagando o valor de 1\$440 por mês.<sup>204</sup>

Para além dos lucros com taxas e arrendamentos, a existência das instalações do Mercado apontaria, em um primeiro nível, para a ampliação do comércio exercido na e pela cidade. Com o novo espaço, era possível receber cada vez mais mercadorias, podendo oferecer melhores condições para os tropeiros e vaqueiros vindos de longe, o que conferia maior respaldo para os negociantes e expandia a visibilidade da cidade como centro comercial. Esse fator foi bem recebido pelos negociantes locais e pelos novos comerciantes

---

<sup>203</sup> Cf. BEZERRA. *Ibidem*, p. 180.

<sup>204</sup> Cf. BEZERRA. *Ibidem*, p.180.



que se instalaram na cidade vindos de outros países, estados e municípios brasileiros. Durante todo o século XIX, esse grupo negociou e investiu na cidade, promovendo um significativo aumento no fluxo de atividades comerciais e financeiras, contexto que propiciou a formação de uma nova classe burguesa com forte poder econômico que formava uma nova elite que buscou mostrar-se distinta das classes sociais mais baixas.

Mas as possibilidades de crescimento almejadas esbarraram, muitas vezes, no problema da infraestrutura. Como observamos, as primeiras instalações do mercado eram bastante simples e somente uma década depois da sua fundação, a Câmara Municipal autorizou a obra de melhorias no prédio com a execução de parapeitos para os quartos do mercado. Depois dessa obra, ficou definido que um dos quartos seria reservado aos pescadores para que eles comercializassem o peixe e outro seria ocupado pelos lavradores sem que fosse preciso que pagassem taxas por essa ocupação, ação que favoreceu o trabalho desses pequenos produtores.<sup>205</sup> Segundo Bezerra, desse momento em diante, o mercado passou por mais alguns pequenos reparos, que em nada alteraram a sua forma. Até a data da descrição de Bezerra (1895), o mercado possuía 12 quartos destinados à venda de gêneros alimentícios e, em sua opinião, mesmo em sua simplicidade, eram locais “bastante elegantes, ocupados por objectos de comércio, que são procurados com preferência, pagando-se por elles elevados alugueres”.<sup>206</sup>

Em Fortaleza, alguns equipamentos mais insalubres, considerados produtores de miasmas pelo discurso médico higienista, foram localizados em áreas mais distantes, a sotavento do centro urbano.<sup>207</sup> O Matadouro Público da cidade foi instalado em prédio construído em 1862, devidamente posicionado no subúrbio da cidade. No detalhe da Planta, a localização do Matadouro Público.

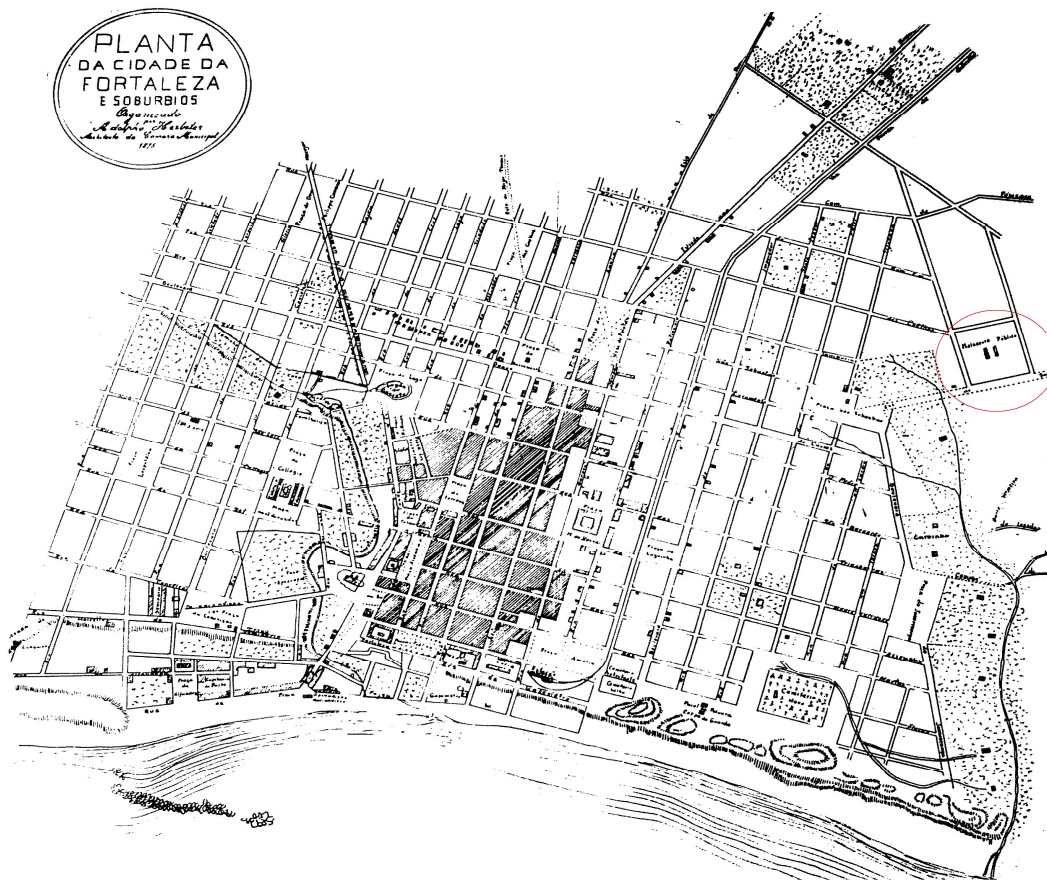
---

<sup>205</sup> Cf. BEZERRA. *Ibidem*, p. 180.

<sup>206</sup> Cf. BEZERRA. *Ibidem*, p. 180.

<sup>207</sup> Em frente ao Campo da Amélia (Praça da Estação) foi construído, entre 1844 e 1849, o Cemitério de São Casemiro, demolido em 1880, por conta de sua localização. A mesma preocupação embasou a instalação do O Cemitério de São João Batista (1865) na distante Rua das Flores (Castro e Silva). Mesma prática para a Cadeia Pública (1854-1866) edificada nas proximidades do Cemitério de São Casemiro.

**FIGURA 5** - Planta da cidade de Fortaleza de 1875.



**Fonte:** Adaptação da Planta da cidade de Fortaleza de 1875, em exposição, no Museu do Ceará.

Segundo Antonio Bezerra, o prédio possuía, no centro, uma casa em que se abatiam as reses para o consumo público. Como se percebe na imagem, o prédio do Matadouro estava localizado nos limites da cidade, nas proximidades da Estrada do Soure, de onde vinha a maioria do gado a ser abatido para a venda em Fortaleza. A localização do Matadouro foi escolhida de forma que ao mesmo tempo afastassem as possibilidades de contaminação e para que o tratamento da carne vinda de fora fosse facilitado. Nesse lugar, a carne passava por um processo de beneficiamento para ser, devidamente, transportada em carros apropriados da Companhia Ferro Carril até o Mercado.

A partir da segunda metade do século XIX, os cuidados com o abastecimento e o comércio, na capital, tomaram novos rumos, contanto com maior taxaço por parte das autoridades públicas, bem como passaram por

maior fiscalização motivada pela disseminação dos preceitos higienistas. Na Secção 6ª do código de posturas de 1879, indicava-se:

art. 61 é permitida a venda de peixe dentro do barracão do mercado publico ou em casas particulares, precedendo neste caso licença da câmara.

art. 62 é proibido:

§1 vender peixe pelas ruas da cidade

§2 trazer peixe para o barracão ou para as casas onde for permitido vendê-lo com tripas ou sem estar lavado

§3 vender peixe de avaliação para o dizimo sem ser a peso. Aos contraventores 4\$000 réis de multa.<sup>208</sup>

Nesse momento, as taxações sobre o comércio do Mercado são ampliadas, incidindo, inclusive, sobre os pequenos lavradores e pescadores anteriormente protegidos. Como parte dessa nova configuração, foi fundado um Novo Mercado para o trato e a venda ordenada de gêneros alimentícios, sobretudo, de carnes. Com o objetivo de organizar o comércio de gêneros na cidade, mas também de ampliar a arrecadação do município, o aparelho do estado foi ampliado ao longo do século XIX, e a criação do primeiro Mercado foi o pontapé inicial desse processo que buscou modificar as práticas urbanas.

O novo Mercado foi instalado nas proximidades da Praça Carolina, provavelmente, por conta do reconhecimento desse local como sendo um importante espaço de venda já consolidado na cidade. Vale lembrar que o primeiro Mercado foi instalado de forma a aproveitar o uso costumeiro dessa área que, há vários anos, era ocupada por vendedores e consumidores durante as atividades da chamada Feira Nova na Praça Carolina, mais tarde, chamada de Praça José de Alencar. Assim, importa perceber o cuidado na escolha dos espaços destinados a equipamentos como esses. Nas imagens abaixo, o detalhe da planta, de 1934, referente à localização dos mercados públicos e mercado de ferro. A imagem seguinte é uma reprodução da Planta da cidade de Fortaleza de 1934, de onde o detalhe da localização dos prédios foi retirado, contendo todas as rotas de bondes em linhas acentuadas na cor preta e, em vermelho, a área destacada.

---

<sup>208</sup> Código de Posturas referente à higienização de Fortaleza (1879).



Diante do movimento decorrente das atividades de abastecimento e venda de gêneros alimentícios, essa área passou a abrigar um fluxo, cada vez maior, de pessoas que por lá vendiam, compravam ou observavam o desenrolar da circulação.<sup>209</sup> Para manter a ordem e o bom funcionamento dos equipamentos, as autoridades públicas promoveram, com frequência, ações mais amplas de planejamento e de fiscalização sobre os espaços e as pessoas.

Tal como ocorreu em outras partes do país, as elites políticas e intelectuais preocuparam-se em aderir a novos modelos urbanos forjados no âmbito dos processos europeus de industrialização e avanço técnico-científico. Para as lideranças da capital, chegara a hora de “civilizar” a cidade, o que significaria romper a herança colonial de desorganização que ainda dava forma ao núcleo urbano e à sociabilidade local. Para adentrar na nova era de “progresso”, era preciso adequar e, mesmo, abandonar as tradições arraigadas e modernizar o traçado urbano. Já em 1879, as regras de conduta, nas proximidades do primeiro Mercado Público, são ampliadas:

Secção 5<sup>ª</sup>

Art. 60<sup>º</sup> é proibido recolher-se cavalos, burros ou bois ao quadro do mercado, os quais sendo ali descarregados ficarão em frente a rua conde d’eu, na praça d’assembleia ou em outro lugar não proibido. Ao infrator, multa de 2\$000 réis.<sup>210</sup>

Exigências como essa buscava controlar o volume de pessoas e cargas na cidade e no entorno do prédio do primeiro Mercado. Tais normas continuaram vigorando e foram, no final do século XIX, estendidas aos usuários do novo mercado. Os usos desse novo equipamento, porém, contam com um agravante, pois não se trata mais de vender ou comprar em um local pouco planejado e marcado pela rústica, mas o prédio do novo Mercado Público foi projetado para ser um lugar moderno, para pessoas civilizadas.

<sup>209</sup> É importante ressaltar que as relações de poder estão presentes não apenas no segmento oficial, mas perpassavam os diferentes níveis do social em um processo, historicamente, constituído. Como afirma Foucault, as relações de poder estão dissolvidas nas práticas constituídas entre os indivíduos, o poder só existe no movimento dessas relações. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985b.

<sup>210</sup> Código de posturas de 1879. In: CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 129.

A inauguração do Mercado de ferro foi alardeada na imprensa da cidade. O discurso jornalístico acentuou o orgulho do povo fortalezense pelo seu novíssimo símbolo:

Com toda solenidade em perante numeroso concurso de senhoras e cavalheiros realizou-se a inauguração do suptuoso mercado público desta cidade que é o mais bello e talvez o mais confortável da América do Sul... hoje a tarde serão queimados na praça José de Alencar lindas peças de fogos de artifício mandados fabricar pelo comércio daquela praça em regozijo pela inauguração do novo mercado.<sup>211</sup>

Ainda, segundo o jornal, sua inauguração redundaria em benefícios diversos para a cidade em franco desenvolvimento. O texto marca as características da “bella obra”, mas não deixa de citar suas condições higiênicas: “O mercado inaugurado redunda em enorme benefício para esta cidade, pelas condições higiênicas que oferece manda a Justiça que confessemos...”. Situado nas proximidades de uma das “mais bellas” praça da capital, o Mercado surge como a obra “mais bem acabada dentre todos os edifícios, quer públicos quer particulares” de Fortaleza, sendo sua beleza e magnitude pouco encontradas no mundo, mesmo nas nações bem vistas e admiradas como, por exemplo, a América do Norte e países da Europa.<sup>212</sup>

---

<sup>211</sup> O Jornal *A República*, de Fortaleza, 19 de abril de 1897. In: SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986. P. 171, 172 e 173.

<sup>212</sup> A preocupação com a forma física e organizacional da cidade já estava difundida entre as elites de Fortaleza há algum tempo. Já em 1813, o engenheiro Antônio José da Silva Paulet elaborou a planta da então vila de Fortaleza que deu base às primeiras transformações formais das ruas da cidade em direção a costa. As linhas traçadas por Paulet serviram de ponto de partida para os futuros arruamentos da cidade que seguiam de norte a sul, indo do mar para o sertão. Em 1875, o engenheiro Adolfo Herbster elabora a Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios, esboçando um planejamento em xadrez para a capital cearense, mantendo a primazia do acesso ao centro urbano e comercial da cidade. Outra característica interessante desse croqui é a proposta de expansão da cidade que, naquele tempo, até o final do século XIX, possuía apenas o espaço de 5 km<sup>2</sup> dividido em 34 ruas, no sentido norte-sul, e 27 km<sup>2</sup>, no leste-oeste. Esses caminhos passaram a interligar as áreas mais distantes da cidade, favorecendo a concentração do caminho de pessoas em certas vias de acesso melhorado.<sup>212</sup> Nesse contexto, o abastecimento e o comércio de gêneros alimentícios passaram a ser visto como uma questão que exigia um maior planejamento urbano, sobretudo, na disposição física dos lugares.

**FIGURA 8** – Mercado Público de Fortaleza (1897) Também chamado de Mercado da Carne ou Mercado de Ferro



**Fonte:** MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade de papel: fotografia e cartografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação, do Departamento de Geografia da UFC. 2008, p.136.

Assim como o primeiro Mercado Público de Fortaleza, o novo Mercado de Ferro foi, oficialmente, criado pelo poder público e pode ser problematizado enquanto exemplo oficial da regulação que insidia sobre o trato com os alimentos. Além disso, o Mercado de Ferro pode ser percebido ainda como signo de modernidade e ordem, a ponto, inclusive, de ser cartão postal da cidade. Na fotografia colorida à mão, é possível observar, de início, que mesmo estando o prédio fechado, havia em sua calçada uma concentração de pessoas, talvez transeuntes ou mesmo trabalhadores e consumidores do Mercado, dispostos a atestar que nem só de ferro e cores fazia-se um cartão postal, mas também de movimento e vida.

O primeiro Mercado da Praça Carolina, em sua rusticidade de edificação adaptada e em seu movimento ruidoso que se espalhava pelas áreas da praça e pelas ruas adjacentes, não era mais suficiente para a capital que buscava ser moderna e ordenada. Por outro lado, o novo Mercado, também chamado de Mercado da Carne, por ser este o seu principal artigo de venda, foi construído em favor das práticas higiênicas, favorecendo a adaptação do meio urbano da

cidade ao contexto de progresso e modernização em vigor em outras cidades brasileiras e mesmo mundo afora.<sup>213</sup>

Por todo o Estado, as autoridades passam a ver com maior rigor as práticas de trato e venda dos gêneros alimentícios. As restrições no manuseio livre e descuidado da carne tomam corpo no Ceará, sobretudo, na primeira metade do século XIX. Anteriormente, esse tipo de comércio fazia-se de modo livre, com base em saberes e experiências, mas por volta da década de 1840, começou-se a disseminar práticas institucionalizadas no sentido de melhor orientar e conduzir o manejo e comércio da carne no Estado do Ceará. Em 1840, a Câmara Municipal da vila do Crato, por exemplo, obrigou a transferência da matança do gado, em geral, feita em terreiros, para o matadouro público e também interdita a venda de carne salgada que tenha estado exposta ao sol por mais de vinte e quatro horas.

A fundação de equipamentos, como o Matadouro Público e os Mercados Públicos, demonstrou que as práticas tradicionais e os ambientes que lembravam a vida rural não mais conviriam ao espaço urbano, agora, destinado a abrigar o convívio de pessoas mais “polidas”. A carne que, anteriormente, era tratada nas proximidades das residências passou a ser manuseada, prioritariamente, nas dependências do Matadouro. Na defesa de novas regras de “bem viver” e da salubridade, mudanças foram efetivadas no que diz

---

<sup>213</sup> Para o historiador Jacques Le Goff: “o par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. [...] na metade do século XIX, transforma-se, como o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XIX, generalize-se no Ocidente, ao mesmo tempo em que é introduzido em outros locais, principalmente, no terceiro mundo, privilegiando a ideia de “modernização”, nascida do contato com o Ocidente.” In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª edição. Campinas SP: Editora UNICAMP, 2003. P. 173. Para Hans Gumbrecht, trata de uma história da modernidade entendida por ele como uma sucessão de ondas que reverberam desde o final da Idade Média. Para ele, a primeira cascata de modernidade teve início com a invenção da imprensa e a descoberta do Novo Mundo, momento surge um tipo de subjetividade ocidental, notadamente, marcada pela oposição entre objeto e sujeito possuidor da função de observador responsável pela produção de conhecimento sobre um mundo. A segunda onda (1780 e 1830) estaria caracterizada como “modernidade epistemológica”. É o momento do surgimento do “observador de segunda ordem”, cuja validade do conhecimento produzido precisa ser testada em suas condições de produção. O terceiro momento, que englobaria o período analisados por nosso estudo (final do século XIX e início do XX), é chamado por ele de “alta-modernidade” e estaria situada nas vanguardas de início do século XX. Nesse momento histórico, teria havido uma consolidação da noção do moderno como constante auto-superação. Por fim, o autor identifica o final do século XX, como aquilo que chamamos de pós-modernidade, um momento atual que apontaria para a anulação dos efeitos acumulados pelas sucessivas ondas de modernidade. GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. Coleção Teoria. Editora 34, 1ª edição, 1998.



respeito aos hábitos e as novas concepções urbanas, exigindo, portanto, o constante policiamento contra as “práticas insalubres” e atrasadas, difundidas pelas ruas, mercado antigo e mesmo nas casas e quintais. Sobre a venda da carne, na segunda metade do século XIX, por exemplo, o código de posturas indicava:

Art. 50º é proibido:

§ 1º matar-se para o consumo gado que esteja doente ou coçando, e bem assim matar-se fora da hora marcada, ou em sexta-feira da paixão.

§2º conservar a carne nos açougues ou fora delles em lugar que não seja perfeitamente arejado, ou sem pendurado.

§3º vender carne verde depois do meio dia

§4º matar gado e vender-se a carne no mesmo dia e sem que a rez tenha estado no curral do matadouro, pelo menos 48 horas com excepção quanto a última parte, do gado que for do pasto e não estiver coçando.

§5º salgar a carne e vendê-la antes de dois dias completos.<sup>214</sup>

A partir dos novos saberes científicos da época, foi possível considerar a existência de micro-organismos presentes em diversos produtos e alimentos, com isso, a importância dada à qualidade dos alimentos foi elevada a categoria de preocupação rotineira.<sup>215</sup> A carne, particularmente, tornou-se alvo de medidas de controle e vigilância. Graças a melhorias nos sistemas de empacotamento e refrigeração, a carne podia ser comercializada em pedaços, não mais dos animais vivos. Em decorrência disso, também ocorreram mudanças no consumo deste produto, que passou a ser beneficiado de maneiras diversas como, por exemplo, sob a forma de embutidos, mortadela enlatada, farinha de carne e ossos, e mesmo como sabão, sabonetes e outros.<sup>216</sup>

<sup>214</sup> Código de posturas de 1879. In: CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. P. 129.

<sup>215</sup> FLANDRIN, J-L; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

<sup>216</sup> Segundo o historiador Humberto Perinelle Neto, na Europa, o rebanho existente não dava conta das necessidades de uma população cada vez maior. Era necessário importar e, a partir de avanços da indústria naval, países como Argentina, Estados Unidos e Austrália passaram a exportar grandes quantidades de carne para o mercado europeu e mundial. In: PERINELLE NETO, Humberto. **Comércio e consumo de carne na primeira República: apontamento sobre a instalação das indústrias frigoríficas no Brasil**. Anais do I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP), 12 a 14 de novembro de 2007.

Para regular o comércio de gêneros alimentícios, as autoridades municipais passaram a ampliar a fiscalização e a cobrar taxas dos infratores, prática já comum do final do século XIX e bastante disseminada ao longo do século XX, como podemos observar na Resolução n.º 1.675, de 1875, baixada por Esmerindo Gomes Parente, então vice-presidente da Província do Ceará:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara Municipal de Fortaleza, decretou a resolução seguinte:

Art. 1 o pagamento da contribuição sobre venda de peixe, carne e outros gêneros no mercado público d'esta cidade, será effectuado diariamente, logo que se suspenda a mesma venda.

Art. 2 todo aquelle que se recusar ao pagamento destas contribuições ou maltratar o agente cobrador ou fiscal, não poderá mais vender qualquer gênero no mercado publico. Esta proibição, porém, terá logar depois de procedida a cobrança e da advertência do respectivo fiscal.<sup>217</sup>

O texto do artigo 2 foi escrito com um objetivo específico: impedir que o pagamento fosse recusado ou mesmo que o uso de força fosse empregado contra os fiscais do município, sob pena de serem os infratores banidos da venda no principal ponto comercial da cidade, o Mercado Público. No entanto, esses mecanismos não foram implementados de forma harmoniosa.

As novas preocupações das autoridades e elites letradas passavam pelo modo de consumo, mas também com a limpeza da cidade, de suas ruas, largos, terrenos baldios e quintais; apontam, assim, para a disseminação e concretização da distinção entre o mundo rural e o mundo urbano por meio da diferenciação das paisagens, dos ritmos de vida e também das práticas de venda e de consumo de alimentos. Em nome da higiene e da aparência civilizada, tudo devia transparecer um aspecto higiênico, sobretudo, os locais oficiais de venda de alimentos.

A construção do novo Mercado da cidade, iniciada no governo de Bezerril Fontenele (1892-96), foi concluída durante o governo municipal de Guilherme Rocha, em 1897, na gestão de Accioly. Segundo o historiador Sebastião Rogério Ponte:

---

<sup>217</sup> Resolução n.º 1.675, de 20 de agosto de 1875. In: CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981, p. 79.

A obra reunia vários signos alinhados com as idéias de progresso, salubridade e beleza: ao mesmo tempo que resolvia o problema de um abastecimento mais compatível com a demanda da cidade, o mercado era amplo e trazia a novidade do emprego do ferro que lhe emprestava solidez e elegância.<sup>218</sup>

Assim, o mercado surgiu como parte das ações disciplinares dos agentes modernizadores da cidade. Obras como esta estavam em sintonia com os ideais de positividade moral e social na tentativa de conferir uma imagem de progresso à capital cearense. Ainda segundo Sebastião Rogério, a construção do Mercado acompanhou a remodelação das praças do Ferreira, Marquês do Herval e Praça da Sé, uma remodelação do espaço público conduzida pela aplicação de novas regras de convívio e de trabalho. No entanto, como veremos, o desmonte de práticas específicas de venda informal e de condutas sociais não se deu de forma passiva e harmoniosa, nesse sentido, passemos analisar o surgimento do novo espaço de comercialização de Fortaleza e os conflitos gerados pelas ações dos sujeitos que compuseram esse espaço.

O Novo Mercado foi projetado em formato quadrado, tendo cada lado quarenta metros de comprimento, abrangendo uma área total de mil e seiscentos metros quadrados. Segundo o autor do artigo, a respeito da inauguração das instalações:

Nada há mais difícil do que idealizar-se monumentos públicos e executá-los em todos os seus detalhes; aliar o útil ao agradável a solidez com a economia a beleza architectural com as regras que nos ensina a higiene publica, a comodidade com perfeita harmonia em todas as suas formas.<sup>219</sup>

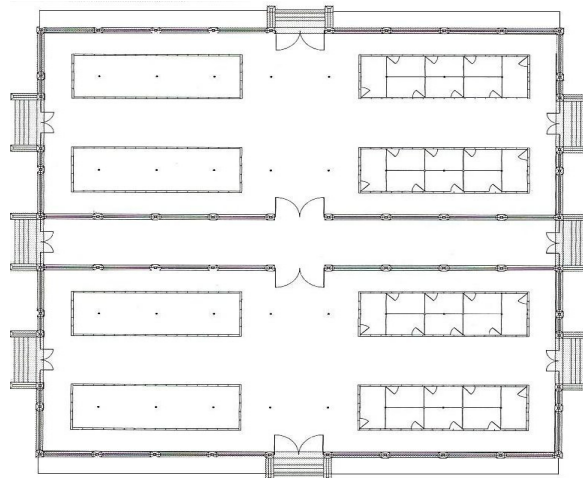
Seu espaço estava dividido em três grandes secções; a central com largura de cinco metros. Possuía ainda oito compartimentos com treze metros de comprimento sobre quatro metros de largura. Tais áreas foram projetadas para abrigar o comércio de carnes, peixes e miúdos; cada uma delas estava

<sup>218</sup> PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993, 38p.

<sup>219</sup> Jornal *A República*, de Fortaleza, 19 de abril de 1897. In: SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 171, 172 e 173.

dividida por grades que permitia a comunicação e visualização do interior dos oito pequenos cubículos que subdividiam essas áreas maiores. Havia um total de sessenta e quatro pequenos quartos em todo o Mercado.

**FIGURA 9** – Diagrama do piso do Mercado de Ferro



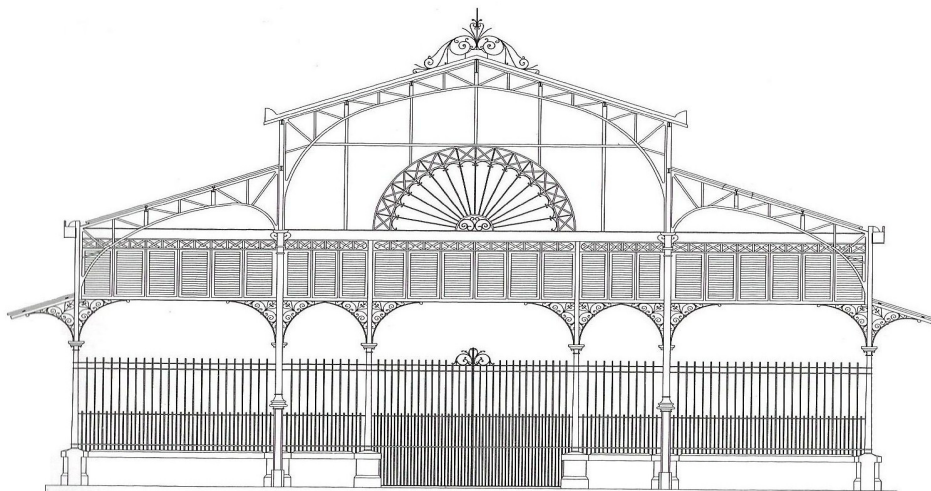
**Fonte:** CAPELO FILHO, José & SARMIENTO, Lidia. **Mercado de ferro: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhões.** Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda, 2003. P. 39.

A estrutura de ferro do Mercado foi fabricada na França por Guillot Pelletier, de Orléans, de acordo com o projeto realizado pelo arquiteto Lefèvre, e era, segundo Liberal de Castro, “exageradamente tido na cidade como o mais belo”. Segundo registro de Liberal de Castro, a sugestão de construir um Mercado de Ferro constituiu uma ação diante do início das obras do novo Mercado de São José (1872/1875), no Recife, também resolvido com estrutura metálica. O objetivo seria não deixar a capital cearense em situação de desvantagem perante a capital pernambucana, bem como o já mencionado desejo de civilidade.

A respeito da sua estrutura física, o prédio era formado por dois pavilhões, contando ainda com uma “avenida” coberta entre eles. A armação do prédio era feita, predominantemente, de ferro, daí o nome costumeiramente empregado quando se falava do Mercado, “Mercado de Ferro”. O uso de grades, nas laterais, conferia certa transparência às ações realizadas no interior do prédio; os passantes e mesmo os responsáveis pela fiscalização da

casa de comércio tinham “a vista” o que se passava naquele lugar sem mesmo cruzar um dos portões, que, por sua vez, eram fechados com chapas de ferro adornadas na parte inferior. As colunas também possuíam adornos e frisos, bem como as laterais e a frente do prédio. Coroando a delicadeza do designer, observamos a presença marcante de grandes vitrais.<sup>220</sup>

**FIGURA 10** – Corte esquemático da edificação do Mercado de Ferro de Fortaleza.



**Fonte:** CAPELO FILHO, José & SARMIENTO, Lidia. **Mercado de ferro: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhões.** Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda, 2003. P. 42.

Durante o século XIX, foram inúmeras as tentativas de aproximação com a cultura e os modos de vida de países da Europa, sobretudo, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Nesse contexto, a burguesia urbana brasileira, em um movimento pautado por aspirações de “progresso” e “civilização”, objetivou integrar o Brasil no quadro mundial por meio do uso de formas simbólicas que demonstrassem a concretização dessa aproximação. Como afirma Liberal de Castro:

Nenhuma delas, porém conseguiu igualar-se à arquitetura, dadas as relações diretamente mantidas com a vida social, tanto no espaço urbano quanto no recesso da habitação. No espaço urbano, pelo modo de inserção do edifício, com seus

<sup>220</sup> Durante o século XIX, o uso artístico e arquitetônico do vidro e de metais disseminou-se. Cf. CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura de ferro no Ceará.** Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1992.

exteriores significativos; nos interiores, como palco para exibição de novos hábitos sociais, mascarados pelo uso de equipamentos alinhados às últimas conquistas tecnológicas.<sup>221</sup>

Com o objetivo de atender as aspirações europeizantes, a arquitetura de além-mar foi transferida para o Brasil durante toda a sua história, sofrendo, é claro, transformações e adaptações resultantes do uso de misturas formais ecléticas. O emprego de estruturas metalizadas na arquitetura do Brasil foi mais uma dessas tentativas de aproximação cultural que, por sua vez, contou com um elemento a mais, a diminuição das adaptações e modificações de estilo, visto que as peças das estruturas eram produzidas e importadas em quase toda a sua totalidade:

A arquitetura agora se contava com o produto original, elaborado pelas matrizes culturais de além-mar.... Figurando como símbolo explícitos de demonstração de poder de uma burguesia urbana em ascensão, as novidades tecnológicas se amparavam em dados objetivos tais como o atendimento a prazos de construção curtos, os orçamentos definidos e pagos contra o recebimento da mercadoria, à parte o acabamento das obras de alta qualidade.<sup>222</sup>

Para Liberal de Castro, o uso das estruturas metálicas importadas constituiria uma espécie de prolongamento desse capítulo da europeização da vida brasileira. No Ceará, não foi diferente. Mesmo contando na virada do século XIX para o XX com situações sociais e econômicas difíceis, como as seguidas secas enfrentadas em 1877-1879, 1888 e 1900, e com a existência da oligarquia política regida pelo comendador Antonio Pinto Nogueira Accioly, os governos municipais e estaduais, bem como iniciativas de outra natureza, esmeraram-se em aplicar aqui as novas técnicas da arquitetura moderna baseada no uso do ferro. Para o pesquisador, a existência desses momentos de dificuldade inibiu a disseminação de obras, usando tal tecnologia no Ceará.

No início do século XX, havia, no Ceará, um Teatro construído com base no uso do ferro, o Teatro José de Alencar, realizado pelo governo estadual no período em que Accioly estava no poder, bem como uma igreja, a nova capela do colégio da Imaculada Conceição, mais conhecida por Igreja do Pequeno

---

<sup>221</sup> Cf.CASTRO. Ibidem, p. 70-71.

<sup>222</sup> Cf.CASTRO. Ibidem, p. 71.

Grande, de uma congregação religiosa de origem francesa, o cine-teatro *Majestic Palace*, inaugurado em 1917 (dos quatro, o único que já não existe mais, tendo sido destruído por um incêndio em 1968), e, por fim, o Mercado de Ferro ou Mercado das Carnes, como também era conhecido.

A criação do Mercado, *a priori*, apontava para a melhoria do abastecimento da cidade, bem como para a melhoria nas condições de venda e de compra de alimentos. Porém, alguns continuavam preferindo dedicar-se à venda ambulante, realidade que pode apontar para a existência de pontos negativos da fiscalização:

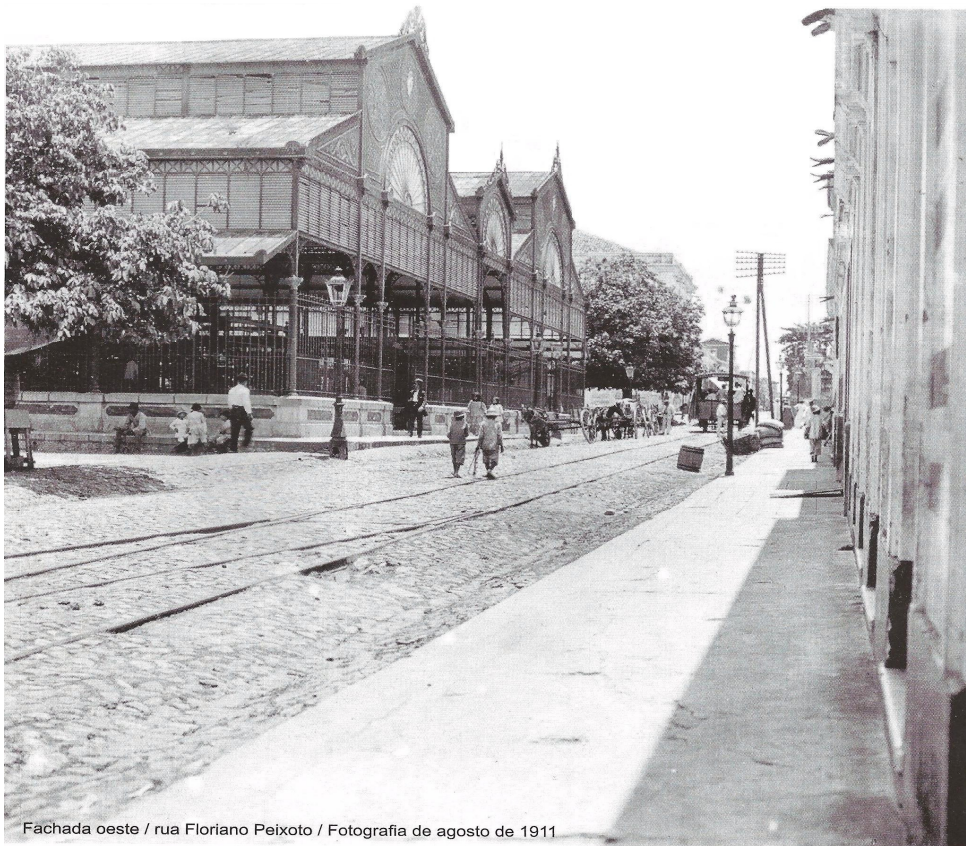
Requisito-vos, trez guardas-civis, afim de acompanharem diariamente os fiscais destas Prefeituras, para impedirem que as pessoas que entrarem com cargas nesta cidade, não vendam as mesmas no caminho, trazendo-as para o Mercado Público.<sup>223</sup>

Apesar dos vários canais de imposição da ordem, as pessoas que de fato habitavam a cidade e trabalhavam no comércio de alimentos resistiam, inclusive, por meio da força física, tornando necessária, para a viabilização da fiscalização, a presença da força pública. A multiplicidade abriu espaço para o delineamento de táticas e de conflitos.

---

<sup>223</sup> APEC- Ofício da Prefeitura Municipal de Fortaleza do dia 23 de março de 1915, endereçado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

**FIGURA 11** – Fachada do Mercado de Ferro em Fortaleza, 1913.



**Fonte:** CAPELO FILHO, José & SARMIENTO, Lidia. **Mercado de ferro: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhões.** Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda, 2003. P. 42.

Na imagem, de 1913, é possível visualizar combustores a gás e os trilhos dos bondes movidos à tração animal, reafirmando assim a preocupação das autoridades em facilitar o acesso de vendedores e consumidores, mas também apontando para a fomentação de um aparelho condizente com a ideia de moderno. Presentes nas ruas, calçadas, bondes e carroças, os habitantes da cidade, pobres ou não, crianças, mulheres e homens circulavam, vendiam e compravam. Sua força ativa e transformadora de viver e trabalhar, muitas vezes, conflitava com as normas impostas e com as mudanças de hábitos nos espaços. Esses homens e mulheres queriam melhorias de vida e, muitas vezes, essas melhorias estavam na própria transformação da cidade.

Para tal, um dos caminhos era recorrer aos canais da oficialidade. Em ofício enviado pela Câmara Municipal de Fortaleza ao Presidente da Província, Dr. Eneas de Araújo Torreão, no dia 8 de fevereiro de 1888, acompanhamos a



seguinte petição dos produtores e vendedores de alimentos para transformação dos espaços urbanos:

Devolvendo a petição junta de diversos mercadores da povoação de Arroche, reclamando de V. Exa a reconstrução de uma ponte, na lagoa da Parangaba cumpre-me declarar a V. Exa em face do despacho nella exarado e de deliberação desta camara que nenhuma providencia cabe tomar o assupto, não só por falta de competência por tratar-se de uma ponte provincial, visto ligar dois municípios como tambem por haver no orçamento municipal verba decretada.<sup>224</sup>

As demandas do grupo menos abastado que sobreviva da venda de alimentos de médio e pequeno porte também pressionavam as mudanças. A relação entre as modificações dos espaços e a venda de alimentos deve ser considerada na medida em que esse ramo de comércio destacava-se como essencial na vida na cidade. Como a cidade transformava-se fisicamente, espaços antes destinados à produção de alimentos para o pequeno comércio ou de subsistência perdem legitimidade, transferindo a ação de abastecimento dos pequenos produtores dos arredores do perímetro central para comerciantes de maior vulto e para instalações específicas para a venda de alimentos. O novo Mercado Público foi inaugurado em 1897, com o objetivo de concentrar, principalmente, a venda de carne na capital, concebido para ser um importante elemento de melhoramento da estrutura urbana, bem como símbolo das iniciativas de aformoseamento.

Mesmo sendo ostentado como lugar do comércio “correto” e oficial, o espaço do Mercado, assim como de tantos outros equipamentos construídos para promover a ordem e o controle, não podem ser vistos como espaços totalmente harmônicos, e sim como lugares marcados pela sociabilidade e pela disputa.

A própria criação dos equipamentos públicos já consta como tentativa de controle do movimento e das atividades urbanas, estratégia empregada com ênfase ao longo do século XIX. No transcorrer desse processo, muitas outras

---

<sup>224</sup> APEC- Fundo: Correspondências da Intendência Municipal. Sub-Série: Ofícios expedidos, Caixa 41.

ações foram efetivadas em um nível micro.<sup>225</sup> A partir de alguns ofícios da municipalidade, é possível perceber como isso foi concretizado:

Requisito-vos nove guardas-civis para fazerem o policiamento nos seguintes locais: Mercado Público, Matadouro Público, Avenida Lima Madureira, Avenida Atlântica, Av. Nogueira Accyoli, Praça Castro Correia, Passeio Publico, Açude do Tauhápe e para correição de animaes pelas ruas da cidade.<sup>226</sup>

As indicações do ofício apontam para um verdadeiro mapa da fiscalização e coerção de práticas de venda e condutas sociais consideradas erradas. As estratégias de organização desses locais de grande movimento foram realizadas em duas vertentes: a criação de normas de circulação e comportamento expressas nos códigos de postura, por exemplo, mas também a repressão localizada e aberta sob a forma de rondas periódicas da guarda civil nos locais de venda. Os alvos: praças onde havia movimento de compra e venda bem como nos equipamentos oficiais de comércio e produção de alimentos. A existência da coerção aponta para usos diferenciados desses espaços.

Sobre a materialidade da cidade recaíam ideais de modernidade e higiene. Porém, contrastando com a imagem de urbe civilizada, a cidade se revelava complexa e heterogênea, sobretudo, em suas ocupações e atividades cotidianas. Por meio de ações cotidianas, trabalhadores e consumidores realizavam múltiplos usos das ruas e de locais como o Matadouro Público e mesmo do “moderno” Mercado de Ferro. As coisas não ocorreram como o imaginado e propagado por autoridades e jornais, nem mesmo a própria fiscalização. Vejamos alguns dos elementos presentes no cotidiano dos Mercados da cidade por meio da análise de processos criminais do início do século XX, disponíveis para a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Em Fortaleza, no dia 30 de dezembro de 1916, pouco antes do horário do almoço, o soldado da guarda pública, Raymundo Roberto, de dezenove

<sup>225</sup> Sobre as discussões acerca de como as práticas ou mecanismos de controle social da classe trabalhadora típica de uma sociedade capitalista estão disseminadas em um nível micro, assumindo diversas formas, cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985b.

<sup>226</sup> APEC- Ofício da Prefeitura Municipal de Fortaleza do dia 29 de julho de 1916, endereçado à Guarda Civil do município.

anos, solteiro, natural do Crato, pediu permissão ao seu sargento comandante para ir ao Mercado almoçar, afinal, esse era um local de venda de alimentos, mas também ponto conhecido de preparo e consumo de refeições, sobretudo, aquelas baseadas na comida interiorana. No Mercado, alguns dos quartos designados para o comércio eram ocupados por pequenos locais de venda de alimentos destinados a atender os trabalhadores do Mercado, mas como observado no processo, também serviam refeições para aqueles que passavam para comprar gêneros alimentícios ou mesmo para os sujeitos incumbidos de manter a ordem. Nesses lugares de consumo, o contato entre as pessoas era frequente, fomentado amizades ou mesmo fofocas e conflitos.<sup>227</sup>

Ao atravessar o Mercado Público, o soldado cruzou o setor de vendas de verduras, indo em direção ao setor dos cereais, onde se concentravam os pequenos restaurantes, mas foi despertado por um “psiu” vindo de um grupo de soldados do exército, precisamente os integrantes da 46ª Companhia de Caçadores. Nesse momento, o soldado do exército José Ricardo destacou-se do grupo e disse-lhes alguns xingamentos e empurrou o praça Raymundo que, quando inquirido pelo Sr. Delegado de polícia, garantiu: nunca teve problema algum com os soldados, inclusive, acreditava que os dois grupos deviam considerar-se camaradas. Os desdobramentos do embate entre os sujeitos da força pública, nas dependências do Mercado, não acabaram aí.

Estabelecida a confusão, outros praças do 46ª, que ali se achavam, dividiram-se em dois grupos, um, retirando o soldado de polícia, que procurava fugir, e outro grupo buscou acalmar José Ricardo, que continuava de revólver em punho, segundo a promotoria, “no desejo de fazer desordem, desentendendo aos seus próprios companheiros”. O guarda civil Roberto dos Santos saiu ileso e, com a ajuda de outros praças, o “desordeiro” foi contido, mas não sem antes detonar um tiro que atingiu um de seus companheiros de Batalhão. A vítima, Antonio Ignácio de Souza, de 20 anos de idade, natural de Uruburetama, também soldado do 46ª de caçadores, afirmou que estava no

---

<sup>227</sup> APEC. Fundo: Governo do Estado do Ceará. Grupo: Secretaria de Polícia/Chefatura de Polícia. Série: Informações, Caixa: 89, local: Fortaleza, 1916. Nº do Processo: 1916/9.

Mercado para comprar pães para uma viagem ao Pará com sua companhia do exército quando sentiu que havia sido baleado na perna.

O agressor, José Ricardo, que segundo relatos da vítima parecia descontrolado, e, por vezes, gritou: “Vou matar esse diabo!”, referindo-se ao guarda estadual, ao invés de embarcar para o estado do Pará, foi recolhido na delegacia de polícia na capital. Quem sabe era essa a pretensão do autor do disparo; permanecer no Ceará.<sup>228</sup> A narrativa exposta presente no processo, no entanto, não esclarece esse ponto.

No relato transcrito pelo escrivão, Raymundo Roberto dos Santos afirmou que a intenção não era ferir o soldado estadual, mas intimidá-lo. Ele argumentou que o grupo de soldados da 46ª Companhia de Caçadores estava no Mercado Público antes de embarcarem em um vapor em direção ao Estado do Pará e, por volta das 11 horas da manhã, os praças do exército cruzaram com o soldado da força estadual que teria lhes faltado com o respeito. Por isso, a confusão começou. Para o acusado, o problema não foi tão grande, mas as proporções parecem maiores com base em outras narrativas sobre o fato. De acordo com o relato de uma das testemunhas, por exemplo, as notícias a respeito da confusão chegaram longe. O depoente afirmou estar no Quartel da 46ª Companhia de Caçadores “arrumando as coisas para a viagem” quando ficou sabendo da disputa no Mercado e dirigiu-se para lá, afim de “defender seus colegas de farda”.<sup>229</sup>

Diante das disparidades de versões, o delegado de polícia arrolou algumas pessoas que estavam no Mercado para testemunhar com a finalidade

---

<sup>228</sup> Em 1893, o presidente do Ceará, tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenelle, mostrava-se preocupado com o fato de que, apesar de “caírem abundantes chuvas” em todo o estado, a agricultura e a indústria pastoril estavam prejudicadas, muitas vezes, deixando-se produtos “sem colheita”, por uma crise gerada, segundo ele, pela “falta absoluta de braços”. Apesar dessas preocupações, a migração para a Amazônia, entre finais do século XIX e o início do século XX, foi intensa, sobretudo, nos períodos de seca. O entendimento da história dos muitos migrantes cearenses que, entre 1889 e 1916, deixaram sua terra natal e aportaram em terras paraenses aparece indissociável de uma leitura das compreensões construídas sobre o Ceará e sobre a Amazônia. Muitas vezes, as representações sobre a migração para o estado variavam entre dois polos, a possibilidade de fartura e riqueza e, em uma outra direção, o estado surge como foco de incertezas e doenças. Para a Franciane Gama Lacerda, perceber o que significavam o Pará e o Ceará, desse período, é fundamental para entender os múltiplos sentidos presentes no ato de migrar. LACERDA, Franciane Gama. **Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)**. Rev. Bras. Hist. vol.26 n.51. São Paulo Jan./Jun. 2006.

<sup>229</sup> APEC. Fundo: Governo do Estado do Ceará. Grupo: Secretaria de Polícia/Chefatura de Polícia. Série: Informações, Caixa: 89, local: Fortaleza, 1916. Nº do Processo: 1916/9.

de dar continuidade ao inquérito. As testemunhas oculares escolhidas foram, em geral, pessoas que conheciam o cotidiano do local do conflito e eram cidadãos com ocupação reconhecida, eram trabalhadores do Mercado. Com base nas informações repassadas por eles ao escrivão, temos alguma ideia do ocorrido, mas também acessamos informações sobre o perfil dos trabalhadores desse lugar apontado como sendo o ideal para o comércio organizado que, no entanto, tinha outras dimensões no dia-a-dia.

A primeira testemunha foi Francisco Candido, 54 anos, casado, natural do estado do Ceará. Era negociante de queijos no mercado. Não se sabe ao certo o grau de instrução de Candido, mas assim como os outros vendedores do mercado arrolados, disse saber ler e escrever, ponto importante na vida daqueles que, diariamente, deviam controlar a entrada e saída de mercadorias, anotar o nome dos devedores e fornecedores e cuidar das finanças do estabelecimento. Assim como as demais testemunhas, o comerciante disse está trabalhando no momento da briga, mas, provavelmente, por conta das sociabilidades e conversas estabelecidas no cotidiano compartilhado no Mercado, o comerciante esclareceu que sabia que os soldados estavam por lá, comprando mantimentos e artigos para a viagem ao Pará.

Outro trabalhador do Mercado, Raymundo José de Moura, de 21 anos, solteiro, disse ser natural do Estado do Amazonas, mais um sujeito envolvido na circulação de pessoas e artigos entre os Estados do Norte e Nordeste do Brasil. Seus negócios, no mercado, estavam relacionados com a venda de pão. Assim como as demais testemunhas, o negociante buscou desvincular-se de eventuais ligações com o fato violento nas dependências do mercado, garantindo não ter ideia do motivo da briga. Mesma atitude tomou Francisco Torres, de 42 anos, casado e negociante de cigarros no Mercado que esclareceu ter ficado de fora da briga e, com o som do disparo, jogou-se ao chão para proteger-se. A partir dos relatos dos trabalhadores do mercado, a promotoria concluiu que o soldado José Ricardo, encontrando-se com o agente da força pública estadual Raymundo Roberto, empurrou-o e, sacando a arma, disparou deliberadamente.

Adentrar o cotidiano desses locais de venda permite perceber que seu movimento enredava vendedores e consumidores em uma porção de relações e conflitos. Afinal, mesmo sendo construídos para padronizar e higienizar

modos de venda e práticas de consumo, os lugares de venda e consumo de alimentos têm seus significados construídos, cotidianamente, pelos sujeitos que lá circulam sendo, portanto, palco de conflitos diversos que, muitas vezes, iam à contramão dos preceitos que motivaram as suas construções.

Como tentamos demonstrar, as disputas ocorriam não só entre trabalhadores e aqueles responsáveis pela regulação do comércio, mas também em polos que, aparentemente, contrapõem-se irremediavelmente. Por isso, acompanhamos os sujeitos que, *a priori*, deveriam ser “companheiros”, parceiros ligados por uma função pública, pelo seu trabalho, mas que acabaram disputando entre si. A querela entre os membros do segmento responsável pela ordem, na cidade, aponta para uma realidade: o local de organização da venda de alimentos abrigava homens e mulheres que em suas relações cotidianas ajudam-se, resistem contra a imposição de normas, insistindo em modos específicos de vida, mas que também entram em conflitos.

Vejamos mais um processo acerca de um crime ocorrido nas dependências do Mercado antigo de Fortaleza, desta vez, os envolvidos na querela eram os trabalhadores do mercado, anteriormente, tomados como testemunhas confiáveis.

Consta que às dezesseis horas do dia 11 de julho de 1917, o guarda civil que fazia a ronda no Mercado Público de Fortaleza conduziu a delegacia de polícia o retalhador de carne Salvio Fernandes preso em flagrante por agredir, fisicamente, um de seus companheiros de trabalho, o vendedor de peixes Norberto Ferreira Amaro, casado, 22 anos, e, como a maioria dos trabalhadores do Mercado, natural do Ceará.

A vítima disse que, mais os menos às 16 horas, achavam-se, na banca de peixe de propriedade de Francisco Cambeba, também retalhador de peixe, quando se aproximou o retalhador de carne Salvio Fernandes que perguntou o preço de uma corda de peixe ao dono da barraca. Cambeba respondeu que o custo do peixe era de mil réis. O vendedor-comprador, no entanto, não aceitou o valor argumentando que “estava cansado de vender carne a seiscentos réis” quando o peixe de Cambeba custava bem mais, denotando uma variação de preços que a seus olhos parecia injusta: o peixe custar mais que a carne, artigo que, em geral, vinha de fora da cidade.

Norberto, que acompanhava a discussão entre Sálvio e Cambeba, contra-argumentou, afirmando que sempre repassou o peixe por esse valor, e mais, disse nunca ter comprado carne por menos de mil réis. No meio da disputa de preços, o acusado, Sálvio, vibrou sua bengala na cabeça de Norberto, causando-lhe um ferimento na testa, chamando ainda mais a atenção daqueles que já acompanhavam a briga no Mercado. O guarda que por ali passava agiu segundo sua função de manter a ordem e prendeu, em flagrante, o retalhador Sálvio.

Entre as testemunhas arroladas estava João Felix, casado, 25 anos, natural do município de Aracaty e empregado no mercado público, bem como Francisco Antonio, 19 anos, natural da capital, retalhador de peixe que disse saber ler e escrever. Os dois disseram que presenciaram a discussão ocorrida nas proximidades das pedras de talho de peixe e afirmaram que Cambeba retalhava peixe em sua banca quando Sálvio reclamou do preço do alimento, comparando-o com o valor de venda da carne. Nesse instante, Norberto confirmou o argumento do companheiro peixeiro e foi agredido.

A primeira testemunha, João Felix, deu mais alguns detalhes sobre o ocorrido. Disse que Sálvio e Norberto já tinham se estranhado por conta de uns pesos e que talvez por isso, tudo acabou em violência. Ainda dentro do depoimento, Felix disse que conhecia os envolvidos do trabalho no Mercado e que Norberto, inclusive, costumava embriagar-se, mas que, mesmo assim, ele não costumava fazer mal algum.

A partir desses relatos e versões das experiências de vida, é possível evidenciar a pluralidade de sujeitos históricos que compuseram os perfis urbanos do período analisado. Como foi possível observar, a análise dos retalhos do passado que auxiliaram na reconstrução dos modos de vida de homens e mulheres ocultos nas atribuições dos afazeres cotidianos. Entre a repetição das tarefas diárias, os trabalhadores do Mercado presenciavam conflitos e mesmo disputavam, entre si, enquanto comerciantes rivais ou como consumidores dos produtos disponíveis para a venda no Mercado. Ao dar visibilidade a essa micro esfera, buscamos privilegiar a compreensão desse segmento enquanto arena de conflitos e de lutas para, assim, percebermos a inventividade dos sujeitos. Mais uma vez, a cidade, construída pelos sujeitos e

pelas suas relações, abriga disputa de várias ordens, fazendo com que as ligações engendradas pelo trabalho não sejam suficientes suprir a disputa.

Vejamos ainda outras impressões sobre o cotidiano da cidade, envolvendo os trabalhadores do comércio de alimentos da cidade expressa no Jornal *Libertador* nas últimas décadas do século XIX:

Chamamos a atenção da policia e do muito digno intendente do 2º districto, para fazer cessar grandes abusos praticados por meia dusia de desordeiros, os quaes vivem diariamente embriagados, na Estação Pelotas, sendo alguns delles empregados no matadouro. Não só vivem embriagados como armados de facca e cacete, a insultar a quem passa em seu sucego. Esperamos ser atendidos.  
Um amigo da ordem.<sup>230</sup>

É possível para o leitor do texto, no período, ou mesmo nos dias de hoje, que poderia identificar-se com a causa do reclamante e, assim como o “amigo da ordem” que assina o texto, pontuar que ao poder público cabe a responsabilidade sobre a ordem na cidade. No entanto, alguns elementos podem oferecer algumas outras possibilidades de percepção sobre esse fato. O primeiro ponto a ser considerados por nós, leitores do tempo presente que nos debruçamos sobre um vestígio do passado, é o entendimento que o autor da denúncia segue a lógica da coerção do período, aquela que, ao longo do século XIX, passou a ser baseada na a ação policial com o intuito de inibir a conduta transgressora na cidade que se pretendia civilizada. Diante essa primeira premissa, vamos aos demais elementos da ação dos “desordeiros” a partir de alguns elementos apresentados no Jornal *Libertador*.

Primeiro, a má conduta ocorre nas imediações de uma das praças da cidade, locais reservados para o lazer e a sociabilidade dos fortalezenses e visitantes, em outras palavras, um local de encontro de grupos diversos, mas não seria ela, portanto, ponto de sociabilidade aberto para aquele grupo apontado pelo autor? Talvez. A respeito dessa possibilidade existiu, no fato narrado, um agravante negativo para os envolvidos do “uso” da praça. O fato de estarem embriagados adicionou uma transgressão extra de conduta aos sujeitos envolvidos no fato retratado. O consumo de álcool era altamente

---

<sup>230</sup> BPMP- Jornal *Libertador*. Fortaleza, 7 dez. 1883, p. 3.



combatido no período e largamente associado à desordem e ao crime.<sup>231</sup> Aos olhos de uma parte considerável dos leitores do período, a praça não estava acessível para aqueles que não cumprissem as normas de conduta ideais.

Por fim, segundo o reclamante, pelo menos alguns dos apontados como “desordeiros” eram desocupados, mas a outra parte do grupo foi identificada como sendo formada por trabalhadores do Matadouro Público, operários que deveriam comportar-se como membros ativos da construção de uma nova cidade. Como argumenta o historiador Sidney Chalhoub: “a definição do homem de bem, do homem trabalhador passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatível com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação.”<sup>232</sup>

O leitor poderia perguntar: seria então o objetivo da análise apontar que os acusados pelo autor eram inocentes? A resposta a esta questão é não. Buscamos, nesse momento, e ao longo deste tópico, demonstrar que a análise reforça a disseminação de comportamentos específicos e usos determinados de lugares de circulação e venda foram propagados por toda a cidade sendo, pois, aceitos por setores diversos, mas renegados por tantos outros.

Para além da percepção da esfera público-oficial, tentamos aqui considerar o dia-a-dia como parte imprescindível para a compreensão da realidade social. Como buscamos demonstrar, o cotidiano do comércio de alimentos e dos trabalhadores envolvidos nele aparece como esfera da repetição, mas também como segmento povoado de manobras políticas, de reafirmação de escolhas de conduta e de espaço e pela disputa de poder, todas essas características inerentes às relações sociais.

Durante a virada do século XIX para o século XX, desejou-se que o homem livre, transformado em assalariado, internalizasse a noção de trabalho como um bem para a sociedade e para o espírito. Buscamos evidenciar que esse processo foi acompanhado por outro, intrínseco e paralelo, de conformação de condutas e de espaços que fazia da cidade e dos locais de trabalho extensões dessa disciplina.

---

<sup>231</sup> Cf. COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões Sociais no Consumo de Bebidas Alcoólicas Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2009.

<sup>232</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. P. 49-50.

Ainda com esse objetivo, explanaremos, no tópico seguinte, a respeito de outros segmentos da venda de alimentos em Fortaleza, tratando do comércio nos pequenos estabelecimentos familiares chamados de bodegas e analisando o cotidiano e trabalho dos vendedores e vendedoras que tinham na rua o seu lugar de comércio.

### 3.2 A venda em casa e na rua: bodegueiros e ambulantes

Referindo-se as primeiras décadas do século XX, Eduardo Campos lembra como era a venda de alimentos em Fortaleza:

Fortaleza ainda estava em seu ninho, a se emplumar qual cidade de pouco mais de cem mil viventes. Caixaieiro não era comerciário, na acepção de qualificação para muitos. Nem existiam supermercados, mas só bodegas, umas tantas mercearias de pouca variação comercial. Grandes espaços para comércio, só os do Mercado Central e o Mercado de Ferro (da carne). Demorou bastante, por exemplo, chegar o primeiro supermercado, o Sinos, inaugurado ano depois, na 24 de Maio, em 1963... Prosperou pouco.<sup>233</sup>

No Ceará, as mercearias, também conhecidas como bodegas, compuseram uma parte importantíssima das redes comerciais da cidade, sustentando boa parte do consumo de alimentos. Na virada do século XIX para o século XX, Fortaleza contava com várias bodegas que se tornaram conhecidíssima, sendo, inclusive, objetos de registro de diversos autores e memorialistas:

A bodega na Fortaleza de anteontem foi sempre nota e realce da vida pacata de sua gente. Ponto de convergência e referência e reduto de importância acima das rotineiras e modestas atividades mercantis. (...) as bodegas nas cidades maiores eram sem dúvida elemento catalisador e divulgador dos acontecimentos que merecessem essa qualificação.<sup>234</sup>

Em seu livro de reminiscências, Edigar de Alencar pretendia “deixar em largas pinceladas alguns traços da vida da capital cearense”, nas primeiras décadas do século XX. Para isso, não pôde deixar de abordar o cotidiano peculiar da vida comercial da cidade e, nela, a vida nas bodegas. Acreditamos que a importância dada ao registro desses estabelecimentos por parte de autores de interesses variados passava pela longa vida comercial que muitas tiveram, mas residia, sobretudo, na vida dos homens e mulheres que

<sup>233</sup> CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição.** Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Coleção Alagadiço Novo Editorial, 1998, p. 64.

<sup>234</sup> ALENCAR, Edigar. **Fortaleza de Ontem e Anteontem.** Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 77.

conduziram o comércio de botequim e, a sua forma, tornam-se parte da vida cotidiana da cidade.

Em Fortaleza, as bodegas eram conduzidas, nas maiorias das vezes, pelos seus proprietários, sem empregados e, em geral, eram auxiliados por seus familiares. Segundo Edigar Alencar, as mercearias estavam situadas, estrategicamente, nas esquinas, e as alocadas no meio do quarteirão eram chamadas de quitandas. Ambas asseguravam sua clientela por meio da fama de sortimento: tinha que ter de tudo! A partir das memórias, temos a oportunidade de tentar recompor o espaço da bodega no início do século XX:

O balcão de tábuas superpostas era pintado de duas cores, geralmente, vivas: verde e encarnado, azul e amarelo, em listas verticais como que separando as tábuas em que era assentado. As prateleiras eram rústicas, também pintadas em cor viva. Algumas tinham parte envidraçada para artigos, que eram chamados “fiteiros”.<sup>235</sup>

A organização dos espaços nas bodegas era efetivada de modo que tudo estivesse à mão do proprietário, mas que também facilitasse aos consumidores a entrada no estabelecimento, a conversar e a escolher os produtos em um ambiente, muitas vezes, marcado pela informalidade e pela sociabilidade.

Na descrição de Alencar, observamos o uso de cores fortes e alegres usadas para chamar atenção dos transeuntes para o estabelecimento. A mercadoria ficava exposta em prateleiras ou armários envidraçados de forma a estar às vistas de todos. Os consumidores podiam moldar suas compras às necessidades de consumo, às possibilidades financeiras, mas também de acordo com os desejos, muitas vezes, semeados no momento em que os olhos deparam-se com o produto.

Em alguns estabelecimentos, o balcão separava o interior da loja dos passos dos clientes, mas essa “fronteira” não era intransponível. A proximidade entre vendedor, mercadoria e consumidor era comum nas bodegas e parte fundamental para o desenvolvimento das vendas e da sociabilidade entre os usuários. Um dos exemplos das possibilidades de aproximação é a compra a fiado.

---

<sup>235</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 78.

A compra a crédito, também chamada de “fiado”, foi, e ainda é, uma prática bastante difundida no espaço da bodega. Nesse costume, o dono da bodega e o cliente possuíam uma caderneta em que ambos anotavam a venda feita para “acertar depois”, o valor, muitas vezes, é acrescido de um pequeno percentual de juros ou é cobrado o valor inicial da dívida, tudo efetuado na “base da confiança”. Apesar da aparente informalidade, as relações comerciais que se davam no espaço da bodega acabavam envolvendo práticas específicas desenvolvidas na seleção de consumidores confiáveis (bons pagadores), geralmente, escolhidos ou excluídos de acordo com seu histórico de consumo e, mesmo, de vida; era preciso saber se o comprador trabalhava ou se já havia atrasado pagamento e, mesmo se ele era reconhecido pela vizinhança como “de bem”, de “família”. Assim, observamos uma gama de decisões baseadas em aspectos morais e juízos de valor consolidados no contato cotidiano e no costume e, como diria Roberto Damatta: “o ambiente da rua está assentado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega às raias do absurdo”.<sup>236</sup>

Entre as bodegas existentes na cidade, algumas ficaram bastante conhecidas como, por exemplo, as bodegas do Mané Boi, do Maracanã e do Gambetá Bruno, situadas na Avenida do Imperador, a do Zé Ramos, na Rua Santa Isabel, a do Chico Ramos e a do Zé Macieira, na Rua Tristão Gonçalves, a do Sr. Lopicínio, a do Eduardo Garcia e a do Chico da Mãe Iza, na Rua 24 de Maio.<sup>237</sup> Cada uma delas guarda uma história que envolve seus proprietários, clientes e a vida urbana na virada do século XIX e início do XX.

A sortida bodega do Zé Ramos ficou conhecida por, periodicamente, fechar durante dias por conta dos porres de seu proprietário que, segundo, as más línguas, era acompanhado por sua esposa, que também atendia na mercearia. As bodegas de Francisco Menezes Ramos, conhecido pelo apelido de “Chiquinho Ramos”, e a de Zé Macieira, que ficavam próximas ao trilho de ferro, foram descritas como verdadeiras “fronteiras” durante os dias de Santo Antonio. Ocorria que, durante o mês de junho, sobretudo, no dia de Santo

---

<sup>236</sup> DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 24.

<sup>237</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 79.

Antonio, esses bodegueiros, acompanhados de turmas formadas por amigos e clientes próximos, declaravam uma animada guerra. As calçadas e as portas das mercearias eram, estrategicamente, transformadas em trincheiras protegidas pelos combatentes em momentos festivos que envolviam toda a vizinhança.<sup>238</sup>

Sobre a figura dos bodegueiros e as relações estabelecidas com seus clientes, muito ficou registrado nas páginas de livros de reminiscências, registros individuais que contêm traços de uma memória que é coletiva.<sup>239</sup>

Na Praça do Patrocínio, antiga Marques de Herval e atual José de Alencar, por exemplo, residia e trabalhava o Sr. Lopicino, dono de uma bodega bastante conhecida. Como registra Edigar Alencar, o proprietário não tinha empregados e vestia-se de forma peculiar: “de dólmã mal passado e de boné preto sebento à cabeça” atendia aos fregueses. Outra característica que o tornava conhecido na cidade era a fama de sovina, e mesmo tido como homem sério, não deixou de figurar nas piadas e causos que se espalharam, rapidamente, no período, sobretudo, no que diz respeito à outra característica do comerciante; era “fanho”, o que dificultava o entendimento nas respostas aos clientes. Alencar conta que, certa vez, o bodegueiro envolveu-se em discussão quando deparou-se com um cliente também com dificuldades na fala: o comerciante acreditou que estava por imitá-lo.<sup>240</sup>

Dentro das memórias da cidade, um local específico ficou conhecido por abrigar várias bodegas e quitandas: as ruas General Sampaio e a Rua 24 de Maio. A fama das mercearias, nesses locais, estava relacionada ao sortimento de mercadorias e, sobretudo, às figuras emblemáticas de seus proprietários.

Na Rua General Sampaio, estava localizada a mercearia de Francisco Benjamim de Menezes, pai do escritor Raimundo de Menezes. O proprietário era muito bem relacionado e possuía um comentado estoque de artigos finos de exportação, elementos que tornavam a mercearia uma das mais bem sucedidas da cidade. Nas proximidades, precisamente, na Rua 24 de Maio, área de intenso comércio, ficavam duas bodegas bastante frequentadas: a de Eduardo Garcia e a de Chico da Mãe Iza, uma de frente para a outra. Como de

---

<sup>238</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 79.

<sup>239</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº. 3, 1989, p. 03-15.

<sup>240</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 80.

hábito, as famílias dos proprietários moravam nas casas vizinhas que se comunicavam com as lojas.<sup>241</sup>

Chico foi um dos primeiros moradores da Rua 24 de Maio, instalando sua pequena bodega que por lá permaneceria por três quartos de século, tornando a Bodega do Chico da Mãe Iza uma das mais conhecidas da cidade na virada do século XIX para o XX. Natural da cidade de Icó, o bodegueiro havia sido engraxate durante a infância e tornou-se conhecido pelo comércio e até motivo de comentários por ser negro e ter casado-se com uma moça branca, com quem teve oito filhos.

A variedade de produtos da bodega era bastante conhecida na cidade, sobretudo, por estarem armazenados por toda a área da pequena bodega, no chão, nas prateleiras e sobre o balcão. Seu estoque de gêneros alimentícios contava com bananas da serra de Maranguape, indo até produtos mais finos como, por exemplo, os vinhos e conservas estrangeiras. Como de praxe, a mercearia contava com artigos que extrapolavam o caráter alimentar, chegando a abranger artigos de ferragens, tintas e até remédios. Vejamos a descrição de Alencar:

Do lado de fora do balcão, um grande armário envidraçado – o fiteiro – com miudezas. Das fitinhas as gregas, dos sabonetes aos vidrinhos de perfume francês “glória de paris”... na parte de fora, reservada aos fregueses, ficavam as sacas abertas de cereais, a meia barrica de bacalhau legítimo da Noruega que era comida nos pobres e abastados. Às vezes também tinha peixe seco do Cedro e camarões secos vindos do Maranhão. Sobre o balcão laranjas de Russas e lá dentro, mas a vista, de quando em vez as bandejas grandes de bulins de goma, especialidade da mãe Iza.<sup>242</sup>

Além de abastecer a dispensa da vizinhança de doces, frutas, bebidas e cereais, as bodegas também contavam com outros artigos disponíveis para venda, atraindo outro tipo de clientela. Muitas vezes, as mercearias confundiam-se com pequenos depósitos e até espaços de lazer e botequins. No caso da bodega do Chico da Mãe Iza, isso ocorria também por que entre seus artigos de venda estava a pinga (cachaça), vinda do município do Acarape, e anis e genebra fabricadas em Fortaleza. A qualquer hora do dia ou

<sup>241</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 80-81.

<sup>242</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p.81- 82.

da noite, a clientela era, prontamente, atendida pelo comerciante que dispunha ainda das necessárias cordas de violão requisitadas pela boêmia e pelos seresteiros da cidade.<sup>243</sup>

As bodegas eram pontos de encontro e de conversa, nelas se davam discussões de naturezas diversas, podiam tratar do preço dos gêneros, das confusões da vizinhança e também da realidade política do momento. Como comenta Alencar, na bodega do Chico da mãe Iza, as discussões eram quase sempre sobre política. No período da Primeira Grande Guerra (1914-1918), por exemplo, os debates eram fervorosos e o dono do estabelecimento identificava-se com o “aliadófilo convicto”, por vezes, entrando em conflito com os partidários da Alemanha que por lá iam servir-se de alimentos, bebidas ou conversas.<sup>244</sup>

O funcionamento das bodegas, mercearias e quitandas não se limitava ao período do dia, muitas vezes, adentravam o horário da noite e da madrugada. Sempre que solicitados pela clientela formada por vizinhos e amigos próximos, o bodegueiro abria parte da venda para “acudir” o cliente necessitado de velas ou mesmo de pinga. Em parte, essas condições do ofício eram também integrante da animação. A presença dos seresteiros e boêmios alargava a carga horária de trabalho dos donos das bodegas; nelas, muitos começavam ou mesmo terminavam a farra noturna, dando vida às ruas da cidade.

A bodega do Chico de Mãe Iza ficava aberta até às nove horas da noite, e “não eram raros os cantadoras e violeiros que apareciam e sentavam a porta da bodega para os seus improvisos e para cantar ou contar as estórias rimadas do sertão”.<sup>245</sup> O comerciante e sua família, que o ajudava nos serviços da bodega, tinham folga certa somente ao meio dia dos domingos; a bodega, porém, reabria às seis horas da tarde. De certo, o movimento da mercearia era parte da dinâmica comercial e de sociabilidades da rua, mas também da família do comerciante, acostumada com o entra e sai cotidiano.

Como buscamos demonstrar, as bodegas de Fortaleza não eram somente casas comerciais de varejo, mas pontos de referência e locais de

---

<sup>243</sup> Cf. ALENCAR. 1980. *Ibidem*, p 82.

<sup>244</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 82.

<sup>245</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 82.



efervescência boateira, de divulgação de notícias e de circulação de pessoas. Eram verdadeiros pontos de apoio da vida do povo, centros de abastecimento e comunicação da cidade. Muitas dessas bodegas transformaram-se, depois, em armazéns de venda em grosso e a varejo, como as de Estevam de Gusmão Lins, na Rua Isabel; a de José Lauria, no trilho de ferro; a de Zeferino Siqueira, na Rua Senador Pompeu; a de Pedro Formiga, na Praça Visconde de Pelotas. Já a de Chico de Mãe Iza permaneceu, por muito tempo, conservando a mesma estrutura modesta e povoando as memórias sobre a vida na cidade.

Assim, as bodegas configuravam-se como espaços de usos múltiplos. Nesse espaço de venda de alimentos tão comum na cidade do período, confluíam consumidores e indivíduos ligados às várias esferas da venda e transporte de alimentos. Suas dependências comerciais tinham mais usos que a simples função de abastecimento e de circulação de capital. Era lugar de atração e circulação de mercadorias, de compradores, de amigos, de vizinhança e de festa, e, como espaço de convergência de sujeitos, era também ambiente de conflitos que, por vezes, acabavam em violência, um deles registrado em um processo-crime disponível no acervo do Arquivo Público do Ceará.

Mais ou menos às onze horas do dia 11 de janeiro de 1915, ocorria um jogo de baralho em uma bodega próxima ao matadouro público de Fortaleza. A pequena casa de comércio estava situada dentro da residência do bodegueiro, como era costume no período. Nos autos do processo, o escrivão sublinhou que se tratava de um jogo de “trinta e um” que “o empregado do Sr. João Baptista só a muito permitiu que jogassem”. Nesse jogo, quantos mais jogadores, melhor, cada um recolhe e olha suas cartas e o jogo continua até que um dos participantes pense ter em mãos três cartas que possam ganhar de qualquer mão que seja mostrada. É de costume bater na mesa no momento em que todos os outros jogadores trocam as cartas, então cada jogador mostra suas cartas, e ganha quem tiver o melhor jogo.<sup>246</sup>

Messias, carroceiro, e elo na cadeia de distribuição da carne pela cidade, estava com os companheiros de trabalho e com o acusado da ofensa, Francisco Bonfim. Quando da distribuição das cartas, Francisco Bonfim foi

---

<sup>246</sup> APEC. Fundo: Tribuna de Justiça, Série: ações criminais, Sub-série: ferimentos, Caixa: 02, local: Fortaleza, 1915. Nº do Processo: 1915/16.

acusado pelo carroceiro Messias de desrespeito, de “fazer baudolheiros, olhando as cartas de baixo do baralho... o que não era procedimento sério”, nas palavras do réu.<sup>247</sup> Bomfim, sentindo-se ofendido na presença de seus conhecidos, no lugar que frequentava, cotidianamente, atirou o baralho no rosto de Messias que respondeu com uma bengalada. Depois de desferir o golpe, o carroceiro foi impedido de fugir por um amigo do Francisco Bonfim que assistia à partida de baralho na porta do estabelecimento. Por fim, Messias desvencilhou-se e entrou na casa vizinha, onde, em plena sala de jantar, recebeu um golpe de faca desfechado por Bomfim.

Por meio das perguntas feitas pelo Sr. Delegado de Polícia Dr. Alípio Ferreira Baltazar e pelo escrivão Isaias Gomes de Melo ao carroceiro Messias Bezerra da Costa, envolvido na querela, soubemos que se tratava de um indivíduo natural da cidade de Milagres, no Ceará, mais um interiorano a busca de trabalho na capital. Segundo anotações do escrivão, a vítima ainda convalescente revelou ser casado e ter 25 anos, na condição profissional de Carroceiro. Por fim, consta que não sabia ler nem escrever.

Além de Messias, muitos outros bodegueiros, marchantes, comerciantes de grande e pequeno porte se envolveram em conflitos por conta de jogo, mulheres, dinheiro e tantos outros motivos. Por meio de suas experiências compartilhadas na bodega, em um momento de crise e violência, podemos adentrar o cotidiano daqueles que realizavam o comércio de gêneros na capital cearense. Com as informações obtidas por meio da análise do processo, conseguimos perceber que os usos dos lugares destinados à venda de alimentos eram marcados pelo dinamismo de homens, vivendo em contato permanente, cunhando sociabilidades por meio da proximidade afetiva e/ou profissional.

A partir da lista de testemunhas do processo, percebemos quem eram os frequentadores e vizinhos da bodega. Um dos arrolados foi Francisco Cezar da Rocha, com 34 anos de idade, casado, natural desta Capital, sem profissão, residente na rua de Santa Thereza, sabia ler e escrever e disse estar no estabelecimento comercial do Sr. João Baptista Barros quando o jogo

---

<sup>247</sup> APEC. Fundo: Tribuna de Justiça, Série: ações criminais, Sub-série: ferimentos, Caixa: 02, local: Fortaleza, 1915. Nº do Processo: 1915/16.

começou. Havia ainda João Palmeira, de 20 vinte anos de idade, solteiro, natural de Milagres, sem profissão, residente próximo à curva do bonde do Matadouro, não sabia ler nem escrever. O escrivão anota ainda as palavras de Luiza Gonzaga de Oliveira, de 39 anos, casada, natural de Uruburetama, que informou viver dos serviços domésticos e que estava na calçada de sua casa, quando viu Messias Bezerra “sair na carreira da taberna do Sr. João de Barros e entrar em sua casa”. Concordando com a versão de Luiza, estava Maria Roza Gomes, natural do Soure, que também vivia de serviços domésticos. Esta esclareceu que “tendo ido passar a tarde na casa do seu conhecido José Antonio viu, quando se achava na calçada conversando, que Messias vinha correndo”.<sup>248</sup>

Homens e mulheres, trabalhadores da cidade, dividiam conversas intrigas, jogos, compras e vendas no espaço da bodega. Elas estavam ali, próximas da casa das pessoas, elas eram a casa das pessoas.

Portanto, o espaço da bodega perpassa o público e o privado, vai da rua para a casa, agrega funções de comércio e ponto de encontro para os trabalhadores urbanos, no caso específico, para os sujeitos ligados ao abastecimento e comércio de alimentos da cidade. A dimensão do trabalho acompanha lazeres e valentias que se expressam nas relações cotidianas. A bodega, lugar privilegiado para encontros e para a mobilidade, possui uma multiplicidade de situações e de viagens internas que favorecem a intensidade e o número de relações interpessoais.

A cidade é o mais significativo dos lugares, vários vetores entrelaçam-se no espaço comum, alguns representam a lógica hegemônica, enquanto outros buscam finalidades diversas. Assim, a cidade de Fortaleza pode ser vista como um panorama de referências, pois, apesar de seus elementos normativos, a sua produção é também fruto de disputas que abrem espaço para usos diferenciados e criativos em seus espaços, inclusive, naqueles destinados ao comércio de alimentos, onde manifestam-se paixões e espontaneidade. No caso analisado, emoções e ações de sujeitos históricos relacionados à venda de alimentos em Fortaleza, na virada do século XIX para o XX.

---

<sup>248</sup> APEC. Fundo: Tribuna de Justiça, Série: ações criminais, Sub-série: ferimentos, Caixa: 02, local: Fortaleza, 1915. Nº do Processo: 1915/16.

Nesse período, a prática mercantil era amplamente disseminada no corpo social, não apenas entre homens de negócios, mas também com a participação de outros segmentos ocupacionais. Tipos distintos de comerciantes (homens de negócios, mercadores, comissários e caixeiros) existiam na cidade de Fortaleza. Como argumenta Simona Cerutti: “o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais”. Assim, pensar esses trabalhadores informais requer uma abordagem metodológica que ajude a categorizá-los de uma maneira que suas vivências e experiências estejam sempre em primeiro plano. Ainda em suas palavras, “não se trata de negar o fato de os indivíduos pertencerem a categorias profissionais, mas de examinar como as relações sociais criam solidariedades e alianças”. Quer dizer com isso que cabe ao historiador social conceituar um trabalhador, não só pela sua profissão, mas a partir de suas práticas na vida.<sup>249</sup>

De acordo com Raimundo de Menezes, existiam vários vendedores ambulantes na cidade. Alguns deles eram negociantes de carne que vinham de Mecejana e Porangaba, contribuindo para as atividades da “Feira Nova”.<sup>250</sup> Muitas vezes, esses trabalhadores comercializavam seu produto ao longo do caminho, pelas ruas da cidade e, junto a tantos outros homens e mulheres pobres, livres, forros ou ex-escravos, formavam um importante elemento da cadeia de abastecimento de gêneros alimentícios em Fortaleza.

Fosse vendendo carne, frutas ou doces em tabuleiros, esses sujeitos estavam pelas ruas em uma configuração, dificilmente, apreendida diante da principal característica do seu trabalho, a mobilidade.<sup>251</sup>

Segundo Campos, até mesmo na década de 1930, o comércio de alimentos continuava na rua – e ainda hoje continua! Esse segmento atendia,

---

<sup>249</sup> CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183.

<sup>250</sup> MENEZES, Raimundo. **Coisas que o tempo levou...** (Crônicas históricas da Fortaleza antiga). Fortaleza: Edésio Editor, 1938. P.16.

<sup>251</sup> Nesse período, existiam também outros tipos de vendedores que percorriam a rua, tais como o mascate, também conhecido como “galego”. Esses trabalhadores vendiam mercadorias diversas: meias, cintos, talco, fivelas etc. Em sua dissertação de mestrado, Ruben Maciel analisa a constituição de redes de sociabilidades entre imigrantes libaneses, em Fortaleza, nos últimos anos do século XIX e início do XX, que se dedicavam ao comércio na cidade, inclusive, ao comércio itinerante. FRANKLIN, Ruben Maciel. **“Gallegos”, “Gombadres” e negócios: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza – CE (1890 – 1930)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2010.

prioritariamente, às donas de casa que tinham à porta verdura, leite, pão, carne etc., “com ampla liberdade de escolha, o que acontecia desde os primeiros clarões do dia, a começar pelo padeiro a carregar a mais perfumada das olorosas cestas de pães”.<sup>252</sup> A faixa horária preferida para esse comércio de alimentos que abastecia a mesa do café e as panelas do almoço era o início do dia:

Logo cedo percorriam as calçadas os vendedores carregando tabuleiros com deliciosas cocadas largadas em papel-manteiga (“branca ou queimada?”); e bolo de milho, pamonhas e até canjica servida em pires... Seguiam-se-lhes os mais variados vendedores, mulheres também, a oferta tapioca, pirulito, chegadinhos, algodão-doce. Não faltavam, por exemplo, negociantes de frutas, o vendedor de pitombas, essas em quantidade, e mais amarradas em cachos, e carregadas em tabuleiro ou balaio. E nesse rolo comerciantes de cajás, macaúbas, atas e mangas.

A mobilidade de pessoas e mercadorias é a marca indelével das cidades, “o movimento se sobrepõe ao repouso”, “a circulação é mais criadora que a produção”.<sup>253</sup> Os homens mudam de lugar e com eles os produtos, as mercadorias, as imagens e as ideias. O movimento, no entanto, não retira o caráter de enraizamento das relações estabelecidas entre os homens e destes com o espaço. O geógrafo Milton Santos afirma que a realidade não se esvai de todo diante da mobilidade e rapidez da vida urbana, “o local de trabalho por mais breve que seja, são quadros de vida que têm peso na produção do homem.”<sup>254</sup> Para transpor a vertigem do movimento expresso na mutabilidade espacial dos vendedores ambulantes, que a cada dia percorrem novos caminhos, é preciso entender que suas experiências podem ser compreendidas enquanto relações problemáticas que envolvem sociabilidades e conflitos. Trata-se de vidas e ocupações em permanente construção. À sua maneira, os trabalhadores do comércio itinerante influenciavam na definição e construção dos espaços da cidade:

<sup>252</sup> CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição.** Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza. P. 49.

<sup>253</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. P. 262.

<sup>254</sup> Cf. SANTOS . *Ibidem*, p. 263.

Quase na entrada principal de residências – assim em nossa casa em Pacatuba, depois em Fortaleza, em Mudubim etc., era [a calçada] área de desfrute mais valorizado do lar, lugar onde a família elegia para conversar com os vizinhos depois do jantar... dando de haver pouco movimento na rua (dizia-se “animação”) a calçada tinha clara e desejada a presença dos que a pisavam, o verdureiro, o padeiro, o primeiro às primeiras horas da manhã e o segundo, por volta das quatro horas, para vender o pão do chá. Vinha em seguida o homem que vendia leite mungido à porta, a vaca dócil, indiferente à curiosidade infantil. E não raro bater às portas o Civita daqueles idos, o vendedor de romances de amor, em folhetins.<sup>255</sup>

A relação entre as modificações dos espaços e a venda de alimentos deve ser considerada na medida em que esse ramo de comércio destaca-se como essencial na vida na cidade. Como indica Luiz Octávio Silva: “não se deve negar que a organização espacial constitui uma variável incontornável para a interpretação e articulação das diferentes facetas do fenômeno urbano”.<sup>256</sup> Ainda, a partir do relato de Eduardo Campos, observamos algumas impressões sobre a existência dos vendedores, sobre sua importância para o abastecimento da cidade, mas também sobre a relação entre esses trabalhadores e o espaço da cidade:

Elegia-se a rua de morar mais tempo pela freqüência desses indispensáveis vendedores ambulantes. “Passa carnicero?” – “E verdureiro, tem também? É bom?” – perguntava-se aos moradores da rua, futuros vizinhos. Algumas vias públicas, qual a do Imperador, chamavam a atenção pelo mercado intenso nela estabelecido, vamos dizer, “de passagem”... E que prosseguia, por diante, com o verdureiro, que outro não era senão o cidadão montado em burro ou jumento, a alimária carregando dois caixões cujas tampas soavam sob as batidas de chiqueirador.<sup>257</sup>

No início do século XX, diante das novas configurações de espaços expressas na criação de novos prédios e na expansão das áreas habitadas, os trabalhadores que tinham a rua como espaços de sobrevivência permaneceram, socialmente, ativos e, mais que isso, necessários e solicitados.

<sup>255</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*, p. 50.

<sup>256</sup> SILVA, Luís Octávio. **Os Quintais e a morada brasileira**. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p.81. Dez. 2004.

<sup>257</sup> Cf. CAMPOS. *Ibidem*, p.51

Em Fortaleza, diante do crescente aumento no número de habitantes e da ampliação do comércio, o trabalho realizado por quem caminhava trazendo e vendendo alimentos, acreditamos, aumentou mesmo que as pressões incidissem sobre seu cotidiano. Aqueles que tinham a rua como seu espaço de trabalho prosseguiram sendo parte da cidade, dando a ela feições específicas.

Muitos dos trabalhadores que produziam alimentos em sítios e chácaras próximas ou mesmo na cidade, dentro do perímetro central de Fortaleza, estendiam suas atividades e, diante da necessidade ou mesmo como parte de seu trabalho, recorriam à venda de seus produtos pelas ruas da cidade. A respeito dessa possibilidade, a Câmara Municipal de Fortaleza, em 1861, estabelecia que a municipalidade devia “vigiar que os matutos não sejam atropelados nem enganados na venda de seus gêneros, fazendo prender os que não atenderem”.<sup>258</sup>

Tal atitude aponta para um processo de distanciamento entre a cidade e o campo, evidentemente, incluindo a diferenciação entre trabalhadores da cidade e trabalhadores do campo. A municipalidade, presumindo o despreparo dos produtores de gêneros alimentícios, tentou “protegê-los” de possíveis espertalhões (seriam esses urbanos?). A intenção é proteger os trabalhadores rurais que estariam saindo de sua zona de conforto, o trabalho no campo, para inserir-se em um meio mais perigoso, a cidade. Porém, 18 anos depois, essa postura sofreu modificações:

Art. 66 o leite, frutas, legumes, hortaliças, doces, ovos, fumo e capim serão vendidos nos lugares designados anualmente pela câmara, por editaes que se farão publico com aprecia antecedência.

Art. 67º os vendedores de leite são obrigados:

§1 a declarar perante a câmara seu nome, residência e o segredo do cadeado que fecha a lata de leite

§2 a guardar de leite destinado a venda em uma lata limpa e fechada com um cadeado de segredo

§3 a não expor a venda o leite sem que seja primeiramente inspecionado pelo fiscal, a quem a câmara confiará o segredo do cadeado, o nome e a residência do respectivo dono

§4ª vender leite puro

§5 tê-lo exposto no lugar que for designado até as 8 horas da manhã podendo dessa hora em diante sahir a vender pelas

<sup>258</sup> Regulamento. Lei de n.º 1.013, de 6 de outubro de 1861, Art. 7º, § 17. In: CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 38.

ruas. Art. 71 não só nas estradas, mas também nas ruas da cidade, ou em qualquer outro lugar, é proibido atravessar gêneros senão depois de postos a venda até o meio dia, como determina o art. 70

Os infratores dos art. 69<sup>a</sup>71 serão multados em 20\$000 reis.<sup>259</sup>

A permissão para a venda ambulante aparece condicionada ao atendimento do público em local e horário específico. Somente o produto que restou da venda regulada pela Câmara podia ser vendido pelas ruas, mas não sem antes ter sido auferido pelo fiscal. A venda fixa e em local específico facilitava, sobretudo, o trabalho de coleta de taxas bem como a fiscalização da qualidade dos alimentos por parte da Câmara, que assim, pretendia defender o interesse do consumidor e disseminar, ao mesmo tempo, hábitos específicos de compra. O sentido da regulação parece não mais dissociar a função da venda ambulante da realidade urbana. Os vendedores ambulantes existem, marcam sua presença, é necessário agora regular seu trabalho, torná-los parte da cidade. A conduta aceita para eles não é mais aquela marcada pela ruralidade, mas a postura urbana admitida para a cidade, ou seja, dentro dos parâmetros de comportamento, higiene e organização.

Sobre os vendedores ambulantes de carne verde, a estreiteza de ações voltada para a normatização da venda e do trabalho, na cidade, pode ser problematizada a partir dos artigos do Código de Posturas Municipais. No ano de 1879, o artigo 125 do código estabelecia, em seu inciso primeiro, a multa de trezentos e vinte réis por cada rês que tenha entrado na cidade de forma ilegal, e, no 5º, quarenta réis por tabuleiro, cesta, caixa, cuia que estacionar e vender gêneros.<sup>260</sup>

A fiscalização dos alimentos passa, a partir do final do século XIX, a ser atribuição da medicina social, especialidade médica em desenvolvimento e influenciada pelo movimento higienista. Em 1913, de acordo com o código de posturas, para vender carne verde, por exemplo, era necessário ter o “attestado da autoridade ou de dois cidadãos qualificados do districto de sua residência, que abonem a sua conducta e attestado medico para provar que

<sup>259</sup> Leis Provinciais de 1879. In: CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 38.

<sup>260</sup> Leis Provinciais de 1879. In: CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 38.



não estava doente por moléstia cutânea ou contagiosa”. Por meio de artigos como esse, pretendia-se regular o trabalho dos vendedores ambulantes.<sup>261</sup> Nesse período, a inspeção em Fortaleza era da alçada da Intendência Municipal e da força pública estadual.<sup>262</sup>

O processo de regulamentação da atividade ambulante vai sendo otimizada ao longo do tempo, e o Código Municipal de Fortaleza de 1932, por sua vez, aponta que o trabalhador ambulante, inclusive, os vendedores de alimentos, deveria passar por processo de identificação e legalização. No art. 436, observa-se que “quando a venda ambulante fizer-se em carrinhos, caixões, caixas, malas, taboleiros ou cestas, serão esses recipientes devidamente numerados por meio de placas afixadas pela prefeitura.” No artigo 432, afirma-se que “o ambulante ainda não licenciado, ou o ambulante do exercício anterior que, findo o prazo legal, for encontrado sem a respectiva licença do exercício vigente, fica sujeito à multa de 20\$000”. E no art. 437, “todo aquele que adulterar placa de numeração deverá usar alvará de matrícula pertencente a outrem ou, com alvará próprio, negociar produtos nele não autorizados”, apontando para a disseminação dessas práticas de desvio do fisco e, evidentemente, a numeração indicava que o ambulante estava, devidamente, matriculado, logo, sujeito às medidas fiscais e restritivas do ofício.<sup>263</sup>

Um dos principais agentes da fiscalização, na cidade de Fortaleza, na virada do século XIX para o XX, era a força pública do estado. Porém, de acordo com o coronel José Freire Bezerril Fontenelle, em 1893, a segurança

---

<sup>261</sup> Compilação do Código de Posturas de Fortaleza. Fortaleza: Typografia Minerva, 1916, p. 13.

<sup>262</sup> Com a urbanização mais intensiva, no período republicano, o problema do abastecimento alimentar passa a atingir contingentes populacionais cada vez maiores e a questão adquire relevância. Apesar de a população brasileira ter vivido o problema de escassez de alimentos desde a época colonial, somente a partir do início do Império é que medidas de controle e fiscalização alimentar ganharam força. Até então, existiram somente iniciativas isoladas de fiscalização de alimentos desenvolvidas por algumas câmaras municipais que estiveram, diretamente, relacionadas às crises de abastecimento por que passava a sociedade brasileira. Sobre o tema cf.: LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri. 1979.

<sup>263</sup> Código Municipal. Dec. Nº 70, de 13 de Dezembro de 1932. Fortaleza - Ceará: Typografia Minerva, 1933, p. 106.

pública deixava a desejar, pois “a força pública do estado está reduzida ao único batalhão de segurança que estaciona nesta capital”.<sup>264</sup>

O Secretário de Negócios da Justiça, no ano seguinte, confirma a informação:

Basta dizer que uma praça de pré do batalhão de segurança, recebe actualmente 1\$200 diários, sendo 900 de soldo e 300 de gratificação, uma praça graduada, de mais elevação – um sargento 1º sargento, 1\$900 diários, sendo 1\$300 de soldo, 600 de gratificação.<sup>265</sup>

Fiscais e policiais cruzavam as ruas da cidade com suas cadernetas e fardas, demonstrando que o poder público era vigilante em suas ações diárias – mas os praticantes da coerção eram homens que, como os sujeitos que se dedicavam à venda ambulante, passavam por carestia de vida na cidade. Segundo o Presidente do Estado Província, a vida dos praças responsáveis pela patrulha das ruas era difícil, bastante semelhante àquele cotidiano levado por trabalhadores pobres da cidade:

É difícil, é impossível, que uma praça possa prover-se do necessário com semelhantes vencimentos na quadra actual, quando um kilo de carne custa 600 réis, ordinariamente, e a farinha de 120 a 160 réis o litro.<sup>266</sup>

Temos, aqui, uma conexão entre os membros da coerção e aqueles que estavam sujeitos à ela. Além disso, era nas mesmas vias públicas que andavam, vendiam e interagiam comerciantes e agentes da fiscalização. Muitas vezes, o agente da fiscalização e repressão compartilhava não só as mesmas dificuldades de vida, mas o mesmo espaço de habitação dos vendedores ambulantes. Não seria possível inferir que o guarda cívico João Baptista Evangelista, de 44 anos, conhecia a vida e os negócios do marchante

<sup>264</sup> BPMP – microfilme, Relatório do presidente da província à assembléia legislativa do estado, 1º de julho de 1893, p. 11.

<sup>265</sup> BPMP – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Coronel José Bezerril pelo coronel Waldemiro Moreira, secretário interino dos negócios da justiça do mesmo estado. Junho de 1894. Força pública, p 103-104.

<sup>266</sup> BPMP – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Coronel José Bezerril pelo coronel Waldemiro Moreira, secretário interino dos negócios da justiça do mesmo estado. Junho de 1894. Força pública, p 103-104.

João Ferreira do Vale, de 50 anos, já que ambos viviam na mesma rua, Major Facundo, sendo pouca a distância que separava as residências dos dois?<sup>267</sup>

Dizer que ocupavam lados totalmente opostos é, em certo ponto, reducionismo. Afinal, eles moravam na mesma cidade, conheciam seus meandros, rotas e práticas e, por certo, não eram desconhecidos entre si. Assim, estabelecer contato e negociar os termos da fiscalização nos parece plausível. Essa possibilidade, no entanto, não exclui o embate. A luta e a negociação estabelecida entre os vendedores e a fiscalização é somente a ponta de uma trama complexa. Puxando o fio do cotidiano e do trabalho dos ambulantes, encontramos um novelo enorme, repleto de outros fios que, entrecruzados, compõem um emaranhado de relações estabelecidas na cidade de Fortaleza, na virada do século XIX.

No livro *A Libertação do Ceará*, Rodolpho Theophilo comenta a existência de vendedores e vendedoras de carne em Fortaleza e aponta para as implicações da fiscalização pública ao comércio informal de gêneros. A rua é o cenário onde se expressam os conflitos entre esses negociantes que circulavam nas ruas mais agitadas do comércio da capital. Segundo Theophilo, a fiscalização era realizada por “salteadores, pagos pelos cofres públicos, em desfilada pelas estradas, dando caça aos vendedores de carne [...] Não era só pelos subúrbios que andavam esses malfeitores. Passavam pelas ruas mais públicas da cidade”.<sup>268</sup>

De início percebemos que os comerciantes ambulantes não se limitavam à venda nas “areias”, onde havia público certo para carne picada e ilegal, por isso, mais barata. Nas ruas centrais, ofereciam sua mercadoria a qualquer um que, diante do abastecimento incipiente e das altas de preço da carne no mercado, quisesse comprar. A venda itinerante, porém, está inserida em outras relações que podem ser problematizadas a partir do relato de Rodolpho Theophilo.

O modo como Theophilo denomina os guardas responsáveis pela fiscalização da venda ambulante, “salteadores” e “malfeitores”, chama atenção. O autor, crítico declarado do governo Accioly, acrescenta, no seu relato,

---

<sup>267</sup> Arrolamento da Cidade de Fortaleza, 1887.

<sup>268</sup> THEOPHILO, Rodolpho. **Libertação do Ceará: Queda da Oligarquia Accioly**. Edição facsim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, 62-63p.

denúncias acerca da ligação direta entre a fiscalização realizada de modo violenta e o governo da época.<sup>269</sup>

Todavia, mesmo diante da normatização e esquadramento da cidade, sujeitos pobres e desqualificados, socialmente, insistiam no mercado ilegal de gêneros e rompiam com os limites impostos o que, por vezes, podia assumir aspectos violentos. No ofício de 25 de setembro de 1906, endereçado ao Presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly, acompanhamos a permanência da ação dos vendedores ambulantes de carne verde na cidade de Fortaleza e o uso da força física como reação a fiscalização:

[...] por toda a cidade, com violação patente da lei municipal, por cujo cumprimento cabe também velar a força pública, a cada passo se encontra vendedores ambulantes de carne de gado, sem que tenham satisfeito as exigências legais, procurando ao contrário subtraírem-se à ação fiscal com o emprego de meios violentos, que por seu turno reclamam a coerção da força pública.<sup>270</sup>

A solicitação de guardas para o cumprimento das normas de venda e de higiene faz-se presente no ofício citado. Diante da resistência dos vendedores, o conflito diário, muitas vezes, transformava-se em embate físico, o que nos instiga a questionar sobre como se davam esses confrontos e que razões levavam a essa via de ação. Todavia, existe ainda a preocupação de não menosprezar o caráter problemático da fonte que, produzida pelos responsáveis pela opressão dos vendedores, guarda interesses diversos em seu discurso.

---

<sup>269</sup> Após a proclamação da República no Brasil, em 1889, o quadro político-econômico do Ceará começou a transformar-se. Alguns anos depois, teria início a poderosa oligarquia acciolina que recebeu esse nome por ser comandada pelo comendador Antônio Pinto Nogueira Accioli, que governou o estado, de forma autoritária, direta ou indiretamente por Accioly, entre os anos 1896 e 1912. As manifestações contra – Accioly cresceram no período em que, graças a Política do Salvacionismo encampada pelo presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, no Ceará, foi lançada a candidatura de Franco Rabelo para o governo, enquanto Accioly apoiava Domingos Carneiro. Na capital, houve passeatas de apoio a Rabelo, entre essas, uma passeata de crianças, a qual foi, duramente, repreendida pelas forças policiais, causando a morte de algumas crianças e ferindo outras tantas. Em consequência, a população fortalezense revoltou-se contra o governo, o conflito ocorreu durante três dias. Diante disso, Accioly renunciou ao governo. Franco Rabelo foi eleito para governar o Ceará, mas acabou sendo deposto por outra revolta, a Sedição de Juazeiro, entre 1913 e 1914. Sobre a Oligarquia Acciolina cf.: THEÓPHILO, Rodolpho, **Libertação do Ceará**. Op. Citado. MENDES, João. **A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores**. In: SOUSA, Simone (Org.). História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1998.

<sup>270</sup> APEC - Fundo da Câmara Municipal. Ofício da Intendência Municipal de 25 de Setembro de 1906.

A violência somada à venda itinerante e à reutilização dos espaços da cidade pode ser problematizada enquanto possível tática empregada pelo grupo de sujeitos envolvidos na venda ambulante e irregular de carne. Esses não contavam com uma liderança formal ou organização centralizada na figura de associações ou sindicatos no período analisado. Porém, a não sistematização dos embates físicos não demonstra fragilidade de ação ou passividade diante da repressão que tentava minar a forma encontrada por esses sujeitos para sobreviver. Seus esforços de resistência cotidiana, que assumiam formas diversas e variavam de acordo com as necessidades do momento, pareciam surtir efeito na política implantada pelas elites políticas e comerciais.

Antes da construção dos Mercados Públicos, e mesmo depois, o comércio de gêneros alimentícios possuiu forma dispersa e fragmentária. Feiras e ambulantes faziam parte da lógica comercial da cidade e suas atividades configuraram-se como meios de vida para homens e mulheres. A rua era o lugar de solidariedade, sociabilidades e de sobrevivência.

Diante da presença marcante dos vendedores ambulantes de carne em Fortaleza, observamos a preocupação do então Intendente Municipal Guilherme César da Rocha, que, em ofício endereçado ao Presidente da Província Nogueira Accioly, informou sobre os problemas para conter a venda irregular, que fugia dos padrões estabelecidos pelos códigos de postura municipais e iam de encontro aos interesses do governo:

Lutando com sérias dificuldades os fiscais deste município para cumprirem os artigos 33 e 34 do código de posturas referentes ao consumo de carne verde, que está fazendo nas ruas vindo de pontos e lugares desconhecidos e por imensos vendedores, prejudicando os respectivos interesses econômicos e sobretudo os higienicos, por falta absoluta de verificação médica.<sup>271</sup>

Nesse ofício, fica clara a intenção de uma fiscalização efetiva que fizesse cumprir os códigos de postura municipal. Os artigos citados pelo Intendente, referentes ao consumo da carne verde ou carne fresca, eram

---

<sup>271</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) - Fundo da Câmara Municipal. Ofício da Intendência Municipal de 15 de julho de 1905.

elaborados de acordo com postulados do saber médico que coadunavam com as transformações urbanas, influenciando no estabelecimento de normas que regiam as práticas de comércio e a conduta dos habitantes das grandes cidades. Como enfatiza a historiadora Georgina da Silva Gadelha:

[...] foi durante as últimas décadas do século XIX que a saúde pública passou a ganhar maior atenção por parte das autoridades quer médicas ou governamentais ao que se refere a diagnósticos e análises. Os homens da ciência (médicos, engenheiros e outros) voltaram sua atenção para a projeção de um Ceará “progressivo” e “moderno”. Os mais variados saberes se uniram para diagnosticar, cuidar e prevenir o homem e a cidade contra doenças e suas causas.<sup>272</sup>

Em defesa de interesses econômicos, os argumentos higienistas utilizados tentavam pôr em prática uma fiscalização que inibisse a venda ilegal da carne verde pelas ruas da cidade. A carne deveria ser inspecionada por médicos-sanitaristas, sendo cobrado aos vendedores o pagamento pelo serviço de inspeção sob forma de impostos, e o não cumprimento dessas normas implicava em multas.<sup>273</sup> Dessa forma, é possível observar a ligação entre a inspeção sanitária e a viabilização da arrecadação de impostos; interesses econômicos e higiênicos incidindo sobre o preço final da carne e, conseqüentemente, sobre a necessidade de inventar soluções que tornassem viável a venda da carne que, não sendo salgada, durava pouco e tinha de ser vendida rapidamente.

Esses vendedores, oriundos de vários locais, como Mecejana e Porangaba, tentavam escapar, por meio de táticas variadas, ao enquadramento normativo, ao pagamento dos impostos e à fiscalização sanitária postas em prática dentro de estratégias controladoras. O estudo dessas táticas e também dessas estratégias, tal como sugerido por Michel de Certeau, nos possibilita refletir e problematizar como esses sujeitos em situação desfavorável

<sup>272</sup> GADELHA, Georgina da Silva. *As Doenças no Ceará: salubridade, higiene e teorias epidêmicas no século XIX*. In: **Ceará: Ciência, Saúde & Tecnologia (1850-1950)**. Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro e Georgina Gadelha da Silva (Organizadores). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008. 114p. Sobre como os discursos médicos interferiam na cidade de Fortaleza, nos fins do século XIX e início do XX cf.: PONTE, Sebastião Rogério, **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993.

<sup>273</sup> APEC- Ata de Correspondência da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza. Sessão de 9 de novembro de 1883.

conseguiam, em um espaço provisório e em um tempo inconstante, alcançar seus objetivos e atender a seus interesses, criando diferentes modos de vida.<sup>274</sup>

Como sugere o ofício endereçado ao Presidente da Província, as dificuldades de fiscalização davam-se pela existência de um grande número de vendedores que circulavam pelas ruas da cidade. A venda individual e itinerante aparecia como possibilidade de desviar-se da fiscalização. As ruas, em reta, guardavam espaços por onde ocorria a venda porta a porta, mas também abrigavam bodegas, quitandas e botequins. Nelas, vendedores, clientes e mercadorias circulavam pela cidade sem limitar-se às áreas de subúrbios.

Durante o século XIX e início do XX, com o crescimento da urbanização e transformações das relações de trabalho, multiplicaram-se as oportunidades de improvisação de papéis informais e muitos dos trabalhadores envolvidos nessas atividades sofreram com as pressões sociais motivadas pelas tentativas de organização e fiscalização do espaço e das atividades urbanas, mas não deixaram de construir sociabilidades que ligavam vendedores e consumidores. A análise de suas vidas e trabalho diz respeito a experiências urbanas diversas.

Como é possível observar, havia um intercâmbio ativo entre as pessoas na rua e nos locais de comércio, em um movimento que é a matriz da densidade social e chave para o entendimento do território compartilhado.

Principalmente, no âmbito citadino, as aproximações sociais e físicas propiciavam trocas e significações de base racional e emocional. O fluxo dessas trocas e dessas relações entre os homens e mulheres, no mesmo espaço, é mediação inevitável para o exercício de papéis específicos dentro da cidade.<sup>275</sup>

Os vendedores e vendedoras de alimentos percorriam as ruas e constituíam parte importante nas memórias acerca da vida da capital no início do século XX. Para Edigar de Alencar, no capítulo “Saudade que dói na boca”, ao contrário da cidade povoada de guloseimas do século XIX e início do XX, a

---

<sup>274</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 46-47.

<sup>275</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 256.

Fortaleza da segunda metade do século XX “é um território desfigurado, sem guloseimas e totalmente incrustado no panorama geral das capitais brasileiras, que se ataram de pés e mãos aos refrigerantes engarrafados e aos sorvetes de tijolos e palitos”.<sup>276</sup> Para o referido autor, antigamente:

Não só as famílias caprichavam nos doces de fabricação caseira para o lanche, como a cidade pequena era um mercado permanente de vendedores de tabuleiros que percorriam as ruas com pregões da sua mercadoria deliciosa, sedução e cobiça da população infantil e adolescente.<sup>277</sup>

Muitas mercearias vendiam doces caseiros e quitutes como rosquinhas, suspiros, filhoses, cocadas de rapadura, alfenins com formas de bichos e cachimbos e tantos outros embrulhados em papel de seda franjado. Mas a ação dos ambulantes era imprescindível, e mesmo no Mercado da Praça José de Alencar havia uma ala só para os tabuleiros. Alguns ambulantes eram conhecidos em toda a cidade por conta de suas características peculiares na hora da venda ou mesmo pelo modo como interagem com os clientes, mas também por conta da qualidade das mercadorias, “suas línguas-de-mulatas, filhoses e seus doces secos, um pastel de goma com recheio semelhante ao chouriço, com ligeiro e delicioso ardor”.<sup>278</sup>

Mesmo entre os que trabalhavam vendendo na rua existiam algumas diferenciações:

Nos tabuleiros avulsos havia puxa-puxas, cocadas de murici, bolas de coco, bolas doiradas de mel em cartuchos de papel almaço, queijadinhas, bons bocados, língua-de-mulata e mães-benta, bolinhos de arroz etc Havia tabuleiros especiais só das tais bolas douradas e meladas, que iam diminuindo de tamanho de acordo com a afunilamento do cartucho de papel almaço. O tabuleiro pleno, sem tabuas nas extremidades, era cheio de furos onde se espetavam os cartuchos, como se fosse um grande paliteiro, como os havia também para os roletes de cana, em feitiço de flor, ligados por linha de costurar. Outros eram bandejas de copinhos de doce de banana em rodela vermelhas boiando no caldo grosso, e fechados por papel de seda colorido.<sup>279</sup>

<sup>276</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, P. 179.

<sup>277</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, P. 179.

<sup>278</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, P. 179-180.

<sup>279</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 180.



Dentro da diversidade de tabuleiros, havia ainda aqueles fixados em determinados pontos da cidade. Um dos mais famosos era o de Maria Gorda. O seu tabuleiro ficava em uma das esquinas da Rua Formosa, hoje Rua Barão do Rio Branco. Na tentativa de compreender a elaboração dos papéis desses sujeitos sociais que se dedicavam a venda ambulante de alimentos, faz-se necessário problematizar o seu trabalho e seu cotidiano, abordar as suas experiências, bem como seus saberes construídos no dia-a-dia quando utilizavam o espaço da rua para manterem-se ativos na rede de comércio existente na cidade.

Como acompanhamos, no primeiro capítulo, durante a virada do século XIX para o XX, houve um incremento no número de padarias e de pequenas fábricas de massas na cidade. Mesmo assim, o trabalho de venda nas ruas era frequente e solicitado, sobretudo, para aquelas guloseimas feitas em casa, algumas tão caprichadas que eram comparadas aos quitutes, mecanicamente, embrulhados. O tabuleiro de Maria Gorda foi exemplo disso. Alencar afirma que, mesmo pequeno, o tabuleiro de Maria Gorda “tinham coisa boa!”:

Tudo que a preta fazia era de categoria e bem apresentado. Muito limpa, de aspecto sempre agradável [...] seus doces não eram baratos, inclusive porque quase sempre tinham dimensão maior do que os comuns, que delícia seus famosos bom-bocados! Também célebres eram as pamonhas que vendia, não somente pelo sabor mais ainda pela apresentação caprichada. Todas de palha bem aparada e bem amarrada como se tivessem sido fabricadas mecanicamente, em série.<sup>280</sup>

Diante das reclamações do poder público e das normas estabelecidas para a venda ambulante, temos a impressão de que a venda na rua não propiciava a organização ou a boa qualidade do serviço e dos artigos oferecidos. Porém, a partir do relato do autor, temos outra visão desse tipo de comercialização de tais produtos alimentícios.

---

<sup>280</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, p. 181.

Como afirma Alencar, os preços aplicados pela vendedora eram altos se comparados com outros tabuleiros, mas a qualidade do produto vendido por Dona Maria fazia com que seu tabuleiro fosse conhecido e frequentado. No mesmo relato, observamos a engenhosidade de criar artifícios da vendedora; seus doces não eram baratos, mas eram “maiores que os comuns” e caprichadamente apresentados. Vendendo a um bom preço, as possibilidades de ganho, no comércio de alimentos itinerantes, poderiam até ser suficientes para manter-se na ocupação, afinal, tratava-se de um tabuleiro fixo.

Outra venda fixa, muito procurada, foi o de Dona Maria, conhecida por sua ocupação, na cidade, era chamada “Dona Maria do Tabuleiro”. Sua venda possuía características que a tornavam peculiar no ramo ambulante. Primeiro, o horário escolhido por ela para trabalhar: a vendedora só armava sua mesinha de venda depois das oito da noite e vendia até meia noite, “quando não entrava pela madrugada”. Ocupando o horário noturno, a vendedora escapava de parte da concorrência, pois era grande número de vendedores que tinham como clientes aquelas pessoas que circulavam e trabalhavam na cidade, durante o dia.<sup>281</sup>

Diante dessa estratégia de venda, Dona Maria do Tabuleiro precisou preocupar-se com alguns elementos para compor um grupo, relativamente, fixo de clientes. Para manter-se no horário da noite, por exemplo, a primeira necessidade era a iluminação. Segundo Alencar, ela dispunha de “uma lamparina grande e fumacenta que dava sinal da sua chegada”; além de viabilizar a venda, Dona Maria ainda alardeava sua presença. Foi preciso ainda diferenciar sua mercadoria: oferecer alimentos de qualidade em porções generosas foi a estratégia aplicada. De acordo com Alencar, “seu tabuleiro era mais dos bolos grandes, que ela vendia em talhadas para os fregueses certos, que eram muitos”.

A escolha do local de venda também colaborou para o sucesso do negócio noturno: seu ponto era nas proximidades do Banco Gentil e em frente ao Café do Eduardo que, possivelmente, tinha frequentadores noturnos. Sua prática colocou em jogo uma *ratio* “popular”, “uma maneira de pensar investida

---

<sup>281</sup> Cf. SANTOS. *Ibidem*, p. 257

numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”.<sup>282</sup>

Diante desses acertos, a vendedora conquistou sua clientela que vinha de várias áreas da cidade para comprar seus quitutes o que, muitas vezes, garantia a saída da mercadoria. Sobre o trato com a clientela, dizia-se que não costumava ser a mais simpática, quem sabe a certeza do bom produto e da proximidade com a freguesia já conhecida, a deixava mais à vontade para agir como quisesse. Alencar a descreve da seguinte forma:

Mulata gorda, nada simpática, meio enfezada, que morava com os filhos para os lados da rua São José ou do Sol (Rua Costa Barros). Ninguém que se atrevesse a meter o dedo na sua mercadoria. Repelia energicamente às vezes até batendo com as costas da faca de mesa em quem se atrevesse a perguntar apontando.<sup>283</sup>

Diante da personalidade marcante da vendedora, surgiram anedotas, pequenos causos, que a tornaram ainda mais conhecida e seu tabuleiro um dos mais frequentados:

As mais correntes era de um freguês que certa noite disse:  
 - Dona Maria hoje estou no aro. A senhora vai me fiar um pedaço de bolo e ainda vai me emprestar dois mil réis. Amanhã eu lhe pago sem falta.  
 - olhe meu filho, não posso. Eu tenho um contrato com o coronel Zé Gentil aí do banco. Nem ele vende tabuleiro. Nem eu empresto dinheiro...<sup>284</sup>

Não se sabe se a resposta foi mesmo dada pela vendedora, mas a composição da anedota deve estar embasada em algo do cotidiano daqueles que compravam os bolos de Dona Maria. Sabemos que a prática de vender fiado não é a preferida dos comerciantes, sobretudo, daqueles que vendem na rua e dispõem de uma clientela ampla e variável. Mas a ciência do trabalho bem feito deixava abertura para negar o fiado e, mesmo assim, prosseguir vendendo.

---

<sup>282</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 42.

<sup>283</sup> Cf. ALENCAR. *Ibidem*, 281.

<sup>284</sup> Cf. SANTOS. *Ibidem*, p. 282

Porém, mesmo estabelecida em ponto conhecido e dispondo de uma clientela fixa, a vida da ambulante, assim como a de muitas mulheres e homens que se dedicavam a venda de alimentos, não era fácil. No caso da doceira, o trabalho era duro, cozinhava os quitutes e bolos, transportava-os para o local da venda e lá permanecia até a madrugada. Infelizmente, o final de sua vida foi triste, semelhante a de muitas mulheres que sozinhas criam os filhos em condições difíceis: Dona Maria acabou, barbaramente, assassinada por um filho que a explorava.<sup>285</sup>

No entanto, a esquina na qual vendia passou a ser conhecida por conta do seu tabuleiro, o horário da noite passou a ser a hora de ir até à Dona Maria, a saudade de comprar bolo, a saudade que dói na boca do memorialista é causada pela falta daqueles quitutes vendidos na rua. Dessa forma, os homens e mulheres que se dedicavam a luta direta e constante com as pressões do seu tempo conseguiram imprimir suas marcas na estrutura física e mesmo nos sentimentos da cidade.

Exemplo disso está expresso, inclusive, nas páginas dos jornais da cidade. O editorial do pasquim *O Charuto* afirmava a influência e predileção pelos subúrbios, dizendo-se órgão do Zé Povinho e, no exemplar de 20 de junho de 1903, acompanhava a farra da “Corrida Jumentada” nos Campos Bellos:

Realizou se no ultimo domingo, debaixo da mais supimpa esculhambação, a corrida jumentada inaugurada no aprasível e adorável Campos Bellos. Compareceram diversas autoridades, senhoras, homens elegantes, guryes, padres, frades e até o Chico Tiririca lá esteve. O 1º pareo foi ganho pelo Zé da carne, que montou um bonito jumento potrôso do rabo cotó. Ganhou o 2º pareo o Chico Minhoca, montado num jumento peidão... Houve quedas auffer porres, peixe frito, bacalhau de garrafa e assobios em pencas... a rapaziada está bastante animada; já foram mandados preparar três litros de molho para as ajudas. São convidadas todas as moças das redondezas de Campos Bellos para assistir o pagode. No próximo domingo haverá a 2º corrida começando do Alto do Bode até Campos Bellos. Os jumentos abolidos por serem

<sup>285</sup> Em Fortaleza, no final do século XIX, grande parte dos lares eram chefiados por mulheres solteiras que criavam seus filhos com dificuldade. De acordo com Mesquita e Sousa, nesse período, muitas mulheres e mesmo crianças foram vítimas de abusos e violências. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. SOUSA, José Weyne de Freitas. *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX*. In: *Trajetos*. Revista do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. nº 7. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007.

muito peidões; e a corrida será em cavallos com cangalhas e chocalhos, e os jockeys irão nus com uma pena de pavão no .... fi-ó-fó! Lá estaremos<sup>286</sup>

O vencedor do primeiro páreo foi identificado com Zé da Carne – o apelido parece criado a partir da sua ocupação, do trabalho que desenvolvia na cidade. Esse Zé da Carne, as Marias do tabuleiro, e tantos outros indivíduos eram trabalhadores, moradores da cidade, sujeitos da História, tinham seu cotidiano marcado por trocas diversas e ações que permanecem como parte de um processo maior, a composição das sociabilidades, do trabalho e da própria cidade.

A vizinhança, os companheiros de trabalho e até desconhecidos (do período e nós, hoje!) ficaram a par das confusões e das farras nas ruas, nas bodegas e nos mercados. Negociantes, entregadores, caixeiros, talhadores do mercado, bodegueiros, carroceiros, ambulantes, enfim, homens e mulheres espalharam pela cidade as suas marcas indelévels. Como observamos, os trabalhadores da cidade organizavam sua venda na rua, suas festas e farras por toda a cidade, nem sempre se esquivando do poder público e, às vezes, tinham o seu cotidiano estampado nos jornais.

Por meio de suas atividades e ações esses sujeitos formaram a cidade de Fortaleza entre o final do século XIX e início do XX. Na urbe confluíram técnicas, capitais, formas de organização e trabalhos. Nela, os fracos puderam subsistir, sua presença enriqueceu a diversidade socioespacial que se manifestou na produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, mas também nas formas com que o trabalho e a vida foram organizados. Como aponta Santos: “com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro”.<sup>287</sup>

---

<sup>286</sup> BPMP – Jornal *O Charuto*, 20 de junho de 1903. O pasquim *O Charuto* possuía tiragem semanal e foi publicado em Fortaleza por José dos Santos entre os anos de 1888 a 1904.

<sup>287</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. P. 259.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos compreender o comércio e a produção de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do século XIX e início do XX, enfocando como trabalhadores e moradores da cidade relacionavam-se por meio dessas duas vias da vida urbana. Tratamos com a hipótese de que o comércio de alimentos realizado, na cidade, era, extremamente, comum; entretanto, notamos que, partindo de pressupostos higienistas e de argumentos de cunho econômico, surgiram tentativas de organização dessas atividades sob novos parâmetros.

No primeiro capítulo, observamos que, concomitante, ao mercado de exportação e importação de mercadorias que fortaleceu a posição de Fortaleza no Ceará e no país, um trato importante desenvolveu-se na cidade e um comércio diversificado de gêneros alimentícios abasteceu os habitantes da capital: eram atividades relacionadas ao abastecimento dos chamados secos e molhados. Ao analisarmos esses fornecimentos, destacamos que a venda de tais gêneros, na capital, engrossou a circulação de dinheiro e de pessoas na urbe.

Apesar de verificarmos uma maior relevância econômica, comercial e de serviços, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930, encontramos, na virada do século XIX para o XX, o setor de comércio como um campo aberto para absorção do trabalho urbano. Buscou-se ressaltar que a expansão econômica ocorrida, na capital, na segunda metade do século XIX, em decorrência, sobretudo, dos ganhos com a exportação do algodão, implicou em um movimento de capitais e mercadorias, influenciando no cotidiano de pessoas interessadas em vender, comprar e relacionar-se com pequenas operações difíceis de mensurar.

Nesse momento, Fortaleza expandia o número de habitantes e de demandas de consumo, apresentando algumas melhorias na infra-estrutura e nas condições de vida. Inaugurava-se, nesse cenário, uma ampliação das atividades comerciais que, ao longo dos anos, tomaram forma e abarcavam parte da mão de obra urbana, seja em estabelecimentos regulares ou no trabalho itinerante. A partir disso, procuramos evidenciar o modo como o ramo de trabalho, no comércio, funcionou no período, bem como as condições,

cobranças e reivindicações levadas a cabo pelos trabalhadores que habitavam a cidade de Fortaleza.

Para entender as condições de trabalho enfrentadas por eles, foi preciso analisar as práticas de comércio que enredavam os sujeitos envolvidos em seus diversos segmentos, e na produção de alimentos, desde ambulantes, comerciantes, e trabalhadores do Mercado, até a existência de atividades de maior vulto, como os monopólios da venda de gênero alimentício.

Tudo isso deu o que falar na Fortaleza em plena transformação de sua estrutura física e de sentimentos do final do século XIX e, nesse turbilhão, o processo de configuração do comércio e da produção de gêneros, na capital, influenciou nas mudanças na cidade e na vida de seus habitantes.

Demonstramos que os espaços da cidade eram marcados, naquele momento, por práticas diferentes das pretendidas nos discursos modernizadores. Ressaltamos a importância da compreensão dos caminhos e dos modos de transporte de mercadoria para o abastecimento de alimentos, afinal, trata-se de um comércio que se inicia através da vinda da mercadoria de fora da capital ou de áreas urbanas produtoras, inseridas, portanto, nas teias do comércio e do abastecimento. A cidade e as pessoas transitam entre tentativas de ordenamento e controle, na complexidade de usos marcados pelo par moderno/antigo, questões essas que se desdobram por meio de conflitos cotidianos no espaço da cidade de Fortaleza, do final do século XIX e início do XX.

Assim, a relação com o espaço urbano vem apresentar-se de modo diferencial, naquelas porções da cidade marcadas pela criação de animais, pela pesca e mesmo pelo plantio de legumes e frutas. O cotidiano trazia em si um modo de vida marcado pela ruralidade, também representado, portanto, na face e no espaço da cidade, forjando, assim, modos de vida de tipo novo, entrelaçando costumes do campo com as demandas e complexidades da vida na cidade em franco crescimento.

Desse modo, ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar que a produção e comércio de gêneros alimentícios, dificilmente, podem ser pensados sem a indissociável presença de consumidores que, na capital, tinham acesso a produtos diversos e aos gêneros de primeira necessidade por meio de uma rede de comércio e distribuição que incluía armazéns,

mercearias, bodegas e vendedores ambulantes, rede que entrelaçava os sujeitos na sociabilidade produzida no dia-a-dia.

Nesse ensejo, observamos algumas possibilidades de refeição no cotidiano dos habitantes de Fortaleza, na virada do século XIX e início do XX, nos espaços da casa e da rua. Ao longo da jornada pela observação do consumo na cidade, nos deparamos com algumas preferências alimentares e narrações preciosas sobre as teias que ligam os homens e mulheres em torno da mesa. Nosso objetivo foi privilegiar o ato de alimentar-se como prática constituída nas nuances das idas e vindas pela capital e seus velhos e novos espaços de consumo de alimentos.

No decorrer da pesquisa, percebemos que os alimentos percorriam difíceis e diversos caminhos para chegar a seus lugares finais de venda: os mercados, os açougues ou novos caminhos pelos passos dos ambulantes. Para compreender a produção e o comércio dos alimentos era necessário perceber as transformações físicas da cidade, a lógica existente nessas mudanças e os seus significados para os habitantes da urbe, sobretudo, abarcar como essas transformações influíam no cotidiano daqueles que transitavam pelas ruas para comerciar e, assim, construir diferentes redes de sociabilidade.

Portanto, nossa discussão passou pela criação de Mercados Públicos enquanto ação da Municipalidade diante das mudanças na produção e comercialização dos gêneros alimentícios, bem como pela análise do cotidiano desses lugares criados para serem um símbolo de ordem e, no entanto, seus espaços eram marcados pelas disputas, conflitos e sociabilidades diversas. Nosso objetivo foi demonstrar que, dentro do movimento de transformação física da cidade, expressa, por exemplo, na criação do prédio do Mercado de Ferro, havia muitas experiências diferentes daquelas “previstas” pelos poderes municipais e estaduais. Tais mudanças não se davam sem conflito e sem o movimento inerente aos espaços ocupados pelos homens.

Como vimos, os mercados faziam parte não só da vida econômica da cidade, mas também figuravam como símbolo de orgulho e modernidade. Mesmo sendo ostentado como lugar do comércio “correto” e oficial de gêneros próprios para a alimentação, o espaço dos mercados devem ser vistos como lugares de sociabilidades e disputas.



Na última parte do texto, puxando o fio do cotidiano e do trabalho dos negociantes e produtores de alimentos, chegamos à ação de vendedores ambulantes. Na tentativa de posicioná-los no emaranhado de relações comerciais e sociais estabelecidas na cidade de Fortaleza, a partir do final do século XIX, enfocamos a dinâmica do ofício de vendedor ambulante de alimentos e a sua vivência que abarca a vida e trabalho de sujeitos simples que forjaram experiências no tempo. Por meio da análise da sua ação, observamos que a cidade era disputada metro a metro. No transitar cotidiano, delineava-se, boa parte da forma como o espaço era apropriado e consumido.

Os indícios deixados por seus fazeres, caminhos e relações sociais, apontam para a sua presença como força motriz da produção na/da cidade. A energia das suas experiências abre caminho entre as linhas da documentação oficial e entre as vias da urbe. Indagando fontes oficiais e memórias, evidenciamos, a contra pêlo, a história desses sujeitos, e, transformando-os em problemas, em História escrita, buscamos dar a ver a profundidade de sua presença, tanto na materialidade dos espaços construídos, como na memória que se construiu sobre a capital.

Como tentamos demonstrar por meio desta pesquisa, havia uma variedade enorme de ofícios ligados ao comércio e à produção de gêneros alimentícios em Fortaleza, nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Essa multiplicidade de experiências, de conexões e sociabilidades conferiu um movimento dotado de grande importância na constituição da capital cearense.

Em toda a cidade, esses trabalhadores ofereciam sua mercadoria a qualquer um que, diante do abastecimento incipiente e das altas de preços, quisesse comprar. Por meio das práticas de comércio e produção de alimentos, forjavam-se relações estabelecidas na persistência de trabalhos e costumes considerados rurais dentro da cidade, pretensamente, moderna, no pechinchar dos preços. Nos questionamentos quanto a ordem imposta, construíam-se laços e disputas.

A cidade foi percorrida e esquadrihada por quem possuía mobilidade na tentativa de escapar das fabulações da cidade rápida e objeto da técnica e dos saberes científicos. Através do estudo das atividades de produção e comércio de alimentos em Fortaleza, na virada do século XIX e início do XX, conhecemos também o trabalho e o cotidiano dos sujeitos envolvidos nessas

atividades e, a própria cidade. Por meio da análise de confluências e aproximações – vistas em processo – percebemos que modificações urbanas e de conduta eram almejadas; porém, tal ideiação foi recebida pelas pessoas de modos diferentes, inclusive, por meio de uma resistência expressa na persistência de modos de vida e trabalho relacionados à produção e comércio de alimentos. Os homens e mulheres ligados a esses segmentos da vida na cidade insistiram em levar a vida da melhor forma que os conviessem, muitas vezes, por meio da conduta relacionada à ruralidade, à informalidade e à transgressão da ordem e das normas.

Entendemos que, na virada do século XIX para o XX e, mesmo nos dias de hoje, o papel do comércio e da produção de alimentos para a cidade de Fortaleza é fundamental. Esses elementos foram, como tentamos demonstrar, importantes condutores de transformações e atividades na capital e, por meio de um processo de mudanças e permanências, conferiram uma face peculiar à cidade. A percepção desse processo, por fim, não se encerra na presente pesquisa, ela é apenas uma contribuição para a construção do conhecimento histórico sobre a cidade e seus trabalhadores.

## **FONTES**

### **1 – Processos Criminais**

#### **Guarda e Acesso: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)**

APEC. Fundo: Tribuna de Justiça, Série: ações criminais, Sub-série: ferimentos, Caixa: 02, local: Fortaleza, 1915. Nº do Processo: 1915/16.

APEC. Fundo: Governo do Estado do Ceará. Grupo: Secretaria de Polícia/Chefatura de Polícia. Série: Informações, Caixa: 89, local: Fortaleza, 1916. Nº do Processo: 1916/9.

### **2 – Outros Registros**

#### **Guarda e Acesso: Arquivo Público do Estado do Ceará e Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP)**

Arquivo Pessoal: Arrolamento da População de Fortaleza, 1887.

APEC- Ata de Correspondência da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza. Sessão de 9 de novembro de 1883

APEC - Fundo da Câmara Municipal:

Ata do Conselho de Saúde Pública de 26 de janeiro de 1916.

Ofício da Intendência Municipal de 25 de Setembro de 1906.

Ofício da Intendência Municipal de 15 de julho de 1905.

APEC- Fundo: Correspondências da Intendência Municipal:

Ofício da Câmara Municipal de Fortaleza, 14 de março de 1881.

Ofício da Câmara Municipal de Fortaleza. 6 de fevereiro de 1882.

BPMP - Relatório do Presidente da Província do Ceará Henrique D'Avila, 1893.

BPMP - Relatório de Presidente de Província, 21 de abril de 1888 – Presidente Araújo Torreão.

JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livro de Registro de Firmas 1891 a 1902 n.ª 1 ao 308.

JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livro de Registro de Firmas 1902 a 1916 n.ª 309 a 645.

JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livro de Registro de Firmas 1902 a 1916 n.ª 943 a 1509.

### **3 – Jornais e Almanques**

**Guarda e Acesso: Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHC)**

BPMP – IHG: CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará**. Anno 15. Fortaleza – Ceará. Typ. Econômica, 1889, 1903, 1906 e 1909.

BPMP: Jornal *O Charuto*, 20 de junho de 1903.

BPMP: Jornal *Libertador*. Fortaleza, 7 dez. 1883, p. 3

BPMP: Jornal *A Pátria* de 8 de maio de 1890.

BPMP: Jornal A República de Fortaleza, 19 de abril de 1897. In. SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

BPMP: Jornal *Unitário*, 09.05.1914.

BPMP: Jornal *O Operário*. Fortaleza, 27 de março de 1892.

BPMP: Jornal *A República de Fortaleza*, 19 de abril de 1897. In. SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 171, 172 e 173.

BPMP – Relatório apresentado ao Presidente de Província do Ceará Coronel José Bezerril pelo coronel Waldemiro Moreira secretario interino dos negócios da justiça do mesmo estado. Junho de 1894. Força pública.

BPMP – Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 1º de julho de 1893.

BPMP - Estatuto da Sociedade Paz e União. *Jornal Gazeta Oficial*, 10 de janeiro de 1918.

IHC: Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará de 1902.

#### **4 – Códigos Legislativos**

**Guarda e Acesso: Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Arquivo Público do Estado do Ceará**

APEC - Leis Provinciais do Ceará (1892-1896).

BPMP- Código de Posturas de Fortaleza de 1879. In. CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981.

APEC- Compilação do Código de Posturas de Fortaleza. Fortaleza: Typografia Minerva, 1916

BPMP - Resolução n.º 1.675 de 20 de agosto de 1875. In. CAMPOS, Eduardo. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981. p. 79.

BPMP- Regulamento. Lei de n.º 1.013, de 6 de outubro de 1861, Art. 7º, § 17. In. CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. p. 38.

BPMP- Leis Provinciais de 1879. In. CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. p. 38.

BPMP - Código Municipal. Dec. Nº 70, de 13 de Dezembro de 1932. Fortaleza - Ceará: Typografia Minerva, 1933, p. 106.

## **5 – Cronistas e Memorialistas**

### **Guarda e Acesso: Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC e Biblioteca Pública Menezes Pimentel**

ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1972.

CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano (breve memória da cidade de Fortaleza)**. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza/PMF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará**. Fortaleza: Acervo UFC Digital, 1981.

\_\_\_\_\_. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza.

\_\_\_\_\_ A gramática do paladar. Fortaleza: Coleção do Alagadiço Novo. 1996.

\_\_\_\_\_ Capítulos de história da fortaleza do século passado. Fortaleza, 1985.

\_\_\_\_\_ CAMPOS, Eduardo. **Fortaleza provincial: rural e urbano**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979. 2ª edição.

THEOPHILO, Rodolpho. **Libertação do Ceará: Queda da Oligarquia Acioly. Edição fac-sim**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

## 6 – Imagens

### Acesso: Internet

<[http/ wwwfortalezanobre.blogspot.com](http://www.fortalezanobre.blogspot.com)> Acesso 13 de outubro de 2010

<<http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/historico.>> Acesso 14 de outubro de 2010

<<http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/historico>> Acesso 14 de outubro de 2010

### **Guarda e Acesso: Museu do Ceará**

Planta da cidade de Fortaleza de 1875, em exposição no Museu do Ceará.

### **Guarda e Acesso: Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Biblioteca Virtual da UFC**

CAPELO FILHO, José & SARMIENTO, Lidia. Mercado de ferro: notas sobre a restauração do Mercado dos Pinhões. Fortaleza: Oficina de Projetos S/C Ltda, 2003.

MATOS, Fábio de Oliveira. **A Cidade de Papel: fotografia e cartografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFC. 2008.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Juarez de. **Sertões e Caatingas**. Fortaleza: Editora Yrânia. 1ª edição de 1963.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça. Reminiscências**. Fortaleza: edições UFC, 1980.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BATALHA, Cláudio H. M. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: BATALHA, Cláudio H. M, TEIXEIRA, Fernando, FORTES, Alexandre. (Orgs). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A natureza da cidade e a natureza humana*. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 55 – 80.

BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e Historiografia das cidades, um percurso*, In. FREITAS. Marcos Cezar (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAMARA, Luiz Cascudo. **História da Alimentação no Brasil**. Vol.. II São Paulo: na Companhia Editora Nacional, 1968.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **O Comércio de Abastecimento de Carne Verde para a Cidade do Rio de Janeiro, o caso da crise de 1818 - notas de pesquisa**. In. Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

CARDOSO, Gleudson Passo. **Padaria Espiritual. Biscoito fino e travoso**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2006.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura de Ferro no Ceará**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERUTTI, Simona. *Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII.* In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores.** São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. *A “cidade ilegal”. Notas sobre o senso comum e o significado atribuído a ilegalidade.* In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org.). **As Cidades da Cidade.** Belo Horizonte: UFMG, 2006, pp. 145 – 156.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões Sociais no Consumo de Bebidas Alcoólicas Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras.** Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2009.

COUCEIRO, S. C.; KINGMAN, E. e outros . *Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/Brasil nos anos 1920.* In: Eduardo Kingman Gacés. (Org.). **História Social Urbana: espaços y flujos.** Quito: FLACSO - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - Sede Equador, 2009, v. 01, p. 139-154.

\_\_\_\_\_. **A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões.** In: XXIV Simpósio Nacional de História. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo/RS. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007.

DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1880 a 1930.** 7ª Ed. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea.** Projeto História, São Paulo: Educ, nº 17, 1998.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FICO, Carlos. **Cidade Capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1989.

FLANDRIN, J-L; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

FRANKLIN, Ruben Maciel. **“Gallegos”, “Gombadres” e Negócios: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza – CE (1890 – 1930)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2010.

FUNES, Eurípedes. *Negros no Ceará*. In. SOUSA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1998.

GADELHA, Georgina da Silva. *As Doenças no Ceará: salubridade, higiene e teorias epidêmicas no século XIX*. In: **Ceará: Ciência, Saúde & Tecnologia (1850-1950)**. Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro e Georgina Gadelha da Silva (Organizadores). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GONÇALVES, Adelaide; FUNES, Eurípedes. **No Tempo em que Rhodolpho Theophilo era Caixeiro**. In; RODOLPHO, Theophilo. *Reminiscências – edição fac-similar*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

GONÇALVES, Adelaide. *“Uma fábrica de homens utilizáveis”:* sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In. RIOS, Kênia de Sousa. FURTADO FILHO, João Ernani. (Orgs.). **Em Tempo: História, Memória e Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX)* In. **Revista Topoi**, v. 7, n. 13, jul-dez, 2006, pp. 379-423.

GUMBRECHT. Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. Coleção Teoria. Editora 34, 1ª Ed. 1998.

HAHNER, June E. **Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LACERDA, Franciane Gama. *Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)*. **Revista Brasileira de História**. Vol.26 n.51. São Paulo Jan./Jun 2006.

LARA, Sílvia Hunold. *História Cultural e História Social*. In. **Revista Diálogos**. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. N. 1 Vol. 1, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Editora Omega Alfa, 1975.

LEITÃO, Cláudia Sousa. **Memória do Comércio Cearense**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2001.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. In. **TOPOI**, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.

LINHARES, Juliana Magalhães. **As Experiências dos Trabalhadores Escravos e Libertos em Fortaleza (1871-1888)**. In. XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 12 a 17 de julho de 2009.

LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História Política do Abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri. 1979.

MACAMBIRA, Débora Dias. **Impressões do Tempo: os almanaques no Ceará(1870-1908)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2009.

MACIEL, Maria Eunice. **Uma Cozinha à Brasileira**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, 2004.

MARTIN-FUGIER, Anne. *Os ritos da vida privada burguesa*. In. Ariés, Philippe & Duby, Georges (org). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 4, parte 4, [1987]2009.

MARTINS, Mário Viana Jr. **As Mulheres na Expansão Material de Fortaleza nos Anos de 1920 e 1930**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2009.

MATOS, Fábio de Oliveira. **A Cidade de Papel: fotografia e cartografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFC. 2008.

MATTOS, Hebe Maria. & RIOS, Ana Maria. *O Pós-Abolição como Problema Histórico: balanços e perspectivas.* **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan. – jun. 2004, PP. 170 - 198.

MELO E SOUSA, Laura de. **Desqualificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

MENDES, João. *A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores.* In. SOUSA, Simone (Org.). **História do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana.* **Revista USP.** São Paulo (30): P. 144 – 155, junho/agosto 1996.

MOTA, Kleiton Nazareno. **Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro da Baturité de 1891 aos anos 1930.** Fortaleza. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História social da Universidade Federal do Ceará. 2009.

NEGRO, Antonio Luigi. *O Fragmento como Via de Acesso à História Social.* **Diálogos**, UEM, N. 01. PP. 111-136, 1997.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915), séc. XIX.* In. **Trajetos.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. nº 6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará 1866-1991.** (Edição Comemorativa do CXXV aniversário de Fundação) Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Processo Histórico da Industrialização do Ceará.** Fortaleza: Fiec, 2001.

OLÍMPIO, Marise Magalhães, **“De dia falta água, de noite falta luz”:** trajetórias e experiências dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter (1970 -1982). In: VI Semana de Humanidades: Memória e devir, 2009, Fortaleza. Anais da VI Semana de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, 27 a 30 de abril de 2009.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix (1891-1916)**. Fortaleza. Dissertação (Mestrado), 2005.

PAOLI, Maria Célia, *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira*. In. **Cultura e Identidade Operária. Aspectos da Cultura de Classe Trabalhadora**. LOPES, José Sérgio Leite Coord. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.

PERINELLE NETO, Humberto. **Comércio e Consumo de Carne na Primeira República: apontamento sobre a instalação das indústrias frigoríficas no Brasil**. Anais do I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP). 12 a 14 de novembro de 2007.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In Ariés, Philippe & Duby, Georges (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Cia. das Letras: São Paulo, vol. 4, parte 4, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Trabalho Livre e Ordem Burguesa: Rio Grande do Sul – 1870-1900**. In. Revista História, São Paulo. 120, p. 135-151, jan/jul.1989.

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do Passado**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

PIMENTEL, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política**. Fortaleza: Edição UFC, Casa José de Alencar, 1988.

PINHEIRO, Francisco José. **O Homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880)**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza. Vol. 20/21, 1989/1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº. 3, 1989.

PONTE, Sebastião Rogério, **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora, 1993.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RAMA, Angel. *A cidade letrada; A cidade escrituraria; A cidade modernizada*. In: **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Práticas Urbanas na escrita memorialista do fim do século XIX e início do XX na cidade de Fortaleza – CE.** HISTORIEN - REVISTA DE HISTÓRIA [3]; Petrolina, abr./set. 2010.

RONCAYOLO, Marcel. *Cidade* In. **Enciclopédia Enaudi.** Porto: Imp. Nacional, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita e SOUSA, José Weyne de Freitas. *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX.* In: **Trajetos.** Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, vol. 4, nº 7, 2007.

SANTOS, Adenilson Mendes dos. **A Política Trabalhista como Proposta Conciliadora dos Conflitos entre Trabalho e Capital: (1930-1945).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5 Ed - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Luís Octávio. Os Quintais e a Morada Brasileira. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo,** Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p.61-78, dez. 2004

Silva, Marco Aurélio Ferreira. **Humor, Vergonha e Decoro em Fortaleza (1850-1890).** Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

SOUSA, Samuel Fernando. *A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932).* In. **Cadernos AEL,** Dossiê: Trabalhadores, leis e direitos, vol. 14, nº 26, primeiro semestre de 2009.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.** Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VITORINO, José Renda. **Cercamento à Brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na corte das décadas de 1850 a 1880.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Palavras - Chaves: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.